



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NATALIA CABAU SEVES

DO MOVIMENTO JORNAL AO JORNAL *MOVIMENTO*:
UM ENSAIO DE JORNALISMO INTEGRAL DURANTE A
TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Londrina
2014

NATALIA CABAU SEVES

**DO MOVIMENTO JORNAL AO JORNAL *MOVIMENTO*:
UM ENSAIO DE JORNALISMO INTEGRAL DURANTE A
TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S499D Seves, Natalia Cabau.
Do movimento jornal ao jornal *Movimento* : um ensaio de jornalismo integral durante a transição política brasileira / Natalia Cabau Seves. – Londrina, 2014.
195 f.: il.

Orientador: Jefferson Rodrigues Barbosa.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Comunicação de massa – Aspectos políticos – Teses. 2. Intelectuais – Visão política e social – Teses. 3. Ideologia e comunicação – Teses. 4. Movimentos sociais – Teses. 5. Ditadura – Teses. 6. Imprensa alternativa – Teses. I. Barbosa, Jefferson Rodrigues. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título

CDU 316.77.

NATALIA CABAU SEVES

DO MOVIMENTO JORNAL AO JORNAL *MOVIMENTO*:
UM ENSAIO DE JORNALISMO INTEGRAL DURANTE A TRANSIÇÃO
POLÍTICA BRASILEIRA

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof Dr. Jefferson Rodrigues
Barbosa
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Roberto della Santa Barros
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Londrina, 11 março de 2015.

À memória de Luis dos Santos Seves.

AGRADECIMENTOS

Os mais sinceros agradecimentos aos meus pais, Luis dos Santos Seves (*na memória*) e Roseli Aparecida Cabau Seves, por tudo. À vó Bina e ao vô Zeca (*na memória*), pelo carinho. À companheira Tata Gonçalves, pela paciência e parceria. Aos primos do coração, Maria Carolina (Carola) Cabau e Rafael Cabau, por estarem sempre “aí”. Aos amigos Marcelo Bezerra, Carlinhos Henrique, Maicon Rodrigues, Thiago Mattos, Taynara Freitas, Jorge Alberto, Luisa Marega, Paulo Rosa, Nathalia Kawano, Matheus Santana, Cristiane Barbosa, Diogo Nascimento, Inês Monique, Andréia Souza, Maíra Posteraro, Luís Sabioni, Vinícius Brauko, Tati Bafo, Paula Nunes, Pietro Luigi, Vítor Madeira, Chiara Beltrame, Mariana Montagnini pelas conversas, canções e ombros. Ao camarada Betto della Santa, pelos caminhos e projetos em parceria. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pelo aprendizado. Ao camarada-Orientador Jefferson, pelo bom trabalho “lapidado” em conjunto. À Capes, pelo financiamento desta pesquisa que, tão já, lhes apresento.

“E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste”

(João Ricardo e João Apolinário)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Corta Essa.....	51
Imagem 2 -	Personalidades que compunham os Conselhos de <i>Movimento</i>	61
Imagem 3 -	Coluna polêmica em Ensaio Populares	83
Imagem 4 -	Metalúrgicos das Comissões de fábrica	91
Imagem 5 -	Trégua no ABC	95
Imagem 6 -	Começam a correr os prazos dos novos partidos	103
Imagem 7 -	Novas divergências do mundo comunista.....	117
Imagem 8 -	A Imprensa do Diabo	122
Imagem 9 -	Livros	161
Imagem 10 -	Nosso Índice.....	175
Imagem 11 -	Nosso Programa	196

SEVES, Natalia Cabau. **Do Movimento Jornal ao Jornal *Movimento***: um ensaio de jornalismo integral durante a transição política brasileira. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Através da análise documental de artigos publicados pelo jornal-frente *Movimento* (1975-1981), buscamos compreender, nesta investigação, este periódico como expressão da imprensa alternativa de esquerda no Brasil, durante o período da transição política. Para tanto, tentamos conhecer sua estrutura organizativa e sua forma de funcionamento e, também, levantar seus temas mais relevantes. Ao redor daquilo que Gramsci denomina *Jornalismo Integral* constituem-se *círculos de cultura* que buscam criticar os trabalhos produzidos em gestão colegiada por cada redator/a individual contribuindo-se, daí, a instituir uma nova competência técnica e política para um *trabalhador intelectual coletivo* que o eleve ao nível do mais bem-preparado de todos. Ao lado de Lenin, a partir do conceito de *Organizador Coletivo*, pensamos os fundamentos teóricos e históricos do jornal como um “partido”, isto é, uma organização que cumpre funções de partido na ausência de partidos centralizados. Estas categorias são fundamentais para se pensar a frente-jornalística *Movimento* como organizador de lutas de resistência à Ditadura Militar.

Palavras-chave: Jornalismo Integral. Organizador Coletivo. Jornal *Movimento*. Ditadura Militar. Transição Política.

SEVES, Natalia Cabau. **Do Movimento Jornal ao Jornal *Movimento***: um ensaio de jornalismo intergral durante a transição política brasileira. 2014. 195 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

Using the method of documentary research to analyze the articles published in the newspaper *Movimento*(1975-1981), we seek, in this dissertation, to comprehend this periodical as an expression of the leftist alternative press in Brazil, during the political transition from the military dictatorship regime to the bourgeois democracy . To this end, we also seek to understand its organizational structure and mode of operation, gathering, as well, the main themes addressed by the newspaper. Around what Gramsci calls *Integral Journalism*, cultural circles are constituted aiming to criticize what is produced, under collective management, by each individual writer, contributing, thus, to establish a new technical and political capacity to the *collective intellectual worker* that raises him to the level of the most well-prepared of all. Next to Lenin, using the concept of *Collective Organizer*, we reflect about the theoretical and historical foundations of the paper as a political “party”, i.e., an organization that fulfills party functions, in the absence of centralized parties. These categories are central to understand the *Movimento* newspaper as an organizer of the resistance struggles against the Military Dictatorship.

Keywords: Integral Journalism. Collective Organizer. *Movimento* newspaper. Military Dictatorship. Political Transition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 DITADURA, ESQUERDAS E IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL: CONJUNTURA E CONCEITUAÇÃO DA AUTOCRACIA CHAUVINISTA MILITAR BRASILEIRA.....	18
1.1 O Golpe de 1964 e o Regime Ditatorial no Brasil.....	35
CAPÍTULO 2 MOVIMENTO: “O JORNAL DOS JORNALISTAS”.....	49
2.1 Programa e Forma Organizativa do Jornal	54
2.2 Linha Editorial: A Coluna <i>Ensaios populares</i>	71
2.3 As Esquerdas Brasileiras no Período da Transição.....	87
2.4 Seção <i>O Mundo</i>	110
2.5 Cultura, Livros, Estórias e Charges	121
CAPÍTULO 3 REGIME MILITAR E LUTA DE CLASSES: A CRISE DA DITADURA NO BRASIL SOB ENFOQUE MONOGRÁFICO NO JORNAL DOS JORNALISTAS.....	135
3.1 Jornalismo Integral e Organizador Coletivo: Fundamentos Teóricos e Históricos.....	146
3.2 Jornalismo Integral e Organizador Coletivo como Fundamento Categorial para Pensar o <i>Jornal dos Jornalistas</i>	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
FONTES DOCUMENTAIS.....	183
REFERÊNCIAS	188
BIBLIOGRAFIA	191
ANEXO	194
ANEXO A - O PROGRAMA POLÍTICO DO JORNAL <i>MOVIMENTO</i>	195

MOVIMENTO



O CAMPO BRASILEIRO
(À ESPERA DO ARADO)
Marcos Gomes

Cena Brasileira **VILA KENNEDY** *Aguinaldo Silva*

Minérios: os privilégios do capital estrangeiro

© 1980 - Editora Abril - São Paulo - SP - Todos os direitos reservados - 1ª Edição - 100 páginas - R\$ 1,50

Movimento foi um jornal que circulou entre os anos de 1975-81, tendo publicado 334 edições durante aqueles anos, com periodicidade semanal. Cada uma destas edições possui cerca de 20 a 30 páginas nas quais estão dispostos muitos artigos, geralmente densos – característica conhecida deste jornal. Nossa empreitada aqui permitiu a leitura de aproximadamente 100 destes artigos, que foram analisados e interpretados na presente dissertação.

A experiência jornalística em questão foi possibilitada financeiramente pela criação da *Edições S.A.*, sociedade anônima que permitiu a captação de recursos para o jornal através da venda de ações para jornalistas, pequenos e médios empresários, estudantes, militantes em geral. Assim, *Movimento* conseguiu sua independência e se tornou, então, um jornal sem patrão, ou ainda, o *jornal dos jornalistas*, como era apresentado em suas páginas.

Havia também em *Movimento* a venda em bancas, a venda militante e um espaço reservado para anunciantes – geralmente editoras, rádios, companhias de teatro e outros jornais e revistas alternativos da época – mas nunca foram meios muito rentáveis para o jornal, que passou por várias crises financeiras nos seus aproximados seis anos e meio de duração.

Tais crises refletiram em algumas mudanças estéticas e de conteúdo do *jornal dos jornalistas*: Suas capas eram coloridas (geralmente duas cores), mas depois de uma reformulação geral passaram a sair em preto e branco. Junto dessa reformulação das capas, em outubro de 1978, o jornal organizou mudanças nas seções e diagramações nas edições modificando e acertando o posicionamento dos textos e títulos, aumentando as fontes, diminuindo textos, o que, apesar de torná-lo menos autêntico, fez com que suas publicações ficassem mais inteligíveis e ordenadas.

O jornal publicou, desde seus primeiros anos, um suplemento chamado *Assuntos*, produzido por e para os movimentos sociais e populares da época. Porém, em agosto de 1977, fora substituído pela edição brasileira do *Le Monde*.

Suas editorias e seus conselhos eram encabeçados por intelectuais conhecidos da época, como Chico Buarque de Hollanda, José Miguel Wisnik, Maria Rita Kehl, Chico de Oliveira, Alencar Furtado, Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski, dentre outras personalidades.

Nosso objetivo maior nesta investigação tratou de compreender o jornal *Movimento* como expressão da imprensa alternativa de esquerda durante o período histórico da transição política brasileira. Dois caminhos nos auxiliaram na busca deste objetivo: i) conhecer a

estrutura organizativa e a forma de funcionamento deste jornal; e ii) investigar seus temas mais relevantes.

Sendo assim, conseguimos apreender os seguintes conteúdos: programa político do jornal (em anexo); sua coluna editorial; questões de conjuntura histórica como o fim do bipartidarismo; a criação dos novos partidos; o movimento operário; a cobertura internacional do jornal; e sua seção de cultura. A partir da análise documental foi possível averiguar, em certa medida, o posicionamento político-ideológico do jornal *Movimento*.

O jornal fora composto como uma frente democrática e popular, mas tinha como seus principais intelectuais uma parcela pequeno-burguesa, que, no momento de crise política da Ditadura Militar buscou apoio tanto das massas populares como de parlamentares – principalmente os que compunham o chamado grupo autêntico do MDB – e de setores médios da burguesia brasileira.

A década de 1970, no Brasil, foi marcada tanto pelo recrudescimento do regime militar – com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), muitas perseguições, desaparecimentos, torturas e assassinatos – quanto pelo começo do plano de abertura política pronunciado por Ernesto Geisel, o então general-presidente, no ano de 1974.

A proposta era promover uma distensão política “lenta, gradual e segura”, e a lentidão marcou mesmo o processo que devolveria ao Brasil a democracia representativa. Do golpe ao processo de abertura se passaram dez anos, e a faixa de transição dada pela abertura só teria fim com a promulgação da nova Constituição, em 1988. Esse fato faz com que erradamente vários indivíduos pensem o regime militar que aqui procedeu como uma espécie de “ditabranda”¹.

Esse falso julgamento se faz com muitos limites, quando estas mudanças promovidas pelos próprios militares são observadas, apenas formalmente. Confunde-se, portanto, o que se deu no âmbito das leis e dos direitos (ou da exceção), com o que se passou no âmbito do real.

Na verdade o simples pronunciamento da distensão política não marca seu começo, de fato. O que facilmente comprova o caráter puramente formal desta política de abertura é a permanência do AI-5, que fora decretado em 1968, e cuja duração prevista teria sido de dez anos. Assim, em outubro de 1978, este decreto não é renovado, mas o AI-5 deixaria de existir apenas no ano seguinte.

Não só houve a continuidade do AI-5, depois de 1974, mas também as muitas organizações e operações que se formaram em resposta ao processo de abertura, lideradas por

¹ Veja a reportagem da Folha de São Paulo que classificou falsamente a ditadura militar como uma “ditabranda” em: *Limites a Chávez*. (2009) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

oficiais militares de linha dura e também com a participação de alguns setores da sociedade civil, que, mesmo fora dos órgãos como o DOI-CODI ou o II Exército e tomando os fundos de delegacias de polícia, dentre outros esconderijos, continuaram a perseguir, torturar e assassinar muitas pessoas.

A censura prévia, como outro exemplo, só teria fim em junho de 1978. O bipartidarismo oficial acabaria somente em novembro de 1979. Estes são marcos cronológicos que apenas contribuem para que possamos acompanhar a própria gradualidade proposta pelo regime na transição política. Porém, nosso intuito aqui, na presente dissertação, está em chamar atenção para o outro lado da história. A distensão política e a seguinte “redemocratização” do Brasil não foram apenas dádivas dos militares ou dos parlamentares.

Tentamos nos ocupar de um olhar, em nosso trabalho, que recai sobre as lutas e organizações populares e de esquerda, já que, com uma atuação quase sempre sufocada pelo regime militar fizeram a resistência e, principalmente num cenário mais favorável com o fim do AI-5, organizaram-se a partir de novas formas de mediação – historicamente necessárias –, dentre estas, as frentes-jornalísticas: tendo em vista o desmantelamento das organizações da luta armada e, particularmente, a impossibilidade de organização das esquerdas em partidos políticos legais.

Nosso foco, portanto, está em abordar este período tão controverso da transição política, a partir do ponto de vista daqueles que se opunham ao regime militar e, mais importante, se organizavam na tentativa de combatê-lo.

Existe um leque grande de organizações que atuaram nesse sentido e que poderíamos estudar aqui, mas, enxergamos nas experiências da imprensa alternativa de esquerda, e, principalmente, nas frentes-jornalísticas singulares modelos de ação política daquela conjuntura, um campo fértil para nossa investigação.

As frentes-jornalísticas apenas são possibilitadas historicamente naquele período de crise política no Brasil, período representado pela distensão que ganhava peso também com a crise econômica do modelo do “milagre”. Em dado momento, pela impossibilidade de partidos centralizados de esquerda atuarem, as frentes-jornalísticas tornaram-se uma alternativa para esta atuação.

Com relação ao seu surgimento, pelo menos dois aspectos podem ser observados: primeiro, elas surgem como necessidades das esquerdas já desmanteladas e desarticuladas pelo regime, que precisavam de um espaço democrático e legal para dar continuidade à sua militância; e, segundo, como possibilidade de rearticulação destas diferentes correntes e

organizações da esquerda brasileira, principalmente as que saíam, neste período, da luta armada.

Tais frentes podem ser vistas, portanto, como momento de reaproximação das esquerdas, que, providas de um meio de organização e de luta como os jornais alternativos participavam e construíam, em conjunto, um novo fazer-jornalístico. Baseados na ideia de uma democracia interna, provida de grandes discussões e deliberações em conjunto, as esquerdas que se encontravam nessas frentes-jornalísticas comporiam um quadro diferenciado no universo da imprensa alternativa.

Os jornais-frente cumpririam, portanto, uma função “extra-jornalística”: a organização. Organização para a luta, para a resistência e, particularmente, organizar o combate à ditadura militar – que falsamente parecia caminhar para o fim.

Dentre as experiências citadas, a que mais nos chamou atenção fora o jornal *Movimento*. Foi grandiosa a atuação deste jornal. Autores que discutem a imprensa alternativa brasileira na transição política, como Regina Festa (1986), Flávio Aguiar *et al* (2012) e Bernardo Kucinski (2001), afirmam ser o jornal *Movimento* uma das maiores experiências jornalísticas da época, não só se comparado às atividades editoriais de cunho alternativo, mas também aos jornais e revistas da “grande” imprensa.

Tendo uma periodicidade espantosa para o quadro dos alternativos, *Movimento* pressupunha uma rede de sucursais em vários cantos do mapa brasileiro, muitos colaboradores, muitos acionistas, vários correspondentes internacionais e uma equipe invejável nas editorias e na sua redação. Em seu interior o jornal promovia, além da junção de vastas correntes das esquerdas, uma reunião entre intelectuais, estudantes, lideranças advindas dos movimentos sociais e populares e outros atores da luta pela redemocratização no Brasil.

Ainda assim, a produção *strictu sensu* a respeito das frentes-jornalísticas e, especificamente, sobre o jornal *Movimento* é pequena. Após uma busca por todas as bases de dados dos principais programas de pós-graduação do país e, também da Capes, foram encontradas apenas três dissertações e três teses que abordavam o tema, sendo esses três trabalhos pertencentes à área de história. Nenhuma pesquisa nas áreas que compõem as Ciências Sociais foi realizada com dado jornal até o presente momento.

A leitura das pesquisas sobre o jornal alertou para muitos conteúdos a serem analisados, sendo que, um deles chamou a atenção em particular: a separação entre prática política do jornal e suas técnicas-jornalísticas. A passagem a seguir, retirada da tese *Imprensa Revolucionária dos Anos Oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira*, de Rodrigo Dias (2011), ilustra bem o que tentamos explicar: “trata-se

fundamentalmente de um trabalho que pensa o ofício do jornalista, procurando dar-lhe uma certa autonomia e, sobretudo, diferenciando o fazer jornalístico do ativismo político por si só.” (DIAS, 2011, p.40).

O autor da tese está, no trecho citado, concordando com a ideia de Bernardo Kucinski (2001), apresentada em *Jornalistas e Revolucionários*, que tende a separar as esferas da política e do jornalismo. Por ser uma das únicas e principais referências sobre os jornais do período, a obra de Kucinski é tida como referência em todos os trabalhos sobre imprensa alternativa e também é leitura prevista em quase todas as grades curriculares dos cursos de Comunicação social.

Com certeza não estamos aqui discordando da importância da leitura da obra de Kucinski (2001), pois se trata de um levantamento enorme de documentos, jornais e revistas da época e que traz quase que uma história geral da imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. Porém, a discordância vai de encontro às interpretações uníssonas que parecem comprar imediatamente as ideias de Kucinski como única fonte e forma de abordar o tema. Pensamos aqui que alguns aspectos da obra de Kucinski têm de ser debatidos, sem que se deixe de ressaltar a relevância de seus estudos sobre o tema.

A primeira questão que nos chamou a atenção foi justamente essa cisão entre fazer-jornalístico e prática política. O próprio jornal *Movimento* dera uma indicação acerca desta questão, na sua última edição, de novembro de 1981. Segundo o jornal: “*Movimento* morreu: seus inúmeros erros breve serão também enterrados. *Os objetivos pelos quais se bateu, seu programa político-editorial, as descobertas técnico-jornalísticas que fez, estão vivas.*” (MOVIMENTO. “Movimento morreu. Viva Movimento!”. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.3, *Grifos Nossos*).

Assim como *Movimento*, pensamos ser impossível separar técnica e política. Por isso mesmo, colocamos neste trabalho o jornal em questão como um *intelectual coletivo* que se fez como tal justamente por não cindir estas duas instâncias: política e técnica; direção e especialização; são estas capacidades que estão reunidas no jornal que aqui analisamos.

Na tentativa de orientar esta análise e também de fundamentar teoricamente a pesquisa que se apresenta muitos debates e autores foram importantes. Se pensarmos que nosso objeto teórico está submerso em pelo menos três diferentes, mas completamente imbricados, eixos – que seriam: o contexto da transição política, a imprensa alternativa e as esquerdas brasileiras – para cada um deles se apresenta uma gama vasta de debates e autores.

Para tanto, foram escolhidos conceitos, textos, debates e teorias que estivessem dialogando com o marxismo e também atentos ao método dialético.

Para abordar os conteúdos referentes ao contexto histórico da ditadura militar, particularmente o seu período de transição, as obras de Ruy Mauro Marini (2013), Caio Prado Jr. (1987), José Chasin (2000) e Florestan Fernandes (2006) tiveram papel central. Esses autores compreendem a necessidade de se pensar a realidade particular do Brasil, e, em alguns casos, da América Latina durante a ditadura militar e, sendo eles militantes em dada conjuntura, trazem ao mesmo tempo uma crítica à esta esquerda.

Em *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr (1987), se pode acompanhar um desenrolar da teoria da história e, a um só tempo, da história da teoria. O livro promove um debate vivo que se deu dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e trouxe novas formas de se pensar a ação política de esquerda que vinha sendo feita, propondo novas saídas e estratégias. Na obra, o “marxismo oficial” soviético e as concepções importadas das resoluções da Terceira Internacional, como a noção *etapista* de revolução, são amplamente criticados por Caio Prado.

O teórico da dependência, Ruy Mauro Marini (2013), que fora exilado do Brasil durante o regime militar produziu muitos escritos, no calor dos acontecimentos, sobre a ditadura militar, não só no Brasil, como em toda América Latina. Suas ideias e análises², fundamentadas na crítica da economia política, facilitam o entendimento das transformações capitalistas do nosso continente em consonância com os acontecimentos políticos que aqui procediam.

Florestan Fernandes (2006), em diálogo com a obra de Caio Prado Jr, também critica as concepções levadas a cabo pelo PCB e reforça a necessidade de se conceber o Brasil como um país dotado de uma realidade histórico-concreta particular, por isso, o autor discute o processo da revolução burguesa no país, que tem um caráter inconcluso. As consequências deste caráter são, grosso modo, a democracia restrita e a dependência com o capital estrangeiro – que aumenta consideravelmente com o processo da ditadura militar enquanto regime autocrático no Brasil.

A discussão sobre a via da revolução burguesa no Brasil também é feita em *A Miséria Brasileira*, por José Chasin (2000). Seu conceito de *via colonial* é pensado também pela particularidade brasileira dentre as diferentes formas históricas de revolução burguesa não-clássicas.

Antonio Gramsci (2010) e Vladimir I. Lenin (2010) são os principais autores em que nos pautamos para pensar a ideia do jornal como “partido”. Os conceitos de *Jornalismo*

² Para consultar todo o acervo de Ruy Mauro Marini se pode acessar o site da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM): <http://www.marini-escritos.unam.mx/>.

integral do marxista italiano e de *Organizador coletivo* do revolucionário russo são fundamentais para a compreensão da nossa pesquisa. As experiências vividas pelos dois autores como colaboradores de jornais políticos da época em que atuaram também nos serviram como exemplo histórico para a análise de *Movimento*.

O trabalho apresentado se divide em basicamente três capítulos: i) o primeiro trata da conjuntura da ditadura militar, e mais especificamente do recorte histórico da distensão política, trazendo alguns apontamentos teórico-conceituais fundamentais para a pesquisa; ii) o segundo reúne o conjunto dos artigos do jornal *Movimento* lidos e analisados, separados em três eixos temáticos, sendo estes, as esquerdas brasileiras, a seção de cultura e a seção internacional. Ainda consta a análise do programa político do jornal e também seu editorial; iii) o terceiro e último apresenta os fundamentos categoriais e os conceitos de teoria política que alicerçam nossa investigação.

Acreditamos que a experiência da frente-jornalística *Movimento* foi bastante representativa no quadro da imprensa alternativa de esquerda no Brasil, na conjuntura da distensão “lenta, segura e gradual” promovida pelos militares a partir de 1974. A análise documental das edições e artigos do jornal contribuíram para que o compreendêssemos, em sua estrutura e dinâmica, como um organizador de lutas de resistência ao regime militar e como documento histórico que reuniu parte da história dos grupos subalternos que se organizavam na época.



CAPÍTULO 1

DITADURA, ESQUERDAS E IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL: A CONJUNTURA DO JORNAL *MOVIMENTO*

O primeiro capítulo desta dissertação versa sobre o contexto da ditadura militar no Brasil, traçando um caminho que vai do geral ao particular³, afinando este processo desde o momento pré-golpe militar de 1964 até os 20 anos seguintes de regime ditatorial, com enfoque no contexto da transição política (1974-85). Este caminho nos possibilitou reconstruir todo um universo do objeto analisado ao longo da pesquisa e alcançou seu universo específico, a saber: a história da *imprensa alternativa*, também chamada *imprensa nanica*⁴, na qual se insere a atuação do jornal *Movimento*, que vai de 1975 a 1981, portanto, na conjuntura da distensão política.

O começo da imprensa alternativa no Brasil não se dá no contexto da ditadura militar, data de 1808, com o *Correio Braziliense*, que era editado em Londres na ocasião, e defendia, entre outras questões, a “independência do nosso então futuro país”. (AGUIAR *et al*, 2012, p.234). O ciclo deste tipo específico de imprensa também não acaba com o fim do regime ditatorial no país, porém, o título de *Imprensa Alternativa* sempre esteve vinculado diretamente com a imprensa de combate a ditadura que se proliferou no Brasil, a partir de meados da década de 1970. Tomemos por empréstimo esta definição do jornalista e professor Flávio Aguiar:

Na história brasileira os frequentes “alternativos” seriam os jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira, que esta pretende tornar hegemônicas no país. Com isso não pretendemos fechar o conceito numa definição unívoca, mas ao contrário, abri-lo, mostrando seu dinamismo e seus aspectos também contraditórios. (AGUIAR *et al*, 2012, p.236).

Basicamente, considera-se como imprensa alternativa toda e qualquer mídia que se desenvolva a partir de tendências “contra-hegemônicas”, por assim dizer, tanto nas questões estéticas e de organização, quanto de conteúdos destes meios alternativos de comunicação. É um conceito amplo e, já de acordo com a ideia de Aguiar (2012), não deve ser fechado, e sim, considerado em sua dinâmica através dos tempos. O nosso enfoque recai sobre a imprensa alternativa de oposição à ditadura militar, mas, que fique claro, não será esta fase considerada como ciclo único deste tipo de imprensa.

³ Para ampliar a discussão sobre as categorias de universal, singular e particular com o método de Marx vide: CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.; CHASIN, J. *Sobre o conceito de Totalitarismo*. Ensaio Ad Hominem - N. 1, Tomo III –Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000 p. 79 – 90.; LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista: sobre a Particularidade como categoria da Estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

⁴ O termo *Imprensa nanica* foi cunhado pelo escritor João Antônio, fazendo uma analogia entre Davi/Golias e *Imprensa Alternativa/Grande Imprensa* em um de seus contos. Segundo o autor, em tempos de ditadura, o único espaço para publicações literárias: “Agora você vê o seguinte: os únicos jornais que estão questionando são os que eu chamo de imprensa nanica. E quem é que está fazendo hoje a imprensa nanica? São os maiores profissionais do jornalismo brasileiro, que não tem mais vez nem hora na grande imprensa, que também não se submetem aos processos da grande imprensa”.(ANTÔNIO, João. O leitor como parceiro (entrevista). In: ANTÔNIO, João. *Leão-de-chácara*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p.165).

Outra característica desse tipo de imprensa é sua ligação orgânica com movimentos sociais, partidos de esquerda – clandestinos à época – e demais setores progressistas que estavam envolvidos no combate à ditadura militar em tempos de abertura “lenta, gradual e segura”. Os editores, colaboradores e redatores, em geral introduziram a democracia interna com a formação de conselhos editoriais, com participação direta destas organizações e grupos nos jornais e revistas, que marcaram e registraram a história dos “de baixo” em um período ainda pouco estudado.

A intensa procura, em áreas como a história e as ciências sociais, por pesquisas que abarcam os anos da ditadura militar no Brasil recai sobre a fase dos seus “anos de chumbo”, com análises variadas sobre, por exemplo, o terror de Estado, as torturas, as guerrilhas urbanas. Este é um motivo e tanto para a escolha do nosso recorte histórico. Consideramos, aqui, essa faixa de transição como solo fértil para pesquisas, pois, em dado momento histórico, é possível observar uma ebulição política que partiu de vários lados, tanto dentro do próprio governo militar, quanto dentre a sociedade brasileira, organizada ou não.

Apoiados na ideia da autora Regina Festa (1986), de que “a verdadeira história das lutas populares, dos movimentos sociais durante os anos 70 foi inteiramente registrada pela imprensa alternativa” (FESTA, 1986, p.17), pudemos garantir, com alguns limites é claro, o estudo de parte importante da história do país – sob o ponto de vista dos “de baixo” – através da história de uma organização específica.

Portanto, a escolha do nosso objeto permitiu percorrer um caminho que agregou aspectos da história recente do país e da história das esquerdas brasileiras que se engajaram na luta democrática e legal contra o regime ditatorial. Isto se deu através da análise de uma grande experiência dentro da imprensa alternativa, que, operando tal qual “círculo de cultura” (GRAMSCI, 2010, p. 35), funcionava enquanto uma espécie de *partido em sentido amplo* que unia as mais variadas tendências e frentes políticas da conjuntura: o jornal-frente *Movimento*.

Nosso objetivo geral fora estudar e compreender o jornal *Movimento* enquanto expressão da imprensa alternativa de esquerda. Para tanto, buscar entender sua estrutura organizativa e funcionamento e também trazer à tona seus temas mais relevantes consistiram em passos fundamentais para avançar a investigação.

Uma definição que se deve ter em mente, como preliminar, é a própria noção de *ditadura*. A definição adotada para o trabalho está presente no *Dicionário crítico do*

*pensamento da direita*⁵ e parte de uma questão crucial: como se dão as relações entre poder executivo e poder legislativo em determinado governo.

Residiria na autonomia e heteronomia possível dos poderes constitucionais a chave para a compreensão e, ao mesmo tempo, para estabelecer a extensão dos regimes ditatoriais. [...] as ditaduras militares, com o exercício de poder baseado na coação fornecida por aparelhos de Estado do tipo exército e/ou polícia, afigura-se como modelo perfeito para o caso latino-americano nas últimas décadas do século XX. Um aspecto que salta aos olhos de qualquer pesquisador da realidade continental é a naturalidade das relações das ditaduras com os partidos de direita ou, mais comumente, com os setores tradicionais da oligarquia ou do empresariado. Em suma, as ditaduras latino-americanas são ditaduras de direita e implementam regimes que favorecem os setores mais conservadores e antipopulares do continente. (SILVA *et al*, 2000, p.128).

Uma característica fundamental das ditaduras militares que tomaram o continente latino-americano a partir da década 1960 é a articulação desses processos com projetos estadunidenses como o USAID (United States Agency for International Development). Criada em 1961, pelo governo John F. Kennedy, tal agência unificou os projetos assistencialistas dos EUA em relação aos países periféricos do globo e propunha, na época, programas educacionais que, unidos à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) serviram de base para a intervenção e articulação dos EUA com setores da burguesia e setores das Forças Armadas pela América Latina, sob o pretexto de cooperar com o desenvolvimento destes países.

Com o objetivo de identificar e eliminar “inimigos internos” a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é um produto do conflito entre EUA e União Soviética (URSS) ao fim da Guerra Fria (1945-91). Desta deriva o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Escola Superior de Guerra (ESG) – algo similar a National War College, nos EUA. Também à época, o processo da revolução cubana, em 1959, colocou um possível “inimigo” muito próximo aos países da América Latina e logo as articulações entre as forças armadas e frações da burguesia desses países com os órgãos, programas e projetos estadunidenses começam a se multiplicar.

Segundo Francisco César Alves Ferraz, também no *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*, a DSN significava:

⁵ SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Orgs). *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

Conjunto de ideias e princípios desenvolvidos e aplicados por governos nacionais e instituições militares e diplomáticas dos países do “Bloco Ocidental”, sob hegemonia dos Estados Unidos, com a finalidade de combater o irrompimento e expansão do socialismo, em escala mundial, durante o período conhecido por “Guerra Fria”. [...] Desenvolvendo com maior sistematicidade um universo de ideias e valores de direita que lhe era anterior, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constitui-se em um corpo ordenado de conceitos e projeções, formulados e reformulados a partir da noção de que a guerra é a realidade humana fundamental que subordina todas as outras atividades. Radicalizando, portanto, as concepções já militarizadas da Guerra Fria, a DSN concebia que o combate contra as investidas do comunismo travava-se em todos os domínios – militar, político, econômico e psicossocial. (FERRAZ *et al*, 2000, p.137).

As ditaduras militares que se instalaram na América Latina, a partir dos anos 1960, eram justamente pautadas na DSN. O clima da Guerra Fria então instaurou um processo de combate internacional ao comunismo. E, nos países periféricos, estas mudanças de regime político estavam, como de costume, sendo orquestradas pelo grande capital estrangeiro, sob a batuta, em grande parte, da sua maior potência: os Estados Unidos da América (EUA).

Além dos EUA, a França cumpriu também papel importante, dado que sua atuação junto aos governos militares resultou no ensinamento e treinamento de práticas de tortura e perseguição que haviam sido desenvolvidas pelos franceses no contexto da Guerra da Argélia.

Segundo um dos teóricos da dependência, Ruy Mauro Marini (1978), é no governo de John F. Kennedy que se dá uma mudança de estratégia com relação à política externa deste país que é reflexo de mais um desdobramento da Guerra Fria. Para o autor:

Sua principal motivação é o fato de que os Estados Unidos, enquanto cabeça indiscutível do campo capitalista, ser confrontado por uma série de processos revolucionários em diferentes partes do mundo, como na Argélia, no Congo, em Cuba, no Vietnã, produzindo resultados diferentes, mas que abalam a estrutura mundial de dominação imperialista. Isto reflete numa modificação na balança de poder entre Estados Unidos e União Soviética, implicando num equilíbrio maior entre ambos. (MARINI, 1978, s/p).

Aqui, os Atos Institucionais foram a marca da centralização do poder nas mãos do executivo, estas medidas é que indicam a transição do estado de direito – no Brasil, sempre restrito – para o estado de exceção:

[...] o Ato Institucional nº1 (o AI-1), medida jurídica desprovida de qualquer base constitucional que deu plenos poderes ao general Castello Branco, rompendo com os limites entre o poder executivo, legislativo e judiciário, caracterizando classicamente a condição de ditadura do novo regime. O AI-1, primeiro de uma série de atos que culminarão com o famigerado AI-5, suprime mandatos parlamentares, suspende a vigência dos direitos civis, a intocabilidade e vitaliciedade da magistratura e a estabilidade dos funcionários públicos de carreira. (SILVA *et al*, 2000, p.129).

Os Atos Institucionais começaram no Brasil e, logo depois, foram também aplicados em outros países que adentraram à lógica das ditaduras da DSN, como o Chile⁶ e a Argentina⁷. Estes fundamentavam todo tipo de abuso e violência por parte dos regimes ditatoriais. Era a base para o terror de Estado. A *Lei de Segurança Nacional*, editada em 18 de setembro de 1969, também foi importada como modelo por outras ditaduras na América Latina. Tal lei representou mais uma forma de institucionalizar a violência, legalizando inclusive a pena de morte e o banimento por crimes políticos. Aproveitando seu auge, principalmente econômico, o Brasil passa a intervir abertamente nos outros países apoiando a repressão militar nos casos dos países já militarizados e contribuindo para novos golpes no continente. Estas medidas de caráter intervencionista ganharam o nome de *Operação Condor*⁸.

O que nos interessa evidenciar no debate sobre o contexto da ditadura é o que, em linhas gerais, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr refletem sobre o caráter incompleto da revolução burguesa no Brasil. Os dois autores polemizaram de forma crítica sobre as questões teóricas levadas a cabo, por muitas décadas, pelos comunistas brasileiros que pretendiam se alinhar às teses da Internacional Comunista. Seus dois maiores expoentes seriam o PCB e, depois da ruptura, sua dissidência, o PCdoB.

Os comunistas trouxeram para a teoria da revolução brasileira a concepção aliancista da *revolução democrático-burguesa*, ou seja, seguindo diretivas do PC soviético, via Terceira Internacional, passaram a concordar que a *tese etapista da revolução* seria a saída para o

⁶ No dia 11 de setembro de 1973, um bombardeio ao Palácio de la Moneda marca a chegada dos militares golpistas ao governo do Chile. Sob a justificativa de garantir a democracia e as instituições democráticas no Chile, é instaurada uma sanguinolenta ditadura militar e, ao comando do antigo Ministro da Guerra, Augusto Pinochet, agora no Executivo, uma série de medidas foram rapidamente colocadas em prática. Como comenta Cezar Augusto Guazzelli: “(...) em 13 de setembro foi fechado o Congresso, e em 14 foram suspensos todos os órgãos de imprensa, exceto os jornais reacionários El Mercurio e La Tercera; os direitos sindicais foram extinguidos em 18, um dia após a Corte Suprema reconhecer o novo governo; em 24 foi fechada a CUT; em 29 todas as universidades passaram para a direção de militares, e em 30 foram suspensos aqueles acordos que haviam aumentado os salários no início do governo Allende. Em 10 de outubro começaram as indenizações das companhias estrangeiras que exploravam o cobre e haviam sido nacionalizadas; em 13 foi aumentada a jornada de trabalho dos operários; e em 15 iniciou a restituição das terras e empresas que tinham sido estatizadas.” (GUAZZELLI, 2004, p.98) Depois disso, o que se segue são reduções dos direitos trabalhistas, processos de privatizações que favoreciam as multinacionais, ou seja, a burguesia internacional, forte repressão aos movimentos sociais, perseguições, assassinatos, fuzilamentos, e largo etc.

⁷ Quando Juan Domingo Perón falece em seu último mandato, em 1974, deixa seu posto para Isabel Perón. As atuações violentas de grupos da extrema direita aumentam e o clima de instabilidade política abre, mais uma vez, o caminho para outro golpe militar, em 1976. Este golpe estava alinhado com a *Doutrina de Segurança Nacional* que já se espalhava por quase todo o território latino-americano. Partidos políticos foram para a ilegalidade; direitos trabalhistas (há muito conquistados) foram retirados; inúmeras prisões, sequestros, torturas e todas as violências possíveis foram praticadas pelos militares. A modalidade repressiva do detido-desaparecido foi a principal arma na contenção de possíveis revoltas. Mais de 30 mil desaparecidos! Até hoje, o Estado argentino não revelou o paradeiro dessas pessoas.

⁸ A Operação Condor foi uma ação conjunta de repressão a opositores das ditaduras instaladas nos seis países do Cone Sul: Brasil, a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Paraguai e Uruguai. A função principal era neutralizar e reprimir os grupos que se opunham aos regimes militares montados na América Latina, como os Tupamano no Uruguai, os Montoneros na Argentina, o MIR no Chile, etc. Montada em meados dos anos 1970, a Operação durou até o período de redemocratização da região, na década seguinte. A operação, liderada por militares da América Latina, foi batizada com o nome do condor, ave típica dos Andes e símbolo da astúcia na caça às suas presas. Para saber mais a este respeito, assistir o documentário brasileiro, dirigido por Roberto Mader, *Condor* (2007-106min).

Brasil, mesmo este sendo bastante diferente dos países asiáticos e europeus onde este modelo de revolução estava sendo discutido e implementado.

Segundo Caio Prado Jr, a teoria da revolução brasileira se constituiu, junto dos países dependentes da América Latina, a partir de teses e resoluções contidas no “*Programa da Internacional Comunista* adotado pelo VI Congresso Mundial reunido em Moscou em 1928” (PRADO JR, 1987, p.65, *Grifos do autor*). Complementa o autor:

Ora essa velha e obsoleta tese do Programa da I.C. de 1928, com sua injustificada e totalmente arbitrária generalização de condições e situações possivelmente presentes nos países asiáticos, mas que na América Latina, e particularmente no Brasil não tem cabimento, nem teve jamais, essa tese serviria pelos tempos afora, e até hoje ainda, de modelo intocável dos dirigentes comunistas brasileiros, na caracterização da ação do imperialismo em nosso país e na determinação da nossa teoria revolucionária. (PRADO JR, 1987, p.66).

Pensar o caráter inconcluso da revolução burguesa no Brasil é uma tentativa de superar os desvios teóricos e práticos que influenciaram a esquerda em geral no Brasil e na América Latina. Segundo este pensamento, as ditaduras que se espalharam pelo nosso continente representariam mais uma consequência do não desenvolvimento de uma revolução burguesa de tipo clássico. Isto contribuiu para uma agudização da dependência destes países em relação às nações hegemônicas.

Segundo Florestan Fernandes,

[...] sob a situação de dependência – tanto sob a dominação neocolonial quanto sob a dominação imperialista – os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para o outro. (FERNANDES, 2006, p.347).

A principal questão reside na necessidade de se pensar a realidade brasileira partindo de sua condição periférica, ou ainda, dependente dos países imperialistas de economia central. A questão do imperialismo é muitíssimo importante para se compreender a ditadura militar no Brasil. Esta dominação econômica externa, vinda dos países centrais, é uma constante na nossa história desde o período colonial – que marca justamente a chegada do capitalismo no Brasil.

Seguindo a ideia de *sentido da colonização*, explica esta relação Caio Prado Jr:

Nesse complexo processo evolutivo de transição de colônia para nação [...] destacam-se sobretudo, na atual etapa, dois aspectos essenciais que, de certo modo, se situam no centro do processo, e que, intimamente interligados, podem ser considerados à parte para os fins da nossa análise. Dizem eles respeito a duas ordens de circunstâncias fundamentais do sistema colonial brasileiro cujos remanescentes ainda se fazem vivamente sentir, e em cuja transformação progressiva se configuram as principais contradições entre o passado, que o processo evolutivo brasileiro tende ou deve tender a superar, e o futuro a que essa superação conduz. São essas circunstâncias, de um lado, o caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado assim essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e de trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial. (PRADO JR, 1987, p.86).

É importante salientar que, apesar do caráter inconcluso da revolução burguesa no Brasil, as transformações capitalistas dependentes e seu aprofundamento durante a ditadura garantem a dominação de classe no país. Para Fernandes, o processo da formação do Brasil como nação “visa a assegurar a consolidação da dominação burguesa no nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista.” (FERNANDES, 2006, p.351).

Porém, todo processo de transformação sob o capitalismo dependente ganha contornos diferenciados, incluindo a forma de dominação burguesa. Por isso, não é de se espantar que o auge das transformações capitalistas no Brasil tenha ocorrido durante as ditaduras, primeiro com o Estado Novo (1937-45) e a ditadura militar (1964-85). Sendo assim,

[...] a natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa, com sua profunda e obstinada identificação com os alvos que ela perseguia, facilitaram sobremaneira o processo implícito de domesticação particularista do Estado. É claro, de outro lado, que a militarização das estruturas e das funções do Estado nacional simplificou e fortaleceu todo o processo, conferindo, finalmente, à vinculação da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada uma eficácia que ele jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês convencional. Todavia, essa evolução não suprime a vulnerabilidade da ordem burguesa, tão ampliada sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido. (FERNANDES, 2006, p.359).

Assim, a relação entre dominação burguesa e transformações capitalistas no Brasil sempre fez com que o país transitasse entre regimes ditatoriais e democráticos, mas, vale lembrar que, por conta da dependência com o exterior e de uma desigualdade interna grande, estamos circunscritos à realidade da *democracia restrita* – ou seja, “se restringe aos membros

das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa.” (FERNANDES, 2006, p.340).

Portanto, se a ditadura é aqui pensada como mais uma fase de desenvolvimento atípico da revolução burguesa no país, de qual fase estamos especificamente tratando?

Atentemo-nos para a chegada de um novo padrão de acúmulo de capital no país: O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados. Criam-se, portanto, os monopólios. O surgimento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado *estágio superior do capitalismo*, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista. Antes de mencionar as especificidades da chegada do capital monopolista no Brasil, é importante considerarmos uma definição geral sobre o significado de imperialismo que adotamos:

[...] sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger as múltiplas relações de um fenômeno na integralidade de seu desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua as seguintes cinco características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012, p.124).

Dentre as cinco características fundamentais (e gerais) do imperialismo dadas por V. I. Lenin, analisemos as especificidades da inserção dos monopólios no Brasil e seus resultados políticos, sociais, econômicos e culturais para a sociedade brasileira nesta conjuntura.

A expansão do capitalismo monopolista no país, não foi um efeito do desenvolvimento capitalista no seu interior. Essa transição para um novo padrão de acúmulo de capital no país se deu pela reorganização do aparelho de Estado, pela militarização do poder político estatal e, também, pela reorientação da política econômica orquestrada no Estado brasileiro. Na passagem seguinte, pode-se perceber explicitamente a adesão de Florestan Fernandes às teses marxistas sobre o imperialismo e o acúmulo do capital de Vladimir I. Lenin para refletir a realidade brasileira:

Todavia, nada disso [*NCS: a militarização e a reorientação político-econômica do Estado brasileiro*] foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro), e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do *capitalismo competitivo* para o *capitalismo monopolista*: uma nova forma de submissão ao imperialismo). (FERNANDES, 2006, p.257. *Grifos Nossos*).

Podemos distinguir os vários padrões de desenvolvimento capitalista, e estes padrões correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na história. No Brasil, o desenvolvimento capitalista significou momentos distintos em cada uma das três fases que marcaram a consolidação interna desse modo de produção como dominante. E, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos de uma nação *periférica e heteronômica*. Isso é reflexo de que o capitalismo sempre foi percebido e dinamizado socialmente pelas classes dominantes, segundo seus interesses classistas.

Um ponto convergente indiscutível entre as teses sobre a revolução no Brasil de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr é: o caráter dependente do capitalismo no Brasil. Para Caio Prado Jr, o imperialismo é apenas mais uma etapa do desenvolvimento do capital que chega ao Brasil da mesma forma que as etapas anteriores. Assim, afirma o autor a este respeito:

O capital e as iniciativas imperialistas não encontrarão aqui, como se deu na África e na Ásia, um estrutura econômica e organização social que devam ser preliminarmente remodeladas em maior ou menor escala, e amoldadas à natureza de suas atividades e aos seus interesses. O terreno já se achava para isso preparado e predisposto. Também não se verificaram choques e conflitos de outra natureza, sociais e étnicos. Os imperialistas europeus, logo em seguida também os norte-americanos, encontraram no Brasil uma civilização e uma cultura em essência análogas às deles, pois eram da mesma origem. Burguesia brasileira e representantes do imperialismo poderão assim se entender perfeitamente. (PRADO JR, 1987, p. 117).

Vejamos passo a passo este processo: a eclosão do mercado capitalista moderno é uma fase de transição neocolonial, que, grosso modo, pode ser assinalada desde a Abertura dos Portos até meados do século XIX. Já o capitalismo competitivo, segundo Florestan Fernandes (2006), se caracteriza pela consolidação e disseminação deste mercado interno, demarcado entre o último quartel do século XIX e a década de 1950. Em seguida, a irrupção do *capitalismo monopolista* é marcada, para o mesmo autor, pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais dos monopólios e oligopólios. Esta última fase pode ser alocada no fim da década de 1950 e

adquire caráter estrutural posteriormente ao *Golpe Civil-Militar de 1964*. Deve-se deixar claro que a divisão em fases do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, combinada às demarcações espaço-temporais, serve somente para fins didáticos que possibilitem maior compreensão destas transformações.

Graças à incorporação da economia do país ao mercado mundial, um salto econômico marcou a transição neocolonial. Os arranjos estruturais resultantes criaram uma economia articulada, mas dotada de dinamismos próprios e de potencialidades de crescimento em longo prazo. E com fundamento nesta articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária, inicia-se uma autêntica revolução urbana, que iria crescer de modo lento e descontínuo. O setor agrário não tinha base material suficiente para poder romper com o regime escravista, enfim, com o sistema de produção escravista. Já os novos grupos econômicos concentram-se nas oportunidades “abertas pela eclosão e disseminação do capitalismo moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal”. (FERNANDES, 2006, p.267).

Ao *capitalismo competitivo*⁹ era necessária a consolidação e a ampla difusão do mercado capitalista moderno. As transformações envolvidas nesse processo requeriam um crescimento constante das populações urbanas, o que possibilitaria a reconfiguração espacial/geográfica, econômica, política e sociocultural necessária a tal concretização. Havia, nos movimentos demográficos em direção às cidades, uma diversa configuração de classes e frações de classe. Muitos eram de alta e média renda. E os grupos de baixa renda buscavam as oportunidades de trabalho livre. Ao lado destes contingentes humanos ainda havia escravos, alforriados e vários tipos de libertos – para esta parcela da população ficavam as atividades domésticas, artesanais, em suma, as atividades mais árduas e degradantes.

Segundo Florestan Fernandes,

Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem (ou, seria melhor, se reproduzem, já que as condições econômicas, sociais e políticas são diferentes). As consequências desses processos, nos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente forte para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não se ver suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena burguesia cada vez mais volumosa e

⁹ Florestan Fernandes, para fins didáticos, divide a história do país de acordo com as etapas de aprofundamento do capitalismo no Brasil, sendo assim, a “ordem escravocrata e senhorial”, Fernandes (2006, p.182), nomeia o período do Brasil-Colônia até 1889, aproximadamente, data em que é estabelecida a Primeira República, indicando nossa transição política à “ordem social competitiva” ou “capitalismo competitivo” que não mais necessitava, não mais se apoiava, num direito e burocratismo escravista, mas sim “democrático-burguês”, ou ainda, propriamente capitalista.

agressiva (em termos de competição por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades – eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a *performance* do desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. (FERNANDES, 2006, p.292-293, *Grifos do autor*).

A burguesia apontada por Fernandes acima, porém, não pode por si só criar condições para que sua revolução econômica rompa com este padrão do capitalismo dependente. O autor explica que, estes agentes do capitalismo estão num emaranhado de conciliações internas e externas que os tornam impotentes, portanto, aqui, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia fazem história, entretanto, esta história está demarcada por um “circuito fechado” – tal história começa e termina no mesmo lugar, pois, em longo prazo, percebe-se que os saltos dados pela economia nos países de economia periférica foram orquestrados pelos dinamismos do capitalismo central.

Em contrapartida, o desenvolvimento da forma monopolista de capitalismo difere da fase anterior no seguinte sentido: a transição para o capitalismo monopolista não havia sido tranquila nem mesmo nas economias centrais, por isso, sua irradiação para a periferia apresentou dificuldades não observáveis no caso do capitalismo competitivo. Se o cenário de implantação do capitalismo monopolista era tenso quando se olhava para as sociedades centrais, quando este olhar se recai sobre a periferia se observa uma maior complexidade e dificuldade dentre todas as outras formas de eclosão de mercado capitalista anteriores.

O quadro global se agrava quando vem a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-45). O capitalismo monopolista marcou a periferia como fornecedora de matéria-prima definitivamente. O desenvolvimento econômico das sociedades centrais incorporou à estrutura e à dinâmica destas, as formas primárias de funcionamento do capitalismo periférico.

Graças a esse quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir também um caráter especificamente político. (FERNANDES, 2006, p.297).

As tensões mundiais entre as potências (economias centrais) e também a polarização do mundo entre capitalistas e comunistas exerciam um devastador impacto político e social no globo. Porém, nunca os negócios foram tão bem – as próprias guerras podem ser consideradas formas de acúmulo capitalista. O capital financeiro, os grandes banqueiros e os oligopólios industriais junto das forças armadas, enriqueciam a custa da morte e da violência nas guerras.

Dividiram o mundo entre si e, assim como toda a história do capitalismo, espoliaram violentamente qualquer força contrária ao seu incessante acúmulo.

Retomemos o exemplo do Brasil, a partir dos anos 1940. O primeiro estágio de nacionalização da economia, através da criação de empresas estatais, autarquias mistas e o controle do aparelho de Estado sobre as áreas de produção estratégicas (petróleo, aço, minérios) aconteceu sob a tutela do Estado Novo. Segundo René Armand Dreifuss:

O Estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil. [...] A industrialização foi também estimulada pela vital transformação do consumo não-produtivo dos proprietários de terra, através do país, em capital de giro para os centros industriais. Isso foi alcançado através da estrutura bancária, que se expandiu enormemente no início da década de quarenta e que se ligou em parte aos setores agrários e à indústria através de laços comerciais e familiares, reforçando assim a interdependência entre a oligarquia e a indústria. (DREIFUSS, 1981, p.23).

Ao criar as bases socioeconômicas para o desenvolvimento industrial no país, o Estado Novo acaba por moldar o que Dreifuss (1981) aponta como um bloco histórico burguês. O conceito de bloco histórico indica a articulação interna de uma dada situação. É um conceito histórico e analítico, colocado por Antonio Gramsci em diversas passagens dos seus *Cadernos do cárcere*¹⁰. Para Gramsci, tal conceito representa “a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e distintos” (GRAMSCI, 2011, p.26).

O bloco, devemos acrescentar, é considerado pelo autor italiano como um nexo de unidade-distinção entre estrutura e superestrutura. Para ficar mais claro, deve ser pensado como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura em determinado momento histórico que é materializado por um conjunto de forças políticas que direcionam as formas de consenso e coerção num processo de construção de hegemonia¹¹.

Capital bancário, Oligarquia agrária e Capital industrial conseguiram arquitetar seus interesses e garanti-los através da legitimidade do Estado e das Forças Armadas. O caminho para a industrialização estava aberto para o Brasil devido aos anos da depressão seguidos da eclosão da Segunda Guerra Mundial. O Capital estrangeiro marginalizou alguns setores da sua

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

¹¹ Ler mais a este respeito em GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.13-27.

produção industrial, o que caracterizou nossa industrialização a partir da chamada substituição de importações¹².

As décadas seguintes são marcadas pela democracia restrita no plano político brasileiro e, por outro lado, por uma crescente relação das nossas Forças Armadas com o governo estadunidense.

É na década de 1950 que a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento desta forma monopolista no exterior, mas sim para incorporar-se a este crescimento como um de seus polos dinâmicos na periferia. As grandes corporações – estrangeiras, na sua maioria – contavam com facilidades e com espaços econômicos e políticos que permitiam a sua participação na vida econômica do país. A partir dessa conjuntura, pós-1950, que o capitalismo monopolista se configurou como um marco da divisão centro/periferia que persiste até hoje.

A questão de maior importância, aqui, é perceber como o papel do Estado brasileiro foi imprescindível para os negócios e o desenvolvimento da burguesia brasileira. O Estado foi o eixo para a recomposição do poder desta burguesia e aumentou a concentração do poder político de classe, estabelecendo uma fusão entre Estado e dominação de classe. Porém, esta transformação que estava em curso muda também a própria composição e o funcionamento do regime de classes. O Estado não funciona como um simples comitê que gerencia os interesses da classe dominante: existem concessões econômicas, políticas, sociais feitas às classes subalternizadas que complexificam esta *relação entre Estado e luta de classes*¹³.

As propostas para as reformas de base, do então presidente João Goulart, agitavam as massas e, simultaneamente, amedrontavam as frações da classe dominante mais conservadoras e as Forças Armadas. Desde a conjuntura do Estado Novo havia se formado no Brasil uma “burguesia nacionalista” que se posicionava politicamente contrária aos interesses estrangeiros no país. Essa pequena fração “nacionalista” era considerada pelos intelectuais da esquerda – em sua maioria membros do Partido Comunista – como possíveis aliados das classes trabalhadoras e dos setores médios que lutavam contra o imperialismo¹⁴.

Conforme Marcelo Ridenti,

¹² Ver mais sobre o assunto em: FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; e TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

¹³ Tal *relação* é analisada, num plano histórico-concreto, por Karl Marx em: MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁴ Havia na época uma crença em que era necessária uma aliança democrático-popular para que se fortalecesse o capitalismo no país, primeiramente, tornando assim possível a nossa transição ao socialismo – concepção de revolução “etapista”, extremamente criticada por vários intelectuais, dentre eles Caio Prado Jr e Florestan Fernandes.

Alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro no início dos anos 1960. Predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas ideias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal. As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciavam vários setores sociais, mesmo os que não militavam no Partido. [...] a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora. (RIDENTI, 2010, p.27).

As diretrizes seguidas pelo PCB, no começo da década de 1960, eram de certa forma compatíveis com as propostas do governo de Jango. O “partidão”, desde muito antes, era considerado por alguns setores da esquerda como reformista, crítica esta que vai se acentuar ainda mais com o crescimento de grupos da esquerda armada, a partir de meados de 1970. Afirma ainda Ridenti:

Com a posse de João Goulart, a ideologia do PCB parecia encontrar uma base real de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para a efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo. (RIDENTI, 2010, p.28).

Caio Prado Jr, no célebre *A Revolução Brasileira*, faz duras críticas ao PCB, partido pelo qual também militava. Para o autor,

[...] a idéia de uma ‘burguesia nacional’ progressista e contrária ao imperialismo por sua posição específica de classe, causou à linha política da esquerda os mais graves danos. Foi ela certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964. (PRADO JR, 1987, p.74).

Pareciam concordar com Caio Prado Jr duas correntes que surgiram justamente no início dos anos 1960. Seriam estas: a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO ou POLOP). A primeira nascera no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), como movimento político independente, de identidade universitária, “inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana” (RIDENTI, 2010, p.28). A segunda, também com influência nos meios estudantis universitários, se via como uma alternativa à política do PCB, contestando suas tendências reformistas e propondo a luta armada.

Em 1962, uma cisão histórica no PCB acontecera. A partir do *relatório Krushev*, em 1956, que denunciava os abusos e violências cometidos pelo stalinismo na União Soviética, uma parte do partido comunista no Brasil que optou por continuar o apoio ao PC soviético

formou uma primeira dissidência que criara o, ainda hoje existente, Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esta seria a primeira de muitas cisões e rupturas com o “partidão”. No mesmo período, se pode apontar ainda a presença das Ligas Camponesas – que fundaram o Movimento Revolucionário Tiradentes – e o Partido Socialista Brasileiro, que estava na legalidade e trabalhava com a proposta do socialismo democrático. Um “minúsculo agrupamento trotskista-posadista que teve certa penetração entre estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores rurais e urbanos” (RIDENTI, 2010, p.29) chamado Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), também fazia parte do quadro das tendências e organizações de esquerda no momento imediatamente anterior ao golpe.

Grosso modo, era assim que se percebia a cena política às vésperas do Golpe Militar do dia 1º de abril de 1964. Havia, portanto, uma parcela de burgueses conservadores junto dos militares que pensavam ser João Goulart um perigoso comunista. Essa grande parcela da burguesia e os militares, desde a formação do bloco histórico no Estado Novo, tinham ótima relação com o capital estrangeiro imperialista. Já as classes trabalhadoras, com um possível aliado advindo da burguesia “anti-imperialista”, reivindicavam as reformas de base prometidas pelo governo.

Segundo R. A. Dreifuss, uma elite orgânica se organizava para a ação contra o governo reformista e as forças sociais que apoiavam as reformas:

[...] os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento das forças sociais que apoiavam a sua administração. [...] A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (DREIFUSS, 1981, p.161).

Neste processo foi envolvida também aquela parcela “nacionalista” da burguesia brasileira que parte da esquerda considerava, erroneamente, até então, como possível aliada das classes trabalhadoras e das forças sociais das classes médias anti-imperialistas. Mesmo sem o apoio aliancista “democrático-popular”, as pressões populares nesta conjuntura foram determinantes para a organização do complexo IPES/IBAD¹⁵ e na articulação – a partir das elites orgânicas, dos militares e dos interesses estrangeiros – que culminou no episódio do golpe de 1964.

¹⁵ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Se tomarmos por pressuposto que as lutas de classe definiram a constituição do tipo capitalista de Estado, por exemplo, podemos pensar que – já prevendo um Estado burguês ou capitalista instituído – também a luta de classes define as formas de Estado burguês (democráticas ou ditatoriais) e, em decorrência das mudanças no quadro do aparelho estatal, define ainda o regime político (democracia burguesa ou ditadura – que, na sua maioria, acontecem com o apoio dos setores militares)¹⁶.

As classes dominantes exercem, em conjunto, o poder político sobre as classes por elas exploradas, porém:

No seio do bloco das classes dominantes – que Nicos Poulantzas denomina “bloco no poder” –, uma classe ou fração prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que os seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário. Essa preponderância política de uma classe ou fração no seio do bloco no poder é designada por Poulantzas pelo termo “hegemonia”. (SAES, 2001, p.50).

Apoiados pela noção da *relação entre Estado e luta de classes* e pelos conceitos de *bloco histórico* e *bloco no poder* podemos colocar o golpe militar no Brasil e os seus 20 anos de regime ditatoriais consecutivos como resposta a dois fatores: i) pressões populares, principalmente da classe operária; ii) crise de hegemonia dentro do bloco no poder. A formação do bloco histórico burguês, nos anos 1940, representou a gênese política e ideológica da organização do complexo liderado pelas elites orgânicas na articulação para o golpe. A ditadura “civil-militar”, portanto, cumpriu com duas principais funções, desorganizou e reprimiu severamente as classes subalternas e, por fim, redefiniu a hegemonia política no seio do bloco no poder. Como afirma Décio Saes:

O golpe militar de 1964 abriu caminho para o estabelecimento da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma rede de múltiplos interesses monopolistas. Tal rede apresentava duas características fundamentais: a) era dirigida pelo capital bancário (o segmento monopolista que obtinha, proporcionalmente, maiores vantagens com a política pró-monopolista implementada pelos sucessivos governos militares); b) articulava três segmentos monopolistas: a empresa estatal, o capital monopolista privado nacional e o capital monopolista privado estrangeiro (o chamado “tripé” cujos interesses fundamentais teriam inspirado a política econômica da ditadura militar). (SAES, 2001, p.129).

Uma especificidade do Brasil com relação ao novo padrão de acúmulo de capital – implantado desde os anos 1950 e, portanto, consolidado com o processo da ditadura militar – era a existência da fração do *capital bancário*, e não do *capital financeiro*, exercendo a

¹⁶ Nicos Poulantzas foi o primeiro autor, na teoria marxista, a fazer a distinção teórico-metodológica entre formas do Estado capitalista e regimes políticos (capitalistas). A forma de Estado, no capitalismo, corresponde ao aparelho de Estado, propriamente. Já os regimes políticos, correspondem à cena política, ou ainda, a luta política para além das instituições que compõem o Estado. Leia mais sobre isto em: SAES, Décio. República do Capital. São Paulo: Boitempo, 2001, p.36.

hegemonia política no bloco no poder, pois, aqui, o capital bancário não se fundiu com o capital industrial. Essa não fusão e a ausência da criação de uma fração do capital financeiro permitiu, quando se pensa a hegemonia política, uma dissociação entre as funções que deveriam ser cumpridas pela classe que detém o poder político: o capital bancário representa a hegemonia política específica do bloco no poder, porém é o capital industrial – pela sua ligação visível com a produção – que realiza a função de organização da dominação ideológica sobre as classes trabalhadoras, representando, assim, uma fração hegemônica para o conjunto da sociedade. E assim, “a revolução burguesa no Brasil” *quicá* se concretizaria após o Golpe de 1964: ou seja, trata-se de uma revolução incompleta, sem hegemonia das classes dominantes em relação ao capital externo e excludente para as classes subalternizadas.

A ditadura militar, além de representar uma fase de agudização da dependência do Brasil com relação ao capital estrangeiro, é mais uma forma de autocracia burguesa. Autocracia, pois, consideramos o Estado capitalista como Estado de classe, o que presume a existência de uma classe dominante que se organiza através deste meio, segundo interesses próprios. Neste sentido, uma ditadura da classe burguesa.

A forma do Estado capitalista assumiu características autocráticas e, em um momento histórico de necessidade de contenção das pressões populares com maior repressão, percebeu-se uma ascensão de grupos nacionalistas radicais advindos de castas militares que governariam o país, mas não cumpririam com um programa próprio, o que denuncia o caráter de continuidade da dominação burguesa.

1.1 O Golpe de 1964 e o Regime Ditatorial no Brasil

Até agora nos ocupamos da história dos que venceram, os próximos itens se destinam a contar a história dos vencidos e tem como uma de suas preocupações responder a pergunta – de inspiração gramsciana – Por que a esquerda foi derrotada?

Existia, no Brasil, um projeto nacional-estatista que estaria no centro das preocupações da articulação civil-militar que encontrou em João Goulart seu mais perfeito inimigo: a representação do “perigo vermelho” que ameaçava a democracia brasileira. Às reformas de base se opunham as elites tradicionais, o empresariado e, mais tarde, os setores médios. Mas, trabalhadores urbanos e rurais, bem como, estudantes universitários tencionavam o governo exigindo as reformas. Neste momento, não só o populista Jango amedrontava os setores conservadores, mas, principalmente, as pressões populares que aumentavam cada vez mais.

Em março de 1964, Jango resolve liderar um conjunto de comícios que aumentariam a pressão a favor das reformas. Em 13 de março, as esquerdas reuniram-se em um comício com mais de 350 mil pessoas no Rio de Janeiro, na tentativa de radicalização das movimentações pró-reformas. De imediato, organizaram a reação: no dia 19 de março, em São Paulo, a direita também foi às ruas e, concentrando cerca de 500 mil pessoas, aconteceu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹⁷.

Entre suas atividades do primeiro comício ao próximo (que não teve tempo de acontecer), Jango deixa de lado os preparativos para um possível enfrentamento com a direita, que já marchava alarmada.

Naquele contexto, Jango retorna à Brasília, mas não há mais tempo para agir contra os golpistas. Mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade, esta no Rio de Janeiro, comemorou festivamente, com centenas de milhares de pessoas, o golpe e o fim do governo de Jango e seu projeto nacional-estatista.

Segundo Ridenti:

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política. Era hora de “autocrítica”, de questionar os “erros” que teriam levado à derrota das esquerdas em 1964. (RIDENTI, 2010, p.29).

Os primeiros anos de regime militar se constituíram tal qual uma tentativa de construção de uma identidade para aquele novo grupo que se apossara do Estado. Era preciso dar uma cara diferente ao governo militar, que se distanciasse enormemente das tradições

¹⁷ “Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, a 19 de março, no dia de São José, padroeiro da família. O principal articulador da marcha foi o deputado Antônio Sílvia da Cunha Bueno, apoiado pelo governador Ademar de Barros, que se fez representar no trabalho de convocação por sua mulher, Leonor de Barros. João Goulart já havia programado um comício em São Paulo para o dia 1 de maio, mas este nunca aconteceu. Preparada com o auxílio da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades, a marcha paulista recebeu também o apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. A marcha contou com a participação de cerca de trezentas mil pessoas, entre as quais Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara. Durante o trajeto, que saiu da praça da República e terminou na praça da Sé com a celebração da missa “pela salvação da democracia”. Na ocasião, foi distribuído o Manifesto ao povo do Brasil, convocando a população a reagir contra Goulart. A iniciativa da Marcha da Família repetiu-se em outras capitais, mas já após a derrubada de Goulart pelos militares em 31 de março, o que as tornou conhecidas como “marchas da vitória”. A marcha do Rio de Janeiro levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso: 06 de março de 2014.)

nacional-estatistas que estes combatiam. A alternativa “internacionalista-liberal” foi a primeira aposta. Como afirma Daniel Aarão Reis:

Centrada na abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, em uma concepção diferente do papel do Estado na economia, mais regulador do que intervencionista. Tais perspectivas tinham sido elaboradas no âmbito do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES. (REIS, 2000, p.35).

Com prestígio entre os setores militares e conexões com o IPES, general Castelo Branco é empossado para o executivo na tentativa de emplacar a tendência liberal anteriormente arquitetada no dispositivo mais organizado e articulado do momento que era o complexo IPES/IBAD¹⁸.

Em 9 de abril, o primeiro Ato Institucional foi instaurado no Brasil, o que marca a passagem de um “estado de direitos” para um estado de exceção¹⁹ no país. Cassações, suspensões, reformas militares e muitas outras intimidações, prisões e censuras já atingiram muitas pessoas nesse primeiro momento.

Quando do Golpe de 1964, uma grande derrota histórica para toda a esquerda, a postura de não resistência do PCB aos militares incomodou muitos de seus filiados e logo foram se formando outras dissidências que optaram pela estratégia da luta armada contra a ditadura militar. Segundo Marcelo Ridenti:

A maioria da direção do PCB não soube lidar com a derrota, nem foi capaz de fazer uma autocrítica profunda da própria atuação antes de 1964. Isso provocou a maior luta interna de sua história, ao final da qual o secretário geral, Luís Carlos Prestes, e a maioria da direção lograram manter a velha linha do Partido, mas à custa da perda de prestígio e de influência política, além de sofrer uma infinidade de cisões por todos os lados, das bases aos órgãos máximos dirigentes, gerando um desgaste do qual o PCB jamais veio a recuperar-se. Entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, as “DIs”: no estado do Rio surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8); havia a DI do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN ou à VPR e VAR-Palmares); em Minas Gerais a dissidência estudantil integraria a CORRENTE; etc. (RIDENTI, 2010, p.30).

A adesão à luta armada pela esquerda revolucionária foi a estratégia que marcou a atuação desses grupos de meados de 1960 até o período da chamada *distensão política*,

¹⁸ Ler mais a este respeito em: PASTORE, Bruna. O complexo IPES/IBAD e a grande imprensa como legitimadores da ditadura militar brasileira. 2010. 117f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

¹⁹ “(...) a ausência radical de direito (...). Se a divisão clássica do poder é a primeira a desaparecer num tempo de afirmação da exceção, a segunda etapa é a suspensão dos direitos que também oferecem certa resistência à unidade absoluta do poder soberano (...) A característica essencial do Estado de Exceção é portanto a supressão dos direitos fundamentais em nome da preservação do Estado.” (GHETTI, Pablo. Estado de Exceção. In: BARRETO, Vicente de Paulo.(Org). *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS; Rio de Janeiro: RENOVAR, 2009, p.292 – 295).

anunciada pelo governo Geisel em 1974. Esta opção mudou os rumos da política tanto para esquerda quanto para a direita e os militares: foi uma importante e corajosa resistência contra a ditadura, mas com saldos negativos para a esquerda. Mesmo assim, tencionou os militares e mostrou alguma posição que não a do PCB, que mantinha suas teses e práticas reformistas e aliancistas²⁰.

Eleito pelo Congresso, Castelo Branco passa a ajustar seu programa internacional-liberalista que rompia com qualquer pretensão de autonomia econômica e política e pretendia um alinhamento com os Estados Unidos da América. O Brasil se colocava, portanto, em um aspecto mais amplo, ao lado do mundo ocidental capitalista que guerreava (Guerra Fria) com o mundo oriental dominado pela União Soviética stalinista. O novo aliado ganhou apoio político e crédito estadunidense, mais não foi suficiente para que o fluxo de capitais internacionais aparecesse e as expectativas econômicas de Castelo Branco foram quebradas. O Brasil passou longe de conquistar a forma política e econômica do liberalismo. As tradições intervencionistas parecem estar impregnadas no “DNA” do Estado brasileiro. Segundo, Reis:

O governo Castelo Branco encerrou-se em meio a ondas de descrédito e insatisfação. Muitos poucos ainda acreditavam em seus compromissos com a democracia e com o liberalismo, sobretudo depois de um novo Ato Institucional, o AI-2, editado sob sua direta responsabilidade depois da derrota eleitoral para os governos de Minas Gerais e da Guanabara em 1965. Com o novo Ato, reinstaurou-se o Estado de exceção, a ditadura aberta. Com ele na mão, Castelo Branco cometeu as arbitrariedades que lhe pareceram necessárias: milhares de cassações (no fim de seu governo, mais de 3500 pessoas haviam sido punidas pelos Atos de exceção), deposição de governantes legalmente eleitos, recesso do Congresso Nacional, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidente da república. Entre muitas outras decisões de caráter ditatorial. (REIS, 2000, p.44).

Os partidos políticos são extintos no AI-2 e alguns deles passam a operar na ilegalidade. O governo desgastado de Castelo Branco acaba e o seu ex-ministro do Exército, general Costa e Silva, assume a presidência. É promulgada uma nova Constituição, em 1967, com uma nova Lei de Segurança Nacional e também Lei de Imprensa. Havia sido criados dois partidos que forjavam algum tom democrático aos ditadores, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições que se seguiram (exceto para governadores e presidente, pois eram indiretas), o aumento drástico nos

²⁰ No ano de 1992, o PCB passa por um processo de reorganização e supera as concepções aliancistas e reformistas, aprovando novas resoluções para seu programa político. Este processo ficou conhecido pelo partido por “reconstrução revolucionária”. Veja a resolução política da Conferência de Reorganização do PCB em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=category&id=11&layout=blog

votos nulos e brancos serviu como termômetro sobre a insatisfação da maioria com o regime militar.

A ditadura passa a endurecer e o ano de 1968 é marcado por uma série de acontecimentos que indicam o retorno das esquerdas e das pressões populares, em geral, no combate tanto às medidas econômicas que prejudicavam os mais pobres – os trabalhadores – quanto no combate aos excessos da ditadura como as prisões, torturas, assassinatos e etcetera. O mais curioso é que todo o enrijecimento do regime estava – e sempre esteve – pautado no discurso da “democracia”. No mesmo ano, começara o denominado “milagre” econômico brasileiro.

Só em 1968 tivemos a “Manifestação dos Cem Mil”, encabeçada pelo Movimento Estudantil, que reuniu em torno de suas reivindicações também escritores, religiosos, músicos, professores e até estudantes secundaristas. Tivemos também uma “greve operária” em Osasco, São Paulo e o “XXX Congresso da UNE” que foi dissolvido e uma centena de líderes estudantis foram presos pela polícia política. As esquerdas estavam dispostas não só para a luta armada – com as guerrilhas urbanas – mais também para a luta política e, mesmo assim, sem armas em punho, muitos foram presos, torturados e assassinados pelo Estado terrorista²¹.

O ano de 1968, aliás, fora marcado por uma explosão de manifestações políticas em todo mundo. Existe um ponto de convergência entre todas estas manifestações que é importante mencionar, posto que este influenciou amplos setores da esquerda, tática e estrategicamente, principalmente na década seguinte. Segundo Maria Paula Nascimento Araujo:

As lideranças das organizações de esquerda alternativa que dirigiram os movimentos de jovens radicais em todo o mundo em 1968 e ao longo de toda a década de 1970 tinham, em sua maioria, um passado de ligação e rompimento com os partidos tradicionais de esquerda – comunistas ou socialistas. A maior parte delas já havia militado nesses partidos, tendo rompido com eles ou sido expulsa. (ARAÚJO, 2000, p.35).

Os protagonistas da chamada primavera de 1968, em geral, combatiam teses e ideias dos partidos comunistas, pois estes mantinham uma ligação, muitas vezes estreita, com o stalinismo que, por sua vez, representava o burocratismo e o conservadorismo dentro do que foi chamado “socialismo real”. Os questionamentos ao stalinismo já estavam levantados

²¹ “Os regimes ditatoriais estabeleceram a violência como forma básica de garantir a sua existência, recorrendo a polícia política e aos tribunais especiais para segregar, afastar e aniquilar não só os seus oponentes políticos como também todos aqueles que não se enquadrassem nas normas que embasavam as suas concepções de mundo. Assim, a violência administrada pelo Estado foi, em tais regimes, o elemento central de sua ação.” (SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Ditadura e Violência. SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p.135.)

desde o *relatório Krushev*, em 1956. Porém, é neste caldo de 1968 que os dissidentes dos partidos socialistas e comunistas passaram a não só combater as concepções ligadas à experiência do “socialismo real”, mas, também, a se organizar de forma diferente dos “velhos” partidos. Via-se aí, a formação de uma esquerda alternativa e, também, da chamada “nova esquerda”.

As ideias e concepções dessa “nova esquerda” – que primeiramente se formara nos EUA e na Inglaterra – baseada em fontes como Leon Trotski, Antonio Gramsci e Rosa Luxemburgo, influenciaram tanto as organizações de esquerda envolvidas com a luta armada no Brasil, na década de 1960, quanto as organizações da década de 1970, que optaram pela luta democrática, por vias legais.

Retornando às manifestações no Brasil: as pressões causadas pelos setores subalternos e a retomada das ruas para manifestações contra o regime tiveram resposta covarde e imediata: foi decretado o que alguns autores colocam como “o golpe dentro do Golpe” – o AI-5, em dezembro de 1968, instaurou-se a exceção na exceção, ou ainda, o terror da ditadura militar. O Congresso agora seria dissolvido por tempo indeterminado.

O rigor e a violência do estado de exceção teriam como inimigas escancaradas as esquerdas revolucionárias que optaram pela luta armada. Foi a radicalização desse enfrentamento que os militares usaram como desculpa para o conjunto de intimidações e controle sobre toda a sociedade. O AI-5, na verdade, foi um aprofundamento necessário ao regime militar para acabar com o quadro de insatisfações dentro de uma frente²² que apoiara anteriormente o Golpe de 1964. Mesmo assim, a sociedade parecia apenas assistir a um enredo macabro e não enxergar, ou pelo menos não reclamar, dos excessos e abusos praticados por um regime contra ela mesma.

As guerrilhas urbanas chegaram a ter seus momentos de destaque no aspecto organizativo, mas foram pouco a pouco aniquiladas pelo Estado. A polícia política não estava interessada somente na perseguição, prisão, tortura e assassinato de guerrilheiros. Muitos eram os punidos, desaparecidos, assassinados pelo terror de Estado, bastava estar descontente. E a população consentia com o terror – desde que o fosse praticado contra os “terroristas” e “marginais”. “Desde que esse jogo sujo se passasse fora das vistas e longe dos ouvidos, nas celas imundas de fedor e de sangue, porém fechadas e bem guarnecidas por isopor à prova de som, sempre seria possível sustentar que os excessos eram ignorados e a sociedade, inocente” (REIS, 2000, p.54).

²² A oposição moderada havia formado a “frente ampla” que era composta por alianças esquizofrênicas entre, por exemplo, Carlos Lacerda (que num primeiro momento fora favorável ao golpe militar); João Goulart; e Juscelino Kubitcheck. Havia até uma oposição liberal à época, representada por parte da grande imprensa e alguns setores da Igreja Católica.

Mas o Brasil, dos empresários e agroindustriais, agora crescia, melhor dizendo, o capitalismo brasileiro desde 1967 tinha ganhado uma dinâmica interessantíssima aos bolsos das elites e também do capital estrangeiro. A indústria teve um crescimento nunca antes visto. E, o Estado brasileiro, deixando de lado as esperanças mais liberais, incentivou, regulou, protegeu e interviu nesse processo ativamente. Os anos 1970 no Brasil foram, para alguns, anos de chumbo, mas, para outros, anos de ouro. Estávamos, então, sob às ordens do general E. G. Médici – que teve a “honra” de reabrir o Congresso Nacional no fim de 1969 para sua consagração como novo presidente da República.

Voltemos ao “milagre”. A base que sustentava o tal milagre era composta por três fatores imprescindíveis: i) exploração intensificada dos trabalhadores que estavam submetidos à realidade do arrocho salarial e à repressão política; ii) a garantia do Estado para expansão e consolidação do capitalismo; e iii) entrada de capitais estrangeiros, geralmente como empréstimos. A política econômica da ditadura militar favoreceu a concentração de capitais com o predomínio das grandes empresas nacionais, estatais e, principalmente, multinacionais.

E todo esse milagre foi possibilitado, mais uma vez, pela intensificação da exploração do trabalho e do arrocho salarial, ou seja, os reajustes salariais se baseavam em índices irreais de inflação e de produtividade e a intensificação se dava pelo aumento do ritmo de trabalho, horas extras e controle rígido da disciplina no local de trabalho. Este processo de intensificação do trabalho e aumento da produção é explicado por Marini (2013) através do conceito de superexploração do trabalho. No caso brasileiro podemos apontar para uma forma articulada de extração da mais-valia, ou seja, mais-valia relativa e absoluta²³, e, como nos chama atenção Marini (2013), a repartição da acumulação gerada no país com o capital estrangeiro incrementa ainda mais a exploração do trabalho.

Segundo Nadine Habert:

Em pleno “milagre econômico” (1972), 52,5% dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo, piorando a situação nos anos seguintes [...]. No esforço de garantir o mínimo para sobreviver, os trabalhadores foram obrigados a multiplicar as horas extras e mais membros da família entraram no mercado de trabalho (mulheres e menores). (HABERT, 1994, p.18).

²³ O autor Sadi Dal Rosso (2008) nos contempla com um estudo sobre a intensificação do trabalho de acordo com o conceito de mais-valia que, no mínimo, pode nos auxiliar na compreensão dessa relação entre as modificações no mundo do trabalho e as ondas de agitação e organização da classe trabalhadora. A chamada administração científica do trabalho é, objetivamente, um dos exemplos claros de aumento da intensidade do trabalho. Segundo o autor: “A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização.” (vide: DAL ROSSO, Sadi. *Mais Trabalho!*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.21).

Dentre *slogans* ufanistas que ressaltavam a ideia do “Brasil Grande”, os anos 70 com seu milagre criou uma dívida externa de 60 bilhões de dólares e nos tornamos, aí, a nação com a maior dívida no Banco Mundial.

O cenário econômico mundial convulsionou, em 1973, com o primeiro choque do petróleo, que foi seguido de outro choque e de altas no preço do barril. Este foi um dos primeiros grandes impactos que afetou o Brasil, pois dependíamos da importação do petróleo. Isso impulsiona o Estado a pensar novamente medidas para conquistar sua autonomia, flertando novamente com as ideias do nacional-estatismo. Junto deste cenário, em 1974, assume o general Ernesto Geisel como presidente e, a partir daí, começa a chamada política de abertura.

Este é o momento que mais nos importa investigar, no período de 1975-81 o jornal *Movimento* foi publicado, e temos como principal objetivo recontar aspectos da história do Brasil no seu período de transição (“redemocratização”) através da história do jornal *Movimento* e também de suas páginas – mas esta análise empírica-documental se destina ao nosso segundo capítulo. Por enquanto, fiquemos com uma indagação que nos guiou no entendimento e análise da reabertura iniciada pelo governo Ernesto Geisel: por que a ditadura acabou? Por que os militares, que se empenharam tanto em controlar o país “com rédeas curtas”, decidiram colocar fim no seu próprio domínio político?

Estamos tratando de um quadro de declínio tanto na economia mundial quanto de seus reflexos na economia dependente do Brasil periférico. Isso impulsiona o governo a lutar por uma autonomia, visto que os principais países capitalistas entravam num processo de recessão por conta da crise do petróleo. Segundo Reis:

A ditadura brasileira, contudo, preferiu uma política de “fuga pra frente”. Lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com metas ambiciosas: perfazer uma autonomia semiconstruída no processo do “milagre”. O país era figurado como uma ilha de prosperidade e de paz em um mundo de crise e de convulsões. Havia que caminhar pra frente. Completar o ciclo iniciado nos anos 30, conquistar autonomia, com o Estado, e as empresas estatais, como fatores propulsores de um desenvolvimento que haveria de se dar segundo os “interesses nacionais”. (REIS, 2000, p.63).

É bastante discutível a questão dos “interesses nacionais”, pois foi em nome destes que o capital estrangeiro, com seus fundos e multinacionais, nadaram às braçadas na riqueza e acúmulo aqui produzidos.

O general Geisel propunha, então, a abertura rumo à “democracia” com a política da “abertura lenta, segura e gradual”: era uma retirada dos militares, porém com tons de cuidado com a *ordem e a paz*. Os militares de “linha dura” resistiram principalmente os que

compunham o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os diversos setores da polícia política – afinal, sem ditadura, o que fariam os torturadores sem caçar os “grandes terroristas” da esquerda revolucionária e armada? – estes nunca aprovaram o novo plano político-institucional de Geisel e estavam já se preparando para o combate.

As esquerdas, apesar dos exílios, prisões, aniquilamentos, ainda se organizavam para denunciar os abusos do regime ditatorial e também para criticar as políticas econômicas daquele Estado que criou índices abusivos de desigualdade social e intensificara a exploração do trabalhador. Ao longo da transição, as esquerdas, desde a progressista até a revolucionária, se organizariam de diversas formas, desde comitês de anistia, passando por lutas sindicais, jornais políticos e até partidos. Suas aspirações iriam de acordo com sua forma de organização, desde o combate puro e simples da ditadura militar e do seu Estado de Exceção até as concepções revolucionárias que previam uma ruptura com o capitalismo e o avanço do socialismo.

A oposição moderada, representada por um setor do MDB, já havia se fortalecido desde que, em 1970, com as eleições legislativas – dentre altíssimas proporções de votos nulos, brancos e de abstenções – mostraram um declínio da Arena, pelo menos nos grandes centros urbanos, e uma insatisfação com o regime. Em 1974, a vitória do MDB nas grandes cidades nas eleições legislativas indicava, ao menos nas urnas, um descontentamento da população com o regime. Mas este fato nos serve apenas como termômetro, o enfoque foi dado sobre as esquerdas e as pressões advindas dos setores subalternizados.

Ainda em 1974, a política de reabertura mostra a sua face truculenta e ditatorial quando massacra as lideranças dos ainda clandestinos partidos de esquerda: o PCB e o PCdoB. Em 1975, o aniquilamento de guerrilheiros no “foco Araguaia” também reforçou o conteúdo ditatorial por trás da forma da abertura democrática. Apenas em 1976, quando o comandante do II Exército, Ednardo D’ávila, foi demitido e também o ministro do exército, Sylvio Frota, é que a polícia política foi proibida de matar. O conhecido caso de Vlado Herzog, jornalista e militante pelo PCB, que no ano anterior havia sido torturado e morto justamente no quartel do II Exército, repercutiu de maneira estrondosa. O fato ecoou, inclusive, por sobre as estruturas de funcionamento da polícia política.

A esquerda armada passa a repensar sua atuação. A autocrítica era tarefa complicada, tamanha a perda de guerrilheiros, mortos ou desaparecidos, naquele momento. Alguns grupos fizeram sua autocrítica, o MR-8, por exemplo, decide retomar laços com o PCB – partido do qual se retiraram no início da ditadura, como já apontado anteriormente – e se engajaram na defesa da formação da *Frente Popular* de oposição ao regime militar proposta pelo setor autêntico do MDB.

Para Marcelo Ridenti, o problema maior das guerrilhas no Brasil fora seu descolamento com o próprio movimento da sociedade e com o real processo da luta de classes²⁴. Segundo o autor:

[...] o que ocorreu com os grupos armados urbanos de esquerda a partir de 1970: ao perderem, de vez, a sintonia com o devir da sociedade brasileira, ao deixarem de encontrar inserção nos movimentos sociais, desenraizando-se, tornaram-se marginais à dinâmica da realidade social e política; então, as organizações passaram a viver uma lógica de sobrevivência (contra os ataques da polícia), e de autodestruição (pelos constantes questionamentos e cisões, gerados na incompatibilidade crescente entre a lógica interna de sobrevivência política do grupo armado e o movimento da sociedade mais abrangente). (RIDENTI, 2010, p.255).

O momento pós-autocrítica da esquerda armada inaugura uma mudança de estratégia das esquerdas, principalmente a esquerda revolucionária, que migrou para uma luta política legal. Esta é uma transição importante que marca um dos objetivos da pesquisa apresentada, quanto ao estudo em profundidade do nosso recorte temporal que recai sobre a década de 1970 e, mais especificamente, o período da distensão política, ou ainda, o processo da abertura promovido pelo próprio regime ditatorial. Qual é a importância de se estudar esta conjuntura? Qual a contribuição dada aos estudos sobre a ditadura militar no Brasil? E, no que se pôde colaborar para o debate sobre as esquerdas brasileiras?

Indo ao encontro do pensamento proposto pela professora e pesquisadora Maria Paula Nascimento Araujo, concordamos com a justificativa dada pela autora para os estudos sobre a década de 1970, em sua pesquisa sobre as “esquerdas alternativas”:

Estudar os anos 1970 no Brasil é voltar-se para um quadro de grande pujança, marcado pela vivência cotidiana de um confronto político que se dava em diferentes níveis: dentro do regime militar, conflito entre uma “linha dura” e os adeptos de uma “distensão lenta e gradual”; na sociedade, uma disputa por todos os espaços possíveis, da mídia às ruas. [...] Além disso, fervilhava uma produção política e teórica não apenas nas universidades, mas também nos movimentos organizados. Some-se a isso uma influência de ideias e práticas políticas inovadoras que vinham do cenário internacional. [...] Era esse o pano de fundo da década de 1970 no Brasil. (ARAUJO, 2000, p.15).

Através das páginas do jornal *Movimento*, pretendeu-se captar este fervor político unindo a história deste jornal com parte da história das esquerdas brasileiras no período da transição política entre regimes. Para tanto, consideramos *Movimento* tal qual intelectual coletivo, tentando compreender como se organizava e atuava e revelando seus ricos debates,

²⁴ Sobre a questão, assistir ao filme brasileiro, dirigido por Toni Venturi, *Cabra Cega* (2005-107min).

suas contradições internas e, também, sua experiência concreta como articulador de lutas políticas de oposição à ditadura militar.

Enquanto a imprensa burguesa – grande mídia – se acomodava nos padrões da autocensura neste período, a imprensa alternativa se proliferava, entre jornais e revistas, como nunca. Segundo Raimundo Pereira:

[...] nesse espaço propiciado pelo fim do terror político em 1975 e nos anos seguintes é que surgem vários projetos de imprensa democrático-popular, organizados a partir de frentes de correntes de opinião oposicionistas e sob o controle popular, sistematicamente de grupos da pequena burguesia. *Movimento*, surgido dos jornalistas do *Opinião*, em 1975, é o projeto político mais destacado; em torno dele unem-se cerca de 500 pessoas, 300 jornalistas, organizados de forma efetivamente *alternativa*, com uma sociedade de trabalhadores do jornal, um Conselho de Redação e um Conselho de personalidades políticas. Une várias correntes de esquerda, majoritárias nos órgãos de direção executiva, além de empresários nacionalistas em pequeno número e personalidades democráticas liberais, nos conselhos representativos. (PEREIRA, 1986, p.64).

Obviamente, como colocado, foram muitas as experiências que se espalharam Brasil-afora. Ainda Pereira:

Surgem também os jornais feministas; o primeiro dentre eles é *Brasil-Mulher*: igualmente uma *frente política* sob controle de correntes pequeno-burguesas, em 1975; e, depois, *Nós-Mulheres*. É desta época também, em 1975, o *De Fato*, de Belo Horizonte, jornal de denúncias. No Rio Grande do Sul, em 1976, surgem *Posição* e o *Informação*, jornais políticos. Em 1977, no Ceará, surge o *Mutirão*, congregando 40 jornalistas, artistas, profissionais e estudantes, é um projeto político de frente popular. É também o período dos jornais de cooperativas de jornalistas, sendo o mais famoso deles e o mais bem sucedido o *Coojornal*, de Porto Alegre (com 35mil exemplares mensais em 1979), série que tem também o *Jornacoop*, de Santos, o *Coojornal*, de Natal, o *Concisa*, de Salvador, todos de 1977. (PEREIRA, 1986, p.64).

Como estes jornais-frente operavam de forma legal, serviram como momento de rearticulação de partidos que estavam na ilegalidade. Os partidos de forma geral, exceto PCB, estariam retornando da luta armada que começara nos anos 1960. Como ainda não viam uma forma de busca pela legalização, adentraram também ao universo das frentes jornalísticas. Até 1979, ano em que foram extintos Arena e MDB, pelo próprio governo militar, os jornais que compunham a imprensa alternativa deram abrigo a estes militantes clandestinos.

Mas, ainda em 1977, observou-se a volta do Movimento Estudantil para as ruas. Junto deles estavam também os militantes da luta pela anistia – uma das principais lutas em que se engajou o jornal *Movimento*. E, neste mesmo ano, conforme explica Reis:

[...] para conter a avalanche emedebista o governo dispôs de engenho, truculência e arte: fez aprovar a chamada Lei Falcão, que, na prática, acabava com a propaganda eleitoral gratuita pela TV, poderoso instrumento das oposições para divulgar ideias e candidatos. Depois, através do “Pacote de Abril”, em 1977, cassou mandatos de líderes moderados, instituiu a abominável figura do senador biônico (1/3 dos senadores da República seriam eleitos de forma indireta), redimensionou os coeficientes eleitorais, favorecendo os estados em que a Arena, o partido do governo, conservava maioria, e garantiu condições para uma sucessão tranquila, na figura do general João Batista Figueiredo, escalado, com mandato ampliado, para ser o último general-presidente. (REIS, 2000, p.68).

A censura aos jornais foi “suspensa” em 1978, mas ainda houve casos de censura, principalmente, nos jornais mais combativos ou de esquerda, porém não mais a censura prévia que fazia com que os jornais fossem publicados cheios de cortes abruptos nos textos e tarjas pretas. O próprio jornal *Movimento*, que nascera sob a censura prévia, apresenta em muitas edições reportagens e colunas com cortes nos textos que, geralmente, eram substituídos pelos dizeres: “A imprensa independente precisa de você. Compre e assinhe Movimento”.

No mesmo ano, quem reaparece com força é o *Movimento Operário* numa série de greves que adentrariam os anos de 1980. O crescimento do parque industrial brasileiro demandou o aumento do operariado industrial que teve concentração geográfica nos centros urbanos da região sudeste, como em São Paulo na região do ABC, de Osasco e de Guarulhos.

As primeiras greves foram lideradas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo que, em 12 de maio de 1978, pararam a *Saab-Scania*. Nos dias que se seguiram, outras indústrias foram paradas em São Paulo, Osasco, ABCD e envolviam a participação de milhares de operários. O movimento grevista se alastrava mesmo enfrentando a repressão política, que havia se “abrandado”, mas ainda existia – pra reprimir trabalhadores sempre existiu. Já em 1979, o movimento grevista e as lutas sindicais ganharam o território brasileiro e se expandiram pelas cidades e pelo campo e também pelas mais diversas categorias de trabalhadores.

Agora as greves eram gerais e de longa duração, reivindicavam aumento salarial, direitos trabalhistas, direito de organização, autonomia sindical e, também, o fim do regime ditatorial. Esse movimento ganhou o nome de “*novo sindicalismo*”, dele participavam diversas tendências com matrizes ideológicas diferentes.

Toda a movimentação das greves trouxe saldos significativos para os trabalhadores na época. As conquistas do campo econômico-corporativo não foram tão expressivas quanto no campo político. A repressão conseguiu conter muitas lutas no plano imediato, mas o aprendizado político daqueles militantes fez com que avançassem tanto em consciência

quanto em organização. Podemos colocar estas duas categorias numa *relação dialética*, ou seja, cada *forma/nível de consciência* está relacionada dialeticamente com cada *forma/nível de organização*.

O exemplo da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ilustra a questão enunciada acima: o movimento grevista tinha como forma organizativa os sindicatos. Estes, por sua vez, estão relacionados por sua forma de operar às lutas contingenciais e de caráter econômico-corporativo. Este caráter está circunscrito à realidade do trabalhador no seu local de trabalho e às categorias de trabalhadores. Por isso o centro de suas reivindicações está nas melhores condições de trabalho e melhores salários.

A amplitude alcançada pelo movimento grevista de fins de 1970 fez com que toda essa gente se politizasse e suas reivindicações ultrapassaram o escopo econômico-corporativo. Eles/as queriam unificar suas lutas e já se enxergavam como uma classe trabalhadora, não mais como categoria. Este salto qualitativo em sua consciência de classe demanda a construção de um partido classista, o PT, e de uma central que unificaria as lutas sindicais, a CUT.

Não se pode deixar de apontar também para a existência da imprensa operária e da imprensa sindical que cumpriram papel importante na fase das grandes greves. Podemos citar o clandestino *Luta Sindical*, feito pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Bernardo, ou ainda, os jornais *A Classe Operária* e *Voz Operária*, que segundo Celso Frederico, “neles, encontram-se matérias sobre a classe operária, mas quase sempre restritas às denúncias da repressão e às análises das transformações ocorridas na legislação trabalhista.” (FREDERICO, 2010, p.13).

A Classe Operária e *Voz Operária* eram jornais que mantinham certa regularidade de publicações e eram organizados pelo PCdoB e PCB, respectivamente, há muitos anos, porém só na fase da reabertura política é que ganharam maior estabilidade e consistência, sendo eles os maiores responsáveis pela reaproximação desses partidos com o movimento operário. Importante mencionar que, nesta fase, existe uma reaproximação entre PCB e PCdoB – a dissidência deixa a luta armada e retoma, através da aproximação com o PCB, a luta de resistência pela via legal, tendo como maior proposta o fortalecimento da oposição oficial do MBD e a formação de uma *Frente ampla* pela redemocratização do país. Também conhecida como *Frente Popular*, ou *Frente Democrático Popular*, foi uma das propostas a que aderiu o jornal *Movimento*.

Além disso, muitos eram os boletins e jornais clandestinos que foram realizados propriamente pelos trabalhadores e operavam na ilegalidade dentro das fabricas – estes são mais difíceis de rastrear e encontrar pelos acervos. Dentre estes ainda haviam os jornais organizados pelas correntes da esquerda revolucionária advindas da luta armada, como por exemplo, o jornal *O Trabalho* da corrente trotskista *Liberdade e Luta* (Libelu), o *Unidade Proletária*, feito pelo MR-8, *Unidade Operária*, organizado pela Ala Vermelha (dissidência do PCdoB), dentre outros, na maior parte criados ou rearticulados em fins dos anos 1970, sob a demanda colocada pelo próprio movimento operário com as greves e a forte resistência que ali se criara contra o regime.

Em 1979, o próprio Estado deixa expirar o AI-5. Ainda estávamos sob a Constituição de 1967, imposta pelos militares, mas a ditadura escancarada acabara. É aprovada também, neste ano, a Lei da Anistia, que infelizmente colocou no mesmo patamar os “perseguidos e torturados” e os “perseguidores e torturadores”. Mesmo assim, muitos presos políticos e exilados voltaram ao país, dentre eles, Leonel Brizola, que já aspirava ao retorno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no cenário político brasileiro.

No mesmo ano, com o fim do bipartidarismo oficial, o governo lança a *Lei Orgânica dos Partidos Políticos*, com uma série de exigências que deveriam ser cumpridas pelos partidos que buscavam se legalizar. Estes, portanto, seguiram a risca tais exigências feitas pelo regime: assim, se legalizaram PDS, PMDB, PTB, PDT e PT, no tempo mínimo dado pelo governo.

A partir dos anos 1980, obviamente, podemos enxergar um quadro político-partidário muito mais rico e intenso. Retornam os partidos da clandestinidade, são criados outros partidos, a luta sindical continua nas cidades e no campo, e os jornais políticos e de esquerda também respiram mais aliviados. Como mencionado no começo deste mesmo capítulo, a imprensa alternativa acompanhou muitos anos da ditadura militar no Brasil, seu material publicado, na fuga da repressão e da censura, é riquíssimo para análises que se empenham em retratar a realidade histórica e política do país nos anos de trevas.

Para tanto, escolhemos o jornal-frente *Movimento*, que operou de 1975 a 1981, para analisar esta proposta de organização da esquerda que retrata em suas páginas, ao longo de suas 334 edições, parte importante da história deste país: a transição “lenta, segura e gradual” do regime militar para o regime democrático, sob o ponto de vista dos “de baixo”.

MOVIMENTO

POLUIÇÃO X CRIANÇAS (a doença no ar em São Paulo)
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Multinacionais e Política)
ARGENTINA A morte de Roberto Santucho
PERU As ilusões desfeitas
ACORDO ATÔMICO Agora, com correção monetária...
ROBERTO SCHWARZ Entrevista: "O problema não é ser a favor ou contra as idéias estrangeiras, mas considerá-las sob uma perspectiva popular"

CENA BRASILEIRA

A ÚLTIMA VIAGEM DO EXPRESSO BÓIA-FRIA

(A morte de 19 trabalhadores do campo, em Araraquara, S.P.)

Maternidade, Brasília, Alameda, Maracá, São Paulo, Paulo Nery, Rio Branco (por ordem) C&B 18/00
 10 56 C&B 7,00 29 de julho de 1976

CAPÍTULO 2

MOVIMENTO: "O JORNAL DOS JORNALISTAS"

Foi na Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, que se estabeleceu a sede de *Movimento*, em 1975. Cansados de trabalhar para um patrão, e influenciados pela experiência francesa do *Le Monde*, um grupo de jornalistas já experientes resolveu criar seu “*Le Mondinho*”, como diziam, e lançaram as bases para essa rica experiência – política e jornalística – que foi *Movimento: o jornal dos jornalistas*. Alguns que à época trabalhavam para o jornal *Opinião*, de Fernando Gasparian, queriam fugir do formato das publicações com patrão, gostariam de viver uma experiência mais democrática dentro dos jornais, com pautas livres e amplas discussões tanto sobre a forma jornal quanto seus conteúdos. No começo de 1975, o editor-chefe de *Opinião*, Raimundo Pereira, é demitido por uma série de desentendimentos com o proprietário de *Opinião*. E a tal demissão é que marca o grande impulso para o nascimento do novo jornal sem um empresário-patrão.

Como não havia um empresário, não havia outra forma de financiar os custos do jornal senão o rateio entre os próprios amigos, colaboradores e jornalistas presentes. Aqueles que contribuíram viam uma proposta interessante que, naquela conjuntura de distensão política, representava uma forma de luta contra a ditadura militar. Muitas eram as tendências e partidos políticos que ali enxergaram uma possibilidade de organização da esquerda fora da clandestinidade.

Junto dos esforços para captação dos recursos foi lançado um *número zero*, distribuído gratuitamente nas universidades, nas bancas de jornal e entre jornalistas e colaboradores. Era um folheto de 8 páginas, com 70 mil exemplares, que despertava a atenção para o jornal que passaria a ser publicado e contava a história desde *Opinião* e incitava as pessoas a participarem ou colaborarem com o *jornal dos jornalistas*, sem patrão. Essa agitação e propaganda surtiria efeito tanto para as vendas do número 1 – aproximadamente 21 mil exemplares, nunca mais foi vendido tanto jornal – quanto na mobilização de jornalistas e colaboradores em geral que ajudariam a desenvolver o jornal dali pra frente. Mas também chamou a atenção do governo, fazendo com que a primeira edição sofresse censura prévia, mesmo assim, nascia *Movimento*.

O formato tablóide, que marcara quase todas as publicações da imprensa alternativa da época, pelo baixo custo, foi escolhido pelo grupo. Eles alegavam, contudo, que *Movimento* era um jornal feio, sendo que, de certa forma, as preocupações recairiam mais sobre os conteúdos ali dispostos do que sobre sua estética.

A cara do jornal fora marcada pelas ilustrações e abriu espaço para um projeto gráfico que incorporara toda uma nova geração de ilustradores e cartunistas, como Elifas Andreato, Jayme Leão, Laerte, Angeli, Glauco, Luiz Gê, os irmãos Caruso, entre outros. As imagens,

ilustrações e charges conferiam ao *Movimento* certo charme e travariam grandes batalhas com a censura prévia.

Impresso em fotolito, só podia contar com alguns detalhes coloridos na capa, de resto só preto e branco. A diagramação era feita pelo cálculo dos toques dados em cada linha, sendo que cada lauda deveria possuir 20 linhas de 70 toques: era um esforço quase artesanal que garantiu muitas noites mal dormidas na gráfica para os editores de arte do jornal. Basicamente, *Movimento* estava dividido em seções como “Cena Brasileira”, “Gente Brasileira”, “Estórias Brasileiras” (literatura), “Ensaio Populares” (editorial/política), “Economia”, “Cultura e Comportamento” e Charges – depois de um tempo criaram a “Corta Essa!”.



Imagem 1 - Corta Essa! Movimento, n.184, 8 de janeiro de 1979, p.28.

A sede em São Paulo ainda contava com sucursais espalhadas Brasil afora: Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Salvador, Recife, Belém, Curitiba, Londrina, Porto Alegre. Essa amplitude foi alcançada pelo trabalho de repórteres, como Murilo Carvalho, que viajavam todo o país recrutando apoio e lideranças políticas que estivessem dispostas a vender o jornal em suas cidades e também a escrever, discutir e cooperar com a experiência. A vendagem era feita tanto pela distribuição em bancas como pela venda militante. Esse tipo de venda, a venda política, permitia um processo de aglutinação política

em torno de *Movimento*. Enquanto militantes vendiam o jornal, aproveitavam para falar da experiência do jornal-frente e também para discutir os próprios conteúdos publicados.

Como já citamos, apesar de nascer já no período da abertura política de Ernesto Geisel, o jornal teve muitos problemas com a censura. Logo no seu primeiro número teve que encarar a novidade da censura prévia – isso porque a polícia federal teve acesso ao número zero e sabia, portanto, qual era a posição política combativa de *Movimento*. Nasceu, portanto, sob censura e assim continuou por muito tempo. Segundo Carlos Azevedo,

A edição de Nº 2 de *Movimento* teve 14 matérias vetadas, 12 parcialmente cortadas, num total de 72 laudas. Várias publicações não puderam ser publicadas. A capa, que anunciava uma longa reportagem sobre a crise dos trens na Central do Brasil, teve que ser substituída depois que metade da matéria foi vetada [...]. Mesmo assim, o jornal saiu com 28 páginas, em alguns artigos trazia a crítica à política de distensão do governo, à incompetência da Arena (o partido governista) e às escorregadelas adesistas de parte do MDB, o único partido legal de oposição. (AZEVEDO, 2011, p.67).

E foi assim também com os números que se seguiram. A censura, a partir do governo Geisel foi sendo suspensa em etapas, desde 1975 até 1978 – terminou apenas 6 meses antes do fim do estado de exceção assegurado pelo AI-5. Na primeira etapa foi suspensa a censura aos grandes jornais (mídia convencional/comercial) que já praticavam autocensura, como a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*²⁵. Mais os jornais e revistas que tinham uma linha editorial de combate ao regime militar foram perseguidos e censurados até 1978. A preocupação do governo com as publicações de *Movimento* vem desde seu primeiro número, como já mencionamos, e demonstra caráter combativo desta experiência de organização coletiva. Muitos temas eram vetados: trabalho da mulher; a morte de Vlado Herzog; convenção do MDB e a tese sobre a Constituinte; até a Declaração da Independência estadunidense foi cortada.

A censura tinha uma repercussão direta nas vendas, como afirma Carlos Azevedo:

O jornal foi novamente golpeado com a apreensão total da edição Nº45 (11 de maio de 1976) sobre a situação da mulher no trabalho. Em junho, enquanto os censores saíam da redação de *Veja*, os artigos vetados em *Movimento* baixaram pra dez por edição. Mas a censura recrudescer no início de agosto, com o estouro do escândalo das “mordomias” (série de reportagens publicadas no *Estadão* e assinadas por Ricardo Kotscho) derrubando novamente as vendas para cerca de 9 mil exemplares; curva que continuava descendente à medida que o número de artigos censurados subia durante a campanha eleitoral: em outubro chegou-se a 36 artigos censurados para cada edição e o número de exemplares vendidos no mês caiu para 8 mil exemplares, metade da venda média do ano de 1975. (AZEVEDO, 2011, p.95).

²⁵ Para saber mais sobre a questão da autocensura em *Folha de São Paulo* e *Veja*, ler: PASTORE, Bruna. O complexo IPES/IBAD e a grande imprensa como legitimadores da ditadura militar brasileira. 2010. 117f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

O que ainda sustentava o projeto de *Movimento* era a solidariedade dos seus acionistas. Aquele momento, o grupo já tinha se constituído formalmente como uma sociedade anônima, e conseguia se manter pela venda de suas ações para aqueles que o apoiavam. Esta configuração “empresarial” curiosamente foi mais fácil de manter, o jornal chegou a contar com 500 acionistas. A maior dificuldade não era com o apoio financeiro de *Movimento*, mas a questão da participação e da garantia de uma democracia interna dentre todos os acionistas, colaboradores e jornalistas que vinham das mais diferentes tendências políticas e partidos e disputavam entre si aquele espaço organizativo.

Investigar a forma como se organizavam é um dos objetivos específicos deste estudo, pois podemos pensar a forma das frentes-jornalísticas como a ante-sala da forma partido-frente –a qual reivindicou o Partido dos Trabalhadores, o PT, por exemplo. Outra questão relacionada, e mais específica, é colocada por Michelle Reis de Macedo, em sua tese de doutoramento:

[...] contextos de transição política são sempre momentos de intensos embates entre diferentes projetos políticos e que, para afirmar sua legitimidade com o melhor projeto para o futuro do país, os grupos sociais em disputa resgatam representações do passado; memórias que tem como meta afirmar uma certa identidade no presente. (MACEDO, 2012, p.12).

Assim sendo, o estudo da forma jornalística como uma frente ampla ajuda-nos a revelar os embates políticos que figuravam na fase da transição da ditadura militar e possibilita a reflexão sobre as possíveis formas de organização da esquerda brasileira e seus níveis de consciência. Foi neste período que vários dos partidos e das personalidades políticas, que hoje atuam no Estado brasileiro, se educaram/formaram politicamente. Ou seja, o estudo do passado recente pode esclarecer os rumos tomados por esta esquerda que tendeu a acumular derrotas históricas.

Uma questão importante de ser realçada é que *Movimento* contava com um *Programa*²⁶ que fora publicado no número zero, assim, era a partir do seu Programa político que se fazia jornalismo. E é justamente a questão política que pesou para o jornal, pois nas reuniões e assembleias ficava evidente a disputa entre as mais variadas posições políticas da esquerda. As reuniões de pauta e de crítica (análise da edição anterior) eram o maior termômetro para indicar esses embates. Conforme aponta Azevedo:

[...] as pautas eram decididas livremente, entretanto, uma vez fechadas, não se discutia mais, fazia-se a matéria, prevalecendo a hierarquia da redação. Já na reunião de crítica do jornal, de participação igualitária, a disputa política aflorava. Ali se discutia das capas aos artigos de cada edição, sempre do ponto de vista do posicionamento político tomado pelo jornal. (AZEVEDO, 2011, p.106).

²⁶ Consultar o *Programa* em: MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, de 7 de julho de 1975; e MOVIMENTO. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24.

As discussões iam para além das matérias, eram políticas e de grande conteúdo formativo para aqueles militantes. A reunião de crítica incitava ao aprimoramento técnico e político de cada um e também do intelectual coletivo que ali existia. Podemos aproximar este tipo de experiência ao que diz Antônio Gramsci acerca dos *Círculos de Cultura* que buscam criticar os trabalhos produzidos em gestão colegiada por cada redator/a individual para instituir uma nova competência técnica e política para um *trabalhador intelectual coletivo* que se constituirá, portanto, no mais bem preparado dentre todos/as²⁷.

2.1 Programa e forma organizativa do jornal

O número experimental, que se convencionou chamar “número zero”, além de uma peça de propaganda para atrair leitores e possíveis acionistas, lança mão de um *programa político* com objetivos esclarecidos em suas oito páginas. Sob o título “Nasce um jornal”, Raimundo Rodrigues Pereira conta a partir de sua trajetória pessoal como jornalista e, também, de outros tantos como se criou a ideia da formação de *Movimento*. Desde 1944 a forma do “jornal dos jornalistas” já havia sido colocada em prática pela experiência do *Le Monde*, na França.

Nesta edição preliminar de *Movimento*, reservam-se largas críticas aos jornais comerciais, ou ainda, jornais empresariais com patrão. A intenção era agora se livrar dos padrões e construir um jornal independente. A proposta superava não só a forma empresarial de se fazer jornalismo, mas também demonstrava uma perspectiva de expansão de seus próprios limites como jornal:

[...] se acreditava que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo mas de ajudar a transformá-lo. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Esta referência direta a 11ª *Tese ad Feuerbach*, de Karl Marx, indica tão já uma intenção de se operar de forma ampla, ou melhor, de forma *integral*, pois para além da tarefa jornalística se propõe uma tarefa *extra-jornalística*. Aproxima-se, então, a experiência do jornal *Movimento* com a proposta de Antonio Gramsci de um tipo de jornalismo integral:

Jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mais pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI, 2001, p.161).

²⁷ Ler mais a este respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.34.

A edição preliminar de *Movimento* traz não só uma concepção do fazer jornalismo como retrata a gênese deste jornal e a proposta de organização do mesmo. Sobre a origem do jornal, conta Raimundo R. Pereira:

O fim da primeira equipe de *Realidade* se devia a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, e não do dono. O resultado da crise é que a equipe saiu e o dono ficou. Em torno dessa equipe de *Realidade*, algum tempo depois se fundou a editora *Arte & Comunicação*, em São Paulo. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Tal editora, a *Arte & Comunicação (A&C)*, trazia em suas publicações críticas à forma comercial de se fazer jornalismo, isso entusiasmou os ex-integrantes de *Realidade* que encabeçaram a nova tarefa de construir a *A&C*. O fator financeiro foi decisivo e a editora foi à falência em aproximadamente dois anos. Porém, a fórmula do *jornal dos jornalistas* se aprimorou durante essa experiência.

Havia mais de cem pessoas envolvidas nas publicações da *A&C*, como por exemplo, o *Bondinho* ou o *Jornalivro*. Vê-se, portanto, que apesar de ter nascido e morrido numa crise comercial, aglutina uma boa quantidade de pessoas que estavam mais interessadas em fazer jornalismo do que fazer dinheiro. Mas, como explica Raimundo Pereira:

As grandes virtudes da *A&C* – seu caráter aberto, sua capacidade inconformados de todos os tipos, sua generosidade e sua inquietação criativa – foram, com tudo, os mesmos ingredientes de sua derrota comercial. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

A vida no interior da editora ia muito bem, mas não se atentaram para o fato de que ser independente era diferente de não precisar de dinheiro. Ratifica Raimundo Pereira:

[...] se curtia a vida interna da empresa mas ela estava metida no “mundo mau” das empresas, onde ou se tem lucro, ou se vai a falência – independentemente do valor da experiência interna. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Com o fim da *A&C*, em 1971, os editores e ex-editores que estavam no projeto de *Bondinho* passaram a pensar na proposta do chamado *Le Mondinho* (uma mistura do *Le Monde* francês com o *Bondinho* brasileiro) e desta iniciativa surge um boneco – um modelo gráfico – para uma publicação independente que seria então financiada pelos próprios editores: a *Assunto*. Neste grupo estavam presentes Elifas Andreato, Dirceu Brisola, Antonio Carlos Ferreira (Tonico) e Raimundo Pereira, quatro futuros editores de *Movimento*:

Assunto nunca deixou de ser um boneco. Revendo esses projetos distante contudo, *Assunto* me parece importante, porque mostra a continuidade de todos os projetos, a preocupação que se tornara constante entre um grupo de

jornalistas de São Paulo – a mesma que sempre se repetira entre outros jornalistas em diferentes épocas e lugares – em fazer um jornal independente. E a convicção de que isso não se faria nos quadros das grandes empresas jornalísticas existentes. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Bernardo Kucinski que, como já apontado, também comporia o quadro de editores de *Movimento*, conheceu, em Londres, um industrial, Fernando Gasparian e soube da sua intenção de lançar um jornal no Brasil. Este jornal seria o *Opinião* que, por intermédio de Kucinski, chegou até o grupo de *Assunto*. O grupo enxergou a possibilidade então de colocar as ideias de *Assunto* em prática.

Já cansados da forma convencional/comercial de jornalismo e tentando assegurar uma forma mais democrática para as tomadas de decisão dentro do jornal *Opinião*, os editores e redatores pressionavam Gasparian. Queriam que pelo menos 49 % das ações do jornal fossem da própria redação, garantindo assim um poder de voz para os trabalhadores do jornal junto do seu sócio majoritário, o próprio Gasparian.

O industrial insistiu na ideia de deter a propriedade jurídica do jornal, mas concordou que a propriedade intelectual deveria ser de todos que o compunha. A equipe que vinha do projeto de *Assunto* não achou suficiente essa forma de organização proposta por Gasparian. Mas, por não conseguir colocar em prática – principalmente por não conseguir capitalizar seu projeto anterior – acabou acatando e se dispondo a participar da experiência de *Opinião* até onde fosse possível:

O propósito era o seguinte e fora decidido em reunião pelo grupo: fazer *Opinião* nas bases propostas, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida – uma possibilidade que já se antevia pelo fato de a redação não ter nenhum mecanismo final de controle sobre o jornal – prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato ou de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas ideias. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

E como foi vaticinado, aconteceu. Devido a demissão de Raimundo Pereira do jornal *Opinião* o resto da redação se solidarizou com o editor e abandonou Gasparian. Argumentava que a decisão de despedir ou não um editor deveria ser decidida por todo o grupo e não só pelo proprietário do jornal. O momento era de crise no jornal e no Brasil, e, para aquela redação, “as práticas democráticas deveriam ser fortalecidas e não abandonadas”. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4). Desta saída em massa do jornal *Opinião* é que surge o *jornal dos jornalistas*, no Brasil, ou seja, nasce então o jornal *Movimento*.

A redação demorou pelo menos uma semana inteira para conseguir deixar de fato *Opinião* e começar a construir *Movimento*. Foi nomeada uma comissão que representava todas as tendências que comporiam um novo jornal que nascia não só do desgaste com Fernando Gasparian, mas também entre os próprios redatores. Como eram muitos – aproximadamente 60 pessoas – decidiram que seria impraticável reunir todos para discutir e deliberar sobre os princípios do novo jornal. Foram então nomeadas 16 pessoas que comporiam a Comissão para primeiro resolver todas as divergências do passado e, depois, definir os próximos passos para *Movimento*:

Primeiro, foram aprovadas a pacificação e a recomposição com o diretor de *Opinião*, que se dispôs a ajudar a fazer *Movimento*, como um de seus muitos acionistas e que foi convidado para fazer parte de nosso Conselho Editorial (posteriormente, ele desistiria do convite). Com isso ficava esclarecido que a posição da equipe diante do novo *Opinião* seria a de críticos interessados em que ele mantivesse as tradições e os princípios que tivera quando nós o fazíamos. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p. 6).

Ainda complementa Raimundo Pereira sobre a questão financeira e da divisão jurídica da nova empresa, sem patrão: “Segundo, se decidiu por unanimidade que a empresa que faria *Movimento* deveria ter sua propriedade dividida entre as pessoas que o fizessem”. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Além de questões de linguagem e conteúdo, foi discutida a orientação política do jornal, e, também, aprovado por unanimidade um programa mínimo a ser cumprido pelo jornal. No canto superior direito da página 5, ao lado das fotos das personalidades que compunham o Conselho Editorial provisório de *Movimento*, estavam colocados quais eram os objetivos do jornal, ou ainda, qual seu programa político.

Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
 Descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
 Acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

Observa-se, neste sumário de intenções do jornal que o alinhamento político é de esquerda e prevalecem, neste sentido, a ideia da liberdade democrática, o anti-imperialismo, a valorização da cultura popular, melhoria da qualidade de vida e uma preocupação com a exploração dos recursos naturais do país que beneficie a todos. Não existe, além de um flerte,

a menção de nenhuma proposta que discuta a formação de uma nova sociedade – socialista ou comunista – e também não se vincula em parte alguma à ideia de revolução.

Se não estamos tratando da esquerda propriamente revolucionária, de qual esquerda, ou melhor, de quais esquerdas estamos tratando neste caso?

A própria conjuntura explica este aspecto: a formação das frentes-jornalísticas no período se dá em um momento de mudança, não só no regime ditatorial entrava na distensão política, mas também a própria esquerda repensava suas táticas e estratégias. Muitos foram os mortos, torturados e perseguidos políticos por conta da opção de enfrentamento do regime via luta armada nas guerrilhas urbanas. E, por se armarem, rapidamente os militares passaram a legitimar os atos mais violentos de repressão contra toda esquerda, não só a armada, se colocando como os defensores da ordem e contra os “terroristas”.

A esquerda se encontrava massacrada, desorganizada e desacreditada, era então necessário se renovar estrategicamente. Neste contexto se insere a formação das frentes-jornalísticas. Frentes, pois reúnem muitas vertentes e organizações políticas em um objetivo comum. O jornal *Movimento*, por isso, reunia organizações e intelectuais de toda parte da esquerda brasileira.

Membros de partidos como o PCdoB que vinham da luta armada; membros do partido de oposição no regime militar, o MDB – um setor específico conhecido por “os autênticos do MDB” –; intelectuais marxistas como Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodr e e Chico de Oliveira; estudantes; setores progressistas; e, importante mencionar, setores da burguesia, como o industrial Fernando Gasparian, o antigo patrão do jornal *Opinião*.

Quando se observa as páginas de *Movimento*, percebe-se a insistência do uso do termo *democrático-popular* para se referir àquela frente em específico. Por exemplo, na publica o do seu programa político-editorial na sua última edi o: “Assim deve ser, em nossa opinião, **um jornal democrático-popular**, independente e pluralista.” (MOVIMENTO. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24, **Grifos nossos**).

A concep o de democrático-popular há muito ronda as esquerdas brasileiras, não são aqui, mas as esquerdas em vários lugares do mundo. Trata-se de uma concep o que demarca a op o, principalmente, pela concilia o de classes com fra es da burguesia, a qual aderiam, dentre os grupos que compunham o jornal, especialmente, os membros advindos da A o Popular Marxista-Leninista (APML), do PCdoB e do PCB.

Além do programa mínimo, a comissão também aprovou uma “lista de nomes para o Conselho Editorial, a quem se delegaria poderes de participar da escolha do editor de *Movimento*” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Tal conselho tinha por tarefa, como diz o próprio nome, debater a linha editorial do jornal. Para tanto, foram escolhidas, naquele momento, nove pessoas que compunham tal conselho, dentre estas: Fernando H. Cardoso, Chico Buarque de Hollanda, Alencar Furtado e Orlando Vilas Boas.

Em *Movimento*, a novidade quanto a propriedade do jornal se dava junto à configuração do Conselho de Redação (C.R). Segundo o jornal:

Doze pessoas formam o primeiro Conselho de Redação de *Movimento*, que representará toda a sua redação e colaboradores. Provisoriamente, o Conselho de Redação ficara com 51% das ações de *Edição S/A*. Posteriormente, as redações serão redistribuídas na redação, de acordo com as formas que ainda estão sendo estudadas, passando o jornal a ser, efetivamente, propriedade dos que o fazem. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

O Conselho de Redação tem também a função de aconselhar o editor (escolhido em reunião entre o Conselho Editorial e o Conselho de Redação) e debater a linha editorial com o C.E., podendo aprová-la ou não. É importante lembrar que neste momento o “Conselho de Redação é provisório: o efetivo deverá ser eleito pelos colaboradores e por toda a redação que ainda não está completamente constituída” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

Outra função que deveria ser exercida pelo C.R. é a possível restituição do cargo de editor caso necessário. Para isso deveria ser convocada uma reunião extraordinária por, pelo menos, 2/3 dos seus membros.

A escolha de Raimundo Pereira para editor de *Movimento* foi unânime entre a comissão que organizava os primeiros passos do jornal. Porém, haviam divergências sobre como se deveria se dar a função de editor e, principalmente, quanto aos poderes que este poderia ganhar dentro do jornal dos jornalistas.

Como se vê, havia uma unanimidade extraordinária dentro da equipe. Ela permitia confiar a uma pessoa que por um tempo determinado, já que o editor é eleito – uma soma incrível de poderes. Porém, num ponto havia discordância clara: um grupo queria que o editor não pudesse ler as matérias das várias editorias antes de elas serem publicadas, cada editor deveria poder editar livremente a sua seção à posteriori diante do editor. Outro grupo achava que o jornal deveria ser mais centralizado: o editor deveria poder ler e vetar, se julgasse necessário, as matérias dos vários editores da seção antes de elas serem publicadas. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Caso o editor geral viesse a cometer abusos, o C.R. poderia destituí-lo do cargo. A maneira centralizada foi a mais votada pela Comissão, mas ganhou com uma margem bem apertada: “o grupo que achava necessário um jornal mais centralizado teve sete dos treze votos presentes à reunião. Entre os seis que votaram contra a proposta cinco resolveram se afastar da comissão embora continuando a colaborar com o jornal” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Esta primeira comissão, composta inicialmente por 16 pessoas, passou a ter 11 com a saída dos outros 5, descontentes com o papel centralizador dado ao editor. São estes 11 que comporão por um tempo o próprio C.R de *Movimento*. Com os conselhos devidamente montados, votado e eleito o editor geral, aprovado um conjunto de regras para o fundamento interno do jornal, depois de ampliar discussões, agora era preciso se erguer matematicamente como jornal:

No dia 10 de março [NCS: de 1975], uma equipe de 4 integrantes do conselho dos onze estava diante de uma questão pouco metafísica: como arrumar um milhão de cruzeiros, o capital inicial que se avaliou necessário para fazer o jornal que a equipe queria? (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

A equipe passou a visitar, primeiramente, as redações de outros jornais e revistas na tentativa de vender as ações do jornal. Não ter um único proprietário e dividir a propriedade jurídica em ações era uma forma de garantir a independência naquele jornal.

De dezenas de reuniões feitas em redações com grupos de professores, médicos, engenheiros, empresários, em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e algumas outras cidades, o capital de Edição S/A – a sociedade anônima que a redação criou para fazer o jornal – começou a surgir. No final de maio [em 1975] Edição tinha 160 acionistas, metade deles sendo jornalistas, e 70 mil cruzeiros, entre dinheiro e promissórias assinadas. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Em julho de 1975, mês e ano das primeiras mobilizações de *Movimento*, a redação já contava com 70 pessoas, o C. E, manteve seus nove integrantes e já havia, pelo menos, 200 acionistas na *Edição S/A*.

Para a captação de recursos do jornal eram também utilizados espaços para anunciantes no periódico. Os anúncios ocupavam sempre espaço pequeno no jornal. Esta não era, definitivamente, uma forma eficaz de se manter financeiramente para *Movimento*. Nos poucos anúncios observados – geralmente dispostos apenas nas últimas páginas do jornal – reparamos que os anunciantes eram, quase sempre, revistas e jornais alternativos, editoras, rádios e companhias de teatro. Observamos também a utilização desses espaços pelo próprio jornal *Movimento*, no sentido de divulgar e fazer campanha para angariar mais assinaturas, com os dizeres garrafais em fundo preto “Assine *Movimento*” (MOVIMENTO. Anúncio. *Movimento*, de 8 de maio de 1978, p.5).

O Conselho Editorial: nove personalidades democráticas

Uma das principais preocupações de Movimento foi escolher um conjunto de nomes representativos da política e cultura brasileira. Eles se reunirão para debater a nossa linha editorial.

Movimento terá um Conselho Editorial composto por nove personalidades democráticas, cujas posições são representativas das preocupações gerais do jornal. Entre as funções do Conselho está a de, juntamente com o Conselho de Redação, escolher o editor de Movimento, a cada início de ano, ou substituí-lo a qualquer época, de acordo com os regulamentos do jornal, se houver necessidade. Este Conselho deve também discutir e analisar a linha editorial de Movimento e verificar a sua aplicação prática pelos editores. Dos membros do Conselho, sete já estão definidos e são os seguintes:

Edgar de Godói da Mata Machado - Mineiro, 62 anos, foi professor universitário, secretário de Estado e deputado. Em 1947, Milton Campos nomeou-o para a chefia de Gabinete do governo de Minas. Posteriormente ele foi secretário da Fazenda, do Trabalho e Cultura Popular. Escreveu *Elementos de Teoria Geral do Direito*, em 1972, e anunciou *Memórias de um Pároco de Aldéa*, de George Bernanos e obras de Jacques Maritain. Deputado federal, teve o mandato cassado em 1969 e também deixou a Universidade.

Francisco Buarque de Hollanda - Aos 32 anos, Chico Buarque é sobretudo um compositor de músicas inéditas. Mas são muito conhecidas *Construção*, *Apele de Voz*, *A Bandeira*, *Pedro Pedreiro*. Em 1968 surpreendeu com a peça *Roda Viva*, experiência que tentou reeditar com *Calabar*, escrita de parceria com Ruy Guerra. Além de compor trilha sonora de filmes e gravar músicas de outros autores, Chico Buarque dedica-se atualmente à literatura - em 1974 escreveu *Fazenda Modelo*.

Hermilo Borba Carvalho Filho - 38 anos, romancista, teatrólogo, folclorista, professor universitário, Hermilo Borba Filho foi um dos fundadores do Teatro Popular do Nordeste. Jornalista, escreveu no *Correio da Manhã* e em jornais de Pernambuco. Sua obra literária inclui, além de peças, ensaios sobre o teatro e folclore, vários romances, entre eles



Orlando Villas-Bôas



Edgar da Mata Machado

Aqui, O General Está Pintando e o conjunto de quatro obras denominado Memórias de um Cavalheiro da Decadência.

José de Alencar Furtado - Cearense de Araripe, advogado, começou a carreira política no Paraná, em 1965, onde foi deputado estadual. Atualmente, aos 49 anos, é o 2º vice-presidente da Câmara Federal (MDB) e preside a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação das empresas multinacionais no Brasil.

Fernando Henrique Cardoso - Sociólogo e economista, é um dos diretores do Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Autor de vários ensaios, incluídos *O Modelo Político Brasileiro e Autoritarismo e Democracia*, trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina, organismo das Nações Unidas. Deu cursos em universidades estrangeiras e lecionou na Universidade de São Paulo.

Orlando Villas-Bôas - Administrador do Parque Nacional do Xingu, sertanista, etnólogo e escritor. Em 1943, integrou a Expedição Roncador - Xingu, que penetrou no Centro-Oeste, onde demarcou o centro geográfico do Brasil, construiu



Alencar Furtado



Audálio Dantas



Chico Buarque

estradas e aeroportos, e ficou para sempre, ao lado dos índios. Paulista de Santa Cruz do Rio Pardo, onde nasceu há 56 anos, é cotado para o Prêmio Nobel da Paz, ao lado de seu irmão Cláudio, por sugestão de entidades europeias.

Audálio Dantas - Jornalista, alagoano, 45 anos, começou como fotógrafo da *Folha de São Paulo*, onde chegou a chefe de reportagem. Em 1959, assumiu a redação de *O Cruzeiro* em São Paulo, passando depois para *Quatro Rodas*, da qual foi redator-chefe. Posteriormente, foi um dos editores da revista *Realidade*, mas preferiu deixar este cargo pela reportagem. Depois de dirigir durante três meses a sucursal da *Editora Bloch* em São Paulo, voltou à *Realidade*, onde é novamente editor. Preside o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, eleito pela oposição.

Mais duas personalidades, uma do Rio Grande do Sul e outra de São Paulo, serão convidadas para integrar o Conselho Editorial.



Fernando Henrique Cardoso



Hermilo Borba Filho

Conselho de redação: a propriedade para quem faz o jornal

Doze pessoas formam o primeiro Conselho de Redação de Movimento, que representará toda a sua redação e colaboradores. Provisoriamente, o Conselho de Redação ficará com 51% das ações de Edição S/A. Posteriormente, as ações serão redistribuídas na redação, de acordo com as fórmulas que ainda estão sendo estudadas, passando o jornal a ser, efetivamente, propriedade dos que o fazem. Durante o funcionamento normal de Movimento, o Conselho assessorará e aconselhará o editor. Com o Conselho Editorial, debaterá e aprovará a linha do jornal e, em reunião conjunta, ambos poderão tomar outras decisões quanto ao funcionamento e à edição do jornal. Este primeiro Conselho de Redação é provisório; o efetivo deverá ser eleito pelos colaboradores e por toda a redação, que ainda não está completamente constituída.

Aguinaldo Silva - Pernambucano, 31 anos, começou na imprensa em 1962. No Rio, desde 1969, trabalha em *O Globo*, onde é subeditor de assuntos locais. Tem seis livros publicados, entre eles *Redenção para Job*, *Cristo Parado no Méio* e *Geografia do Ventre*. Prepara agora a *República dos Assassinos*, sobre o ex-policia Maril Marisco.

Antonio Carlos Ferreira - Paulista, 27 anos, arquiteto, jornalista. Foi secretário de redação da edição especial de *Realidade* "Nossas Cidades". Editor-executivo de *Opinião*, terá o mesmo cargo em *Movimento*.

Bernardo Kucinski - Paulista, 37 anos, físico, produtor da BBC de Londres. Foi correspondente da *Gazeta Mercantil* e agora é editor especial de *Movimento*.

Eldas Andrade - Paranaense, 28 anos, foi chefe de arte da *Abrial Cultural*, editor de arte de *Opinião*, da revista *Argumento* e

Objetivos de Movimento:

- * apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
- * descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
- * acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas;
- * pela melhoria da qualidade de vida da população;
- * contra a exploração do país por interesses estrangeiros;
- * pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo;
- * pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.

agora é editor de arte de Movimento.

Fernando Peixoto - Ato, diretor de teatro, escritor e jornalista; escreveu *Brecht, vida e obra*, dirigiu, entre outras peças, *Um Griso parado no ar*, *Calabar*, *Caminho de Volta*. Será editor de cultura de Movimento.

Francisco de Oliveira - O sociólogo pernambucano Chico de Oliveira já foi desde funcionário da Lambretta do Brasil S/A, até superintendente substituto da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Trabalhou para a ONU e para diversas organizações latino-americanas; trabalha atualmente para o Cebrap. Escreveu na *Revista Crítica*, *Brasiliana* e colaborou frequentemente em *Opinião*.

Francisco Pinto - Baiano, ex-prefeito de Feira de Santana, ex-deputado federal, advogado, foi convidado pelos 11 integrantes iniciais do conselho para a sucursal de Brasília de Movimento e integrar o seu primeiro Conselho de Redação.

Jean Claude Bernardet - Naturalizado brasileiro, 39 anos, crítico e roteirista de cinema, jornalista, ex-professor universitário em Brasília e São Paulo, colaborou nas revistas *Brasiliana*, *Civilização Brasileira*, *Temps Modernes*, *Argumento* e em *Opinião*.

Marcos Gomes - Mineiro, 29 anos, começou no jornalismo fazendo crítica literária. Em *Opinião* foi editor de economia, função que continuará exercendo em Movimento.

Maurício Azevedo - Jornalista desde 1958, passou pelas mais importantes publicações nacionais. Atualmente está na sucursal carioca de *O Estado de São Paulo*. Participa da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa.

Raimundo Rodrigues Pereira - Pernambucano, 34 anos, ex-editor de *Feira e Opinião*, será editor de Movimento.

Tendonito Braga - Mineiro, 22 anos, foi lançado no jornalismo por *Opinião* como correspondente em Belo Horizonte. Será editor-assistente de Movimento em Brasília.

Imagem 2 - Personalidades que compunham os Conselhos de Movimento. Movimento, n. 0, 07 de julho de 1975, p.5.

A independência financeira reflete na independência intelectual, como segue:

[NCS: O leitor] Não verá o seu órgão de informação se converter num instrumento de poder econômico em detrimento da informação, porque a propriedade do jornal estará diluída entre muitas pessoas, sem um proprietário hegemônico. Significa que muitos jornalistas poderão obter em troca de suas colaborações algo que nem sempre obtém em seu emprego: o direito de defender suas próprias ideias. (MOVIMENTO. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7).

Outra questão que reincide sobre a independência intelectual das publicações jornalísticas é o poder dos anunciantes. Grande parte da receita das empresas jornalísticas provém dos seus anunciantes e esta dependência geralmente fere a liberdade de certas publicações. Por isso, os jornalistas de *Movimento* decidiram por aceitar publicidade desde que sua independência intelectual não fosse atacada. Aceitavam os anúncios, porém não tinham como meta depender da publicidade para engordar sua receita.

Até agora, só uma solução tem se revelado eficaz para evitar essa pressão econômica: não depender da publicidade e renunciar alguns gastos que a publicidade farta proporciona. Isto talvez signifique papel de qualidade inferior, sem fotos coloridas, mas a experiência tem mostrado que a análise e a cobertura dos fatos não se alteram, até pelo contrário, só se beneficia em termos de independência política e econômica. (MOVIMENTO. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7).

O ano de 1977 foi marcado pelo conhecido “racha”, neste episódio, 38 membros de *Movimento* se retiraram do jornal de frente. Uma longa reunião com grande participação dos colaboradores, acionistas, redatores e conselheiros em geral marcou esta saída da dissidência. Duas propostas foram colocadas para voto: a primeira, vinda da diretoria e anunciada por Raimundo Pereira, dizia da importância do jornal se reafirmar como frente democrática e popular na luta contra o regime militar, considerando o mais amplo espectro de bandeiras progressistas e opositoras possível. A segunda proposta, vinda dos dissidentes, colocava como centro a democracia interna e pedia por uma revisão na linha editorial do jornal que não contemplasse tantas bandeiras.

A votação favoreceu a proposta da diretoria e, por isso, os dissidentes romperam com o jornal. Os problemas quanto a linha editorial e o programa de *Movimento* continuaram mesmo com a saída da dissidência. Apenas alguns anos depois que estes membros se desligariam de uma vez por todas através de uma carta que fora publicada²⁸.

²⁸ MOVIMENTO. Cartas Abertas. *Movimento*, n.288, p.20.

O conselheiro Luiz Bernardes, chefe da sucursal de Belo Horizonte, antes do pedido de demissão coletivo realizado por carta, escreveria uma espécie de carta aberta para ser publicada em *Movimento*:

A adoção de uma conduta editorial que colocou o jornal em choque frontal com o curso dos acontecimentos no país e com as necessidades da oposição democrática, nacional e popular. Uma conduta, no geral atrasada em relação á conjuntura, às vezes estreita no trato de questões imediatas da oposição. E principalmente de menosprezo do movimento popular. [...] A linha do jornal neste quadro não teve o sentido geral de se pôr a serviço do fim do regime e do avanço do movimento democrático-popular. Nem de se pôr a serviço da inviabilização e desmascaramento das propostas de auto-substituição do regime, nem a serviço das alternativas radicais de seu fim, particularmente das de cunho popular. Em consequência, não teve o sentido geral de combate às tendências conciliadoras no seio da oposição. (MOVIMENTO. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.21).

Bernardes, em sua crítica, voltava ao debate de 1977 e não media esforços para caracterizar *Movimento* como um jornal elitista, sectário, sem democracia interna e que abandonara sua condição de frente democrática e popular. A crítica não é descabida. Porém, o que se observa é um descompasso quanto a caracterização da linha do jornal e a própria noção de frente democrática e popular. As acusações de Bernardes tem algum fundamento, mas este se debate justamente com a concepção de frente democrático-popular, reivindicada desde o início pelo jornal. Portanto, o jornal não parece ter traído seu programa político, pois continuava a atuar tal qual frente democrática e popular.

O que Bernardes queria realmente afirmar é que o jornal se tornara uma “guarda para dissidentes do PCdoB” (MOVIMENTO. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.22). Isto o transformaria em um jornal do partido, o que feriria sua condição de frente. Obviamente a diretoria, os conselheiros e a redação discordaram de Luiz Bernardes e o responderam em outra edição:

[...] a atual equipe de Movimento este cada vez mais convencida de que o rumo que segue é exatamente aquele apontado pela proposta vencedora na Convenção: Movimento baseia-se na realidade objetiva, opõe-se ao regime militar, leva em conta suas modificações reais nos últimos tempos, publica todas as opiniões relevantes, é um jornal de frente, defende os interesses democráticos e populares e está ao lado do movimento popular nesta sua fase de ascenso. (MOVIMENTO. Resposta da direção de Movimento aos que se afastam. *Movimento*, n.288, de 12 a 18 de janeiro de 1981, p.20).

A convenção citada no trecho é a Convenção Nacional do jornal que fora feita justamente para discutir seu programa e linha editorial. A proposta vencedora, novamente, fora a de Raimundo Pereira, com a maioria esmagadora de votos, reafirmava o programa do jornal como frente democrático-popular. A proposta de mudança vencida foi levantada por

Luiz Bernardes e obteve apenas 3 votos. Depois da convenção, um documento que apresentava de forma mais clara o programa político de *Movimento* foi redigido. Este documento foi publicado na última página da última edição do jornal. Assim segue,

Reafirmando e atualizando essa orientação político-editorial, deixamos claro que, para nós, *Movimento* deve continuar sendo, como sempre, um **jornal de frente**, sem vinculação partidária, que tem como aspecto principal o combate ao regime ditatorial-militar e a defesa de programa democratizador de acordo com os interesses populares; mas que tem também, como aspecto subordinado, o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular com o sentido de contribuir para a superação de suas debilidades. Não entendemos, portanto, que um **jornal de frente** deva tratar apenas questões consensuais. Lutamos por um jornal que: 1º) apresente, analise e comente os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo; 2º) defenda as posições unitárias do movimento democrático e popular; e 3º) divulgue todas as opiniões, democráticas e populares relevantes sobre os temas em debate. Assim deve ser, em nossa opinião, um jornal democrático-popular, independente e pluralista. (MOVIMENTO. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24, **Grifos do Autor**).

Além disso, o programa trazia as questões já suscitadas na edição preliminar, como “apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana”, “descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira” e “acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas”.

Ao que tudo indica, *Movimento* cumpriu sempre com seu programa. A análise da edição preliminar e da última edição de *Movimento* permitiu um panorama na sua forma organizativa e trouxe aos olhos também algumas de suas concepções políticas e jornalísticas. As análises que seguem tendem não só a mostrar a visão deste jornal, aqui tratado como *intelectual coletivo*, como também a desvendar parte importante da história das esquerdas brasileiras na transição política entre o regime militar e o denominado regime democrático representativo, entendido, no aspecto de caracterização conceitual, enquanto autocracia burguesa²⁹.

²⁹ “Assim, a ‘modernização’ do Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica. Diferentemente dos processos bonapartistas clássicos, há, no processo brasileiro, não só a conciliação com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira *cede seu poder econômico para manter seu poder político* que, diga-se de passagem, terá sua autonomia nos limites impostos pelas potências industriais europeias [...]. Daí pensarmos que, para melhor conceituar o processo de conciliação brasileiro, devemos entendê-lo como um ‘bonapartismo-colonial’, como aspecto do fundamento autocrático dominante, engendrado ontologicamente pela formação histórico-particular do Brasil. O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos pólos centrais do capitalismo, para a qual a sociedade civil restringe-se aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. Será o articulador de uma política de Estado manipuladora e alijadora da massas populares, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa no Brasil. MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 129.

Como já mencionado diversas vezes, eram varias as tendências e organizações políticas que conviviam em *Movimento*, sendo algumas delas: Polop, PCB, Ação Popular, PCdoB, Remanescentes da Guerrilha Urbana, ALN, Colina, setores da Igreja Católica que simpatizavam com a Teologia da Libertação (Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais), além de jornalistas sem vinculação partidária e outros setores populares independentes que tinham naquele jornal sua forma de militância. Também participavam um grupo do MDB chamado de “autênticos do MDB”. O grupo de tendência trotskista que anteriormente formava o jornal alternativo *Centelha*, de Belo Horizonte, era majoritário na sucursal mineira.

As divergências políticas estavam aumentando e um grupo de oposição à diretoria se formou fora dos domínios do jornal. Bernardo Kucinski – jornalista que também trabalhara em *Opinião* e, desde o começo, em *Movimento* – passou a mostrar sua insatisfação quanto a postura autoritária da diretoria e do editor-chefe, Raimundo Pereira, e também apontava para uma divergência quanto aos conteúdos expostos na seção *Ensaio Populares*. Tal seção tinha cunho editorial para o jornal, portanto, exprimia o posicionamento do jornal como um todo. Para Kucinski tal seção estava seguindo os rumos do PCdoB e, dentre diversos motivos para discordar de tal posição do jornal, não consentia com o “aliancismo” que pregava o PCdoB na sua *tese etapista de revolução*³⁰.

O grupo mineiro *Centelha* concordava com Kucinski sobre a relação de *Movimento* com o PCdoB, mas era a proximidade com o stalinismo deste partido que repelia ainda mais o grupo de Minas. A briga entre trotskistas e stalinistas já era conhecida de longa data na Europa, porém viria a estourar aqui nos anos 1970. Os militantes de Belo Horizonte tinham como objetivo alcançar uma parcela maior do poder dentro do jornal, ou seja, disputar com o PCdoB a sua hegemonia política.

³⁰ Não só PCdoB, como também o PCB, por muito tempo, levaram como norte um teoria da revolução sem base material, objetiva e científica para o Brasil. Sobre este assunto, Caio Prado Jr discute os erros práticos e políticos advindos de tal deformação, no terceiro capítulo de *A Revolução Brasileira*, assim segue: “[...] o erro dessa teoria provém em última análise do sistema e do quadro geral em que ela se acha colocada, a saber, a suposição de que a conjuntura atual do processo histórico-social brasileiro reflete a transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo pois as transformações pendentes e que se trata de promover e realizar revolucionariamente, na superação dos restos semifeudais que ainda se incluem, como remanescentes do passado, na situação e conjuntura vigentes. Daí a ideia da revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal. Essa teses e essa teoria, nos seus traços gerais, [...] foram inspiradas, ou melhor ainda, se decalcaram fielmente no modelo encontrado na literatura marxista clássica, embora o caso do Brasil, bem como dos demais países de sua categoria e a ele assimiláveis, nunca tivessem sido objeto de consideração daquela literatura. A esse modelo clássico se acrescentou apenas a luta anti-imperialista. E para definir e caracterizar essa luta anti-imperialista, procurou-se outro modelo estranho: o dos países asiáticos dominados e explorados pelas grandes potências coloniais européias. [...] À luz desse esquema, tal como ele se propõe nos países em que, efetivamente, se aplica ou aplicou, e onde se inspira, que são como vimos, a Rússia czarista e os países asiáticos, observa-se uma linha divisória específica entre as seguintes classes e categorias sociais distintas de cuja posição respectiva e relações econômicas e políticas resultam algumas das principais tensões e impulsos revolucionários: os latifundiários, réplica no Brasil dos senhores feudais da Rússia czarista ou dos países asiáticos; uma burguesia retrógrada ligada a tais latifundiários, e aliados, com estes últimos, ao imperialismo; e, finalmente, um setor progressista da burguesia e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa, a chamada ‘burguesia nacional’” (PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.64-65 e 70).

Em abril de 1977, uma convenção iria mudar a história de *Movimento*. As discordâncias aumentavam entre as competências políticas e entre algumas lideranças do jornal. Tal convenção vinha no sentido de discutir os problemas e tentar resolvê-los. As propostas eram duas: i) a proposta da diretoria, feita por Raimundo Pereira, trazia a necessidade de se manter intocada a linha geral de oposição ao regime que buscasse o maior número de bandeiras viável e que, por isso, pudesse interessar ao maior número de pessoas possível; e ii) a proposta da oposição, delimitada em reunião na casa de Bernardo Kucinski pelos opositoristas paulistas, pelos mineiros trotskistas de *Centelha* e por alguns integrantes da sucursal de Salvador: propunham uma reparação na unilateralidade da linha de *Movimento* e uma maior democracia interna.

A proposta da diretoria ganhou a votação. Bernardo Kucinski e o intelectual Francisco de Oliveira (Chico de Oliveira) tinham para si uma proposta de ruptura com o *Movimento*. O grupo de Salvador e o grupo mineiro, primeiramente, queriam maior espaço participativo e decisório no jornal, mas depois aderiram ao racha. O racha de abril de 1977 marcou várias mudanças para *Movimento*, e, também, o começo de uma nova frente-jornalística: o jornal *Em tempo*. Mais tarde esse jornal também fora acusado de ser antidemocrático, pois teria se tornado um porta-voz imediato das tendências trotskistas.

A divergência entre trotskistas (*Centelha*) e stalinistas (principalmente, PCdoB e APML) foi, então, o pano de fundo para o “racha de 1977”.

No livro *Jornalistas e Revolucionários* (2011), o dissidente Bernardo Kucinski aborda a questão da imprensa alternativa e reserva largas críticas ao jornal *Movimento*. Kucinski alega que “em *Movimento* teceu-se uma complexa teia de relações secretas com várias instâncias do PCdoB, incluindo o recebimento regular de diretivas do comitê central” (KUCINSKI, 2001, p.9). A leitura hegemônica deste trecho, não raro, se traduz em uma forma reduzida de pensar a questão: o PCdoB controlava *Movimento*.

Baseados no livro recém-publicado *Jornal Movimento: uma reportagem*³¹, podemos encontrar outra visão dos fatos. Editado por *Manifesto Editora*, de Raimundo Pereira, pode-se supor que esta seja a “versão oficial” da história de *Movimento*. Porém, o livro foi desenvolvido através de uma pesquisa que levantou atas de reuniões; as edições de *Movimento*; entrevistas com vários militantes e intelectuais da época (inclusive Bernardo Kucinski). Temos agora, portanto, que tentar desvendar se a relação de *Movimento* com o PCdoB era tão estreita, e se não teríamos que nos aproximar do texto de Kucinski de maneira diferente – sem reduções ou mecanicismos.

³¹ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

Por partes: existiam de fato participações e colaborações de militantes do PCdoB, que estava na clandestinidade, no jornal *Movimento*. O próprio Carlos Azevedo, autor do livro *Jornal Movimento: uma reportagem*, foi militante da Ação Popular e depois do partido.

O PCdoB via em *Movimento* uma oportunidade de reorganização do partido que estava na ilegalidade, boa parte de seu comitê central estava na prisão ou no exílio. *Movimento* fora um primeiro momento de reaproximação desses militantes que estavam espalhados e escondidos pelo Brasil. Porém, o PCdoB planejava criar um jornal próprio que pudesse reorientar e rearticular sua militância. Para isso, criaram a *Tribuna da Luta Operária* que tinha como foco um público mais proletário e seria o jornal do partido, não um jornal de frente ampla como *Movimento*. Ao PCdoB também não interessava, portanto, controlar o jornal de frente.

A própria estrutura de decisão de *Movimento*, podia não funcionar perfeitamente, mas garantia uma grande participação de todas as frentes que compunham o jornal. Ficaria difícil colocar em termos de “aparelhamento”, puro e simples, da frente-jornalística pelo Partido Comunista do Brasil. Seria como dizer que todos aqueles jornalistas, funcionários, acionistas eram muito ingênuos e que o PCdoB, completamente desarticulado e aniquilado pelo regime militar, conseguira enganá-los, impondo a eles suas diretivas.

O que mais incomodou Bernardo Kucinski fora a seção *Ensaios Populares*. E, nesta questão específica o dissidente tinha razão. A seção era editorial e, geralmente trazia textos dos clandestinos Duarte Pacheco e Carlos Azevedo – que, obviamente, não podiam assinar seus escritos, pelo menos até serem anistiados, em 1979 – e, ali, acabavam por aproximar o editorial do jornal com as ideias do PCdoB. Raimundo Pereira também escrevia os *Ensaios Populares* e, apesar de não ser militante do PCdoB, por vezes se mostrou simpático às teses do partido. Dissidentes de *Movimento*, em geral, paulistas, mineiros e baianos estariam desconfortáveis com a questão editorial, pois não queriam um alinhamento com o PCdoB stalinista, mas também não queriam uma frente ampla que, democraticamente ou não, se dedicasse ao máximo de bandeiras possíveis e ao máximo de público. Concepções aliancistas, por exemplo, não passariam. Estes dissidentes que romperam com *Movimento* e criaram *Em tempo* ganharam o nome de “nova esquerda brasileira”.

Em fins da década de 1970, principalmente depois do fim da censura (1978), do AI-5 (1978) e da anistia (1979), podemos observar um fervoroso e crescente cenário político da esquerda: i) frentes-jornalísticas; ii) movimento operário e onda de greves, a partir de 1978; iii) novos partidos, iv) ocupações de terra.

Todas as tendências de esquerda estavam atuando, muitas vezes simultaneamente, nestas três formas de organização. As frentes-jornalísticas foram um primeiro momento de rearticulação das esquerdas, mas, de certo modo, tinham uma orientação virada particularmente para o combate à ditadura militar, e, neste sentido, cumpriram papel relevante. O movimento operário criou uma onda de greves Brasil afora que alcançou ganhos políticos imensuráveis, mas ainda estava muito ligado a luta econômico-corporativa e precisava unificar suas reivindicações.

Os novos partidos políticos seriam uma forma mais consciente de organização. Ficaremos aqui com os exemplos do Partido dos Trabalhadores (PT) e com a volta do trabalhismo, representada na figura de Leonel Brizola, com a nova sigla PDT (Partido Democrático Trabalhista).

O *Movimento Custo de Vida (MCV)*, a priori organizado no Clube das Mães em São Paulo, nos grupos de educação popular e nos movimentos de bairros da periferia de grandes cidades, alcançou proporções nacionais e também envolveu a militância articulada nos jornais-frente e no movimento operário. *Movimento* acompanhou e apoiou o MCV.

Toda a agitação dos movimentos populares de 1975 a 1978 iriam ao encontro das greves dos operários que começaram em São Bernardo do Campo e se espalharam do ABC paulista, São Paulo Capital, Osasco, Guarulhos para todo território nacional, reunindo várias cidades e várias categorias. Criam-se as bases aí para o que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

A atuação do “novo sindicalismo” buscava resgatar o papel do sindicato a serviço dos trabalhadores, mais combativo, negava a herança sindicalista ligada ao Estado que fora criada por Getúlio Vargas, em 1930. De 1978 até o fim da ditadura, as lutas sindicais se elevaram, fundamentadas numa democracia que vinha da base – “na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora” (CHASIN, 2000, p.81) – se elevaram, portanto, de um nível de consciência mais imediato (luta econômico-corporativa) e necessário, digamos, elementar para uma forma mais elaborada de consciência de classe que prescindia de uma maior, ou mais qualificada, organização.

Assim, em 1979, uma boa notícia: “O Congresso aprovou a nova lei que extinguiu o bipartidarismo e dava um prazo de 18 meses para a formação de novos partidos” (HABERT, 1994, p.67). Para além da recomposição de alguns antigos partidos, foram criados o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ex-MDB); o Partido Democrático Social (PDS) de José Sarney, ex-Arena; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com Leonel

Brizola à frente. Brizola tentara reaver a sigla do seu antigo PTB, mas não conseguiu vencer Ivete Vargas que ficou com a sigla e retomou o partido.

Mesmo agora com o PDT, Brizola representava o retorno do trabalhismo ao Brasil. O herdeiro de Vargas e Goulart causava, então, arrepios aos militares mais conservadores. Mais também não agradava aos militantes do movimento operário, do “novo sindicalismo”, da “nova esquerda” e de vários outros setores da esquerda. O trabalhismo foi constantemente criticado nas páginas de *Movimento* e de *Em tempo*: como assinala Michelle Macedo, “assim como *Em tempo*, *Movimento* defendeu a ideia de que o projeto trabalhista de Brizola não cabia naquela conjuntura de avanço dos valores democráticos” (MACEDO, 2012, p.176).

As esquerdas combatiam naquele momento, não só a ditadura militar, mas também combatiam o atrasado e “ultrapassado” trabalhismo. Além do mais, a “nova esquerda” se propunha também a combater as velhas teses etapistas e aliancistas sobre a revolução que tinham como porta-vozes os antigos PCB e PCdoB. Portanto, dentro da esquerda revolucionária, vamos colocar assim, havia também uma luta de hegemonias para definir quais seriam as organizações ou partidos políticos que estavam do lado das massas trabalhadoras e dos setores populares, em geral. As rupturas e dissidências de *Movimento* mostram, em último plano, esta luta de hegemonias entre as esquerdas.

Além do retorno do trabalhismo, outro movimento que crescia e tomava corpo a partir das massas trabalhadoras era o “movimento pró-PT”. Estavam ali interessados nesse novo partido, principalmente, os trabalhadores e lideranças do movimento operário e do “novo sindicalismo” e os setores progressistas da igreja católica, que tiveram um papel decisivo na formação das bases do PT por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O PCB e o PCdoB, ainda na clandestinidade (até 1985), não aderiram à proposta do PT, pois se consideravam como verdadeiros socialistas. Para estes partidos, o partido dos trabalhadores já existia e a criação do PT iria apenas dividir/dispersar a esquerda. A condição de clandestinos levou estes dois partidos a um afastamento dos movimentos populares e movimento operário, perdendo assim o vínculo com as massas.

Segundo Azevedo:

Movimento noticiou que, naqueles mesmos dias, uma articulação coordenada por Aurélio Peres, militante do PCdoB e deputado federal pelo MDB-SP, que viria se chamar *Tendência Popular do MDB*, reunia cerca de 20 deputados autênticos e lideranças populares (duas por estado) para formar o que chamavam de Partido Popular, pretendendo um partido mais à esquerda e mais coeso que o MDB. Seria o tal partido de frente para levar o processo de democratização até o seu final. (AZEVEDO, 2011, p.274).

Nesta fase é que a aproximação com os posicionamentos do PCdoB é mais evidente em *Movimento*. Isso se traduz, basicamente, pela ênfase nas notícias sobre o grupo autêntico do MDB e a formação da *Tendência Popular*, mas, principalmente, pela desconfiança em relação ao movimento operário, ao movimento pró-PT e à criação do próprio PT. Porém, como ressalta M. Macedo, “a partir do momento em que *Movimento* percebeu a importância política do movimento operário naquele contexto de abertura, a questão da autonomia das organizações dos trabalhadores passou a ser discutida com mais frequência em suas páginas” (MACEDO, 2012, p.123). A desconfiança com o PT ainda se manteve e suas matérias iam no sentido de discutir a posição de seus líderes, como Luiz Inácio da Silva (Lula), em relação ao comunismo e também a proximidade com a igreja católica.

A proposta da *Tendência Popular* fracassou e, exceto PCB e PCdoB, boa parte da militância e intelectualidade da esquerda migrou para a construção do Partido dos Trabalhadores. O PT se formou em 1980, constituído por várias tendências da esquerda e conseguiu o apoio de uma base ampla das massas trabalhadoras, via Pastorais e CEBs. Teria se formado ali o primeiro e maior partido de massas no Brasil. É uma experiência grandiosa e muito importante para os estudos da esquerda no Brasil. Aqui, analisaremos particularmente este início do PT no contexto do fim do bipartidarismo oficial e da corrida para legalização dos novos partidos.

Movimento teria seu fim em 23 de novembro de 1981, data de sua edição nº 334, por vários motivos: finanças, vendagens em baixa e os ataques terroristas da direita conservadora que estaria infeliz com o possível fim da ditadura militar, como se pôde comprovar pelo seguinte artigo de *Movimento*:

Se alguém ainda tinha dúvidas, a direita se encarregou de deixar tudo bem claro na semana passada: é ele quem sempre toma a iniciativa de deflagrar a violência. Um balanço das atividades terroristas no Brasil a partir de 1968 revela uma correlação inequívoca com os órgãos de segurança, correlação que fica completamente nítida na escalada de atentados cometidos nas últimas semanas. Basta notar que os atentados praticamente desaparecem no período em que os órgãos de repressão assumem abertamente a atuação terrorista, especialmente a partir de 1970. As prisões irregulares, ilegais, os sequestros, torturas e assassinatos de políticos ocorrem principalmente nesse período, não havendo distinção da ação de grupos paramilitares e a repressão institucional. Quando o Estado assume a forma abertamente terrorista, como nessa época, os grupos paramilitares se tornam desnecessários, ou são absorvidos na rede oficial da repressão. Assim que começa prevalecer a linha Geisel de institucionalização e controle da repressão, depois da demissão do comandante do II Exército, Ednardo D’Avilla, que perdera o controle do DOI-CODI sob sua jurisdição, a extrema direita parece se tornar clandestina dentro da ação semiclandestina dos DOI-CODI. A partir da demissão de Ednardo, os funcionários do DOI-CODI parecem ter sido colocados em função burocratizada de sistematizar toda a informação

colhida em interrogatórios violentos do período anterior. Quando, a partir de 1976, a ação policial se torna mais delicada e certas práticas se tornam problemáticas, há a volta à semiclandestinidade da direita violenta. (CARVALHO, Flávio; DIAS, Lia. *A Direita Clandestina Ataca. Movimento*, de 21 a 27 de julho de 1980, p.12).

Porém, a razão maior do fechamento do jornal nos é contada por Azevedo:

Aquele momento, porém, trazia novos desafios para o jornal Movimento. Seu futuro estava imbricado com a reorganização partidária. Na medida que as diversas tendências políticas iam encontrando espaço para se apresentar com a sua fisionomia perante a sociedade, tinham como prioridade centrar seus esforços na própria organização. Menos espaços e recursos humanos e materiais iam restando para Movimento e para os outros jornais semelhantes, de frente. O PCdoB lançou seu próprio jornal legal, o Tribuna da Luta Operária, em outubro de 1979. Pela mesma época, o PCB lançava o jornal A Voz da Unidade. O MR-8 lançou o Hora do Povo. É sintomático que entre 1979 e 1980 a maior parte dos jornais alternativos, de frente, que se encontravam as dezenas, deixou de existir. (AZEVEDO, 2011, p.281).

Discordamos aqui do fatalismo de Bernardo Kucinski ao dizer que este período, de 1978 a 1981, marca o “fim do ciclo alternativo”³² na imprensa brasileira. Este período deve ser sinalizado como o fim das frentes-jornalísticas (*Movimento, Em tempo, Versus*), mas as publicações alternativas continuaram a existir e existem até hoje.

Conforme o papel que cumprem os jornais como “partido” (GRAMSCI, 2011, p.350), e transpondo tal teoria para a realidade das frentes-jornalísticas, podemos atestar que estas surgiram segundo uma necessidade histórica e – na ausência de “partidos organizados e centralizados” (GRAMSCI, 2010, p.218) de esquerda na conjuntura específica da ditadura – mantiveram organizadas as correntes da esquerda que não poderiam se articular legalmente.

2.2 Linha editorial: A coluna *Ensaio populares*

Analisar a coluna *Ensaio populares* trouxe a pesquisa tom relevante por dois motivos, primeiro: a necessidade de expor seus conteúdos que compunham o editorial do jornal *Movimento*, evidenciando assim, suas preocupações temáticas mais gerais, o que nos proporciona uma visão do editorial como todo. E, segundo, uma razão bastante específica: por ter se tornado a coluna editorial o principal motivo gerador do já citado “Racha de 1977”.

A dissidência de *Movimento*, que depois formara o jornal alternativo *Em tempo*, era motivo de divergência em relação aos conteúdos trabalhados na seção editorial por se aproximarem ideologicamente das concepções aliancistas e etapistas. Por trás destas

³² KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2001, p.94.

concepções estaria uma relação com o PCdoB que se estreitava, já que, segundo os dissidentes, tal partido controlava, através de diretivas do seu comitê central, o jornal.

De fato, militantes clandestinos do PCdoB colaboravam e participavam de *Movimento*, como fora mencionado. Esta participação ajudou no processo de rearticulação da militância do partido, mas quando se realizou esta reorganização, o PCdoB criou seu próprio jornal, a *Tribuna da Luta Operária*.

A análise da seção *Ensaio Populares* buscou desvendar quais são os limites da alegação de aparelhamento do jornal pelo PCdoB, tendo como pano de fundo os desdobramentos deste racha na história das esquerdas no Brasil.

Na edição de nº 1, a seção critica os novos projetos do Código Civil e do Código de Processo Penal, pelo fato de não contarem com grandes alterações e ainda se assemelharem com os antigos códigos. O Código de Processo Penal de inspiração italiana fascista, aprovado durante a Ditadura varguista, em 1941, e o Código Civil promulgado em 1916, baseado no Código de Napoleão (1804) e no Código Alemão (1896). Daí a pergunta: “O projeto atual o conserva. Por quê?” (MOVIMENTO. Por que o marido?. *Movimento*, n.1, 1975, p.2).

Para tentar responder a pergunta o artigo segue trabalhando a condição desigual da mulher perante estes códigos, principalmente o civil.

O exemplo da condição feminina é esclarecedor. O movimento pela emancipação da mulher adquire novo alento nos dias atuais. Uma de suas reivindicações básicas é justamente a completa igualdade jurídica entre o homem e a mulher. No direito familiar, isto pressupõe a radical substituição da família patriarcal, baseada na propriedade privada e na supremacia do homem sobre a esposa e os filhos, por uma família democrática fundada na igualdade entre o homem e a mulher [...]. (MOVIMENTO. Por que o marido?. *Movimento*, n.1, 1975, p.2).

No trecho acima o jornal elucida a ideia do patriarcalismo e da propriedade privada conjuntamente a subjugação da mulher e sua apropriação pelo mundo do capital. À mulher é restringida até a condição de igualdade democrática proposta pelo próprio direito burguês. Segue o próximo trecho sobre o “novo” projeto de Código Civil:

[...] O parágrafo único dissipa possíveis dúvidas: as questões essenciais serão decididas em comum. Havendo divergências, prevalecerá a vontade do marido, ressalvada à mulher a faculdade de recorrer ao juiz, desde que se não trate de matéria personalíssima. (MOVIMENTO. Por que o marido?. *Movimento*, n.1, 1975, p.2).

Para o jornal, era inadmissível que o Congresso aprovasse este projeto sem a participação e a opinião das próprias mulheres. É de se esperar que durante uma ditadura não haja participação popular em processos como este, ainda mais se pensarmos sobre o tema na

condição da mulher nas diferentes sociedades. Sabe-se que, no Brasil, após a “redemocratização”, a Constituição de 1988 igualou formal e juridicamente mulheres e homens. Mesmo assim, ainda hoje, esta igualdade permanece puramente formal. As mulheres continuam ganhando menores salários; têm menos oportunidades de emprego; e são abusadas dentro e fora de casa em larga escala.

Apesar da pretensão do referido artigo em demonstrar o caráter antiquado e conservador da própria lei, o que é importante, a questão da mulher que é remetida logo de cara pelo título “Por que marido?” foi negligenciada. Pouco se fala no texto sobre a mulher, no mais, faz-se a crítica aos códigos e seus projetos e proponentes. Apenas os dois últimos parágrafos se destinam a uma discussão sobre a condição da mulher, mas, relacionando-a sempre ao marido e como seria melhor a igualdade dentro de um lar. Por fim, não apresenta nenhuma visão libertária e emancipadora para a mulher. Importa destacar que quase todos os principais jornalistas que ocupavam posições importantes no jornal ou apenas tinham grande influência sobre ele eram homens, brancos e heterossexuais.

A seção *Ensaio Populares* na edição de nº7, de 1975, trazia três diferentes títulos, sendo que, os três abordam questões políticas e sociais relativas ao governo da distensão política. O primeiro dos textos, “A oposição não está no governo”, faz a crítica aos setores moderados e adesistas do MDB que davam a entender que o partido estava no Governo e não na oposição. A confusão chegou a tal ponto que o próprio general - presidente E. Geisel teve de esclarecer em um discurso a posição divergente entre a linha do Governo e o MDB. Segundo o artigo:

De qualquer modo o governo trouxe sua contribuição para que as forças sociais e as correntes políticas se alinhem corretamente. Espera-se que o MDB corresponda e que vários de seus integrantes renunciem definitivamente à vergonha de serem de oposição. Ou querem desfrutar ao mesmo tempo as vantagens eleitorais de ser oposição e as comodidades administrativas de ser governo. (MOVIMENTO. A Oposição não está no Governo. *Movimento*, n.7, 18 de agosto de 1975, p.8).

Logo abaixo, outro texto pequeno intitulado “Os filhos devem pagar pelos pais?”. Este também discute os projetos do código civil encaminhado ao congresso pelo governo – o mesmo projeto discutido no texto “Por que o marido?”. Segundo o pequeno artigo o projeto

[...] Mantém a discriminação dos filhos em legítimos e ilegítimos. Essa distinção velha e cruel, que já estigmatiza as crianças desde o nascimento, sobrevive graças a interesses econômicos e preconceitos religiosos. Por um lado, busca-se preservar a propriedade privada familiar, limitando o acesso dos filhos ilegítimos à assistência material e a herança de seus pais. Por outro, teme-se arruinar o casamento monogâmico e indissociável reconhecendo o fruto de relações extra-conjugais. (MOVIMENTO. Os filhos devem pagar pelos pais?. *Movimento*, n.7, 18 de agosto de 1975, p.8).

Ressalta-se, novamente, o caráter conservador dos códigos e, muito importante, faz a ligação entre este caráter e o próprio conteúdo burguês e cristão presentes no projeto. É uma forma de reconhecer e apontar que, apesar do regime ditatorial ser regido pelos militares, como afirmamos anteriormente, a ditadura militar é mais uma modalidade de autocracia burguesa.

A saída apontada é a substituição da família patriarcal “Por um direito familiar democrático” (MOVIMENTO. Os filhos devem pagar pelos pais?. *Movimento*, n.7, 18 de agosto de 1975, p.8). A proposta de democratizar o direito, ainda que aponte certo reformismo por parte do jornal, salienta a necessidade de redemocratização (mesmo que se trate de uma redemocratização burguesa) do país que, a esta altura, já não suportava mais os abusos do Estado de Exceção.

Já em 1976, o editorial trazia uma discussão sobre a política externa do Brasil e, logo abaixo, um pequeno texto tratando de táticas e estratégias das esquerdas. O primeiro, chamado “Até que ponto mudou a política externa no Brasil?”, apontava para mudanças na política externa brasileira que levavam a crer na possibilidade de um não-alinhamento entre Brasil e EUA no governo Geisel. Porém,

A um observador mais judicioso, no entanto, a acusação logo se revela sem fundamento. Nada indica que o governo Geisel tenha alterado qualquer uma das opções básicas dos governos que o precederam. Acontece que o mundo é que mudou sensivelmente nesses últimos dez anos. (MOVIMENTO. Até que ponto mudou a política externa no Brasil?. *Movimento*, n.28, 12 de janeiro de 1976, p.2).

Quando se refere às mudanças no mundo, atenta para, por exemplo, a retirada das tropas estadunidenses do Vietnã, em 1974; o estabelecimento de vários governos populares revolucionários pela Indochina a partir de 1975; o enfraquecimento do salazarismo em Portugal; e o fim do império colonial português. Isso refletiu na cena diplomática em vários países. Segundo o jornal:

[...] um bloco de nações da Ásia, África e América Latina vai se agrupando na reivindicação de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico e na oposição a toda forma de hegemonia e partilha do mundo com esferas de influência. Mesmo entre os Estados Unidos, a Europa ocidental e o Japão avolumaram-se as contradições econômicas e políticas. (MOVIMENTO. Até que ponto mudou a política externa no Brasil?. *Movimento*, n. 28, 12 de janeiro de 1976, p.2).

Abaixo da discussão supracitada, um outro texto, intitulado, “Sair para que lado?” diz respeito a algumas concepções políticas de luta e questiona qual seria o lado certo a se

colocar. Cita o conhecido *Bernstein-Debate*³³ e critica a posição da máxima “O movimento é tudo e o objetivo final é nada”, de Eduard Bernstein. Chama atenção o referido editorial para que o movimento e objetivos finais sejam considerados conjuntamente. A esta política que tende a separar fins e meios o jornal denominou “Política do mal menor” (MOVIMENTO. Sair para que lado?. *Movimento*, n.28, 12 de Janeiro de 1976, p.2). Alertou também a publicação para que a crítica deste tipo de política não caísse no “tudo ou nada”:

Essas duas políticas não passam de produtos que, embora opostos, são complementares, pois decorrem da mesma metodologia do pensamento de ação que separa objetivo final e movimento. [...] A alternativa verdadeira é a política de acumulação de forças, que articula os objetivos finais com o movimento atual. Não perde de vista as metas programáticas. (MOVIMENTO. Sair para que lado?. *Movimento*, n.28, 12 de Janeiro de 1976, p.3).

O melhor lado, segundo o editorial de *Movimento*, seria uma política que reunisse meios e fins em um programa a ser cumprido, levando em conta a correlação de forças em muitos momentos e que pudesse, no caminho de suas metas, “[...] elevar o nível de consciência, de organização e de unidade nas forças progressivas, fazendo-se avançar no rumo dos seus objetivos básicos” (MOVIMENTO. Sair para que lado?. *Movimento*, n.28, 12 de Janeiro de 1976, p.3).

A coluna editorial presente na edição de número 32 fazia um debate sobre o conceito de democracia. A partir de duas posições, a primeira do empresário José Barreto Filho – presidente da Federação do Comércio de SP, à época – e a segunda do escritor católico Alceu Amoroso Lima, trazia uma argumentação sobre os limites deste conceito polêmico.

O empresário confundia, em sua fala, liberalismo político com democracia. E o escritor, que tentava fazer uma bizarra defesa do socialismo, almejou uma crítica ao empresário, mas acabou caindo numa armadilha quando afirmou que se poderia separar o liberalismo político da economia capitalista. Segundo o jornal *Movimento*:

[...] o problema é que o debate está mal posto e escorrega toda hora do conceito de ‘democracia’ para o de ‘liberalismo’, como se eles se esquivassem. [...] Qual é o fundo do ‘quiproquó’? é que se identifica a democracia liberal, isto acontece porque se trabalha com as noções de Estado ‘neuro’ e de uma ‘democracia pura’? (MOVIMENTO. Sobre democracias “falsas” e “verdadeiras”. *Movimento*, n.32, 9 de Fevereiro de 1976, p.2).

³³ Em fins do Século 19, tem início uma grande polêmica em torno do chamado *revisionismo*. Eduard Bernstein, uma das lideranças do Partido Social-democrata Alemão, propunha a revisão das teses do socialismo. Fazia a defesa das reformas sociais como fim e não como simples meios para a luta dos trabalhadores. Para ele, poder-se-ia alcançar o socialismo progressivamente através de reformas graduais do capitalismo, com a multiplicação de cooperativas e com o aumento do poder sindical e da democracia parlamentar. Sua tese foi refutada por Rosa Luxemburgo no célebre *Reforma ou Revolução*. Ler mais a este respeito em LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

O jornal seguiu explicando, no artigo citado, que não se separa economia, política e cultura numa sociedade. Estas, são diferentes, mas devem ser compreendidas em sua interdependência. O capitalismo ou o socialismo não são regimes econômicos, mas sociedades, “tipos distintos de civilização” (MOVIMENTO. Sobre democracias “falsas” e “verdadeiras”. *Movimento*, n.32, 9 de fevereiro de 1976, p.2). A publicação reforçou a ideia de se pensar desenvolvimento político e econômico em sua relação e também de acordo com seu desenvolvimento histórico. Por fim, o editorial destacou:

[...] se vê que a “democracia liberal” é de fato inseparável da economia capitalista de mercado, mas também que o sistema socialista é também inseparável de uma ‘democracia proletária’ ou ‘popular’. Com isso, o debate estaria longe de encerrar-se, mas se deslocaria para seu verdadeiro eixo: não a comparação doutrinária e abstrata entre uma democracia falsa e outra verdadeira, mas o confronto histórico e concreto em tipos de democracia. (MOVIMENTO. Sobre democracias “falsas” e “verdadeiras”. *Movimento*, n.32, 9 de Fevereiro de 1976, p.2).

Segundo estes trechos sobre a democracia, parece possível identificar no jornal uma ligação forte com não só o socialismo, mas também com o marxismo e a busca por uma interpretação orientada no método do materialismo histórico e dialético.

Na edição 38 de *Movimento*, o editorial “Medindo a indústria do Brasil” tentava responder a pergunta “O Brasil já se transformou de país essencialmente agrícola em país industrial?” (MOVIMENTO. Medindo a indústria do Brasil. *Movimento*, n.38, 22 de março de 1976, p.2). O editorial fora baseado em um estudo divulgado pela Secretaria da Receita Federal, no mês de janeiro de 1976, sobre a substituição de importação e traçava estatisticamente o percentual de importação para vários tipos de produto.

O texto contém certo entusiasmo com o desenvolvimento da indústria:

A grande indústria mecânica moderna, baseada em sistemas integrados de máquinas e em trabalho em comum de um número crescente de produtores diretos, é importante não só porque alarga as possibilidades de criação de novos bens, de qualidade superior e em quantidade incomparavelmente maiores, e ao mesmo tempo alivia os trabalhadores, substituindo seu puro esforço físico por trabalho das máquinas [...].(MOVIMENTO. Medindo a indústria do Brasil. *Movimento*, n.38, 22 de março de 1976, p.2).

Além dos exageros nos elogios sobre as benesses trazidas pela indústria, um erro grande deve ser apontado no trecho acima citado: a maquinaria e a automação da indústria não aliviam o trabalho de produtor direto algum, afinal a mecanização e padronização da indústria de massas é uma forma de intensificação do trabalho que inverte a lógica da extração na mais valia absoluta pela mais valia relativa.

O texto segue traçando critérios para uma possível avaliação do Brasil e seu desenvolvimento industrial, o principal deles seria se o abastecimento de máquinas e equipamentos que formam a base material na própria indústria era feito no próprio país ou importado.

Quanto a indústria mecânica, é o ramo industrial que tem apresentado o desenvolvimento mais difícil e flutuante no Brasil. Segundo a conhecida pesquisa de Wernerbaer, em 1920 representava 2% da produção industrial global, em 1940 subira para 5,8%, mas em 1950 caíra novamente para 2,2%, nos últimos anos, recuperou-se, estando hoje em torno de 8%, mas ainda assim não se encontra em condições de garantir o suprimento de equipamentos e insumos à indústria do país, que se abastece principalmente no mercado externo. (MOVIMENTO. Medindo a indústria do Brasil. *Movimento*, n.38, 22 de março de 1976, p.2).

Uma conclusão um pouco óbvia para um jornal que, no seu programa, se propõe a pensar o imperialismo. O Brasil ocupa e sempre ocupou no capitalismo o espaço periférico e, uma das formas de garantir este seu posto, é a continuidade na importação de tecnologias e equipamentos produzidos nos países centrais do capital³⁴.

O trecho citado também acaba por revelar, sutilmente, o papel das ditaduras no amplo desenvolvimento do capitalismo no país: a indústria, dentre outros setores, crescia mais – estatisticamente – nas décadas de 1940, ditadura do Estado Novo, e durante a ditadura militar, como apontado pelo jornal *Movimento*. Revela-se aí o verdadeiro caráter das ditaduras como fases imprescindíveis ao desenvolvimento atípico da revolução burguesa, aqui, inconclusa, como apontamos no primeiro capítulo desta dissertação.

E o texto apontou:

O Brasil tem um território extenso, uma população volumosa e trabalhadora, amplos recursos naturais [...]. No entanto, após décadas de industrialização, o Brasil ainda não conseguiu se desenvolver nem se industrializar plenamente. Não será porque a plena industrialização dos países subdesenvolvidos, na época contemporânea, exige um projeto de remodelação global da sociedade e não apenas um programa setorial e deve basear-se numa política que enfrente, por um lado, o capital estrangeiro e a concentração na propriedade da terra, e por outro reconheça o lugar na primeira linha que deve caber aos trabalhadores na vida política e cultural e desenvolvimento econômico desses países? (MOVIMENTO. Medindo a indústria do Brasil. *Movimento*, n.38, 22 de março de 1976, p.2).

³⁴ “O desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade. Com o propósito de assegurar o dinamismo desta estreita faixa do mercado – [...] – e o poder de compra é subtraído dos grupos de menor renda, isto é, das massas trabalhadoras, o que é possível pelo fato de que estas massas, submetidas à superexploração, recebem remunerações inferiores ao valor real de sua força de trabalho. Por outro lado, *com a finalidade de aumentar a taxa de exploração – e, portanto, de mais-valia – através de uma maior produtividade do trabalho, recorre-se a importação de tecnologia e capitais estrangeiros*, que, por sua vez, estão referidos a padrões de consumo acessíveis apenas aos grupos de alta renda, de modo que se mantém a tendência à compressão do consumo popular e se acentua o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p.37-38, *Grifos nossos*.

Após longos parágrafos de elogios e apostas no modelo industrial, no último momento o jornal propôs uma plena industrialização do país, visto que dispõe de vastos recursos para isto, pautada numa *remodelação global da sociedade*. Porém, nesta “remodelação” está contida uma política de enfrentamento apenas do capital estrangeiro e dos grandes proprietários de terra. Não que não se deva criticar o imperialismo e a concentração de terra, mas é estranho que não se mencione nada a respeito da burguesia industrial no país (não se pode afirmá-la como burguesia nacional, de fato), como já ressaltou Caio Prado Jr (1987).

Apenas nas três últimas linhas do texto citado acima é que se enxerga a palavra “trabalhadores”. Quem seria então o agente responsável por esta plena industrialização senão a própria “burguesia nacional”? Suavemente, neste texto, é possível a interpretação de que a ideia etapista de revolução está impregnada pelo aliancismo ou pela conciliação de classes. Como já mencionamos na pesquisa, a frente-jornalística *Movimento* tem uma concepção de frente democrático-popular, que se liga historicamente ao etapismo e ao aliancismo, e, permeou muitas organizações de esquerda como o PCB, PCdoB, jornais-frente como o *Versus*, *Opinião*, *Movimento* e também o PT³⁵.

Para tratar da questão do desenvolvimento industrial do país, o jornal *Movimento* parecia esquecer da posição periférica que o Brasil ocupava – e ainda ocupa – na lógica capitalista e na sua divisão internacional do trabalho dado o imperialismo como a forma mais eficaz de reprodução desta lógica pelos quatro cantos do mundo. Mesmo assim, o jornal retoma o debate sobre o imperialismo na edição 46, sob o título “Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo”.

Ainda criticou o então chefe de Estado nos Estados Unidos, Henry Kissinger: “O secretário de Estado Norte-americano aconselhou os países subdesenvolvidos a procurarem a solução de seus graves problemas não em sua união e resistência, mas na boa vontade dos países capitalistas desenvolvidos” (MOVIMENTO. Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo. *Movimento*, n.46, 17 de maio de 1976, p.9).

O norte-americano estava aconselhando os países subdesenvolvidos a não se unirem, comercialmente, em cartéis de exportação, contra os países desenvolvidos. O fato era que existem cerca de “580 cartéis de exportação, constituídos por empresas multinacionais abrangendo quase todos os principais produtos de comércio internacional” (MOVIMENTO. Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo. *Movimento*, n.46, 17 de maio de 1976, p.9). E, estes funcionavam legalmente nos Estados Unidos e nos outros países centrais do capitalismo.

³⁵ Sobre as *Frentes democrático-populares* e as esquerdas no Brasil, leia: BIANCHI, Álvaro. Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira. *Marxismo Vivo*, São Paulo, dez./2001. p.106-116.

A acusação é de que Kissinger queria dividir e enfraquecer, através de ameaças e intimidações, os países subdesenvolvidos. *Movimento* propôs a união e fortalecimento nesses países no plano internacional, sem grandes temores, mas não enfatizou os meios para se alcançar tal objetivo, apenas encerrou dizendo: “Os métodos do debate e na negociação só podem resolver contradições não-antagônicas. O desafio, então, é saber: a contradição entre os países que formam os polos do sistema capitalista mundial pode ser conciliada?” (MOVIMENTO. Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo. *Movimento*, n.46, 17 de maio de 1976, p.9).

No começo do ano de 1977, nos meses que antecederam o “Racha de abril de 1977”, um texto polêmico na seção dos *Ensaio Populares* é publicado na edição 86 de *Movimento*. O livro *Jornal Movimento: uma reportagem* coloca este texto como um dos fatores principais para as discussões que desembocaram no rompimento da dissidência com o jornal.

A coluna refere-se ao afastamento do então ministro Severo Gomes quando entre o empresariado se debatia uma possível abertura do regime. O afastamento seria uma tentativa de esfriar tal debate, mas não funcionou. As discussões então seguiam entre os empresários: “[...] teve início um novo ciclo na história do Brasil, ciclo que exige instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida política nacional.” (MOVIMENTO. O acordo e o desacordo dentro da oposição. *Movimento*, n. 86, 21 de fevereiro de 1977, p.2).

O jornal parece se empolgar com as discussões entre os pequenos, médios e grandes empresários do país e ressalta:

Uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se, desta maneira, que o leque oposicionista é amplo: começa com os correspondentes populares, que representavam operários urbanos e rurais, lavradores pobres e médios, camadas médias nas cidades, passa pelas correntes nacionalistas, que expressam aspirações de pequenos e médios empresários urbanos e de lavradores mais ricos; e chega até às correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra. (MOVIMENTO. O acordo e o desacordo dentro da oposição”. *Movimento*, n.86, 21 de fevereiro de 1977, p.2).

É indicada, no trecho acima, portanto, uma frente ampla que agregava os mais diferentes setores, classes e frações destas numa luta pela redemocratização do Brasil. Vislumbrar uma possível aliança com as frações médias e grandes da burguesia e também com os grandes proprietários de terra incomodou muito alguns jornalistas e colaboradores de *Movimento*, como por exemplo, Bernardo Kucinski e os jornalistas do *Centelha* – responsáveis pela sucursal de *Movimento* em Belo Horizonte.

O texto passa a indicar algumas possíveis contradições dentro desta frente tão ampla, assim, a principal seria que os empresários estariam apenas sugerindo uma reformulação no plano político para a manutenção do modelo econômico. Já as camadas populares estariam buscando mudanças políticas que levariam à reformulação do modelo econômico. Mas isto não seria um fator impeditivo, segundo *Movimento*:

Essas divergências, contudo, não impossibilitam, no momento atual, um pacto democrático entre as várias correntes da oposição. Desde que, porém, esse pacto se construa sobre os objetivos mínimos e comuns excelentemente indicados pelo ex-ministro Aliomar Baleeiro: [...] a luta intransigente pela reconstitucionalização democrática do país, através da convocação de uma assembleia constituinte (MOVIMENTO. O acordo e o desacordo dentro da oposição. *Movimento*, n.86, 21 de fevereiro de 1977, p.2).

Este foi o caminho apontado no editorial em questão para que se alcançasse “[...] uma democracia mais avançada, baseada na participação popular ativa, consciente e organizada.” (MOVIMENTO. O acordo e o desacordo dentro da oposição. *Movimento*, n. 86, 21 de fevereiro de 1977, p.2). Apontando, assim, para pelo menos duas etapas diferenciadas para se chegar a um processo de transformação total da sociedade – marcas de um etapismo arraigado em diferentes correntes de esquerda, como já mencionado.

A oposição apontada nos trechos e no título do texto dizia respeito ao MDB, que, em 1971, apresentou publicamente a proposta de uma assembleia nacional constituinte tendo em vista um acirramento do Estado de Exceção com o Ato Institucional nº 5, em 1968. A constituinte era, realmente, uma necessidade para amplos setores, dos parlamentares da oposição aos estudantes organizados, que já não aguentavam os abusos e terrorismos de extrema direita por parte do regime militar. Era um passo para a democracia, porém, a já conhecida democracia burguesa. Um passo importante, sim, mas não necessariamente importante para um processo de transformação radical, ou ainda, um processo revolucionário³⁶.

A edição 92 também causou grande polêmica dentro do jornal *Movimento* justamente por conta da seção *Ensaio Populares*. O texto editorial, desta vez assinado por Raimundo Pereira, causou primeiramente uma desavença direta com o jornalista Bernardo Kucinski e, depois, com outros colaboradores – principalmente com o pessoal da sucursal de Belo Horizonte, de tendência trotskista.

A coluna trazia uma discussão sobre os direitos humanos e criticava a postura dos Estados Unidos se colocarem como porta-vozes nestes direitos diante o restante dos países. A

³⁶ Nossa própria história nos provou isto, vide exemplo do Movimento Social Operário, dentre outros, que passaram a se articular pelo menos 20 anos antes da constituinte acontecer, 1988, apenas.

crítica veio de forma acertada e afirmou que “[...] no fundamental, nada mudou.” (MOVIMENTO. Direitos Humanos e Soberania Nacional. *Movimento*, n. 92, 4 de Abril de 1977, p.2). A estratégia dos Estados Unidos era utilizar os direitos humanos como retórica para manter seu caráter imperialista, intervencionista e hegemônico.

O que incomodaria os futuros dissidentes não era o debate sobre os direitos humanos, mas sim o que se evidencia no trecho a seguir:

Uma das consequências nocivas da campanha de Carter [NCS: Jimmy Carter, então presidente dos Estados Unidos] é que ela pode prejudicar a genuína luta dos trabalhadores por seus direitos democráticos. É o que pode acontecer na União Soviética e no Leste Europeu. A campanha de Carter está dirigida principalmente contra URSS. (MOVIMENTO. Direitos Humanos e Soberania Nacional. *Movimento*, n. 92, 4 de Abril de 1977, p.2).

E ainda seguiu em defesa do stalinismo:

A avaliação da sociedade soviética é um dos pontos mais contravertidos da atualidade internacional. Para os que sustentam, como os dirigentes soviéticos, que a URSS é um país socialista avançado, as acusações do governo americano e o movimento dos dissidentes russos representam uma conspiração reacionária e anti-socialista. (MOVIMENTO. Direitos Humanos e Soberania Nacional. *Movimento*, n. 92, 4 de Abril de 1977, p.3).

O stalinismo já havia “acabado” na União Soviética com a morte de Josef Stalin, em 1953, e com o discurso de Nikita Krushev – sucesso de Stalin – em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no qual denunciava todos os abusos, violências, expurgos impostos pelo stalinismo. Este período em que assume Krushev, como Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética, ficou conhecido como um processo de “desestabilização” da União Soviética – com o fim do culto a personalidade, a libertação de prisioneiros dos campos de trabalho forçado (os gulags), entre outras medidas.

Quando do seu afastamento do cargo, em 1964, acusado pelo *Politburo* soviético de desorganizar a economia e de cometer grandes erros políticos, Krushev foi sentenciado à prisão domiciliar e, no seu lugar, assume Leonid Brejnev. O período que se inaugura pode ser identificado como um retorno ao stalinismo, com a prática da *Doutrina da Soberania Limitada*. Vê-se, a partir de 1964, a retomada de políticas expansionistas, na defesa do culto a personalidade e uma alta burocratização do Estado. Brejnev morre em 1982, deixando seu posto para Yuri Andropov (1982 -84), também herdeiro do stalinismo. Feita esta incursão na história da URSS, pode-se voltar para o trecho citado e apontar que Raimundo Pereira, neste seu ensaio popular, está se referindo ao período de herança stalinista como verdadeiramente socialista e, ainda, colocando, ao lado de reacionários norte-americanos, as dissidências russas como anti-socialistas.

MOVIMENTO

Conselho Editorial
Alencar Furtado, André Forster, Audílio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Herioldo Barba Filho, Orlando Villas-Bôas

Conselho de Redação
Agostinho Silva, A. C. Ferreira, Elías Andresa, Fernando Paschoa, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J. C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azeite, R. R. Pereira, Teodomiro Braga, Sérgio Buarque, Joca Martins, Flávio de Carvalho, Flávio Aguiar

Diretor de Operações
Francisco Mariápolis
Diretor Responsável
Antonio Carlos Ferraz
Editor
Raimundo Rodrigues Pereira
REDAÇÃO NACIONAL

São Paulo, Sérgio Buarque de Gusmão (editor), Murilo Carvalho, Márcio Bueno, Silva Campolim, Antonio Carlos Moura, José Baptista (receptores), Chico de Oliveira, Guido Mantega, Mara Moraes, Ricardo Knitcho, Carlos Alberto Sardenberg, Rui Falcão, Adílio Borges, Bernardo Kucinski (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Ricardo Bueno, Percival de Souza, Bernardo Leber (colaboradores)

Brasília, Chico Pinto (chefe da sucursal), Teodomiro Braga (editor assistente), Hélio Santos (reporter), Maria Rita Medeiros (colaboradora)

Rio, Antonio José Mendes (coordenador), Marcos Gomes (editor chefe), Agostinho Silva, Maurício Azeite (editores contribuintes), Carlos Gentile de Melo, Nelson Werneck Sodré, Muniz Bandeira, Celina Whalley, José Roberto Alencar, Marcelo Auler (colaboradores)

Belo Horizonte, Alberto Duarte (chefe da sucursal), Fernando Miranda (chefe da redação), Fausto Brito, Flávio Fátima, Henrique Oliveira (reporters), Murilo Albuquerque, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guiz (colaboradores)

Salvador, Adélmo de Oliveira (chefe da redação), Tibério Cabuto (chefe da redação), Lúcia Maria

Porto Alegre, Carlos Mossman (correspondente), Jefferson de Barros (colaborador)

Recife, Gerardo Sobrinho e Ivan Micares (correspondentes)

Ferrelhas, Luiz Carlos Antero (correspondente)

Carilhas, Fátima Murad (correspondente)

Cultura
Mara Rita Kehl (editora), Flávio Aguiar, Jean-Claude Bernardet, José Miguel Wisnik, Fernando Paschoa (editores-assistentes), Ricardo Maranhão, Târik de Souza, Dagomar Muniz, Antonio Dimas, Antonio Mendes Jr., Carlos Nelson Coutinho, Luiz Roncan, Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Marcos Penedo, Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Pechman, Paulo Emilio, Zulmira Tavares, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Wolfgang Leo Meier, Imad Simões, Mirna Pinsky, Maria Angélica Carvalho, Antonio Carlos Brito, Tânia Faillace, Emanuel Medeiros Vieira, Paulinho Assunção, Flímino Moraes (colaboradores)

Internacional
Flávio de Carvalho (editor), Lailo Svendsberg Metz (redator), J. M. de Souza (correspondente), Paris; David Klatter (correspondente), Nova Iorque; Jaime Sautchik (correspondente), Londres; Mário Chiriacovich (correspondente), Tel-Aviv; Léo Sotelo (correspondente), Lima; Carlos Lacerda (correspondente), Roma; Frederico Tolagoff (correspondente), Berlim)

Arte
Armando Sartori (coordenador), Joca Martins, Jayme Leão, Chico Canuso, Aicy (editores-assistentes), Sérgio de Oliveira (designação), Elías Andresa (editor-especial), Cassio Laredano, Rubem Grilo, João Bitar, Luiz Gê, Marcelo, Jota, Angeli, Iolanda Huss, Luiz Carreira, Bruno Liberali (colaboradores)

Paquetagem
Mara Cecília Magalhães (chefe), Miriam Bittassi

Banheiros
Aurea Regina Sartori, Vadir Mengardo e Carlos Alberto Calado

ADMINISTRAÇÃO
Mara dos Graças T. Andrade (secretária), São Paulo: Luiz Carlos Bittencourt (gerente); Belo Horizonte: Alberto C. Duarte; Salvador: Adélmo J. de Oliveira; Rio: Regina Afonso; Brasília: Maria da Paz; Centro

Departamento Jurídico
Luiz Eduardo G. Greenberg e Márcia Ramos de Souza

Departamento de Assinaturas
São Paulo: Luiz Bernardes, Maria Tereza Ferreira; Rio: Maria Elina Rodrigues; Belo Horizonte: Sueli Santana; Brasília: Samuel Rodrigues; Recife: Paulo Santos Oliveira

Produção
Paulo Roberto Barbosa

Serviços Gerais
Luiz Mathias, Elías Rodrigues, Da Terza

Movimento é uma publicação da Edição S.A. Edições de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6174. Sucursal Rio de Janeiro: Rua da Lapa, 180 sala 606 - telefones: 222-6493 - Sucursal de Brasília: Edifício Mécia, sala 1.007 - telefone: 23-7416. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575 - São Paulo - telefone: 65-5111 - Compacto e Impressão nas oficinas da PAT - Publicações e Assessoria Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros, São Paulo. Telefone: 282-2522 - Material internacional via Varig.

ENSaios POPULARES
DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL

5,00 6,1

As lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de emprego e por sua libertação nacional e social conseguiram vitórias expressivas nos últimos 30 anos, especialmente nos países subdesenvolvidos. Com essas vitórias, mudou a feição do mundo, alterou-se substancialmente a correlação de forças internacional. Surgiu um grupo de países empenhados na construção do socialismo. Quase todas as colônias das grandes potências se emanciparam. Aprofundou-se a luta dos povos e dos países subdesenvolvidos para defender sua independência política e acelerar seu desenvolvimento econômico. Os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos, conseguiram, em geral, melhorar sua situação econômica, fortalecer sua organização sindical, ampliar sua influência na vida política. As próprias contradições entre os países e os grupos imperialistas se acentuaram, dificultando sua ação conjunta. É certo que houve também insucessos na caminhada dos trabalhadores. A partir dos anos 60, o campo socialista se desagregou e o movimento operário se dividiu novamente. Em vários países, o movimento democrático e anti-imperialista sofreu derrotas pesadas. No entanto, apesar das dificuldades, dos vaia-e-vens, a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos desenvolvidos continuou crescendo.

Justamente por isso, vem ressurgindo, em todo o campo imperialista, as tendências históricas para as guerras de agressão e para os regimes fascistas. Um exemplo da primeira tendência foi a guerra obstinada que os Estados Unidos sustentaram contra a resistência popular no Vietnã, no Laos e no Camboja. Exemplos da segunda tendência são os regimes repressivos da Indonésia ou do Chile. Mesmo nos países capitalistas de regime político ainda predominantemente liberal, observam-se claros sinais de um quadro de transição: reforça-se, por um lado, a mobilização e a participação popular, difundem-se as idéias progressistas; mas, por outro lado, prega-se abertamente a necessidade de restringir as liberdades democráticas e as garantias constitucionais dos cidadãos, reorganizam-se grupos fascistas, retrocedem-se de conquistas históricas. Na Inglaterra introduziram-se modificações restritivas na legislação sobre o direito de greve e a liberdade sindical. Na Alemanha, sucedem-se as perseguições por motivos ideológicos nos meios universitários e científicos. Nos Estados Unidos, descobrem-se os graves demandas cometidos pelos organismos de espionagem e polícia.

Tais métodos agravam as dificuldades dos trabalhadores para elevar sua consciência política e sua organização e para tomarem parte nas decisões nacionais. Contudo, reforçam por outro lado o movimento em defesa das liberdades democráticas e da integridade dos presos políticos atraindo para ele novos setores sociais e políticos. É neste contexto que se explica a importância que assumiram, nos últimos anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, e a atividade de cunho liberal e humanitário, de instituições como o Tribunal Bertrand Russell, a Anistia Internacional ou a Associação de Cristãos pela Abolição da Tortura e outras.

Defesa dos direitos humanos ou da hegemonia americana?

Os Estados Unidos, por serem a nação imperialista hegemônica, foram naturalmente os primeiros a serem atingidos pelo avanço do movimento democrático e anti-imperialista e mesmo pelo acirramento nas disputas comerciais e políticas entre as grandes potências. Externamente, não lograram impor sua vontade na Coreia, em Cuba, na Indochina e mais recentemente, nas antigas colônias portuguesas da África.

Internamente, viram crescer uma oposição popular e liberal, a partir do movimento pelos direitos civis dos negros, a que se seguiram os movimentos pela paz na Indochina, contra os métodos ilegais de governo amplificados no incidente de Watergate e, por último, contra as interferências da CIA e das corporações americanas na vida de outras nações. Aos embargos políticos vieram somar-se as dificuldades de uma nova crise, em andamento, na economia capitalista mundial. E assim, apesar de todo o seu poderio bélico, viu-se o velho Tio Sam empurrado, pouco a pouco, para uma situação de defensiva, interna e externa.

Foi então que os seus estrategistas políticos imaginaram que uma forma de os Estados Unidos refazer sua "autoridade moral" e recuperar o apoio interno e a iniciativa externa seria a de se apropriar da bandeira dos "direitos humanos" e desfraldá-la com vigor. A bandeira dos "direitos humanos" se prestava a essa operação política por sua origem liberal e por ser, em si mesma, ambígua; centrada em definições genéricas e abstratas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser objeto de mais de uma interpretação e um país de regime político ainda predominantemente liberal, como os Estados Unidos, pode muito bem usá-la para colocar em apuros a regimes tão distantes do liberalismo como o soviético ou de muitos países do bloco diplomático do Terceiro Mundo. A bandeira serviria, além do mais, para atrair a simpatia de importantes setores do movimento democrático, dentro e fora dos EUA. Argumentavam os estrategistas americanos: se a URSS ganhava pontos apresentando-se como advogada da "independência nacional" e da "solidariedade anti-imperialista", os EUA se apresentariam como "campeões da paz, da democracia e dos direitos humanos". O presidente Carter explicou numa entrevista coletiva no dia 9 de março: "É muito conveniente que nosso país adote uma posição de líder e que o mundo possa dizer que o foco da compreensão e proteção dos direitos humanos está nos EUA".

No fundamental, nada mudou

A campanha de Carter em defesa dos "direitos humanos" não é, portanto, ditada por "considerações morais ingênuas", ou por "inexperiência administrativa", ou por uma "diplomacia improvisada". A tática da utilização dos direitos humanos foi esboçada já na administração Ford, como a ser posta em prática pela delegação americana nas Nações Unidas e apenas encontrou no líder do pastor sulista Jimmy Carter, cercado por outros pastores evangélicos, o líder apropriado e decidido a levá-la adiante. É um erro querer analisar a política americana a partir das palavras estudadas ou das intenções, generosas ou não, de Jimmy Carter, Andrew Young e Brady Tyson, por exemplo. O caminho apropriado é o inverso. É necessário partir da estrutura sócio-econômica dos Estados Unidos, país capitalista monopolista, de sua posição imperialista no mundo, da crise que atravessa sua hegemonia internacionalmente, para entender o papel desempenhado por Carter, sejam quais forem suas intenções subjetivas. Os EUA, a menos que passem por transformações sociais profundas, não podem defender os direitos democráticos dos trabalhadores e dos povos dos países dependentes, ou a liberdade de ação das correntes políticas que os representam e por isso se opõem ao imperialismo norte-americano. O sentido geral da política de Carter é imperialista, não democrático.

Internamente, prossegue a crise econômica e a elevada taxa de desemprego; não é o emprego um dos direitos fundamentais proclamados na Declaração das Nações Unidas? E as desigualdades sociais gritantes? E a dura repressão ao movimento negro

e estudantil - já foram punidos os responsáveis? Carter aceitará dissolver a CIA, como reclamam os setores mais conscientes do movimento democrático americano? Não; Carter procura apenas confundir esses setores; falsifica a bandeira dos direitos democráticos dos povos que eles levantaram com razão contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis dos negros americanos, por exemplo.

No plano internacional, retirada a retórica dos "direitos humanos", fica patente que nada mudou na estratégia fundamental dos EUA e em seu caráter intervencionista. Carter aceita o compromisso de não serem os EUA os primeiros a usarem armas nucleares? Pretende retirar as bases, as frotas e as tropas que os EUA mantêm no estrangeiro? Está disposto a reconhecer o direito do povo porto-riquenho à independência, o direito de o Panamá governar soberanamente na zona do Canal? Está decidido a retirar qualquer apoio aos regimes racistas? Aceita uma redistribuição da riqueza e do poder político mundiais a favor dos países pobres?

Beleza ao contrário. Discursando para os funcionários do Pentágono, em 3 de março, Carter fez uma profissão de fé hegemônica e garantiu que, enquanto ele estiver na Casa Branca, os EUA nunca terão um poder inferior ao de qualquer outro país. Na entrevista coletiva a 9 de março, aludindo ao Oriente Médio, esclareceu que um acordo de paz deve implicar em "uma retirada substancial de Israel dos territórios ocupados" em 1967, mas também na atribuição a Israel de "fronteiras defensáveis", portanto, não só omitiu completamente os direitos nacionais do povo palestino, que constituem o problema básico do Oriente Médio, como nem sequer apoiou as justas reivindicações do Egito e da Síria pela devolução integral de seus territórios ocupados a força por Israel em 1967. Sobre o que pensa das reivindicações econômicas dos países subdesenvolvidos, Carter dá uma idéia ao aconselhar, por uma cadeia de rádio e televisão, que "a melhor maneira de provocar uma redução no preço do café nos EUA e reduzir o consumo desta bebida". Sobre a ajuda dos países pobres, discorreu assim no mesmo programa: "São gastamos 0,3% do nosso PIB em ajuda externa, o que é a metade do que outros países, como a França e a Alemanha, dedicam a isso. Não quero necessariamente aumentar esta proporção. Acho que nosso atual nível de ajuda externa é adequado". E elucidando mais: "ao invés de dar presentes, o que é ruim como filosofia básica, sou favorável a contribuir para o capital das instituições internacionais de empréstimos. Teremos melhor retorno de nosso capital. Pela minha própria experiência nesse assunto, sei que o FMI e o Banco Mundial são bastante rigorosos com os países que recebem o empréstimo. Forçam esses países a equilibrar seus orçamentos, muitas vezes ajudam a eliminar a corrupção, fazem-nos avaliar cuidadosamente suas políticas comerciais. Portanto, a prática de empréstimos é melhor que a de doações na questão da ajuda externa".

O governo Carter não está, como se viu, empenhado em defender os direitos econômicos e políticos dos trabalhadores e dos países pobres. Preocupa-se com os interesses e com a "imagem" dos EUA. Tenta reconstruir a unidade interna do país e recuperar sua iniciativa internacional, para salvaguardar a hegemonia americana. Com o mesmo propósito, procura fortalecer, no Leste europeu e nos países subdesenvolvidos, as correntes liberais aliadas dos Estados Unidos.

Este sentido imperialista de sua política é tão forte que o próprio método com que o governo americano pretende defender os "direitos humanos" é intervencionista e arrogante. Carter escreveu em sua carta ao físico soviético Andrei Sakharov: "O povo americano e nosso governo continuarão seu

continua na página ao lado.

Imagem 3 - Coluna polêmica em *Ensaio Populares*. Movimento, n.92, 4 de Abril de 1977, p.2.

Os colaboradores de *Movimento* que não viam a URSS como um país de socialismo avançado e, principalmente, o pessoal de Belo Horizonte - antes formavam o grupo no jornal

alternativo *Centelha* – de recorte trotskista não concordaram que a posição defendida no ensaio deveria fazer parte do editorial do jornal, pois não representava uma boa parcela dos integrantes deste.

Tanto a defesa do stalinismo, quanto o etapismo e o aliancismo presentes nos editoriais de *Movimento* foram motivo para a acusação, como mencionado, de um “aparelhamento” do jornal pelo PCdoB. Realmente este partido era stalinista (criou-se como dissidência stalinista do PCB, em 1962) e mantinham em suas teses o etapismo e o aliancismo. Porém, as pessoas que escreviam o editorial, apesar de terem proximidades ideológicas com o partido, não eram filiadas a este. A ligação entre eles e o partido se fazia, pois eram militantes pela juventude na Ação Popular. Raimundo Pereira militava pela AP e, antes que essa se tornasse Ação Popular Marxista-Leninista (APML), deixou a organização. Outro caso é o de Duarte Pacheco. Ele também militou para a Ação Popular e continuava, como líder, quando da passagem para Ação Popular Marxista-Leninista.

A APML, fundada em 1971, funde-se com o PCdoB aceitando o programa deste partido e sua doutrina stalinista, em 1973. Duarte Pacheco deixa a militância quando ocorre esta fusão. O ex-militante já estava na clandestinidade e sendo perseguido pelo regime, numa situação de isolamento total. Assim sendo, aceitou o convite de Francisco Marsiglia e Raimundo Pereira para escrever no jornal *Movimento* a fim de retomar a militância e conseguir algum dinheiro. Para evitar problemas com o regime, seus textos não são assinados e nem os colaboradores de *Movimento* sabem de sua participação. Ele foi o autor de muitos dos *Ensaio Populares*, enquanto todos achavam que era Raimundo Pereira quem os escrevia.

Carlos Azevedo, também da AP e depois aderira ao PCdoB, colaborava com o jornal *Movimento* também na condição de clandestino. Como o militante repassava reportagens e textos do jornal *A Classe Operária*, do PCdoB, que na época estava sendo feito por militantes exilados fora do Brasil – como o líder João Amazonas – para Raimundo Pereira, estes documentos foram interpretados por Bernardo Kucinski como diretivas do comitê central do PCdoB ao *Movimento*. Daí a ideia de possível controle do partido sobre o jornal.

Vista a forma como se organizava a proposta do jornal *Movimento* – um *intelectual coletivo* –, com conselhos, assembleias, reuniões com ampla discussão e participação de colaboradores, acionistas e editores, é mais difícil pensar em um controle tão forte por parte do então desarticulado PCdoB. *Movimento* serviu, sim, como momento de rearticulação do PCdoB, assim como, para outras organizações de esquerda que sofreram fortes consequências sob o regime militar.

A adesão às ideias do etapismo e do aliancismo é parte da própria concepção de frente democrática e popular, a qual o jornal sempre reivindicou. Já a proximidade com o stalinismo se deu por outras vias que não propriamente pelo “aparelhamento” do PCdoB. São influências que vinham da *Ação Popular Marxista-Leninista* e que conquistavam corações e mentes de alguns dentro do jornal, principalmente Duarte Pacheco. O problema maior foi deixar que suas influências pessoais passassem para a linha editorial de *Movimento*, o que acabou resultando na saída de 38 membros do jornal.

A partir da divisão, a coluna passara a se chamar *Ensaio Populares – Coluna do Editor*, que daria um tom menos editorial e mais pessoal para a seção. Mesmo assim, continuava a ser bastante lida e ainda era considerada, dentro e fora do jornal, como uma seção de linha editorial e política de *Movimento*. A coluna é extinta do jornal a partir de 1979. Do final de 1977 até o fim da seção, os temas mais abordados nos *Ensaio Populares* tratavam sobre o custo de vida, a inflação, os salários e, também, da discussão sobre os novos partidos.

Em dissertação defendida por Célia Costa Cardoso, pela PUC-SP, na qual a pesquisadora analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal *Movimento*, percebe-se uma preocupação por parte do periódico em tratar assuntos cotidianos de relevância para o trabalhador brasileiro. Essa escolha temática retrata também a aproximação do jornal com o *Movimento Custo de Vida*. Segundo Cardoso: “Esta grande quantidade de matérias referentes ao cotidiano e à forma de resistência dos populares [...] evidencia mais uma vez a luta da equipe do jornal pela reconquista do direito de cidadania” (CARDOSO, 1995, p.78).

Neste sentido, a coluna *Ensaio Populares* alertava para o descompasso entre inflação e salários, por exemplo, em “Apertando o cinto – de quem?”:

[...] as indústrias enfrentam pressões no governo para não apertarem muito os preços de suas mercadorias, mas os bancos foram liberados para cobrar as taxas de juros que quiserem por seus empréstimos, e nos últimos meses vêm exigindo juros de até 60%. No entanto, onde a política de dois pesos e duas medidas é clara, mesmo, é no tratamento dado aos salários, que só podem ser reajustados uma vez por ano e de acordo com o índice decretado pelo governo (MOVIMENTO. Apertando o cinto - de quem? *Movimento*, n.113, 29 de agosto de 1977, p.2).

O arrocho salarial, no período, era enorme e fazia com que os trabalhadores, para tentar sobreviver, cumprissem hora extra e mulheres e filhos tiveram que entrar para o mercado de trabalho. O governo controlava mais os salários do que a inflação, e esta era fruto do milagre econômico que colocou o Brasil como o país com a maior dívida externa da época (60 bilhões de dólares).

Em uma outra conta, o editor explicava o que era inflação, como se dá no plano real a inflação e, em última instância, qual o seu real papel para o capitalismo:

Nas economias capitalistas contemporâneas, portanto, a inflação funciona como um método complementar para extrair mais - valias extraordinárias dos trabalhadores, reduzindo seus salários reais e aumentando as taxas de juros e de lucros e as rendas imobiliárias, sobretudo dos grandes capitalistas e grandes proprietários de terra. Por isso, os preços sobem pelo elevador, enquanto os salários se arrastam na escada. (MOVIMENTO. Por que os preços sobem pelo elevador e os salários sobem pela escada? *Movimento*, n.142, 20 de março de 1978, p.4).

No número seguinte a coluna complementava o texto anterior colocando a inflação como um ciclo inacabável que só beneficiaria os especuladores do mercado financeiro. “A contradição deste método é que a inflação tem a conveniente propriedade de se alimentar a si mesma. Assim, é possível estimular o desenvolvimento capitalista e manter a inflação num nível baixo durante muito tempo.” (MOVIMENTO. Quem ganha e quem perde a inflação. *Movimento*, n.143, 27 de março de 1978, p.12).

Movimento estava participando e cobrindo os andamentos do *Movimento Custo de Vida* (MCV). Por isso tantas colunas tratavam neste mesmo assunto, que relacionava o alto custo de vida com os baixos salários e a inflação. O MCV começara em 1973, mas foi entre 1977 e 1978 que ganhou força e amplitude no cenário nacional. Em 1979, assumiu o nome *Movimento Contra a Carestia*.

Suas reivindicações eram pelo controle do custo de vida, aumento de salários e aumento na quantidade de creches e escolas. *Movimento* ao mesmo tempo em que se aproximava do MCV, se distanciava do *Movimento Social Operário* que explodira, primeiramente, no ABC paulista e São Paulo capital.

O debate sobre o bipartidarismo oficial e a possibilidade da formação de novos partidos também ocupou alguns ensaios. Foi com o ato institucional nº2 (AI-2), expedido pelo presidente-general Castello Branco, em 1965, que os partidos existentes no Brasil foram extinguidos. Daí veio o bipartidarismo forçado, que, dentre os parlamentares, reagrupou e criou um partido de oposição e outro de situação, respectivamente MDB e Arena.

O MDB estava condenado a representar o papel da oposição, a Arena, embora apoia-se o governo, não exercia de fato o poder. Portanto, a vida política real, tanto do ponto de vista da situação, como das forças oposicionistas, corria pra fora dos canais estreitos deste bipartidarismo forçado. (MOVIMENTO. Um é pouco, dois é bom, três é demais?. *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.4).

O parlamento não exercia de fato o poder, pois se tratava de uma ditadura, portanto, o legislativo cumpria papel irrelevante tendo em vista o deslocamento e fortalecimento do

executivo, neste caso. Porém, para além do Estado, se fazia política nas ruas, nas greves, nos jornais, até nas urnas – com a crescente votação nos candidatos do MDB em diversas cidades do Brasil, principalmente, nos grandes centros urbanos. As eleições mostravam que boa parte da população não apoiava a Arena e isto ajudou a modificar os dois partidos oficiais.

A partir de 1970, com a aprovação de seu programa e a constituição do “Campo Autêntico”, o MDB começou a aproximar-se das camadas populares e das outras correntes oposicionistas. Estas, por sua vez, enfrentando grandes dificuldades de atuação, não podiam desperdiçar nenhuma possibilidade legal de difundir suas teses, de elevar o nível de consciência e organização das camadas populares e de unir os mais amplos setores sociais e políticos numa frente democrática de oposição. (MOVIMENTO. Um é pouco, dois é bom, três é demais? *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.4).

Tal frente democrática era amplamente divulgada nas páginas do jornal *Movimento*. O jornal sempre aderiu às ideias do chamado *Grupo autêntico do MDB*. Nos trechos que seguem no texto, o jornal se coloca a favor de uma reforma partidária mesmo dentro do regime ditatorial, seria esta uma oportunidade e um avanço no caminhar para a redemocratização. Ao contrário da tendência moderna e da própria tendência dos autênticos do MDB, existiria uma terceira,

A terceira tendência, dos que não recusam a aproveitar uma possível reforma partidária para dar um passo a frente na organização das forças oposicionistas, mas também não perdem de vista que qualquer reorganização partidária, no quadro atual, será sempre limitada e transitória. (MOVIMENTO. Um é pouco, dois é bom, três é demais? *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.4).

Na página ao lado um outro ensaio suscita questões sobre a possível desarticulação dos extintos PTB e PSD através da criação de centros cívicos e comitês populares. No caso do partido trabalhista: “Realizaram-se várias reuniões, com a presença predominante de membros do antigo PTB, que resultaram na criação do Centro Cívico Getúlio Vargas.” (MOVIMENTO. Nos bastidores renasce o PTB? *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.5).

Sobre o outro partido extinto pela ditadura militar, o jornal comentava que um grupo emedebista estava também na busca por “[...]regimentar pessoas em torno de atividades cívico-culturais, como também através da criação de comitês populares pela memória de JK.” (MOVIMENTO. Nos bastidores renasce o PTB? *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.5) indicando a possibilidade de se reaver o PSD.

No debate sobre novos partidos, *Movimento* se coloca sempre a favor de uma frente democrática ampla que primeiro promovesse a luta contra a ditadura e que, mantendo-se

sempre democrática e anti-imperialista, pudesse avançar segundo as demandas populares.

Assim,

É preciso, portanto, que as camadas populares apurem seus critérios para conseguir avaliar corretamente os partidos que venham a surgir. E é preciso mais ainda que se perguntem seriamente qual o sistema partidário que, no atual quadro brasileiro, melhor contribui para a democratização do país e para a libertação nacional e social dos trabalhadores. A frente oposicionista deve se fragmentar em vários partidos? Ou devem seus setores mais consequentes insistirem na luta para permanecerem unidos num movimento de coligação cada vez mais enraizado nas camadas populares, porém ainda essencialmente democrático e anticapitalista? (MOVIMENTO. Que partidos? E para quem? *Movimento*, n. 141, 13 de março de 1978, p.9).

Dentro da esquerda brasileira, *Movimento* não abandona sua concepção de frente popular e, nos últimos anos de jornal, adere à frente ampla emedebista e à formação da tendência popular, junto do PCB e do PCdoB. Este posicionamento também se reflete na não aderência ao movimento Pró-PT. Para *Movimento*, PCB, PCdoB e os “autênticos” a criação deste novo partido apenas serviria para dividir a esquerda.

Como buscamos evidenciar através das fontes documentais analisadas nesta pesquisa, suas concepções não permitiram que o jornal adentrasse ao *movimento social operário*, nem na constituição do PT. Ao optar pela “velha” esquerda, *Movimento* perderia o passo e deixaria de acompanhar a dialética dos tempos.

2.3 As esquerdas brasileiras no período da transição

Pretende-se, neste item, recontar parte da história das esquerdas brasileiras durante a distensão política, especificamente, entre 1975-81, por tratar-se de uma análise sobre os artigos do jornal *Movimento*. Os temas mais abordados pelo jornal no que se refere a grupos/ organizações que compõem as esquerdas no Brasil da transição foram o movimento operário e sindical; o movimento pró-PT; *Tendência popular* e os autênticos do MDB; e criação dos novos partidos: PT, PMDB, e PDT. É possível, a partir da leitura destes artigos, não só mostrar como se desenrolavam as lutas populares naquele momento, como também traçar um perfil político-ideológico do jornal através do tratamento dado por ele a cada matéria ou artigo.

A transição política refletiu um momento de, primeiramente, grande insatisfação com o regime ditatorial e, em segundo lugar, um entusiasmo com novas formas de organização, novas concepções e estratégias. Representava, em linhas gerais, a chegada da nova esquerda

no Brasil que passaria a coexistir com PCB e PCdoB, por exemplo, tidos por estas novas organizações como partidos ultrapassados em suas teses e práticas.

Um período muito rico que representou, através das disputas de hegemonia destas organizações de esquerda, uma transformação e uma recriação das esquerdas em geral, seja progressista, cristã, revolucionária. Neste sentido, a análise documental de *Movimento* nos ofertou material fértil que contribuiu para enriquecer o debate sobre as esquerdas brasileiras, em meados dos anos 1970 e começo dos anos 1980.

Para o eixo temático do movimento operário, a abordagem escolhida para a análise se deu sobre a condição de vida e trabalho dos operários, e, principalmente, sobre seus instrumentos de luta e de organização, portanto, greves, assembleias, sindicatos e partidos.

Em uma edição de 1977, *Movimento* deu voz a um trabalhador da multinacional Volkswagen. Dizia sobre suas condições de vida e de trabalho:

Para começar, na seção que eu trabalho é muito comum o trabalhador ter problema de irritação na pele, a insalubridade é muito grande [...] a gente não ganha a mais pela insalubridade do serviço. Tem alguns empregados que abrem o processo de justiça, mas a fábrica manda chamar um por um para retirar o processo, senão o fim é certo: vai acabar sendo despedido. (MOVIMENTO. As multinacionais e os operários. *Movimento*, n. 95, 25 de abril de 1977, p.8).

À época as indústrias eram lugares extremamente sujos (poluídos, mal ventilados) e os próprios serviços prestados eram insalubres. Muitas doenças eram adquiridas, e os acidentes de trabalho também eram muitos. Por mais que houvessem direitos trabalhistas desde Vargas, quem procurasse a justiça perderia o emprego – isto não é muito diferente de hoje, em algumas áreas do mercado de trabalho. Pensadas em modelo Taylor-Fordista, nas indústrias com produção intensificada, o controle e a fiscalização era assustador.

A segurança fica andando pela fábrica, com as viaturas, sereia, fiscalizando tudo. Quando tem um conflito, uma briga, o trabalhador vai depor na sala da segurança. Então tem uma mesinha, o escrevente, é que nem na delegacia mesmo. E fica atrás dele os guardas passando, que nem pistoleiro, armados. Ora, o empregado só pode ficar nervoso, sem saber o que dizer. (MOVIMENTO. As multinacionais e os operários. *Movimento*, n.95, 25 de abril de 1977, p.8).

Os abusos de segurança eram morais e físicos. Revistas, agressões, pressões de todo o tipo. Com o salário archoado e sem perspectiva de outra forma de trabalho se criou um novo horizonte dentro do mesmo na fábrica: “tem muita coisa acontecendo lá. Como eu disse, o pessoal não reclama muito, mas é preciso fazer alguma coisa. Por isso que eu vou entrar pra trabalhar no sindicato” (MOVIMENTO. As multinacionais e os operários. *Movimento*, n.95, 25 de abril de 1977, p.8).

*Comissões de fábrica*³⁷ também estavam sendo articuladas com delagados-operários escolhidos para representar seus companheiros e conduzir a luta de dentro das fábricas. Mas, o regime ditatorial favoreceu um crescimento exagerado da repressão dentro das fábricas. Não era nada fácil se articular em comissões na época, porém este era um grande objetivo do movimento operário que já se rearticulava em greves e sindicatos. A própria articulação do movimento operário e o abrandamento do regime com o fim do AI-5, em 1978, facilitou o recomeço das comissões.

Para os operários, [NCS: no entanto] trata-se de aproveitar a situação e evitar que ela seja passageira consolidando conquistas permanentes. Eles devem perceber que a comissão surge exatamente porque seus companheiros se mobilizam e a única garantia para que ela continue existindo é a de que se constitua em instrumento de organização nos trabalhadores: de elevação no seu nível de consciência política, de sua capacidade de união e, portanto, de sua força. (MOVIMENTO. A luta pela democracia na fábrica. *Movimento*, n.157, 3 de julho de 1978, p, 11).

Apesar de lidar com reivindicações econômico-corporativas, por melhores condições de trabalho e melhores salários, por exemplo, a luta do movimento operário que tomara corpo no fim dos anos 1970 se transformara também em uma luta política consciente. Já havia a noção de que organização e consciência caminham juntas, numa relação dialética com vistas a uma transformação.

A maior parte das *Comissões de fábrica* surgiu durante as greves e paralisações de 1978. O problema é que, geralmente, eram demandadas pelos próprios patrões e o que acabava ocorrendo é que, passada a greve, dissolviam-se as comissões mais combativas se continuassem suas atividades como comissão. Assim, dizia o operário Fernando José Batista Morais, da oposição sindical de São Paulo:

A fábrica persegue e ameaça todos os membros da comissão, sem exceção. São feitas várias advertências e todos os tipos de ameaça. Este é o problema, mas não é o maior. O maior problema, no meu entender, é que nós, sindicalistas, ainda não conseguimos deixar claro, para os trabalhadores, a importância desta comissão. (MOVIMENTO. Uma arma que voltará a ser usada. *Movimento*, n.172, 16 a 22 de outubro de 1978, p.13).

As condições de trabalho eram as piores possíveis. O controle era grande não só na produção, até a ida ao banheiro era vistoriada e cronometrada; por dentro, as fábricas eram sujas, mal ventiladas, insalubres; a segurança andava armada e abusava do seu poder para com os operários; a comida era péssima e algumas fábricas não tinham refeitório; o número

³⁷ “Um dos boletins mais importantes desse período foi o *Luta Sindical*, da Oposição Sindical Metalúrgica, que lançou também a proposta das ‘Comissões de Fábrica’, nos moldes gramscianos.”(FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p.21).

de acidentes era altíssimo; a jornada de trabalho era longa e muita pressão se fazia da parte dos patrões para que se cumprisse hora extra; os salários eram ruins e não cobriam o custo de vida dos trabalhadores e suas famílias – por isso, mães e filhos partem para as fábricas nesta época.

METALÚRGICOS 34

“Uma arma que voltará a ser usada”

Duas experiências de Comissões de Fábrica, formadas durante a greve, e que não foram desativadas depois de atendidas – total ou parcialmente – as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores às empresas

Como estão funcionando as comissões de fábrica? A seguir apresentamos o relato de duas experiências. Numa delas, a comissão da Laminiação Santa Maria, localizada em Guarulhos, seus integrantes acreditam que a experiência está indo bem; noutra, na Ingersoll-Rand, em São Paulo, a comissão é apenas uma “arma que voltará a ser usada”.

Os operários Edgard Pires (manutenção), José Farias (controle de qualidade) e Carlos Weiler (mini ferromentaria) é que contam a história da comissão da Laminiação Santa Maria.

“Essa comissão foi formada na época das paralisações. Quando a fábrica parou, um dos diretores pediu uma pessoa de cada setor para discutir com os patrões. E aí ficou essa comissão efetiva para tratar dos vários itens que nós reivindicamos. Desses itens, os três principais foram resolvidos na hora. Eram: aumento de 20%; não descontar as horas de paralisação; e ter uma comissão definitiva na empresa, que foi registrada com dois anos de garantia. Nós só podemos ser eliminados da empresa por justa causa com inquérito administrativo.

Depois de firmado o acordo do aumento, passamos a tratar de outras reivindicações. Problemas que existem dentro da empresa e que, como os diretores dizem, todos tomam conhecimento. Menos eles. São problemas como: pagamento fora de hora, enfermarias em estado lastimável, insalubridade. Havia pessoas trabalhando com ácido muriático, com querosene, gás, e não recebiam a taxa de insalubridade. Agora nós já conseguimos resolver isso. Era para começar o pagamento em setembro, mas não começaram ainda. Mas acabamos de sair de uma reunião com o chefe do setor pessoal, que nos garantiu que vão pagar, incluindo o mês de setembro. (NR: A direção da empresa sabia que os operários iam dar a entrevista. E convocou-os para uma reunião minutos antes, quando disse não ter esquecido a promessa de pagamento pela insalubridade, o que é sua obrigação.)

A divulgação pelo “bate papo”

Está sendo fácil tratar as coisas com o patrão, porque ele nos dá o apoio necessário. E a gente também já vem um pouco esgotado de outras firmas que trabalhamos.

O resultado das discussões, o que foi resolvido, é divulgado entre os companheiros, através de conversa. Não temos mural ou jornal interno. Então o recado vai através do bate papo. (A fábrica tem 800 operários, em dois turnos.)

Outra experiência é a dos trabalhadores Ingersoll-Rand, multinacional

fabricante de compressores. Em sua fábrica de São Paulo existem 110 operários, representados por uma comissão de 10 membros, reconhecidos pela fábrica, pela DRT e pelo Sindicato. Quem relata a experiência é o operário Fernando José Batista Moraes, de 27 anos, integrante da Oposição Sindical de São Paulo:

Tudo decidido em Assembléia

“A comissão surgiu durante a greve, para entrar em contato com a direção da empresa. A negociação começa com esta comissão espontânea, voluntária. Nem todas as reivindicações, porém, foram atendidas e ocorreu, mais tarde, uma segunda parada, mais organizada. Voltamos a apresentar nossas reivindicações, entre as quais estava um pedido de estabilidade, de um ano, para a comissão, e nenhum desconto das horas paradas.

Houve então nova assembléia e foi eleita uma nova comissão, por aclamação. A comissão assumiu a direção da greve e as negociações. Mas foi mantido um princípio muito importante: a comissão era intermediária entre os grevistas e a direção da empresa. Todas as medidas foram tomadas em assembléia. Tudo.

A tendência natural tem sido, passada a greve e terminada a atividade concreta, a comissão desaparecer. A nossa teve continuidade, porque nem todas as partes do acordo foram cumpridas. Foi quando voltamos a nos movimentar que a empresa resolveu acabar com a comissão: pediu que fosse assinada uma carta para os operários, onde dizíamos que a comissão só tinha tido papel durante a greve. Reconheciam a estabilidade assumida nas negociações, mas queriam acabar com a comissão. O sindicato também tentou extinguir a comissão, colocando-se como o único responsável

para discussão dos problemas com a empresa.

A perseguição à comissão

Não assinamos a carta. Na prática, porém, dentro do que é ideal, a comissão existe.

A fábrica persegue e ameaça todos os membros da comissão, sem exceção. São feitas várias advertências e todos os tipos de ameaça. Este é um problema, mas não é o maior. O maior problema, no meu entender, é que nós, sindicalistas, ainda não conseguimos deixar claro, para os trabalhadores, a importância desta comissão.

As comissões hoje existem mais como uma arma que poderá voltar a ser usada, do que comissões de fábrica propriamente ditas”.

passada, mas todas se esquivaram, preferindo manter o tema oculto.

A exceção, aliás, foi o assessor jurídico da fábrica MWM Motores Diesel, uma das poucas onde a comissão continuou a existir. De acordo com Fleury Logulo, assessor daquela empresa multinacional, a comissão foi criada em julho, durante as greves, sugerida pela própria direção. A seguir, porém, os trabalhadores colocaram entre suas reivindicações a continuidade da comissão e estabilidade para os seus 12 integrantes, que representam 1.500 companheiros.

Fleury acha que a comissão “funciona muito bem” e ajuda a própria empresa:

“A comissão procura resolver os problemas coletivos e não individuais. As reclamações de caráter estritamente pessoal ela não leva adiante. Assim as reivindicações já chegam filtradas à direção da empresa, o que é muito interessante. Isto ajuda a empresa.”

A conquista da estabilidade

A tentativa das empresas, de absorver as comissões de trabalhadores, não é, no momento, o que mais preocupa. A maior parte das empresas, atualmente, está mais empenhada em impedir o próprio nascimento das comissões. Na Toshiba do Brasil, por exemplo, tão logo terminou a greve, todos os membros da comissão foram despedidos. Na Barbara, um articulador da comissão foi despedido, assim como os outros dois operários que tentaram substituí-lo. Aliás, foi na Barbara que ocorre a primeira demissão de um integrante de comissão de greve. O operário demitido naquela ocasião, Cleodom Silva, falou na semana passada a Movimento:

“Quando constituímos a comissão, exigimos que ela fosse permanente e que seus membros não fossem punidos. Mas ainda não estava na cabeça de ninguém o problema da estabilidade no emprego. Não víamos isto como um objetivo a cur-

to prazo, mas como um daqueles objetivos que você vai conseguir no ano 2 mil, entende? Foi quando houve a demissão que começamos a falar em estabilidade: No dia seguinte, quando parou a Massey Ferguson, os companheiros de lá já sabiam do nosso caso e exigiram estabilidade. Foi a primeira a conquistar isto.”

O controle pela base

Silva está convencido, apesar das dificuldades, que as comissões de fábrica constituem hoje o melhor caminho para a organização dos trabalhadores: “As comissões são a representação máxima ao nível de fábrica e, até segunda ordem, são estas comissões que devem dizer qual o sindicato que devemos construir. É importantíssimo desenvolver estas formas, inclusive tentando articular a ligação entre as comissões. Gostaria de realçar um aspecto que considero vital para as comissões: é o seu controle pela base. Uma assembléia de fábrica deve

ser realizada pelo menos bimensalmente, para fazer o controle da comissão e também para estimulá-la. Sempre que a representação fica afastada das bases, tende a apelegar-se”.

O “apelegamento”

O controle da comissão pelos trabalhadores da fábrica, para evitar sua subserviência à empresa, ou mesmo aos sindicatos pelegos, é uma das principais preocupações daqueles que hoje discutem o assunto. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, no Congresso de Guarujá, afirmava num documento: “Em muitos lugares, durante a greve, só a assembléia decidia. Em outros só a comissão. Vimos que nos lugares que a comissão só negociava e a decisão era de todos a luta foi mais firme. Nas fábricas onde as comissões decidiam por conta própria a fábrica não foi a mesma. Por esta razão achamos que a comissão deve negociar e só a assembléia de fábrica deve decidir”. (RO)

Imagem 4 - Metalúrgicos das Comissões de fábrica. Movimento, n.172, 16 a 22 de outubro de 1978, p.13.

Além da realidade na fábrica, existia um contexto nacional e internacional que favorecia a luta dos trabalhadores. A abertura política e o fim do AI-5, no Brasil, e a crise do

capital que abalou o capitalismo e o ocidente todo, a partir de 1973, enfraquecera os países centrais econômica e politicamente. Nesta conjuntura, as ditaduras na América Latina perderam os antigos apoiadores de seus regimes.

A conhecida greve dos Trabalhadores na SAAB- SCANIA, em São Bernardo do Campo, se iniciara numa sexta-feira, dia 12 de maio de 1978, com apenas 100 operários:

Os operários da Scania estavam em greve, a primeira de uma série que estourou no final da semana retrasada em São Bernardo do Campo, um município da Grande São Paulo, coração da indústria automobilística. Só nestas fábricas trabalham 103.500 pessoas, 70% das quais são operários. No total, São Bernardo tem 120 mil operários metalúrgicos, dos quais cerca de 30 mil entraram em greve – a maior desde 1968 (MOVIMENTO. GREVE GREVE GREVE. *Movimento*, n.151, 22 de maio de 1978, p.3).

Em uma semana chegou aos 30 mil trabalhadores parados. Em um mês, 75 mil operários iam para as fábricas e não ligavam as máquinas, apenas batiam o cartão-ponto. Como o governo não reconhecia a legalidade daquelas manifestações dos trabalhadores e os patrões não concordavam com o aumento salarial de 20% pedido por eles, a greve foi envolvendo cerca de 60 fábricas na região da Grande São Paulo e só quando ganhou tamanho desempenho é que suas reivindicações foram atendidas.

Movimento entrevistou cerca de 10 operários, de São Bernardo do Campo acerca das greves, dos sindicatos e da luta pela democracia:

Este movimento todo mostrou só uma coisa, falta de organização, agora, tem que ser feita pelo sindicato. Na situação em que tão os sindicatos, não podem dirigir concretamente a luta dos trabalhadores, no entanto a gente só pode mudar esta estrutura se as diretorias atuais dirigirem concretamente. (MOVIMENTO. A palavra dos operários. *Movimento*, n.154, 12 de junho de 1978, p.6).

Disse um operário da Mercedes-Benz e, ainda, complementou em outro momento da entrevista:

Este movimento todo, que está acontecendo, já é um passo, uma caminhada para o sindicato livre. Só agora a categoria começa a entender a necessidade das Comissões de Fábrica, o próprio sindicato já falou muito nisso. Para um movimento futuro, a gente tem que pensar nisso, tem que crescer a organização dentro das fábricas. (MOVIMENTO. A palavra dos operários. *Movimento*, n.154, 12 de junho de 1978, p.6).

Nos sindicatos persistia um “peleguismo” grande e, ainda, existia um atenuante dado pela ilegalidade das greves. A lei de greve estava sendo quebrada pelas movimentações dos trabalhadores, mas, para estes, “a lei 4.330 diz pouca coisa para os trabalhadores. Quando eles julgam com força para passar por cima dela, passam tranquilo.” (MOVIMENTO. A palavra dos operários. *Movimento*, n.154, 12 de junho de 1978, p.6). Mesmo assim, alguns dirigentes

não estavam dispostos a passar por cima do regime e das leis de Geisel. A questão principal é que já se fazia política fora dos quadros da dirigência sindical. Sobre as formas de organização, dizia um dos operários desempregado, em entrevista:

Os trabalhadores ganham muita coisa é no tapa mesmo, nas lutas, mas isto tem que ser garantido. E para isto tem que ter um partido político. A democracia para os trabalhadores significa liberdade sindical, direito de greve, liberdade de organização para todos os partidos políticos de trabalhadores. Todo operário tem sempre que lutar contra situação de opressão, mas lutar em cima de reivindicações nele enquanto uma classe. (MOVIMENTO. A palavra dos operários. *Movimento*, n.154, 12 de junho de 1978, p.6).

Por enquanto, a greve parecia ser o único instrumento político nas mãos dos operários, mas, já nascia ali uma demanda por uma forma de mediação e de organização mais avançada, no caso, um partido político (em sentido estrito) que representasse a classe trabalhadora, criado no seio desta própria classe.

Em março de 1979, crescia a tensão entre metalúrgicos do ABC – tendo como um de seus principais dirigentes Lula – e os patrões que, apesar do discurso a favor da democracia e do diálogo com os trabalhadores, clamavam repressão policial contra os grevistas. A própria Federação dos Metalúrgicos isolava o ABC paulista, acatando a proposta de aumento dos patrões:

Argeu dos Santos, velho pelego que está à frente da Federação dos Metalúrgicos há mais de 10 anos, concordou em abandonar algumas das principais reivindicações da campanha e de fixar somente na questão do aumento, sem analisar inclusive os diferentes impactos dos aumentos obtidos, se aplicados no interior ou na região do ABC paulista. (MOVIMENTO. O grande confronto. *Movimento*, n.194, de 18 a 25 de março de 1979, p.7).

Contando com o peleguismo da Federação, os empresários conseguiram dividir a luta entre interior e ABC paulista, isolando estes últimos que eram mais combativos. Assim:

Começou, então, o confronto aberto entre os patrões e os sindicatos do ABC. Os trabalhadores apelaram para a greve, para os piquetes em frente às fábricas, para as grandes assembleias que chegaram a reunir em São Bernardo cerca de 80 mil pessoas. Os patrões apelaram para a intimidação, a polícia e uma intensa propaganda através da imprensa – sobretudo nas rádios visando amedrontar e confundir os grevistas para fazê-los voltar ao trabalho. (MOVIMENTO. O grande confronto. *Movimento*, n.194, de 18 a 25 de março de 1979, p.7).

Os piquetes eram bastante conhecidos e eficazes, já que, nas greves, evitam os “fura-greve” e concentram os grevistas na porta das indústrias. Porém, a concentração facilitava a repressão por parte da polícia. Aumentava-se o cerco e a violência contra os grevistas, mas a

greve tomou quase todo o ABC novamente. Para os grevistas, a paciência na espera pelo cumprimento por parte dos patrões das suas exigências era sua maior arma. Na assembleia dos 80 mil,

[...] Lula disse que estava “em jogo o destino da categoria”. Ele advertiu que o sindicato estava sendo representado pelo advogado no TRJ, mas que não era para esperar grandes coisas do tribunal [...] nós temos que aguentar o máximo. Vamos aguentar até o dia em que patrões se curvarem diante das reivindicações. (MOVIMENTO. O grande confronto. *Movimento*, n.194, de 18 a 25 de março de 1979, p.10).

A greve já não estava mais restrita ao ABC, se espalhou para São José dos Campos e Jundiaí, “ao todo, calculava-se que cerca de 215 mil trabalhadores continuavam em greve” (MOVIMENTO. O grande confronto. *Movimento*, n.194, de 18 a 25 de março de 1979, p.10). Depois de 15 dias, houve uma trégua nas greves, os trabalhadores voltavam ao trabalho e as negociações entre sindicato, governo e alguns empresários tiveram tom de secretismo. Os trabalhadores acataram o acordo, mas os empresários não.

Certamente houve um acordo que levaria ao fim da greve os metalúrgicos do ABC e ele foi feito entre Lula e dois grandes empresários tidos como liberais e ligados à direção de Federação das indústrias. O acordo foi feito na [...] véspera da assembleia de 70 mil metalúrgicos no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, em uma reunião sigilosa. (MOVIMENTO. Trégua no ABC. *Movimento*, n.196, de 2 a 8 de abril de 1979, p.4).

Lula pediu para os companheiros de greve que retornassem ao trabalho, mas, caso o acordo dos reajustes da não demissão dos grevistas e do desconto dos dias parados não fosse cumprido, a greve seria retomada. Os empresários não cumpriram com o acordo e fingiram não saber do que este se tratava, alegando não ter participado de nenhuma reunião. Muitas demissões ocorreram e muitos empresários quiseram manter o reajuste firmado semanas antes com Argeu dos Santos e a Federação dos Metalúrgicos – proposta que não havia sido aceita pelos trabalhadores e ocasionou a continuidade das greves.

Movimento colocou o obscurantismo da reunião onde foi deliberado o acordo como um fato que deve ser observado atentamente. Na reportagem passou uma imagem de Lula como um conciliador que acatou ao acordo precipitadamente e que mantinha contatos com o governo e com os empresários “mais liberais” (MOVIMENTO. Trégua no ABC. *Movimento*, n.196, de 2 a 8 de abril de 1979, p.4). Mas Lula detinha com certeza, dentre todos os dirigentes de sindicatos da época, a maior parcela dos trabalhadores do seu lado. E sua proposta de trégua foi a mais votada em São Bernardo, na assembleia com 70 mil trabalhadores.



Depois de 15 dias de greve, intervenção nos sindicatos e intensas negociações sigilosas entre Lula, o governo e alguns empresários, os trabalhadores do ABC voltaram ao trabalho

Reportagem de Marcos Gomes, Raimundo Pereira, Tânia Angarani, Teodomiro Braga, Tim Urbinatti e Lia Strauss.

TRÉGUA NO ABC

Certamente houve um acordo que levaria ao fim da greve dos metalúrgicos do ABC e ele foi feito entre Lula e dois grandes empresários tidos como liberais e ligados à direção da Federação das Indústrias. O acordo foi feito na segunda-feira à noite, véspera da assembleia de 70 mil metalúrgicos no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, em uma reunião sigilosa da qual participaram dois empresários: Paulo Francini e Cláudio Bardella tidos como dos mais liberais dos patrões paulistas. Os termos do acordo foram explicitados durante a assembleia e em entrevistas por Lula, pelos advogados do sindicato dos metalúrgicos e por amigos dos trabalhadores - o bispo de Santo André e jornalistas que tiveram conhecimento íntimo das negociações. O acordo aplaustivo por essa ala dos patrões com Lula dizia, segundo todas essas fontes, o seguinte:

- retorno imediato ao trabalho de todos os grevistas;
- pagamento integral dos salários do mês de março (ou seja, no momento, pelo menos, não desconto das horas de greve);
- formação de uma comissão tripartite (governo, operários e patrões) para negociar num prazo de 45 dias: a) o aumento salarial da categoria (fundamentalmente a não compensação dos 11% de aumento obtidos durante as greves de maio de 76); b) a solução definitiva da questão dos dias parados;
- a não demissão dos grevistas num prazo de 120 dias, salvo por outros motivos que não o movimento paretista;
- fim da intervenção nos três sindicatos e retorno das diretorias destituídas.

O acordo foi acompanhado e aprovado pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que o levou à aprovação do Palácio do Planalto, na manhã de terça-feira, dia 27. E os trabalhadores, após darem o crédito de confiança pedido por Lula na assembleia que decretou o fim da greve, passaram a cumprí-lo à risca, na quarta, 28. E aí começa a confusão: uma confusão voltada contra os interesses dos operários grevistas.

A confusão se instala a partir de declarações e de atitudes dos empresários e do próprio ministro. Na quarta-feira, Theobaldo de Nigris, presidente da FIESP e um dos que defendem uma linha dura contra Lula e os grevistas, disse que a sua entidade não havia feito acordo com ninguém - apesar de reconhecer que alguns empresários poderiam ter tomado alguma iniciativa nesse sentido. Na mesma quarta, cerca de duas centenas de operários já estavam demitidos: muitos deles por justa causa e sob alegação direta de que haviam participado de greve ilegal. Um dos demitidos, da Metalúrgica Detroit, era membro de uma comissão de fábrica reconhecida pela empresa e do sindicato - e foi obrigado a sair sem que a empresa lhe pagasse as horas paradas. Na Motors Buñal, também na quarta, 81 eram demitidos. Até a sexta, a Inox, outra metalúrgica de São Bernardo já demitira 30. Também na quinta, Mauro Marcondes, representante da Volks, que teve participação destacada em todo o processo de negociação até a intervenção no sindicato, declarava que "fomos surpreendidos pela volta ao trabalho. Agora vamos esperar os resultados dentro de 45 dias. Não prometemos pagar os dias parados, nem manter os 11% do ano passado, nem pagar qualquer coisa além dos 63% combinados (o teto já oferecido antes aos metalúrgicos do ABC)". Ou seja, o empresário que representava uma firma com mais de 35 mil trabalhadores envolvidos no acordo, dizia que não sabia dele e que não prometia coisa alguma além do que já era conhecido antes da greve e fora várias vezes rejeitado pelos operários. E de Nigris, na quinta, continuava insistindo que o não pagamento das horas paradas era um "ponto pacífico" para os patrões.

O nó da confusão vinha do fato que os dois empresários dirigentes da FIESP que haviam feito o acordo não se identificavam nem se manifestavam publicamente e mesmo o ministro não explicitava os termos dessa negociação. Na quarta-feira, o cardeal de Evaristo Arns, ao tomar conhecimento das muitas demissões, deu uma enérgica declaração aos jornais dizendo que a Igreja fora testemunha do acordo e que ele não admitia que ela tivesse sido usada dessa forma e considerava lastimável que se deixasse desmoralizar assim a palavra de um ministro de Estado. Ao saber das demissões, Macedo veio para São Paulo e antes mesmo de se encontrar com os empresários declarou que o acordo era para ser cumprido e que "se alguém estiver demitindo deliberadamente os grevistas não vão gostar das medidas que o governo irá adotar". Na mesma noite se reuniu na casa do empresário Dilson Funaro - que foi a principal ponte para a retomada das negociações entre os empresários e Lula, tido como liberal, cunhado do industrial nacionalista Fernando Gasparian. Lá, Macedo se encontrou com alguns dos principais dirigentes da FIESP e membros do grupo 14, que reúne os empresários do setor metalúrgico. No dia seguinte anunciaria uma das medidas do governo para socorrer os grevistas: aceitar as demissões, mas fazer com que os demitidos fossem readmitidos em outras empresas.

Macedo, que teve com ele nesse jantar 20 dos mais poderosos empresários paulistas, expôs a ele, todos os compromissos assumidos pelos que realizaram o acordo com Lula, e que havia garantido o final da greve. Mesmo assim vários dos presentes se mostravam reticentes, dizendo-se mal informados e mesmo criticando a maneira como foram feitas as negociações.





Os negociadores "liberais" dos bastidores: Dilson Funaro, Paulo Francini e Cláudio Bardella.

um dos mais populares, falaria, Lula, no entanto, retirado à sua residência deste sexta, não conhecia de perto o ambiente de tensão que permeava os acontecimentos.

O ato não conseguiu firmar uma orientação precisa para os trabalhadores nem justificar a ausência de Lula. O dirigente Djalmia - que estava acompanhado de vários outros sindicalistas que haviam formado um movimento de solidariedade à greve do ABC - chegou a ser vaiado porque insistiu na convocação da massa para uma missa no dia seguinte às 10 horas, quando havia uma proposta de um ato na praça às três da tarde do mesmo dia. A proposta alternativa fora feita por um dirigente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André, Albuquerque, cuja fala no ato não estava grevista. O ato terminou com essas duas propostas e os trabalhadores no entanto não se dispersaram, mesmo tendo Djalmia reiterado o pedido para que todos voltassem para casa.

Começam então novos e violentos choques com a polícia - o início de uma passeata, disparos de bombas e golpes de cassetetes, respondidos por pedradas e tijolos e que terminam com muitas prisões e duas perucas C-14 da polícia totalmente deprecadas. E nesse momento então que um grupo de dirigentes sindicais de São Paulo se dirige para a casa de Lula, extremamente preocupados com os rumos do movimento e convictos de que Lula deveria ser realocado ostensivamente à sua frente.

Lula estava na casa de uma parente e o recebeu vestido só de calção e, segundo alguns, em estado de visível abatimento. Esses lhe relataram os acontecimentos da praça destacando o ânimo da massa e, ao mesmo tempo, o enorme risco de o movimento se esvaizir devido à ausência de uma direção reconhecida. Um deles lhe fez uma greve advertência afirmando que na luta do ABC a classe operária estava dando o exemplo para o Brasil e que todo mundo se identificava com a greve. Não se trataria, dizia, de uma simples defesa do sindicato de São Bernardo, mas da luta contra o arbítrio e a repressão e por isso considerava a sua ausência "um erro trágico". Outro sindicalista falou-lhe então num tom mais persuasivo, mas também no sentido de que ele reassumisse a direção do movimento. Convencido, Lula os acompanhou até a Assembleia Legislativa onde se realizava uma reunião da Comissão de Solidariedade à greve do ABC.

A reunião teve um episódio curioso. O ex-deputado estadual Nelson Sabiano, mesmo com Lula presente, propôs que ele passasse o comando da greve para o MDB. A proposta foi retirada sob vaia. Lula então pegou o microfone das mãos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, também do MDB e se mostrou visivelmente emocionado: Teve de largar o microfone chorando, levou uns segundos para se recompor e

MOVIMENTO 2 a 8/4/79

Imagem 5 - Trégua no ABC. Movimento, n.196, de 2 a 8 de abril de 1979, p.4

O jornal retoma na edição 202 a história do próprio Lula e questiona, novamente, quem seria este dirigente? Segue o texto:

Lula poderia ter contribuído mais para elevar o nível de consciência política e aumentar o nível de organização dos trabalhadores, tarefa que não se esgota nas questões econômicas. [...] os próprios operários, a base de São Bernardo do Campo, que embora avançada, não tem consciência clara do que fazer para resolver os problemas graves que tem pela frente. E para isso, ela não precisa apenas de alguém que esteja à sua frente, mas de alguém que ajude a encontrar os caminhos que procura. (MOVIMENTO. Muitos Lulas. *Movimento*, n. 202, de 14 a 20 de maio de 1979, p.10).

O fato é que Lula detinha muito poder junto as massas dos trabalhadores e mantinha, ao mesmo tempo, certa distância das organizações da esquerda que se assumiam como revolucionárias. Para o jornal, os dirigentes e operários, em geral, não queriam nenhuma relação com grupos assumidamente socialistas ou comunistas.

Segundo *Movimento*, este distanciamento fazia com que uma só pessoa dirigisse um dos maiores movimentos de trabalhadores da história do país, o que personalizava a luta colocando Lula à sua frente. E a classe trabalhadora continuava sem os meios para avançar por si só.

Os resultados objetivos das greves de 1979 não saíram da margem nos ganhos econômicos. Enquanto a luta ganhava corpo, a repressão endurecia e aumentava, o que causou certo esvaziamento no movimento. Os trabalhadores:

[...] não estavam preparados para fazer frente à essa repressão. E, por isso, as vitórias foram menores ou não existiram. No entanto, mesmo no caso de movimentos derrotados, todos admitem que houve um salto qualitativo na organização dos trabalhadores, que será sentido, segundo os líderes sindicais, a longo prazo. (MOVIMENTO. As greves frente à repressão. *Movimento*, n.223 de 8 a 14 de outubro de 1979, p.10).

Esse balanço feito por *Movimento*, já no fim do ano de 1979, traz um apanhado geral das greves não só no ABC dos metalúrgicos, mas, naquele momento, as greves já haviam se espalhado pelo território brasileiro e pelas mais diversas categorias – motoristas, bancários, funcionários públicos, vigilantes, peões, etc. Nesta altura, avaliava-se se a greve seria mesmo o melhor instrumento para dar continuidade ao movimento.

Duas demandas se criaram e se articularam com o movimento operário: primeiro, a necessidade de uma mediação de um partido político que representasse e dirigisse a classe trabalhadora, e, segundo, a importância de unificar bandeiras e lutas em uma central única nacional. Estaria aí o gérmen do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que seriam concretizados nos anos seguintes.

Com a expiração do AI-5, o ano de 1979 começaria, num plano mais imediato, com o fim do isolamento entre executivo e legislativo, em certa medida, com a menor centralização no executivo e com o fim do bipartidarismo oficial no Brasil.

Assim, se articulavam novos partidos no país e alguns se rearticulavam, no caso os partidos extintos pelo regime ditatorial. A extinção da Arena e do MDB se deu apenas em novembro de 1979, por isso, a constituição legal dos partidos, que já estavam se desenvolvendo no fim da década de 1970, apenas se deu de 1980 em diante.

Em 10 de janeiro de 1980, o PT lançaria seu manifesto, segundo *Movimento*:

O lançamento do Manifesto do Partido dos Trabalhadores, em solenidade realizada na quinta-feira passada, na sede do sindicato dos jornalistas de São Paulo, marcou o primeiro passo do PT para existir como partido legal. (MOVIMENTO. PT inicia construção legal. *Movimento*, n.236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.4).

Ainda haviam impedimentos burocráticos e uma série de exigências e prazos para cumprir antes de legitimação e registro do Partido pelo Tribunal Superior Eleitoral, segundo a *Lei Orgânica dos Partidos Políticos* (de 20 de dezembro de 1979). Mas as bases do PT já estavam lançadas e organicamente fundamentadas no movimento operário e no movimento sindical. No dia 1º de abril de 1980, mais uma luta seria travada pelo movimento operário e serviria para aumentar ainda mais as expectativas para a transição do PT para a legalidade. Desta vez ocorreria a maior e mais organizada greve que o Brasil já viu.

Exatamente a partir da zero hora do dia 1º de abril deste ano [NCS: 1980], quando, sem que ninguém lhes dissesse nada e numa ordem impressionante, os metalúrgicos do ABC paulista (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano) começaram a desligar as monstruosas máquinas de poderosas indústrias como a Volkswagen e a General Motors. Depois trocaram de roupa, bateram os cartões e ganharam as ruas, rumo aos seus sindicatos, em busca de novas orientações para a greve que se prolongaria durante 41 dias (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.12).

Mobilizaram-se cerca de 150 mil operários que participaram de uma das mais longas greves da história da classe operária no Brasil. Pela grande organização, desta vez não foram necessários os piquetes para que 90% das indústrias de, por exemplo, São Bernardo, parasse. A greve também chegara, nesta ocasião, a “38 cidades do interior de São Paulo” (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.12). Nestas cidades a greve não durou dois dias e, em São Caetano, apenas nove. Havia uma desconfiança do esvaziamento das greves em geral por parte de alguns sindicatos, e também na opinião de *Movimento*.

As intervenções do exército e da polícia armavam um clima de guerra. Em São Bernardo a resistência por parte dos operários foi maior:

Com a presença dos operários, a polícia espalha quase 3 mil homens pela área, enquanto 20 caminhões com soldados do Exército ficam parados na Via Anchieta, que dá acesso a São Bernardo, prontos para intervir. Neste dia a cidade se transforma numa verdadeira praça de guerra, com quase quatro horas de escaramuças onde operários, sem direção nenhuma, reagem à violência policial com pedradas. (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13).

Os operários não acataram as ordens da direção do movimento – que havia sinalizado para que eles retornassem para suas casas – e foram para cima dos policiais. No dia seguinte, durante a madrugada, Lula é preso junto com outros líderes sindicais e outros representantes de movimentos populares.

Essa operação, típica dos anos 70, provoca manifestações de repúdio em todo país e revela pequenos desentendimentos na área governamental sobre as formas de “endurecimento” no ABC. O comandante do II Exército se revela no artífice da operação e age como interventor de fato no Estado. (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13).

Apesar do cerco e das pressões que faziam lembrar os anos de chumbo da ditadura, a greve permanecia e “com nova exigência: libertação de seus líderes” (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13). A solidariedade também aumenta e muitas famílias de operários recebem alimentos de organizações que se colocavam ao lado do movimento.

No dia 20 de abril, mais prisões e a proibição da utilização do estádio de São Bernardo (Vila Euclides) para as Assembleias do movimento. Rumam os operários, então, para o pátio da Igreja Matriz da cidade. Três dias depois a praça é cercada pela polícia e os operários perdem mais um espaço para se reunir.

Dia 24 – Diante da determinação do Comendo de Greve, a praça é liberada para reunião. Mas S. Bernardo já é uma cidade sitiada, com permanente violência policial pelas ruas. O governo proíbe um show de Chico Buarque e outros artistas solidários com a greve; e dificulta a chegada de alimentos para os grevistas. (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13).

O cerco só aumenta e o governo anunciara a proibição da manifestação já agendada para o 1º de maio. O movimento decide não modificar sua programação e no 1º de maio de 1980,

[...] oito mil policiais tomam conta da cidade, fortemente armados, enquanto as vias de acesso são bloqueadas. Mesmo assim 100 mil pessoas, de toda a região, reúnem-se ao redor da Igreja Matriz, dispostas a fazer uma passeata. Diante da multidão, a polícia recua novamente, possibilitando a realização da maior passeata desde o AI-5, em 1968. A multidão vai até Vila Euclides, reconquistada. Mas nos dias seguintes a polícia voltará às ruas, cada vez mais violenta. (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13).

No dia 5 a greve acaba em Santo André. Sem perspectivas de reabertura pra as negociações, os líderes presos iniciam greve de fome e as mulheres dos operários saem às ruas pedindo a reabertura para as negociações. No dia 11 de maio, “reunidos na Igreja, os metalúrgicos decidem pelo fim da greve, 41 dias depois.” (MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.13).

Os ganhos econômicos do movimento grevista não foram grandes ao longo desses três anos (de 1978 a 1980), porém, como já apontado no primeiro capítulo da presente dissertação, os ganhos políticos em termos de avanço na consciência e organização dos trabalhadores marcaram um salto qualitativo dentro do movimento. O jornal *Movimento*, preso às teses aliancistas, custou para perceber isto. Mas ao longo de suas reportagens, percebe-se uma aproximação maior com o movimento operário com o passar dos anos e das lutas.

Mesmo assim, manteve sua desconfiança com relação às principais lideranças dos sindicatos e continua a questionar seu distanciamento com organizações que se diziam socialistas ou comunistas. Por isso, não aderiu ao movimento pró-PT se colocando ao lado dos comunistas do PCB e do PCdoB na formação da *Tendência Popular* – frente ampla lançada por parte do grupo dos “autênticos” do MDB. Também não demonstrava muitas expectativas para a formação da CUT, o que se evidencia na reportagem a seguir:

Muitas vezes, o atual movimento sindical brasileiro parece lembrar uma verdadeira torre de babel: ninguém entende ninguém. Mas, apesar da proliferação dos desencontros entre as variadas facções políticas, a CUT – Central Única dos Trabalhadores – vem aí. E nem tudo está perdido, como se poderia imaginar, pois se depender da tradição sindical brasileira (limitada, é certo, mas marcante) e do esforço de muitos, ela será única de fato. (MOVIMENTO. O Encontro em São Paulo. *Movimento*, n. 319, de 10 a 16 de agosto de 1981, p.5).

A notícia era a respeito do Enclat. Este era o encontro preparatório para a Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), destinada a eleger uma Comissão Nacional que convocaria trabalhadores para a construção da CUT e também na elaboração de uma greve geral. A central, como se sabe, só é formada em 1983 e o jornal *Movimento* fecha as portas em 1981, portanto, não fez a cobertura deste processo. Quanto à formação do PT, esta foi noticiada por *Movimento*:

O ideal para o governo [NCS: Figueiredo], nesse momento em que as conquistas das liberdades democráticas [...] ainda é a questão fundamental para a oposição, seria montar um quadro partidário que facilitasse suas manobras para a consolidação do projeto de “Abertura”. Conseguir, por exemplo, que os líderes sindicais formassem seu PT de forma fechada, afastando-os dos demais setores que formam a oposição democrática e popular e dos grandes temas políticos nacionais e restringindo a atuação do PT aos problemas de ordem exclusivamente econômica. (MOVIMENTO. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n. 206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.8).

Como já mencionado no texto anteriormente, *Movimento* estava apoiando a formação da chamada *Tendência Popular* ou *Frente Popular* de oposição ao regime militar. O jornal aproveitou para criticar a formação do PT, primeiramente, denominando ironicamente como “seu PT” o que mostra o afastamento do jornal perante o processo de criação do partido e sua acusação de que este está sendo construído de forma fechada pelos sindicalistas. Depois continuou demonstrando sua descrença tratando o partido como de fácil manipulação por parte do governo militar, ou ainda, como um dos possíveis partidos que serviriam aos propósitos do governo para consolidar e institucionalizar a Distensão³⁸.

O erro apontado por *Movimento*, na criação do PT, estaria na sua não adesão à *Tendência Popular* idealizada pelos “velhos” comunistas no MDB. Isto fragmentava a luta e a oposição. Segundo o jornal, esta união com a frente de oposição ao regime seria uma das formas possíveis do PT superar a sua restrição às lutas sindicais, de escopo econômico-corporativo. Para o jornal, o partido que estava sendo arquitetado naquele momento deveria ir além de sua tendência “obreirista” e isolada. Segue o texto:

Mas alguns, como Olívio Dutra, mostraram claramente a necessidade de articulação da luta operária com a luta popular em geral e com a luta democrática, mostrando que as teses isolacionistas não interessam aos trabalhadores. Olívio defendeu a unidade entre o movimento sindicalista – parte do movimento popular e as forças parlamentares que também fazem parte do movimento popular. (MOVIMENTO. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n.206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.8).

Muitos eram os que não queriam se articular com o MDB, por desconfiança, visto que o partido era oficializado pelo regime e, mesmo tendo se modificado com o passar dos tempos e se tornando oposição de fato aos militares, ainda mantinha uma ala conservadora. Mas, aos autênticos o que importava era “a unidade das oposições e não a unidade do MDB.” (MOVIMENTO. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n.206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.9).

Na mesma reportagem, *Movimento* mencionava outra tendência dentro do MDB:

³⁸ A institucionalização da Distensão sempre foi uma preocupação das esquerdas, pelo menos de seus setores mais atentos, desde o discurso do Geisel, em 1974.

Existem ainda, dentro do MDB, as forças que se aglutinam em torno da formação do PTB. [...] Ao que tudo indica, o PTB de Brizola só conta com bases mais fortes no Rio Grande do Sul, onde inclusive o movimento trabalhista realizou, no mês passado, na cidade de Pelotas, um seminário para debater a reorganização do PTB. (MOVIMENTO. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n.206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.9).

Brizola, ainda exilado, já pensava em sua volta ao Brasil e na re-articulação do seu extinto PTB. Na época, em Lisboa, foi feito o 1º Congresso do PTB, o que marcara esta vontade, não só de Brizola, como de muitos outros. Todos concordavam ser ele o herdeiro legítimo do trabalhismo no Brasil. *Movimento* também concordava com esta herança e se manteve alheio e crítico por todo tempo com o ex-governador exilado e com a possibilidade de retomada da bandeira trabalhista no país.

À *Tendência Popular* interessava a articulação com o PT e *Movimento* reforçava esta necessidade de união colocando quais deveriam ser as bandeiras fundamentais para esta frente popular de oposição: “O fundamental é não esquecer as grandes bandeiras que formam a base da unidade das forças de oposição. [...] A anistia, a Constituinte, a conquista de amplas e efetivas liberdades democráticas.” (MOVIMENTO. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n.206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.9).

O próprio governo propunha à época a extinção dos dois partidos oficiais e uma reformulação partidária, porém, ordeiramente orquestrada pelo mesmo. Para alguns setores das esquerdas, principalmente os autênticos do MDB, esta reformulação proposta pelo regime representava mais uma manobra para a institucionalização da Abertura e uma forma de fomentar a ilusão de democracia apenas com o fim do bipartidarismo.

Em novembro de 1979, seriam extintos Arena e MDB. A reformulação partidária aos moldes do governo militar seria aprovada. Para *Movimento*,

[...] mesmo com a aprovação do projeto de reformulação partidária do governo, a questão da demarcação política e orgânica das forças populares e democráticas que não conciliam com a ditadura continua colocada. As propostas do partido de frente popular, ou PP, e do PT têm agora que se adaptar a essa nova situação que inviabiliza a institucionalização imediata de ambas como partidos legais. (MOVIMENTO, Partidos, frente e conciliação. *Movimento*, n.230, de 26 de novembro a 02 de dezembro de 1979, p.6).

Os impedimentos quanto à legalização dos dois partidos se davam pela exigência do cumprimento da *Lei Orgânica dos Partidos Políticos*, criada junto da reformulação partidária pelo regime. Para *Movimento*, na impossibilidade de legalizar os dois partidos, o PT deveria se unir ao Partido Popular (PP) para se pensar a proposta de “estruturação de um ‘Bloco Popular’ dentro de um ‘MDB renovado’, certamente a alternativa de partido mais definido no

campo da oposição.” (MOVIMENTO, Partidos, frente e conciliação. *Movimento*, n.230, de 26 de novembro a 02 de dezembro de 1979, p.6).

Era necessário esquecer as diferenças nas propostas do PP e do PT e se organizar como oposição num bloco que originaria a formação deste MDB renovado. E, assim, continua *Movimento*: “Mas não ajuda em nada escamotear essas diferenças. Particularmente, vejo na proposta do partido de unidade popular maior coerência com a ideia de frente, que inclusive os sindicalistas mais expressivos do PT vêm defendendo como válida para o próprio PT.” (MOVIMENTO, Partidos, frente e conciliação. *Movimento*, n.230, de 26 de novembro a 02 de dezembro de 1979, p.6).

As lideranças sindicais que constituiriam o PT – quando da sua formação legal – viam a noção de frente como uma fórmula interessante ao partido (que até hoje mantém esta forma, constituído por várias tendências), mas não pensavam ser as bandeiras da Constituinte e da Anistia, por exemplo, as mais interessantes para os trabalhadores. Não que discordassem da necessidade da redemocratização e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, mas tinham como principal eixo a formação de um partido que representasse a classe trabalhadora, nascido e constituído por elementos advindos desta classe.

Com relação à *Lei Orgânica dos Partidos Políticos*, esta regulamentava os prazos e etapas para a criação dos novos partidos: i) fundação: com a designação de comissões provisórias, publicação de documentos, pedido de registro provisório; ii) organização: realização de convenções, eleição de diretórios, aprovação de documentos e pedido de registro definitivo; iii) impugnação: réplica a contestação, vista dos autos e julgamento; por fim, iv) funcionamento: com 48 parlamentares teria o pedido de funcionamento imediato e, sem os 48 parlamentares precisaria aguardar o percentual de votos obtidos nas próximas eleições.

Segundo *Movimento*:

Somente em março de 1983, provavelmente, é que poderão começar funcionar integralmente (com expressão parlamentar própria) alguns dos novos partidos políticos do Brasil; outros, já a partir de meados de 1981. Esses são os prazos máximos previstos pela nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, sancionada em 20 de dezembro [NCS: de 1979] e que tomou o número 6767/79. (MOVIMENTO. Começam a correr os prazos dos novos partidos. *Movimento*, n. 236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.5).

O PT passa a correr com o seu processo de legalização e não demonstra intenções de aderir à *Frente Popular*. Como mencionado anteriormente, em 10 de janeiro de 1980, o partido lançou seu Manifesto em São Paulo. No mesmo dia, marcara uma reunião para definir

uma Comissão Nacional Provisória, como estava previsto na lei, um passo a mais para sua fundação.

Começam a correr prazos dos novos partidos

Só em julho de 81, ou março de 83, o início do funcionamento integral, de acordo com a nova lei

Somente em março de 1983, provavelmente, é que poderão começar a funcionar integralmente (com expressão parlamentar própria) alguns dos novos partidos políticos do Brasil; outros, já a partir de meados de 1981. Esses são os prazos máximos previstos pela nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, sancionada em 20 de dezembro do ano passado, e que tomou o número 6767/79. Os partidos que poderão funcionar em primeiro lugar são os que, na sua fundação, já contarem com a adesão de pelo menos 48 parlamentares; no caso, PMDB, PPB e PSD; os demais são os que tiverem de esperar as eleições de 1982, e conseqüente publicação dos resultados eleitorais oficiais: PT e PTB. Isso tudo, evidentemente, se até lá não mudar o quadro político-partidário ou não houver nova lei orgânica.

As três fases

A criação de novos partidos, de acordo com a lei de dezembro de 79, passa por três fases principais: a fundação, a organização e o funcionamento; há, ainda, uma quarta fase, a da extinção, mas parece prematuro cogitar disso no momento.

Antes que cada partido dê os primeiros passos da primeira fase, todavia, precisa aguardar a regulamentação da Lei Orgânica; a lei 6767/79, no seu artigo 9, determina que o Tribunal Superior Eleitoral baixe em 60 dias as instruções para a fundação, organização e funcionamento dos partidos políticos "de acordo com a presente lei". O prazo começou a vigorar no dia 20 de dezembro, e, até o momento de encerrarmos esta edição, não havia notícias de que o TSE tivesse elaborado essas instruções. Não esperaram por elas, todavia, dois dos novos partidos, que, no dia 2 deste mês, com diferença de uma hora, entraram com pedido de registro provisório no TSE: o PTB de Leonel Brizola e o PTB de Ivete Vargas.

A fundação

A Fundação — primeira fase da criação de um partido — tem de obedecer a vários requisitos, cujo preenchimento dificilmente dura menos de um mês, embora as providências iniciais possam ser tomadas enquanto o TSE prepara as Instruções de que fala a lei 6767.

Trata-se, em primeiro lugar, de elaborar uma lista de pelo menos 101 fundadores (48 dos quais, de preferência parlamentares) com nome, Estado, número de título e zonas eleitorais. Esses fundadores elegem uma Comissão Diretora Nacional Provisória, que designa Comissões Regionais Provisórias, as quais designam, por sua vez, Comissões Municipais Provisórias.

Em seguida, a CDNP faz publicar, na imprensa oficial, os três principais documentos constitutivos do Partido, que são o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto; além disso, credenciar seis representantes e seis suplentes no TSE. As comissões Regionais e Municipais, por sua vez, assinam apoio expresso aos documentos constitutivos do partido.

De posse de provas de todos esses atos (publicação na imprensa, atas de designação das Regionais e Municipais, apoio destas aos documentos) a Comissão Diretora Nacional Provisória dirige-se ao TSE solicitando o Registro Provisório

Prazos para criação dos novos partidos				
2 MESES	1 MÊS	12 MESES	3 MESES	1 OU 20 MESES
20/12/79	Fev 80	Mar 80	Mar 81	Jun 81 Jul 81 ou Mar 83
Regulamentação	Fundação	Organização	Impugnação	Funcionamento
★ Instruções do TSE sobre a lei 6767/79	★ Designação de Comissões Provisórias ★ Publicação de Documentos ★ Pedido de Registro Provisório e Prazo	★ Realização de Convenções ★ Eleição de Diretórios ★ Aprovação dos Documentos ★ Pedido de Registro Definitivo	★ Publicação do Registro ★ Impugnação ★ Contestação da Impugnação ★ Réplica à Contestação ★ Vista dos Autos ★ Julgamento	★ Com 48 parlamentares, pedido de funcionamento imediato ★ Sem 48 parlamentares, obtenção do percentual requerido de votos nas próximas eleições

Na tabela estão indicados os prazos máximos previstos na nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (lei 6767/79); nada impede que o TSE e os Partidos consigam preencher os requisitos em tempo menor que o máximo previsto.

do partido e o prazo máximo de 12 meses para a sua organização. O TSE julga o pedido, e, se estiver de acordo, concede o registro provisório e o prazo solicitados, e dá ciência disso aos Tribunais Regionais Eleitorais, os quais, por sua vez, transmitem a decisão aos juizes eleitorais.

A organização

A partir do prazo concedido pelo TSE, o Partido deve, em doze meses, tomar as seguintes providências, que constituem a sua Organização:

Realizar uma Convenção Nacional, nove Convenções Regionais e várias centenas de Convenções Municipais (exatamente, em nove Estados e em um quinto dos respectivos municípios).

Essas Convenções devem, respectivamente, eleger os Diretórios Municipais, os Diretórios Regionais e o Diretório Nacional, bem assim como as correspondentes Comissões Executivas.

As Convenções devem, ainda, discutir e aprovar o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto do partido; para isso, a CDNP deve ter enviado, no início do processo, cópias dos documentos e instruções às Comissões Provisórias Regionais e Municipais.

Realizadas as Convenções, o Partido deve juntar provas de que elas foram realizadas: as atas, com a consignação expressa de eleição de diretórios e aprovação de documentos constitutivos; no caso da Convenção Nacional, a ata deve consignar o comparecimento de representantes de pelo menos nove Estados. O Partido envia esses documentos ao TSE e requer o pedido de Registro Definitivo; nesse meio tempo, as Comissões Regionais e Municipais devem credenciar cinco representantes, cada uma, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nas Zonas Eleitorais.

A impugnação

Se todos os requisitos legais tiverem sido preenchidos, o TSE publica edital com o pedido de registro definitivo e abre um prazo de vinte dias para eventuais impugnações, que podem ser apresentadas por um parlamentar, por um membro de direção partidária, por um partido político ou pelo Ministério Público. Se não houver impugnação, passa-se diretamente à fase de Fun-

cionamento; se houver, os passos a serem dados são os seguintes:

Apresentada a Impugnação, o TSE concede mais vinte dias para a contestação da impugnação. Existindo esta, o TSE concede mais oito dias para o impugnante contra-atacar a contestação. Terminado esse prazo, o TSE concede mais vinte dias ao procurador geral eleitoral para vista dos autos. A partir de então, o relator do processo, designado pelo TSE, tem trinta dias de prazo para estudá-lo e submetê-lo a julgamento. Sendo esse favorável, o Tribunal Superior Eleitoral concede o Registro Definitivo, e, com isso, o partido adquire personalidade jurídica como partido político.

O funcionamento

Se, entre os 101 fundadores, havia 48 parlamentares, senadores ou deputados, indiferentemente, (dez por cento do Congresso), o partido requer ao TSE autorização para funcionar imediatamente. Verificados os requisitos exigidos por lei, o TSE baixa resolução autorizativa, concedendo o pedido, de cujo conteúdo dará ciência ao Senado, à Câmara dos Deputados e aos Tribunais Regionais Eleitorais, que, por sua vez, farão a comunicação às Assembleias Legislativas e aos juizes eleitorais, as quais também comunicarão o fato às Câmaras Municipais. Feito tudo isso, o partido entra em funcionamento imediatamente.

Se não havia 48 parlamentares entre os 101 fundadores, o processo é mais complicado e demorado: o partido tem de aguardar as primeiras eleições proporcionais que vierem a realizar-se (tudo indica que isso se dará em meados de 1982). A essas eleições o partido apresentará candidatos e deverá obter os votos de no mínimo cinco por cento do eleitorado que votar para a Câmara dos Deputados em pelo menos nove Estados, sendo que, em cada um desses nove Estados, não poderá obter menos que os votos de 3% do mesmo eleitorado.

Para saber se esses números foram alcançados, o partido deverá aguardar que os Tribunais Regionais Eleitorais apurem oficialmente as eleições em cada um dos Estados e enviem esses resultados parciais para o Tribunal Superior Eleitoral, que totalizará e proclamará os resultados totais finais.

Verificado o preenchimento do requisito, o TSE comunicará à Câmara dos Deputados quais os partidos que poderão entrar em funcionamento bem como a relação dos eleitos com os respectivos suplentes.

Se o partido, todavia, não tiver alcançado aqueles resultados exigidos, os votos porventura dados aos seus candidatos serão anulados; o partido não poderá ter representação parlamentar nem no Senado, nem na Câmara, nem nas Assembleias Legislativas e deverá aguardar novas eleições para tentar, novamente, alcançar o quorum exigido. Normalmente, novas eleições realizam-se quatro anos depois.

Os blocos

Até obter do TSE autorização para funcionar, seja no caso de funcionamento imediato seja no de funcionamento após a realização de eleições gerais, os parlamentares de um mesmo partido em organização (isto é, que tenha passado a fase de Fundação e se encontre no prazo concedido pelo TSE para sua Organização) deverão reunir-se em Blocos; os parlamentares não poderão transferir-se de um para outro Bloco. A organização e as atividades desses Blocos serão disciplinadas pelas Mesas do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Já no dia 5 de dezembro, mesmo antes da sanção da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a Mesa da Câmara dos Deputados baixou ato disciplinando o funcionamento dos Blocos Parlamentares. Segundo esse ato, os Blocos terão as mesmas atribuições de partidos políticos, a eles aplicando-se, inclusive, as normas regimentais previstas para os partidos. Os integrantes dos Blocos deverão comunicar à mesa a constituição e a composição dos blocos; o deputado não filiado a um Bloco não poderá fazer parte de qualquer comissão técnica, e alterações na composição das comissões técnicas só poderão ser feitas pelo líder do Bloco respectivo. Ocorrendo vaga ou licença num Bloco, será convocado o suplente da mesma legenda a que pertença o titular.

No dia 20 de fevereiro termina o prazo para serem publicadas as instruções do TSE. A partir de então, o cronograma partidário começará a vigorar com rigor. (Perseu Abramo).

Imagem 6 - Começam a correr os prazos dos novos partidos. *Movimento*, n. 236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.5.

Entrevistado por *Movimento*, no dia da leitura do Manifesto, José Ibrahim (líder sindical e fundador do PT) afirmava: “O PT vai existir como partido legal, dentro das regras da reforma partidário do governo militar, reforma feita de forma autoritária e arbitrária; esse é um desafio que os trabalhadores assumiram, porque acreditamos em nossa causa.” (MOVIMENTO. PT inicia construção legal. *Movimento*, n. 236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.4).

Para a *Tendência Popular*, o retorno do ex-governador exilado, Miguel Arraes (MDB), traria um reforço na constituição da frente contra o regime ditatorial. Nesta matéria, comparava o ex-governador com Brizola, que também chegava ao Brasil, após a anistia:

Sua chegada foi valorizada por uma série de pronunciamentos e entrevistas à imprensa e amigos, caracterizadas por um tom afirmativo e nitidamente oposicionista. E marcou vivo contraste com o comportamento de Leonel Brizola, outro dos grandes exilados, que ao chegar pareceu assustado e tímido com a radicalização e a violência desencadeada pela repressão da ditadura militar aos movimentos grevistas. [...] Arraes chegava como uma estrela em ascensão, um político a levantar novas e velhas bandeiras e esperanças; Brizola dava a impressão de um músico necessitando mudar urgentemente de partitura. (MOVIMENTO. Arraes acende as esperanças. *Movimento*, n. 220, de 17 a 23 de setembro de 1979, p.6).

Movimento demonstrou no trecho acima todo seu apoio e envolvimento com o MDB e seu setor chamado de grupo “autêntico”. Ao mesmo tempo, se posicionou distanciadamente da figura de Brizola e toda sua potencialidade para promover o retorno do trabalhismo no Brasil.

Os parlamentares da oposição emedebista sempre foram grandes colaboradores e acionistas do jornal e, na conjuntura específica que estamos tratando, *Movimento* já estava distante de várias tendências que antes o compunham, tanto pelo afastamento da dissidência no episódio do “racha”, quanto pelo distanciamento que tomou dos grupos subalternos que estavam mais próximos do PT. Não que a aproximação com os “autênticos” do MDB se tratasse apenas de dinheiro, as organizações também concordavam com posições e concepções políticas – da esquerda tradicional, considerada reformista pelos grupos que migravam para o movimento pró-PT – mas a questão financeira nesta fase também era importante para a própria sobrevivência do jornal.

Quanto à comparação de Arraes e Brizola, *Movimento* objetivamente depreciava Brizola, e isto é observado em outras reportagens e colunas. No mais, não só *Movimento* como outros jornais-frente (por exemplo, *Em Tempo*) e outros setores das esquerdas identificavam o *trabalhismo* e o *brizolismo* como representações dos interesses da burguesia.

Quando da chegada de Brizola, suas intenções caminhavam no sentido de reaver a sigla do PTB, mas por uma manobra do governo militar, a velha sigla ficaria com Ivete Vargas. Mesmo assim, acredita-se que a herança do trabalhismo no Brasil tenha ficado com Leonel Brizola e migrara com ele para o seu “novo” PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Para *Movimento*, existiam na conjuntura pelo menos três PTBs, todos os três com problemas programáticos:

O PTB da Dona Ivete Vargas é uma proposta velha com roupa velha, o retorno da manipulação sob a capa de um nacionalismo rançoso e ultrapassado. Cabe denunciá-lo. A proposta de Almino Afonso, e talvez de Brizola, é um pouco diferente. Propõe-se utilizar a tradição trabalhista depurando seu legado, para fundar um partido “moderno”, “democrático” e “atualizado” para atender os interesses dos “assalariados em geral” e, juntamente com os empresários nacionais, reerguer as bandeiras da independência econômica. Exceto os adjetivos, a estratégia é qualitativamente a mesma do velho PTB. (MOVIMENTO. O Trabalhismo reacionário e o Socialismo pueril. *Movimento*, n. 187, de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1979, p.11).

Ou seja, o PTB de Ivete Vargas seria ultrapassado, o de Brizola e Afonso seria o mesmo PTB de roupa nova e o terceiro possível PTB era identificado como o novo PT, que ascendera das lutas operárias e sindicais. Apesar de salvaguardar imagem do PT como representante da classe trabalhadora, colocá-lo ao lado dos outros trabalhistas era também uma forma de mostrar a desconfiança do jornal com o novo partido. Afinal, a reportagem citada acima colocava sob a mesma sigla três possibilidades de continuação do trabalhismo, que, no mais, significava se apoiar em práticas de cooptação da classe trabalhadora para, em última instância, garantir os interesses da burguesia.

Numa entrevista com o líder do PCdoB, João Amazonas, o jornal abre espaço para que o secretário geral do partido manifeste sua crítica mais aberta ao Partido dos Trabalhadores:

Amazonas – Já me referi em entrevista a *Movimento* a este problema. Os trabalhadores aspiram a ter seu próprio partido. É uma aspiração justa. A classe operária precisa se organizar de maneira independente, ter seu partido de classe, que não se confunda nem se misture com outros estratos sociais. Acontece, no entanto, que o Partido dos Trabalhadores – verdadeiramente de classe, verdadeiramente proletário, verdadeiramente socialista – já existe. É o Partido Comunista do Brasil, que sintetiza uma história e uma experiência do movimento operário de cinquenta e sete anos de luta. (MOVIMENTO. O que está aí é ainda uma ditadura disfarçada. *Movimento*, n.215, de 13 a 19 de agosto de 1979, p.12).

João Amazonas pensava a criação do PT como mais uma forma de fragmentar a luta dos trabalhadores. Não era necessário criar outro partido da classe trabalhadora, pois o PCdoB

já cumpria este papel. Porém, em dado momento, o PCdoB estava muito distante das massas trabalhadoras. Primeiro, porque havia optado pela luta armada nos anos anteriores – luta esta que, ao contrário do que imaginavam os guerrilheiros, as massas não aderiram – e, segundo, depois da mudança de estratégia, por reservar várias críticas aos líderes sindicais do chamado “novo sindicalismo” e considerar o movimento operário muito espontaneísta naquele momento, acabou se distanciando por muito tempo das massas trabalhadoras organizadas. O PT, considerando-o desde já como partido em sentido lato, estava construindo uma relação mais orgânica com os trabalhadores, principalmente no ABC paulista.

Amazonas retoma a opinião já mencionada em *Movimento* de que existe uma proximidade entre PT e PTB. Segundo ele, o PT seria “quando muito, um partido social-democrata e nesse caso, em essência, pouco se diferenciaria do de Leonel Brizola. [...] o PT se projeta como um partido reformista, parecido com o partido de Brizola.” (MOVIMENTO. O que está aí é ainda uma ditadura disfarçada. *Movimento*, n.215, de 13 a 19 de agosto de 1979, p.12).

Portanto, sendo o PT um projeto de sindicalistas, ao seu desenvolvimento faltava uma ideologia proletária e uma proposta mais firme quanto a emancipação dos trabalhadores. Esta opinião não é de todo errada, afinal, o PT se revelou principalmente nos últimos 10 anos como um partido reformista e trabalhista. Desde seu Manifesto e criação do Programa, percebe-se não mais que um flerte com o socialismo, pois não coloca como objetivo a revolução.

PCB e PCdoB começavam a lutar pela sua legalidade também. O primeiro ganhava ligeira vantagem por não ter se envolvido com a luta armada e era considerado pelos próprios militares como o “pecebão”. Em reportagem sobre a luta dos comunistas pela legalidade, *Movimento* aponta para as diferentes formas que o PCB encarava os novos partidos.

[...] o PCB é também criticado nas Comunidades Eclesiais de Base, só que numa crítica formulada à esquerda, por ser o “partidão” “reformista” demais e com uma proposta de aliança de classes “excessivamente ampla”. Mas é principalmente o MDB, ao que me parece, o principal foco de atenções do PCB. É o Movimento Democrático Brasileiro que o PCB espera mais ansiosamente uma aceitação. [NCS: Leonel Brizola] acha que não pode haver “duplicidade de militância no PTB”. (MOVIMENTO. Comunistas: a batalha da legalidade. *Movimento*, n.223, de 8 a 14 de outubro de 1979, p.8).

Para alguns setores da esquerda, a incapacidade do “partidão” para reagir ao golpe militar, por exemplo, e sua escolha por evitar a luta armada naquele momento foram alguns fatores que contribuíram para gerar uma imagem de reformista.

Movimento parece discordar do reformismo do partido, por isso, coloca a palavra reformista entre aspas. Além disso, o PCB fora acolhido pelo MDB autêntico e ingressara nas campanhas pela Constituinte e pela anistia, conforme a luta pela redemocratização via *Frente Popular*, assim como o jornal.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), formado pelas dissidências estudantis da Guanabara e do Rio de Janeiro do PCB, depois de encarar a guerrilha urbana e praticamente se dismantelar durante os anos de chumbo da ditadura, começa também a repensar sua estratégia e decide reconstruir o PCB. Segundo um de seus líderes, em entrevista:

O MR-8 se considera hoje organizado nacionalmente e se considera também parte integrante de um movimento mais amplo pela reorganização do Partido Comunista [...]. Sob a ditadura militar, o fundamental é que os comunistas participem da organização de uma ampla frente popular que ponha por terra esta ditadura e construa um governo popular capaz de edificar uma sociedade verdadeiramente socialista. (MOVIMENTO. Comunistas: a batalha da legalidade. *Movimento*, n.223, de 8 a 14 de outubro de 1979, p.8).

Os ex-guerrilheiros do MR-8 também aderiram à *Frente Popular* e, depois da criação do PMDB, passaram a formar a base e a juventude deste partido que se tornaria o maior e mais influente no parlamento brasileiro até hoje.

Para os trotskistas da Organização Socialista Internacional (OSI), a legalidade era importante de ser conquistada, porém, não deveriam barganhar com a ditadura militar. Dizia um de seus líderes para *Movimento* que

A luta pela legalidade é considerada central neste momento “porque a ditadura militar, assim como qualquer outro regime dos patrões, não tem o menor direito de impedir que os trabalhadores se organizem nos partidos que quiserem, na forma que bem entenderem”. [...] os trabalhadores nunca “procuram o apoio e a direção dos partidos da ditadura e da burguesia (Arena e MDB), mas buscam retomar através de suas organizações de classe ligadas à sua história e a seus interesses, a luta por sua emancipação”. (MOVIMENTO. Comunistas: a batalha da legalidade. *Movimento*, n.223, de 8 a 14 de outubro de 1979, p.9).

A posição da OSI é contrária à *Frente Popular*, pois como apontado nas informações do militante que fazemos referência acima, considera o MDB um partido da burguesia. Aos trotskistas não agradava a ideia de frente democrática e popular, justamente por não aceitarem alianças com estratos da burguesia, seja lá qual fosse.

Em dezembro de 1979, é eleita a Comissão Executiva Nacional Provisória – como exigida pelo regime – do novo MDB, que ganharia a sigla PMDB e já nascia dividido em três tendências: “Autênticos históricos, Moderados e Tendência Popular” (MOVIMENTO.

Comissão Nacional custa mas sai. *Movimento*, n.234, de 24 a 30 de dezembro de 1979, p.3). Dentre as tendências, os moderados detinham a hegemonia dentro do partido. No mesmo dia que publicara seu Programa, “[...] também foi divulgado o Programa do Partido Popular Brasileiro, isto é, o partido de Tancredo Neves, ex-emedebista, e de Magalhães Pinto, ex-arenista.” (MOVIMENTO. Comissão Nacional custa mas sai. *Movimento*, n.234, de 24 a 30 de dezembro de 1979, p.3). A palavra “popular” que compunha o nome deste apenas cumpria função ilusória.

Como apontado, o PT também já buscava, a partir de meados de 1979 e começo dos anos 1980, sua construção legal. *Movimento* reforça as dificuldades deste processo em sua edição de número 233 (1979):

[...] em função da dificuldade de organização, determinada por um conjunto de causas, os núcleos oficiais ainda são poucos, mesmo em São Paulo onde a proposta do PT já está difundida. [...] a constituição atual da Comissão Nacional Provisória, “ela é deficiente – diz Lula – porque, por ser integrada quase exclusivamente por dirigentes sindicais no exercício de seus mandatos, não esta tendo condições de executar, efetivamente, suas tarefas e orientar os núcleos”. (MOVIMENTO. O PT vai ser um partido legal. *Movimento*, n.233, de 17 a 23 de dezembro de 1979, p.8).

O PT tinha complicações por ter sido formado nas bases, ao contrário dos outros partidos – exceto PTB – que estavam se formando dentro do Congresso. *Movimento* coloca estas dificuldades em termos de “espontaneísmo”, sempre que possível. Assim,

Os desencontros que estão ocorrendo, em vários estados, na linha de atuação dos núcleos, se devem segundo Lula, à falta de uma orientação mais efetiva da Comissão Nacional Provisória. Mas ele acredita que, a partir da realização do Congresso Nacional e da eleição de uma nova direção executiva, o trabalho do PT deixará de ser espontaneísta. (MOVIMENTO. O PT vai ser um partido legal. *Movimento*, n.233, de 17 a 23 de dezembro de 1979, p.8).

O movimento pró-PT fora construído por muitos intelectuais de esquerda, estudantes, trabalhadores de diversas categorias. Os líderes sindicais tinham certo receio que os setores que construía os núcleos de base do PT – exceto os de São Bernardo, que eram majoritariamente constituídos de operários – que representavam os setores das classes médias, com forte organização entre grupos de esquerda, pudessem transformar o PT em um partido de vanguardas. Para os sindicalistas o PT deveria ser um partido de massas e o mais proletarianizado possível. Mesmo assim, as várias tendências que compunham o PT, agora já nacionalizado, disputavam hegemonia nos núcleos e em outras instâncias.

A ativa participação de grupos de esquerda, normalmente formados pela classe média, era uma preocupação constante da Comissão Nacional em vários estados. Olívio Dutra, presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e membro da Coordenação Nacional Provisória, dizia que o PT deveria ser um partido com a hegemonia da classe trabalhadora, embora não concordasse em excluir nenhum setor. Dizia também querer acabar “com esta pretensão de que o PT é uma frente das esquerdas. Ele é um partido da massa, do trabalhador. E a esquerda nunca foi massa no Brasil, sempre foi vanguarda. E o PT não vai ser um arranjo entre vanguardas.” (MOVIMENTO. O PT vai ser um partido legal. *Movimento*, n.233, de 17 a 23 de dezembro de 1979, p.8).

As lideranças sindicais sempre se mantiveram alheias aos militantes de grupos que se assumiam de esquerda. Para estes grupos, rumar para a formação de um partido que se fez pela base era um caminho para sua legalidade e também uma forma de atuar junto às massas trabalhadoras.

Por mais que estivesse desacreditado por conta da aparente dificuldade de organizar o partido, o PT, ao contrário do que apostava o governo militar e a oposição frentista, “surpreendendo os mais céticos, conseguiu, com razoável folga, preencher os critérios para sua legalização provisória” (MOVIMENTO. A sombra de um pacote autoritário. *Movimento*, n.287, de 29 de dezembro de 1980 a 4 de janeiro de 1981, p.5).

Seu programa trazia a “concepção de um PT mais amplo” (MOVIMENTO. A unificação do PT no Rio. *Movimento*, n.255, de 5 a 25 de maio de 1980, p. 5), a ênfase recaía sobre “um conteúdo democrático, centrado na luta contra a ditadura militar e em defesa das liberdades políticas e sindicais.” (idem).

Pode-se perceber que o partido-frente PT, em última instância, não se diferenciava muito da noção de frente popular proposta pela oposição emedebista. Deve-se afirmar que a formação pela base criava sim uma discrepância com os outros opositores, que eram considerados como a oposição burguesa por alguns setores da esquerda. O PT também não se constituiu como frente de esquerda e também não se afirmou como partido socialista. Firmou-se como um partido classista, de luta pela democracia no combate a ditadura militar. Segundo o jornal,

Outro exemplo significativo foi a plenária estadual do Rio de Janeiro. Os quase 300 delegados representantes de 53 núcleos e de cerca de 2mil filiados ao PT rejeitaram as teses da ultra-esquerda. As concepções de partido estratégico, classista e socialista nem tiveram condições de ser votadas, enquanto a proposição de governo dos trabalhadores, de um partido sem patrões, teve inexpressiva votação. (MOVIMENTO. O Declínio da Influência da Social-Democracia e da Ultra-esquerda dentro do PT. *Movimento*, n.256, de 26 de maio a 1 de junho de 1980, p.15).

Outras características do conteúdo programático do PT foram colocadas nas páginas de *Movimento*:

[...] dizem respeito a ser o PT um partido de lutas, de massas, democrático e legal. Um partido de lutas no sentido de ter como centro de sua vida não a atividade eleitoral ou parlamentar, mas o dia-a-dia das lutas populares. Que veja no parlamento uma extensão por onde se desenvolvem as lutas populares. E que saiba respeitar a autonomia das organizações de massa. Um partido de massas no sentido não só de ser uma frente de esquerda – mas ao contrário, que esteja aberto a todas as pessoas do povo [...]. Um partido que assegure uma real democracia interna para todos os seus filiados. (MOVIMENTO. O Declínio da Influência da Social-Democracia e da Ultra-esquerda dentro do PT. *Movimento*, n.256, de 26 de maio a 1 de junho de 1980, p.15).

Portanto, o PT se constituiria como um partido de frente. Seguiu como partido de lutas, de massas e democrático por muitos anos, até abandonar estas características e adentrar completamente a realidade eleitoreira e parlamentar, cooptando as principais lideranças dos movimentos populares para a pequenez dos gabinetes, nos anos 2000.

Este processo ocorrido no Brasil, com a chegada de Lula ao executivo, é denominado transformismo por André Singer (2012), em uma apropriação do termo gramsciano utilizada no seu livro *Os sentidos do lulismo*³⁹. O conceito de “transformismo” (GRAMSCI, 2011, p.201), em Gramsci, refere-se a um fenômeno parlamentar em que, junto da questão da revolução passiva, implementa-se um programa de reformas restrito, pelo alto, a partir da cooptação das forças da oposição para dentro da lógica de funcionamento do Estado.

Retomando a conjuntura de sua criação, *Movimento* insistia na aproximação entre PT e o trabalhismo de Brizola:

Do lado do PT, não parece haver discordâncias quanto à possibilidade da lutas comuns, parlamentares ou não, com outros partidos, como o PTD ou o PMDB. [...] o Senador Henrique Santillo e o deputado Ademar Santillo, por exemplo, veriam a entrada, no PT, de deputados do PTD, como um reforço às possibilidades de rápida legalização do partido. O deputado Airton Soares também vê essa possibilidade, mas acha difícil compatibilizar o sindicalismo praticado por Lula com o trabalhismo herdado de Getúlio Vargas e defendido por Brizola. (MOVIMENTO. A fusão está muito difícil. *Movimento*, n.256, de 26 de maio a 1 de junho de 1980, p.6).

No trecho aparece a sigla PTD, que seria o novo PTB de Brizola, pois este não conseguira reconquistar a sigla histórica do trabalhismo. Esta foi uma primeira sigla que depois fora alterada para PDT, quando da legalização do partido brizolista.

Para as esquerdas, o trabalhismo era uma experiência que não trouxe vantagens para a classe trabalhadora. O PT não se fundiu, nem pretendia, com o PDT e, este, apesar de alguns de seus

³⁹ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

filiados considerarem interessante a hipótese da fusão com o PT, também não se juntou ao outro partido.

Na edição de número 287, *Movimento* faria uma retrospectiva breve dos fatos de 1980. Sobre a formação dos partidos, o jornal afirmava que:

Ao iniciar-se, em março, o ano legislativo, os partidos apresentavam o seguinte quadro no Congresso: PDS, 221 cadeiras; PMDB, 97; PTB (depois PDT), 34; PP, 64; PT, 5. No final do ano o PDS caiu para 213 cadeiras e o PMDB cresceu para 120. Em outubro todos já tinham entrado com o seu pedido de registro provisório no Tribunal Eleitoral, com o seguinte quadro: PDS, 3066 diretórios; PMDB, 2137; PP, 869; PT, 625; PDT, 558; e PTB (de Ivete), 334. (MOVIMENTO. Os fatos de 80. *Movimento*, n.287, de 29 de dezembro de 1979 a 04 de janeiro de 1980, p.4).

Os partidos com maior número de diretórios, PDS, PMDB e PP foram criados no interior do próprio Congresso, seus parlamentares estavam divididos entre Arena e MDB até a extinção destes, em novembro de 1979. Já o PT, PTB e PDT tiveram que correr com os processos para sua legalização, contando com poucos parlamentares. Este foi o quadro partidário que se apresentou nas eleições de 1982. Porém, *Movimento* fechou suas portas, em 23 de novembro de 1981, e, portanto, não cobriu o processo eleitoral com os partidos legais.

2.4 Seção *O Mundo*

A análise desta seção, em particular, consistiu numa tentativa de levantar alguns posicionamentos do jornal *Movimento* sobre diferentes países. A seção *O Mundo* foi publicada por todo tempo de duração do jornal, sendo assim, um material importante que reforça o delineamento do perfil político-ideológico do mesmo. Também, como parte importante desta análise, perseguimos a hipótese das possibilidades de aproximação do *jornal dos jornalistas* com as propostas de Antonio Gramsci de Jornalismo integral, tendo em vista as suas notas sobre os “tipos de revista”. (GRAMSCI, 2010, p. 200).

A edição primeira de *Movimento* traz uma reportagem sobre ocupações de fábricas no período imediatamente anterior ao último golpe militar na Argentina. Estava no governo Maria Estela Martínez de Perón – viúva de Juan D. Perón – quando o movimento operário passa a ocupar diversas fábricas e marchar sobre Buenos Aires:

Quando a presidente Maria Estela de Perón foi à televisão, no sábado, dia 28 [NCS: de junho de 1975], acompanhada de todo o ministério e dos três comandantes militares pra dizer que “os dirigentes políticos e sindicais não compreenderam bem a gravidade da situação” e anunciar a anulação total dos acordos salariais que os trabalhadores haviam obtido com os patrões, também ela parecia não avaliar a extensão da crise que se armava. (MOVIMENTO. O cerco a Isabelita?. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.14).

A Confederação Geral do Trabalho Argentina (CGT), que sempre compôs a base de apoio do peronismo, se colocava frente a um dilema: “[...] ou assumia a liderança das manifestações operárias e decretava a greve geral contra a política econômica do governo ou então se arriscava a perder irremediavelmente o controle das massas, que já se mobilizavam espontaneamente” (MOVIMENTO. O cerco a Isabelita?. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.14).

A presidente fora isolada por todos os lados, partidos, parlamentares, movimentos sociais. Assim, reportava *Movimento*:

Mas a grande tensão na área política surgiu quando, também em resposta à atitude autoritária de Isabelita [NCS: Presidenta], na terça-feira 36 dos 39 senadores justicialistas que formam a maioria no Senado, adotaram uma atitude de rebeldia contra as determinações expressas da cúpula do movimento peronista e tentara eleger o presidente da Câmara Alta, cargo vago desde abril passado. (MOVIMENTO. O cerco a Isabelita?. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.15).

A reação da presidenta foi dura, mas o cerco estava armado. Segundo o jornal : “Essa tentativa de rebeldia dos senadores não foi um ato isolado. Enquadrou-se perfeitamente numa conjuntura em que – parecia – forças políticas sindicais e armadas tratavam de afastar-se do governo federal.” (MOVIMENTO. O cerco a Isabelita?. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.15).

Sob o título *Esperando a Revolução*, a seção *O Mundo*, de novembro de 1976, trazia um extenso texto, que completava duas páginas do jornal, sobre a questão da terra no México. Para explicar um fato que havia se dado na semana anterior àquela publicação, o jornal recapitulou parte da história dos mexicanos. Segundo *Movimento*:

Quando os colonizadores chegaram ao México encontraram uma população indígena que compartilhava a terra comunitariamente. A primeira providência tomada pelos conquistadores foi justamente declarar todas as riquezas e terras propriedade da coroa espanhola. Somente 100 anos depois, após correr muito sangue, é que os espanhóis puderam considerar a colônia sob controle, mas foi preciso ainda um longo tempo para que as almas dos indígenas aceitassem ser posse da coroa e da civilização espanhola. (MOVIMENTO. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.13).

Assim, o jornal colocava em pauta uma das mais problemáticas questões no território mexicano. Ainda, nos parágrafos seguintes, contava como a chegada dos Estados Unidos naquele país aprofundou esta problemática e acentuou o quadro das transformações capitalistas no México. Tudo isto desembocou na chamada Revolução de 1910, comentava o jornal:

No estado de Morelos, aonde companhias estrangeiras como a *Sinaloa Land Corporation* estavam expulsando comunidades inteiras de suas terras um camponês, Emiliano Zapata, liderou a revolta de milhares contra a ditadura de Diaz, com exércitos formados de peões, jornaleiros, índios e outros camponeses sem terras. No norte, Pancho Villa liderava revolta semelhante. Os levantes se tornaram uma rebelião única quando Francisco Madeiro, um intelectual filho de uma rica família rival de Diaz, lançou um manifesto pedindo a derrubada de Diaz e a instituição de uma democracia burguesa plena. (MOVIMENTO. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.13, *Grifos do autor*).

Madeiro chegou à presidência, mas, obviamente, não apoiava as resistências camponesas e indígenas. Logo depois, Zapata e Villa são assassinados pelo novo presidente. A questão da terra continuava problemática. Assinalava *Movimento*:

Por isso a Constituição de 1917 vai ter um importante artigo, o de número 27, que Echeverria usou no fim do mês passado para a desapropriação. A Constituição consagrava a criação do *ejido* – propriedades com 10 hectares que o governo podia conceder aos camponeses, que não podia ser vendido nem alugado. (MOVIMENTO. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.13, *Grifos do autor*).

O então presidente, em 1976, Echeverria retomava o artigo da Constituição de 1917 para desapropriar algumas terras que estavam sendo vendidas e pilhadas por empresários há muito. As contradições que se apresentavam, no México, são resultado do “processo de crescimento do capitalismo dependente.” (MOVIMENTO. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.14). Ainda opinava o *jornal dos jornalistas*:

A política seguida por Echeverria foi cautelosa. Lutando contra as classes mais conservadoras – que não admitem a reforma agrária nem como uma válvula de escape que salve o sistema como um todo – Echeverria vinha combinando a repressão com concessões, como a do mês passado. Mas Echeverria teve de enfrentar principalmente uma forte crise na agricultura, que começa a se agravar em 1965. Entre 1972 e 1973, há uma redução absoluta na produção para o mercado interno, que chega a atingir 2,5% (a população mexicana cresce 3,5% ao ano). [...] É portanto uma crise de produtividade e emprego da mão de obra que força Echeverria a voltar a atenção para o campo, como fizeram todos os presidentes anteriores quando a situação se tornou ameaçadoramente tensa. [...] Ironicamente, um aumento da coletivização no campo vai se tornar a maneira de contornar as pressões internas e elevar a produtividade. (MOVIMENTO. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.14).

A própria luta por terras no passado, liderada por Zapata e Villas, teve reflexo, portanto, na mediação de uma questão da produtividade interna, décadas à frente, promovendo um retorno do *ejidos* como forma de aumentos da produção de alimentos para abastecimento interno.

Lembrando os dez anos de ocupação militar das terras árabes pelas forças israelenses, a seção *O Mundo*, de junho de 1977, foi dedicada a questão do Oriente Médio. Em reportagem, o jornal discutiu a busca dos palestinos por um Estado Nacional. Para *Movimento*:

Os resultados da última reunião do Conselho Nacional Palestino (CNP), realizada em março passado no Cairo, não refletem apenas uma evolução da OLP (Organização Para a Libertação da Palestina) no sentido de uma maior moderação com relação a Israel que vinha se esboçando desde o fim da guerra de 73. A resolução de 15 pontos aprovada agora pelo CNP, ao lado da já antiga tendência dos países árabes de controlar a OLP e de transformá-la numa organização mais maleável, coloca em questão até onde a nova disposição das organizações palestinas não significa uma submissão a eles e um abandono da causa palestina. (DIEGUEZ, Flávio. Os palestinos em busca de um Estado Nacional. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.15).

O jornal buscava não só discutir a questão palestina e os árabes, mas também trazia alguma opinião em relação à postura dos Estados Unidos e de seu então presidente Jimmy Carter – porta-voz dos “direitos humanos”:

É ainda preciso examinar mais profundamente os diversos fatores que determinam o desenvolvimento do conflito do Oriente Médio e que explicam tanto a aproximação dos EUA com os árabes, quanto as possíveis pressões dos primeiros sobre Israel. Além da moderação das organizações palestinas e da união dos países árabes sobre um programa mínimo de exigências a serem feitas a Israel (que não incluam por exemplo a sua destruição nem a negação do seu direito de possuir “fronteiras defensáveis”), existem dois fatores básicos que podem privar Israel do apoio incondicional dos EUA. (DIEGUEZ, Flávio. Os palestinos em busca de um Estado Nacional. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.16).

Explicando a relação entre EUA e Oriente Médio, seguiu *Movimento*:

O primeiro deles é que Israel já não representa, como no passado, uma cunha que os EUA utilizaram para desalojar da região o imperialismo inglês e francês, nem é mais uma barreira à explosão pan-arabista de Nasser ou a um crescimento da influência soviética. O segundo, que explica de certa forma o anterior, é o crescente interesse dos EUA em negociar sua influência no Oriente Médio com os árabes, devido ao poder representado pelo petróleo. (DIEGUEZ, Flávio. Os palestinos em busca de um Estado Nacional. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.17).

E citando uma entrevista de Noam Chomski ao *Le Monde Diplomatique*, de abril de 1977, *Movimento* tentava desmistificar a questão do petróleo:

Segundo a imprensa especializada, a venda de produtos americanos, principalmente armamentos, aos países árabes, foi um dos fatores preponderantes para o reestabelecimento do poder americano, abalado na década de 60, dentro do capitalismo internacional. [...] ameaçando os americanos com sua “arma” do petróleo, os árabes não estão fazendo mais

que alimentar fartamente a já gorda economia americana. No entanto, não se deve subestimar a arma do petróleo, que realmente é eficaz [...] um violento aumento do preço provocaria grandes problemas para muitas outras economias e os EUA não gostariam de ser apontados como responsáveis por isso devido as decisões desastrosas de sua política externa. (DIEGUEZ, Flávio. Os palestinos em busca de um Estado Nacional. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.17).

O *jornal dos jornalistas* deixava claro seu posicionamento anti-estadunidense e anti-imperialismo, e preferiu se utilizar dos dados econômicos e das relações comerciais entre EUA e árabes para explicar sua posição.

Além da reportagem acima analisada, um quadro na página 15, dotado de um mapa do que demonstrava a área total da ocupação israelense nas terras árabes, contava a história das ocupações desde 1967 e as origens deste conflito que ainda é vigente nos dias de hoje. Segundo *Movimento*: “A colocação destas regiões sob administração militar israelense provocou a fuga de centenas de milhares de palestinos que se viram obrigados a deixar suas terras” (MOVIMENTO. Dez anos de ocupação militar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.15).

Assim, o jornal fechava seus comentários acerca da questão, denunciando o caráter imperialista da parte de Israel: “[...] a compra de terras, o estabelecimento de colônias judias para contrabalançar a população árabe, a discriminação econômica e o confisco de terras revelam o seu objetivo último e que certamente precedeu a Guerra dos Seis Dias: a anexação pura e simples dos territórios.” (MOVIMENTO. Dez anos de ocupação militar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.15).

Na primeira edição de *Movimento* livre da censura prévia, em junho de 1978, o jornal, agora com uma maior liberdade para trabalhar conteúdos políticos-ideológicos, publicou um especial sobre a China e o maoísmo em substituição da seção *O Mundo*. A escolha deste especial não se dá por mero acaso, obviamente, e, por isso, preferimos seguir com a análise desta edição, em particular, mesmo não trazendo a seção internacional como nos outros números.

O tema debatido no especial foi também motivo de discórdia e rompimentos dentro da redação e dos Conselhos de *Movimento*. Tratava-se da Teoria dos Três Mundos, doutrina de política externa maoísta, que influenciou muitos militantes de esquerda mundo-afora. Aqui, no Brasil, influenciara principalmente as lideranças e militantes da Ação Popular (AP).

A matéria tratou sobre um debate acerca de tal teoria entre China e Albânia e focou nas divergências presentes no “mundo comunista” do período. Segundo *Movimento*:

‘Os EUA e a União Soviética constituem o Primeiro Mundo. As forças intermediárias, como o Canadá, o Japão e a Europa, formam o Segundo Mundo. Quanto a nós, formamos o Terceiro Mundo’, disse Mao Tsé-tung ao líder argelino Huari Boummediene, em 1974. Ele acrescentou que este Terceiro Mundo constituía a força principal na luta contra o imperialismo e o “hegemonismo” (é como os chineses designam a União Soviética, também chamada de “social imperialista”). O presidente se baseava, de fato, na idéia de que o imperialismo não pode se desenvolver nem substituir senão pela pilhagem “das colônias, das semi-colônias, das nações e dos povos oprimidos” que constituem o Terceiro Mundo. Em conclusão, ele considerava que aí, portanto, se encontrava o mais alto potencial de resistência, já que a maioria da população do mundo está concentrada nestes lugares. (MOVIMENTO. Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.20).

Depois de discutir algumas incongruências presentes na ideia de “três mundos”, o *jornal dos jornalistas* levantava o debate entre China e Albânia:

O Partido do Trabalho Albanês contesta a teoria de Mao Tsé-tung com relação a dois pontos principais: ele rejeita a própria noção de Terceiro Mundo e sempre antecede esta expressão com a qualificação de “assim chamado”. Ele se recusa também de fazer distinção entre os EUA e a URSS, que coloca num mesmo plano. (MOVIMENTO. Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.20).

O jornal ainda chamava atenção para a acusação albanesa de uma reaproximação entre China e EUA, que na opinião do semanário consistia num exagero por parte dos dirigentes do Partido do Trabalho Albanês.

A crítica albanesa colocava em cheque a concepção de frente ampla anti-hegemônica chinesa que pressupunha uma união com os países do chamado Segundo Mundo contra as potências americana e soviética. Para o líder do Partido do Trabalho da Albânia, Tirana, os “povos do Terceiro Mundo devem evitar se unir a qualquer imperialismo, europeu ou não, a fim de não reforçar o ‘neo-colonialismo-capitalista e revisionista’”. (MOVIMENTO. Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.21).

Ao que parece, *Movimento* tomou o cuidado de ressaltar os dois lados do debate, sem se colocar em defesa de nenhum deles. Porém, a proximidade com a Teoria dos Três Mundos marcou presença entre alguns de seus colaboradores, o que interferiu na convivência dentro da frente-jornalística e causou algumas divergências.

Segundo Bernardo Kucinski (2001), as lideranças da Ação Popular (AP) que participavam do jornal aderiram à teoria maoísta e tentaram trabalhar esta ideia dentro do jornal. Para o autor o fato indicaria a proximidade com o PCdoB, no entanto, o próprio autor se contradiz a respeito do mesmo tema, como se pode chamar atenção no seguinte trecho:

[...] uma das principais mudanças referia-se à teoria dos três mundos, segundo a qual o maoísmo constituía-se numa etapa de revolução socialista. Estando as duas superpotências, URSS e EUA, engajadas numa disputa mortal pela hegemonia mundial, os povos oprimidos deveriam buscar no maoísmo um terceiro caminho, obviamente liderado pela china. “o PCdoB, a rigor, nunca aceitou essa tese, mesmo durante sua fase maoísta, mas a AP sim; o processo de fusão com o PCdoB, a direção da AP abandonou essa linha, mas o pessoal de origem AP continuou insistindo na teoria dos três mundos durante muito tempo”. MOVIMENTO reteve até o fim a teoria dos três Mundos da AP, mas manteve no geral uma relação programática com o PCdoB [...]. (KUCINSKI, 2001, p.192).

O autor descreve uma divergência da AP com o PCdoB que perdurou até a etapa de fusão destas duas organizações. A escolha de *Movimento* em permanecer com a Teoria dos Três Mundos pode ser observada como uma forma de ligação com a AP de outros tempos, que, programaticamente, já não existia mais. Apenas as bases de militância da AP que optaram pela permanência com os ideais maoístas não se contentaram com a fusão AP-PCdoB, muitos até deixaram de militar dentro da nova configuração, por este e por outros motivos, como é o caso de Duarte Pacheco, já citado anteriormente.

ESPECIAL NOVAS DIVERGÊNCIAS DO

Logo após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que Khrushchev denunciou os crimes de Stálin, em 1956, chineses e soviéticos travaram entre si violenta polémica acerca da condução do movimento comunista



CHINA

A teoria dos três mundos

O inimigo é a URSS e os EUA, as superpotências; o Terceiro Mundo deve se aliar com o Segundo Mundo (Europa, Japão, etc) para combater o imperialismo e o Primeiro Mundo (Jean Daubier)

O próximo objetivo dos soviéticos é a África", disse Mao Tse-tung ao presidente francês George Pompidou em 1973. Anti-sovietismo obsessivo, proclamaram diversos analistas internacionais que procuraram se resguardar no ceticismo. Hoje, o que ocorre no Chifre da África suscita algumas reflexões novas sobre a estratégia do Kremlin. As análises vindas de Pequim começam a chamar a atenção. Elas fundam-se em uma doutrina de política estrangeira, estabelecida por Mao e designada geralmente como "A Teoria dos Três Mundos". É verdade que a ideia tem ampla divulgação como reflexo do "empirismo" dos novos mestres de Zhong Nan Hai - sua busca proximidade com a teoria, e mesmo sua indiferença à herança de Mao.

"Os EUA e a União Soviética constituem o Primeiro Mundo. As forças intermediárias, como o Canadá, o Japão e a Europa, formam o Segundo Mundo. Quanto a nós, formamos o Terceiro Mundo", disse Mao Tse-tung ao líder argentino Huarí Boumediene em 1974. Ele acrescentou que este Terceiro Mundo constitui a força principal na luta contra o imperialismo e o "hegemonismo" (é como os chineses designam a União Soviética, também chamada de "Social Imperialista"). O presidente se baseava, de fato, na ideia de que o imperialismo não pode se desenvolver nem subsistir senão pela pilhagem "das colônias, das semicolônias, das nações e dos povos oprimidos" que constituem o Terceiro Mundo. Em conclusão, ele considerava que ai, portanto se encontrava o maior alto potencial de resistência, já que a maioria da população do mundo está concentrada nestes lugares.

O inimigo, segundo a ótica chinesa, é o Primeiro Mundo, as duas superpotências. Neste ponto também a análise é completa e controvertida. Na verdade, ela não coloca os dois países no mesmo plano. Antes da Revolução Cultural, a imprensa de Pequim denunciava a Santa Aliança americano-soviética. A partir de 1971, ela afirma que as duas superpotências colaboram entre si, a despeito da confrontação, e que a rivalidade é a característica

principal de suas relações. Ela, dessa forma, apre-senta a URSS como mais perigosa que os EUA. A exposição mais completa da teoria maocista dos três Mundos foi feita num artigo do *Diário do Povo*, reproduzido em novembro de 1977. As relações soviético-americanas são aí concebidas dentro do quadro da teoria marxista clássica das contradições inter-imperialistas: "O aparecimento das duas superpotências é um fenômeno novo na história do desenvolvimento imperialista. A desigualdade no desenvolvimento de ambos resultou necessariamente numa série de guerras e de conflitos". Para os chineses - e este é um ponto fundamental de sua argumentação - a URSS perdeu todas as características socialistas. Ela é um Estado onde o capitalismo foi restaurado, que tem o fascismo por regime político e que se entrega à expansão militar fora de suas fronteiras. Todas as análises, toda a política estrangeira de Pequim decorrem desta convicção.

O *Diário do Povo* afirma, dessa forma, que Moscou mantém relações de desigualdade com o resto do mundo - o comércio com a Índia e o Egito são citados como exemplo - e que exerce domínio e influência sobre a economia de diversos países. Além disso, o órgão do PCC (Partido Comunista Chinês) lembra que a União Soviética mantém uma impressionante rede de bases militares na Europa, na Mongólia, em Cuba, na África (no Mediterrâneo antigamente) e no Oceano Índico.

Mas se ela é realmente a rival dos EUA, porque seria mais perigosa que estes últimos? O *Diário do Povo* se baseia, também neste ponto, sobre a noção marxista do desenvolvimento desigual. A União Soviética foi precedida pelos EUA na "partição do mundo", à qual de fato ela nem foi convidada. Como dispõe de forças econômicas reduzidas, ou mesmo frágeis, ela se baseia na expansão dos armamentos e na intervenção militar. Enquanto a América se esforça para obter o que tem, a União Soviética é mais agressiva e lida disputa as conquistas. Nesse sentido, ela dispõe de uma vantagem considerável: sua economia é mais concentrada do que a de qualquer outro país imperialista. Ela pode militarizar toda a economia e todo o aparelho de Estado, e poderia consumir 20% de sua renda às despesas militares.

A guerra é inevitável

Comparada aos acordos internacionais e à cooperação mundial, a corrida armamentista permanece longe do traço principal das relações Leste-Oeste, sublinha o jornal chinês. Todas as instâncias oficiais e todas as personalidades dirigentes da República Popular não perdem uma oportunidade de lembrar que "os fatores que levam à guerra não param de crescer um só instante", e que "não existe mais a possibilidade de uma paz durável". O artigo citado não recusa diante da conclusão de que "a guerra é inevitável", o que Chou En-lai já havia afirmado em 1974. Por esta razão, a imprensa que reina na China é totalmente oposta ao que se diz na Europa à respeito da coexistência pacífica e da détente. Os dirigentes chineses permanecem indiferentes às críticas dos partidos comunistas ocidentais, que os acusam de desmoralizar os povos que lutam pela paz. Ao contrário, eles parecem pensar que as ruínas advertências contra o risco de um conflito mundial são psicologicamente necessárias. Segundo pensam, toda a conversa da détente não serve senão para anestesia os povos, para mascarar o perigo e, dessa maneira, o agravando.

Outro elemento da análise chinesa é o Segundo Mundo. Na teoria de Mao, ele é constituído pelos países capitalistas que não são superpotências: Japão, Canadá e a Europa. Ele é um possível aliado do Terceiro Mundo. A Europa Ocidental, por atender a uma localização no centro da rivalidade americano-soviética. De fato, seus recursos econômicos, seu potencial cultural e industrial elevado poderão fazer tender a balança em favor de uma ou de outra das superpotências. A imprensa chinesa sublinha constantemente que pesa sobre a Europa uma gravíssima ameaça militar soviética. Moscou acumula sem cessar, no centro e a leste do velho continente, forças convencionais e nucleares gigantescas. Esta é uma das linhas da diplomacia chinesa atualmente. Claro que Pequim não esquece que o Segundo Mundo também é capitalista, mas é frágil, e "se se tiver em conta o conjunto da situa-

ção, pode-se afirmar que estes países não poderão mais voltar a ser a força principal capaz de dominar e oprimir o terceiro mundo".

A teoria dos três mundos está longe de ser compartilhada pela maioria dos centros políticos. Sem falar dos que vivem na URSS um resto de socialismo e creem ergamente que sua política externa é, "por natureza", pacífica, depois da morte de Mao, viu-se que a pequena e resistente Albânia também deu a conhecer a sua desaprovação.

A luta contra o hegemonismo

O Partido do Trabalho Albanês contesta a teoria de Mao Tse-tung com relação a dois pontos principais, ele rejeita a própria noção de Terceiro Mundo e sempre antecede esta expressão com a qualificação de "agm chamado". Ele se recusa também de fazer distinção entre os EUA e a URSS, que coloca num mesmo plano. Segundo ele, existem forças no Terceiro Mundo, principalmente a "burguesia compradora", que estão ligadas ao imperialismo. Além disso, parece-lhe que a diplomacia chinesa se apóia sobre uma superpotência contra a outra; e isto é, segundo Tirana, um oportunismo perigoso. As divergências sino-albanesas dificilmente poderão ser negligenciadas. O ministro das relações exteriores chinês, Huang Hua, em um discurso pronunciado em julho de 1977, frente aos elementos encarregados da política externa, evocou uma possível convergência entre Tirana e a "gang dos quatro" - dirigentes eliminados por Hua Kuo-feng em fins de 1976. Pelo menos é o que desta transporecer um documento publicado em Formosa.

Contudo, é muito duvidoso que as relações sino-americanas sejam tão boas quanto se espera, e imaginar que a China se apóia nos Estados Unidos na sua oposição à URSS é um exagero. Evidentemente, dizer que URSS é mais perigosa abre a possibilidade para algo muito próximo de uma détente com Washington. A partir de 1972, muitos políticos americanos foram à China. Em outubro de 1977, Teng Hsiang-ping, em uma entrevista publicada pela AFP, alertava contra a ameaça de guerra que a União Soviética representa. Ele conclamava os países do Terceiro e do Segundo Mundo a se opor a isso e esperava que seu apelo encontrasse eco também "no Primeiro Mundo", isto é, da parte dos americanos. Muitas vezes se interpretou essa frase como mais um passo em direção dos Estados Unidos. Ora, muito pelo contrário, as conversações que Cyrus Vance manteve em Pequim tinham sido muito negativas e os dirigentes chineses mostravam-se muito descontentados com isso. A pequena frase de Teng não indicava uma reaproximação, ela era uma advertência a Washington. Depois disso, Pequim externou seu descontentamento com a política americana de forma indireta mas bastante clara.

Um pacto de não agressão... com a URSS

No *Novvell Observateur* de 30 de janeiro, K.S. Karol revelou certas coincidências que lhe foram feitas por altos funcionários do ministério das relações exteriores da China. Segundo eles, os americanos não ousam se defrontar com a URSS e impõem para objetivos que não lhes interessam, como a África. Eles buscam principalmente instigá-la a um conflito com a China "fazendo-a acreditar que seria uma presa fácil".

Os interlocutores de K.S. Karol lamentaram a presença de velhos defensores de uma política antichinesa no governo de Carter e o pouco interesse da nova administração em relação à normalização das relações sino-americanas. Eles chegaram a insinuar que um pacto de não agressão com os russos poderia confirmar e prolongar o mau estado das relações entre Pequim e Washington. Seria isso o início de uma nova orientação do governo chinês? Ou seria uma ameaça com o objetivo de pressionar Washington a se opor mais firmemente à União Soviética? É difícil afirmar mas o sentido da mensagem é claro: para a Europa, que fica indiferente às advertências e apelos de Pequim, a situação que resultaria de uma reaproximação sino-soviética, mesmo sendo limitada, poderia ser grave. Nesse caso a URSS deixaria de estar envolvida numa rivalidade no Oriente e poderia dedicar todo o seu poderio a uma ofensiva política e estratégica na África e na Europa. Nem os partidos nem a opinião pública da Europa estão preparados para uma tal situação. Deveria a Europa continuar ainda e sempre sob a proteção dos Estados Unidos enquanto que a América poderia não querer expor seu território nacional para proteger seus aliados europeus?

Imagem 7 - Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.21.

Kucinski coloca esta divergência para elucidar as relações entre AP e PCdoB dentro do próprio jornal *Movimento* no sentido de legitimar sua tese do "aparelhamento" do mesmo pelo PC do Brasil. Porém, o que fica claro é o próprio funcionamento deste jornal como frente política, que, evidentemente, tinha uma convergência programática, tanto com o PCdoB quanto com a AP, como já elucidado. Mas, caso fosse aparelhado pelo PCdoB, não iria então

acatar às diretivas do mesmo e não permanecer com a teoria maoísta que, como o próprio Kucinski (2001) mencionou, já havia sido rejeitada pelo partido.

Em meados de 1978, a seção passa a ser chamada *Mundo*, deixando o artigo “o” de lado, apresenta-se de forma mais organizada e com uma diagramação melhor projetada. Ao exemplo da edição de janeiro de 1979, percebeu-se um cuidado maior com os títulos e as divisões dos diferentes tópicos que dividiam a mesma página. A seção *Mundo* trazia, nesta edição, uma reportagem sobre a rebelião iraniana que causou a fuga do xá Reza Pahlevi.

A monarquia autocrática que tinha à frente o xá Mohamed Reza Pahlevi mantinha um alinhamento com os EUA e Inglaterra e forçou um processo de modernização no Irã repleto de violências contra o povo e também de intolerância religiosa com os mulçumanos xiitas. O episódio que ficou conhecido como “revolução iraniana” colocaria Khomeini no governo da nova república que se instaurava.

Segundo *Movimento*:

O xá Reza Pahlevi do Irã deixou seu trono do pavão pela segunda vez, no dia 17 passado, agora talvez pra sempre. Após enfrentar corajosamente a violenta repressão da polícia e do exército, a população iraniana conseguiu o que o principal líder de sua revolta, Khomeini, chamou de “a primeira etapa da revolução islâmica”. Dois dias antes de sua partida, 400mil pessoas saíram mais uma vez às ruas para pedir a abdicação do rei. (MOVIMENTO. O xá fora do Irã. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro, 1979, p.19).

Como se percebe, o texto da seção internacional do *jornal dos jornalistas* mais uma vez enfatiza as lutas populares ao redor do mundo. No ano seguinte, por exemplo, *Movimento* publicara na seção internacional reportagens sobre manifestações de cunho popular que se abatiam em vários países e as formas como eram reprimidas. O jornal reportou greves e manifestações populares em Marrocos, na Itália, na Suécia, na França, no Chile, na Coreia do Sul e em mais alguns países.

Como o jornal-frente contava com alguns correspondentes internacionais, este tipo de cobertura era possível. Mas, claro, o enfoque nas matérias era quase sempre a luta dos trabalhadores mundo-afora.

O jornal, então, publicava a respeito das greves:

O governo chileno iniciou uma campanha de denúncias contra “atividades subversivas” no país, entre as quais a morte de um soldado a quase 700 quilômetros de Santiago e a prisão de um padre holandês, acusado de pertencer ao antigo MAPU (Movimento de Ação Popular Unitária) antigo partido da coalização que apoiava Salvador Allende, deposto em 73 pela atual ditadura. O governo de Pinochet anunciou também a descoberta de uma “escola de guerrilha” e uma imprensa clandestina. A despeito no entanto da veracidade desses fatos, divulgados na semana passada, os militares chilenos não comentaram as ações repressivas contra as

manifestações do primeiro de maio no país, que, segundo o Comitê de Defesa dos Direitos Sindicais no Chile (CODES), já teriam levado a 800 prisões. O dispositivo policial chileno foi mobilizado contra a reunião de diversos sindicatos, levando à prisão de diversas pessoas. (MOVIMENTO. Chile. 800 prisões no primeiro de maio. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.20).

Como outro exemplo, podemos citar as manifestações na Coreia do Sul. Para *Movimento*:

A polícia e o exército sul-coreano voltaram a reprimir violentamente as manifestações que vêm ocorrendo no país, desta vez atacando mais de três mil estudantes que protestavam contra a lei marcial em vigor e pela democratização do país. Depois de enfrentar por mais de três horas as tropas policiais no centro de Seul, os estudantes da Universidade de Yonsei se retiraram para o campus, que foi cercado por 700 homens das tropas de choque, além de vários blindados. [...] Este foi considerado o mais violento confronto entre os estudantes e a polícia, desde o início do mês. (MOVIMENTO. Coreia do Sul. Blindados na universidade. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.20).

Assim, em uma das últimas edições do jornal, de março de 1981, apesar do jornal já se apresentar em uma crise financeira e política irreparável, a seção *Mundo*, ainda era editada – ao contrário de outras seções, como a *Cultura*, que também analisamos nesta investigação. Contudo, apenas uma página contemplava a seção internacional desta vez, no *jornal dos jornalistas*.

Uma reportagem sobre os EUA – temática que também aparecia, por vezes, na seção, sempre dotada de uma atenção especial à questão do imperialismo estadunidense – dizia que: “A Agência Central de Inteligência (CIA), principal serviço de espionagem dos EUA, poderá voltar a ter os poderes que lhe foram tirados pelo Congresso e o ex-presidente Gerald Ford após escândalo de Watergate.” (MOVIMENTO. Estados Unidos. Com Ronald Reagan CIA volta a ter poderes absolutos. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17).

Movimento reforçava a ideia de que a CIA era a maior espiã dos próprios cidadãos norte-americanos e que estava por trás de grandes escândalos de corrupção, como, por exemplo, Watergate.

A seção ainda contava com mais alguns textos curtos, tratando sobre questões das resistências armadas em outros países e também da classe trabalhadora noutras partes do mundo. Ao exemplo de *Movimento*:

O M-19 [NCS: Movimento 19 de Abril] está derrotado, afirma o governo colombiano. O movimento guerrilheiro admite o duro golpe, mas promete continuar a luta. Para enfrentar a verdadeira guerra civil desencadeada no país pelo M-19 e outro grupo, a FARC, o presidente empregou 10 mil homens, aviões, helicópteros, principalmente no cerco ao departamento de Putumayo. [...] um dos líderes presos disse que a derrota atingiu apenas a coluna Narino, restando ainda as de Putumayo, Meta, Choco, Hila, Risaralda e outras – “intactas e em reorganização” (MOVIMENTO. Colômbia caça o M-19. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17).

E ainda, sobre os trabalhadores na Europa, comentava o jornal:

A tensão política entre os trabalhadores vem crescendo nas últimas semanas na Europa com o início dos primeiros cortes feitos pelos governos desde a II Guerra, nos programas de assistência social. As medidas, que atingem mesmo os países social-democratas mais avançados como a Alemanha Ocidental, estão sendo tomadas com base no mesmo argumento utilizado pelo presidente Reagan dos EUA: a necessidade de cortar os gastos estatais, devido à recessão. Há sete milhões de desempregados na Europa (cerca de 7% da força de trabalho). Eles poderão, além do emprego, perder também uma de suas conquistas: o auxílio de desemprego. (MOVIMENTO. Recessão na Europa. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17).

Como se percebeu, o eixo temático que incidia sobre a seção *O Mundo* pairava sobre a classe trabalhadora e os populares, em geral. As matérias tratam, quase sempre, das suas lutas, suas resistências e suas condições de vida mundo afora. Como nos atenta Antonio Gramsci, a colaboração estrangeira é essencial quando pensamos o jornalismo integral e suas possíveis formas de atividade editorial. Para o autor:

Não se pode deixar de ter colaboradores estrangeiros, mas a colaboração deve ser orgânica, e não antológica e esporádica ou casual. Para que seja orgânica, é necessário que os colaboradores estrangeiros, além de conhecerem as correntes culturais de seu país, sejam capazes de “compará-las” com as do país no qual a revista é publicada, isto é, conheçam também as correntes culturais deste outro país e compreendam sua “linguagem” nacional. (GRAMSCI, 2010, p.239).

E, ainda, numa outra rubrica do autor sobre os “tipos de revista”, dizia ele:

Não se deve conceber o correspondente do exterior como um mero repórter ou transmissor de notícias do dia por telegrama ou por telefone, isto é, como um complemento das agências telegráficas. O tipo moderno mais completo de correspondente do exterior é o publicista de partido, o crítico político que observa e comenta as correntes políticas mais vitais de um país estrangeiro e tende a tornar-se um especialista nas questões daquele determinado país [...]. (GRAMSCI, 2010, p.240).

Ao que tudo indica, o jornal *Movimento* conseguiu manter certa organicidade com seus correspondentes do exterior, o que nos permite reforçar a ideia de que este jornal se aproxima das formulações de Antonio Gramsci sobre o Jornalismo integral e, sobretudo, das chamadas revistas-tipo gramscianas.

Para o próximo item desta análise documental, também estamos interessados em retratar as possibilidades de aproximação da experiência do jornal *Movimento* com as propostas gramscianas de revista.

2.5 Cultura, Livros, Estórias e Charges

Movimento sempre contou, desde sua primeira edição, com espaços reservados a discussão da cultura. Ao nos depararmos com o conjunto das publicações, a seção *Cultura* está presente em todos os seus números, com reportagens e comentários acerca da música, do cinema, do teatro popular, dos jornais e revistas da imprensa alternativa, das telenovelas, dentre outros.

Este sub-capítulo buscou compreender como o jornal pretendeu tratar os assuntos relacionados à cultura de modo geral e, mais importante, intencionou uma aproximação de algumas de suas características com as denominadas revistas-tipo, apresentadas por Antonio Gramsci no seu caderno especial sobre Jornalismo: “De modo geral, podem-se estabelecer três tipos fundamentais de revista, caracterizados pelo modo como são redigidas, pelo tipo de leitor ao qual pretendem dirigir-se, pelas finalidades educativas que querem atingir.” (GRAMSCI, 2010, p.200).

Além da seção mencionada, a análise também recaiu sobre outras duas seções: *Livros*, que contava com resenhas e críticas de bibliografias sobre história, política e literatura; e *Estórias brasileiras*, que geralmente compunham a última página de cada edição do jornal, trazendo ao público leitor vários contos ou trechos de obras literárias dos mais variados autores da época.

Já a primeira edição de *Movimento* trazia na seção *Cultura* uma reportagem acerca da imprensa “popularesca”, que tinha como um de seus principais jornais o sanguinolento *Notícias Populares* – editado pelo *Grupo Folha*, de 1963 a 2001. Com tons de crítica e ironia, *Movimento* comentou uma das mais conhecidas e polêmicas publicações desta imprensa, o caso do “Bebê-diabo”:

Os editores do jornal paulistano **Notícias Populares** não sabiam nada de concreto sobre a criança, mas a mera existência de rumores em São Bernardo dos Campos sobre o nascimento de um bebê deformado, supostamente parecido com um demônio foi suficiente para garantir a manchete do **Dia das Mães**, 11 de maio: NASCEU O DIABO EM SÃO PAULO. (MOVIMENTO. A Imprensa do Diabo. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p17, **Grifos do autor**).

Ao fim da página, o jornal de frente alertava: “Aos incrédulos, só resta dizer que, como se viu, nada impede que anjos e demônios brinquem juntos na dura luta pela atenção do

consumidor.” (MOVIMENTO. A Imprensa do Diabo. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p17). Denunciava assim, a forma baixa com que este tipo de imprensa – que ganhou o termo *popular* para adjetivar este gênero, com conotação pejorativa – jogava para que pudesse vender mais números, numa corrida incessante pelo lucro.



Nesta página, as estrepolias do Bebê-diabo e da Menina-Anjo. Na página 18, Sinais. Livros: o primeiro artigo de uma série sobre os livros que falam dos acontecimentos de 1964 no Brasil.

CULTURA
E há Os Bandidos, de Hobsbawm; Gilberto Freyre de Apipucos para o mundo. Na página de música estão os feitiços de Marília Pera e as artimanhas do maestro Medaglia. Finalmente, Hermilo Borba Filho e Moacyr Scliar com estórias brasileiras.

I. O nascimento

Os editores do jornal paulistano Notícias Populares não sabem nada de concreto sobre a criança, mas a mera existência de rumores em São Bernardo do Campo sobre o nascimento de um bebê deformado, supostamente parecido com um demônio foi suficiente para garantir a manchete do Dia 11 de maio NASCEU O BEBÊ DIABO EM SÃO PAULO. No sábado, 10 já noticiava o nascimento da criança parecida com um demônio. Mas foi só no semanário característico de Notícias Populares, lançados nos Folhas, um império com 7 jornais diários, que o "bebê-diabo" encontrou seu habitat natural. E a série de manchetes e reportagens, a sua respectiva duplicata a vendagem do jornal, durante cerca de um mês.

na cabeça e um rabo de apêndice, além do olhar feroz, que causa medo e arrepios". Para sustentar uma ficção de modo jornalisticamente verossímil, Notícias Populares recorreu a manchetes incisivas da capa (BEBÊ DIABO DO ABC - PESA CINCO QUILOS - E pelado como um macaco - 145) com diáspora reportagens e depoimentos das páginas interiores ("Boutão no nádo, a verdade é que o diabo continua a aparecer a população", 145). E a mancha, seguida logo a seguir, mal mascado, o bebê-diabo fugiu do hospital, oferecendo aos enfermeiros: "Meu lugar não é aqui. Vou de preferência. Faltam acessórios em visita". A fuga foi independente: para os jornalistas narradores, já não havia bebê, era preciso que ele tivesse e mais rápido para um lugar apropriado, podendo então fazer "reportagens" oportunas, tornando-se uma fonte de possíveis surpresas folhetônicas.

III. O incrível padre Negri e o pai do demônio

Demonismos e exorcismos em torno do bebê-diabo passaram ser matéria diária de Notícias Populares, que oferecia a seus leitores, conforme recortada a vendagem, uma farta e variada literatura: pânico da população, demônios das autoridades, moças possuídas, feiticeiros e defenestrados, profetas apocalípticos, furiosos setas de fanáticos religiosos e outros fatos. O demônio podia atacar em todos os quadrantes: seria o bebê-diabo aquela criança de três anos vestida de Zorro que chincava o ar nas proximidades do Shopping Center Iguaítem, em São Paulo? Não era ele que atacava na Ponta da Praia, em Santos, arrancando flores, tocando campainhas e abanando incansavelmente o rabo?

Viziam há outras experiências demoníacas, de preferência localizadas bem longe, mas em local que poderia sensibilizar a paulistano. O diabo jornalístico caiu sobre a Itália, e passou-se a relatar os temerários casos de exorcismo efetuados pelo padre Faustino Negri em Milão, o colosso italiano da gena, de vez em quando o padre Negri se apresentava e chamava o capeta de "cabra salado" e gostava de empregar a violência para desajogar o demônio.

IV. A palavra equilibrada de São Tomás de Aquino

Obedecendo às regras da objetividade jornalística, o jornal não afirmava nada sem arrastar algumas "testemunhas". A mais lútre foi o teólogo medieval São Tomás de Aquino, invocado como profeta ("SANTO PREVIU O BEBÊ-DIABO"). Segundo o santo, "os diabos podem manter relações sexuais com os vivos, podendo inclusive engravidá-los". O testemunho de São Tomás demonstrou-se realmente proveitoso para expressar a concepção de que todos os males derivam do concubino do mal com o diabo. O monstro, filho reinado, é um "anal dos tempos", indicando a dissolução da família, a desagregação moral. A mulher estaria negando a maternidade e fugindo a seu papel: esse parece ser o grande



Oito dias mais tarde a manchete anunciava que tinha sido localizado o pai do bebê-diabo ("Tem dois filhos e não tira o chapéu"). Havia fotos do pai, um retratado de chapéu de palha que se afastava da câmera. E o texto anunciava que o pai do bebê-diabo "sumira" da cidade.

Todas essas desgraças são atais o almento diário de um jornal como Notícias Populares. Viza no conjunto, a série do bebê-diabo não fez mais do que concentrar em torno de si os atropelamentos, suicídios, tentos, que se multiplicam todos os dias em suas páginas. Nalgum bebê-diabo tornou-se um produto de uma criança doente, até o próprio jornal, e duma visita altamente para a qual quantos medicações nos hábitos de vida são vistas sob o signo do Mal. E como produto do meio, o diabo posto em cena pelo acidentado matrilino não tinha realmente nada de importante a fazer no mundo. Tocár campainhas faz castas? Preferir palavras? Abanar o rabinho?

Apesar motoristas de taxi? O bebê-diabo, passado o impacto inicial, tendia a ser apenas uma criança problemática "fazendo neuróticos". Seu modelo verdadeiro não era um terrível Lucifer infernal, mas um travesso Sani Petri, das lendas castelãs de vender jornais e claro que não para mudar alguma coisa no mundo.

V. O reencontro afetivo

Com as semanas de notícias contínuas transcorrendo, o folhetim sofreu os desgastes do ofício, ao mesmo tempo que a tendência narrativa prometia amenizar a sua final. Na verdade, a direção da imprensa jornalística sofreu pressões, como as da Igreja, para lecionar a leitura do público em desceio, o bebê-diabo ocupava lugares de menor destaque na primeira página.

Sequestrado por um grupo de fanáticos, que ameaçavam matá-lo, o bebê-diabo foi visto por "um morador de Ribeirão Preto", na descrição da "teste-mucha", vista "amarrado a cordas, cabeça baixa, dentro de um saco". Nesse ponto a curva da história atingiu seu clima emocional: alguns "admiradores (pessoas que têm pena dele por estar vivendo sozinho no mundo) ofereceram todo o dia de ontem procurando-o nas matas vizinhas". Recuado pela mãe antes do seu nascimento, o personagem é finalmente recuperado para os afetos do mundo. Tudo o que vem depois chave no molhado porque o bebê está salvo. Fogge para o Nordeste (estava em poder de inflexíveis cirurgiões) onde o cinema Zé do Canino usa buca-do, para agradecer com ele suas artimanhas ao mandá-lo de vez para o inferno.

VI. Desce o bebê-diabo. Sobre a menina-anjo.

Já era tempo de mudar o diário. Destinado para Manaus, o jornalista José Marques (Prêmio Flaco de Jornalismo em 1974), um dos criadores do bebê e autor de suas principais reportagens, passou a atacar com o bebê-pegue ("Estou cuidando agora do bebê-pegue. O negócio agora é de alto nível", é a mensagem de Marques para Movimento, via telegrama, ainda há tempo para o bebê-diabo fazer suas últimas transações, dando nuncio em IV cores e toca-fitas, na Zona Franca de Manaus, bordado o fiaco.

Enquanto o bebê-diabo desaparecia rumo ao Nordeste, surgia em Florianópolis o menino-anjo e em Lencóia, a menina-anjo. Os fenômenos eram de natureza diferente.

Enquanto o bebê-diabo é uma criança jornalística, a menina-anjo é real. Está lá em Florianópolis, promove sessões de cura, faz profecias sobre a postura do mundo pelos demônios, batiza seus adeptos num riacho próximo perto de sua casa.

crias Populares, se encarregou de impregnar a essa história com ritmo folhetônico. As profecias da menina-anjo evidenciavam logo suas ligações com o bebê-diabo. Muitas crianças, diz ela, são geradas em terrenos de macumba, e por isso os demônios as tomam para seus desígnios. E o Corvêto procurou justificar as profecias de que os demônios estão "tomando de assalto" as crianças criando casos de monstruosidades nascidas em Pernambuco (uma criança com os pulmões e o fígado "para fora do corpo") e no Pará (nascimento um bebê-pec).

A edição de 11 de junho, que anuncia a renascença do anjo, diz "Este mesmo anjo, que já foi a Moisés e ao Apolônio Tomé, afirmou que dentro de pouco tempo o bebê-diabo, que está atacando em São Paulo, tomará posse das crianças em Brasília e somente poderosos exorcistas poderão expulsar Sali do corpo tomado".

VII. Aos Incrédulos

Enquanto os "demônios" parecem surgir por toda a parte, o Corvêto do Planalto procurou manter o suspense e a emoção da história, para garantir a credibilidade e incertezas. A esse último, Notícias Populares respondeu sua mensagem definitiva e lapidar:

"Os repórteres de Notícias Populares, de plantão 24 horas em frente ao hospital do ABC, não se deixaram intimidar por ameaças de morte por parte de pessoas incréduas ou temerárias ao Demônio e que não verrem esse tipo de revelação. Levaremos a verdade a nossos leitores, onde o que contar, a respeito do menino-demônio que nasceu na região do ABC, a exemplo de que vimos fazendo. Não há dúvidas de sua existência, estando isso mais do que comprovado através de vários testemunhos de pessoas idôneas.

Nossa missão será a de informar aos leitores todo o que se passa em todo esse acontecimento" (17).

Há um involuntário perfume de ensoño nessa profissão de fé e deformidade no exercício do profetismo. Realmente, se não existir o demônio, pelo menos o seu culto é conhecido há milênios e trabalha com a mentirice e deformidade e o caso prefere sempre mostrar-se onde não está totalmente. Diz o especialista em artes plásticas, German Bagatin, em seu livro "A Arte da Demoníaca" (publicado em O Demônio, Monte Avila ed., Caracas):

"As acumulações fantásticas de metamorfoses monstruosas não chegará senão a uma parcial totalidade: soma de fragmentos que não pode resolver-se numa unidade". "No universo das coisas vivas os insetos e as aranhas são os seres que mais se aproximam do mundo do demônio, lançando no mundo os produtos de seu infernal bazar". "Os insetos, estomacando do Malgrado ou de jorras tipo Notícias Populares".

Aos incrédulos, o resta dizer que, como se viu, nada impede que anjos e demônios brinquem juntos na dura luta pela atenção do consumidor.

Parê, o Corvêto do Planalto, exercitando-se no estilo Notícias Populares.

Imagem 8 - A Imprensa do Diabo. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p17.

De forma muito confusa, com títulos fora de ordem e espalhados pelas páginas, se apresentou a sub-seção *Livros*, ainda no primeiro número do jornal *dos jornalistas*. Como fora anunciada na página anterior, a sub-seção estaria – num primeiro momento – interessada em trazer para o conhecimento do leitor: “[...] o livros que falam dos acontecimentos de 1964 no Brasil” (MOVIMENTO. Cultura. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.17).

Assim, duas páginas depois, onde estava realmente disposta a sub-seção, uma série de três livros são comentados por *Movimento*:

Estudos políticos, análises econômicas, relatos, pesquisas históricas, trabalhos jornalísticos e acadêmicos estão surgindo recentemente, tendo como objeto o regime brasileiro ou a história de nosso passado mais próximo. MOVIMENTO se preocupa em participar desse debate, iniciando, como o comentário de três livros relativos ao movimento de 1964 [...]. (MOVIMENTO. Livros. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.19).

Os livros consistiam em *1964: Golpe ou Contra Golpe?*, de Hélio Silva; *A Agonia do Poder Civil*, artigo contido no 1º Tomo de *Introdução à Revolução de 1964*, de Carlos Castello Branco; e *O Governo Castelo Branco*, de Luis Viana Filho. Resenhando de uma só vez as três obras, Paulo Sérgio Pinheiro apontou:

A boa experiência que cabe aos leitores e aos historiadores é juntar esse conjunto de informações e tentar compreender o emaranhado dos acontecimentos transcorridos entre 1961 e 1964. A questão que permeia todo o período se centra em torno da relação entre o poder político e o militar, diante da utilização pelo Estado dos organismos de mobilização das classes populares. (PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Nascimento de um Regime. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.19).

Os comentários acerca dos três livros tomavam uma página inteira do jornal e conseguiam trazer para o público leitor, e também para aqueles que em gestão colegiada participavam da edição e redação do jornal, apontamentos históricos e políticos dos anos que antecederam o Golpe de 1964.

Nas páginas seguintes da primeira edição de *Movimento*, ainda constam: uma resenha do livro, do historiador marxista Eric Hobsbawm, *Bandidos*; uma crítica sobre o livro *Tempo Morto e Outros Tempos*, de Gilberto Freyre; um comentário contundente e recheado de referências – como a de Roberto Schwarz –, escrito por José Miguel Wisnik, sobre a novela *Bravo!*, da emissora *Globo*; uma breve reportagem sobre uma peça de Nelson Motta, que estreara no Rio de Janeiro, na qual estrelou a atriz Marília Pera; uma reportagem, narrada no estilo próprio do jornalismo literário, que comentava a dissertação de mestrado sobre quadrinhos que agora era lançada como livro; e, ainda, um texto, de Jean-Claude Bernadet, tratando sobre o cinema europeu e alguns de seus festivais de premiação de filmes.

Como se vê, uma grande produção editorial sobre temas de cultura era publicada e discutida em *Movimento*.

A outra sub-seção que compunha os temas relacionados a cultura, chamada Estórias brasileiras, apresentou dois contos: *Marvano*, do pernambucano Hermilo Borba Filho, e *Carta de Navegação*, do gaúcho Moacyr Scliar. Nos dois contos convergem características como a

crítica social e a descrição de espaços tipicamente brasileiros. Ao exemplo do conto de Borba Filho:

No mundão verde-escuro duvidava que os pegassem, não sabia até quando porém não cometer erro tal a vontade peituda de campo aberto, novilhos, rio, curral e mel. Ordens secas compreensíveis não tinha conversa chué para impor não a obediência mas a vida, conhecedor de sua mata, ainda mais conhecedor dos seus homens e da trajetória de balas, no canto: O Coronel Isidoro é a onça de Marvano com sessenta granadeiros cada um com doze canos se guerreia meia hora morre gente quinze anos. É, não era, convencimento, ainda dentro das suas terras, nem um pé fora dos limites, prolongando-se, saíra do engenho mas não da posse [...]. (BORBA FILHO, Hermilo. Marvano. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.23).

O autor conta uma estória com personagens típicos das elites da época dos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, assim, aparece o Coronel, o Padre, o Barão, o Capitão, dentre outros, todos devidamente criticados e, por vezes, ridicularizados. O conto ainda descreve cenas violentas e, num só tempo, paisagens rurais.

O próximo conto, de Moacyr Scliar, ironiza a questão da propriedade privada e do desenvolvimento da indústria no país. Os personagens que encontram uma “ilha” se incomodam com o fato de haverem caveiras de bois em cima das árvores que compõe a vegetação da ilha: “[...] queríamos saber quem as tinham colocado lá. Índios?” (SCLIAR, Moacyr. Carta de Navegação. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.24). Porém, um tempo depois, quando se deparam com uma ponte em uma determinada construção na mesma ilha, deixam de se importar com quem poderia ser responsável por aquela nova construção em meio à ilha. Como se percebeu no trecho abaixo:

Ainda há árvores, mas as caveiras de bois desapareceram. E constroem nela – uma fábrica, parece. Pilastras de concreto se erguem altas alvacentas conta o verde escuro da vegetação. E chaminés. Quem é o dono disto? Pergunto, e ninguém responde. A hora é 10.30, a distância da ilha de 400 metros e a expressão dos rostos de todos que vejo – é de calma indiferença. (SCLIAR, Moacyr. Carta de Navegação. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.24).

Logo abaixo do conto, ainda fora publicada uma “auto-entrevista” de Moacyr Scliar, que contava de forma irônica e inusitada um pouco sobre a vida e a obra do autor.

Em *Movimento* número 75, a seção *Cultura* enfatiza a questão da música de resistência. Sua primeira reportagem trouxe um depoimento da argentina Mercedes Sosa. Segundo o jornal:

Quando fala, quando canta, Mercedes Sosa é de uma presença serena e simples. Hoje, se fez uma representante do canto do continente; por sua voz passam canções do Chile e do México, do Uruguai e do Brasil, de diversos quadrantes de sua pátria, a Argentina. Esta mulher de ascendência índia, que já foi empregada doméstica e cantou boleros no rádio, descobriu um dia os ritmos mais fortes de terra. Atahualpa Yupanqui, poeta, músico e intérprete, uma das expressões artísticas mais importantes da história do continente e lamentavelmente pouco conhecido no Brasil, teve influência decisiva nesta descoberta. (MOVIMENTO. O Canto do Continente. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.15).

Em seu depoimento a cantora popular argentina dizia da importância de alcançar com suas canções a classe trabalhadora. Criticava o rádio por ser manobrado pela indústria cultural, e, ao mesmo tempo, único meio para a população mais pobre ouvir música. Para Mercedes Sosa, era difícil, mas extremamente importante chegar à classe trabalhadora. Dizia a cantora: “Não que eu represente a classe trabalhadora: ela se representa por si só; absolutamente por si só [...] Eu sou apenas uma mulher que canta para todos os que estão humilhados, desprotegidos. Então é importante que minhas canções cheguem até a eles.” (MOVIMENTO. O Canto do Continente. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.15).

Segundo *Movimento*, Mercedes Sosa já alcançara todo um continente com seu canto:

Junto com Atahualpa Yupanqui e outros, Mercedes Sosa deu expressão nacional e estilos de sua região. Por outro lado, mudando de formas, esta sua vertente se amplia pelo continente, por onde se tenha estendido a tradição incaica. O título de um dos discos mais apreciados da cantora é “Traigo um Pueblo em mi voz”. Título justo, que define os objetivos e o núcleo de seu canto. (MOVIMENTO. O Canto do Continente. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.15).

Na página seguinte, um texto sobre Chico Buarque e o lançamento de seu novo LP “*Meus caros amigos*”. Assinava o texto José Miguel Wisnik:

[...] a visionária “O que será”, que inclui incrível aparição de Milton Nascimento, é talvez a música mais impressionante desse disco. [...] Derivada da adivinha popular (o que é o que é?) a música compõe uma visão da força indomável, daquilo que com certeza não tem certeza, que em todos os sentidos não tem sentido, e o juízo final daquilo que, definitivamente, não tem juízo. A música pode lembrar a “Rosa dos Ventos”, mas o conteúdo da visão é radicalmente modificado. Lá caía uma redenção do céu para uma multidão atônita. Aqui em “O que será”, existe algo invencível que brota das próprias coisas e das pessoas. (WISNIK, José Miguel. “Meu samba é uma corrente”. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16).

Antes de analisar o conteúdo de “O que será”, Wisnik ainda trouxe uma retrospectiva breve dos discos de Chico Buarque, de 1966 a 1976, apontando as diferenças e as continuidades na obra do compositor e intérprete brasileiro.

Logo abaixo, naquela mesma página do jornal, constava uma pequena reportagem sobre o teatro amador no estado de São Paulo. Segundo o jornal:

Cento e vinte nove grupos de teatro amador em todo o estado de São Paulo, participaram, desde agosto, do XIV Festival Estadual de Teatro Amador. Apenas 10 grupos chegaram à final, recebendo o cobiçado prêmio de 10 mil cruzeiros. Essa final mobilizou cerca de 600 pessoas incluindo técnicos, amadores, dirigentes e convidados. [...] O Encontro, patrocinado pela Secretaria de Cultura e coordenado pela Confederação de Teatro Amador do Estado (Cotaesp), vem sendo realizado anualmente, desde 1963, ganhando maior impulso em 64 com a criação da Confederação. (MOVIMENTO. Para o público ou para os festivais? *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16).

A reportagem discutia o crescimento de forma organizada do teatro amador no estado de São Paulo, e aproveitava para criticar o fato destes grupos se prepararem não para impulsionar o teatro amador, mas para ganhar o prêmio oferecido anualmente nos festivais.

Segundo *Movimento*:

Um dos grandes problemas do Festival, para a Comissão Julgadora, é que os grupos ficam mais na concepção do espetáculo, e daí decorrem falhas gravíssimas no trabalho do ator. Muitos grupos, preocupados com a pesquisa de teatro europeu, vão fugindo ainda mais de nossas tradições e problemas, complicando uma linguagem que deveria ser direta. Mas a preocupação do teatro amador tem que ser esclarecedora. Discutir a produção do homem, tentando ser simples. A grande defasagem deste festival é *não discutir o homem*. (MOVIMENTO. Para o público ou para os festivais? *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16, *Grifos do autor*).

A recomendação de *Movimento* era de que o teatro amador não tentasse buscar o profissionalismo, mas justamente se diferenciasse do teatro profissional em questões importantes como a coletividade e solidariedade entre os grupos e a proximidade com o público, facilitando a este o acesso ao teatro.

O número 75 do jornal não contou com a sub-seção *Livros*, mas, na sua última página, aparecia mais um conto da *Estórias brasileiras*. O conto *Ossos do ofício*, escrito pelo jornalista e estudante Fábio Campana, paranaense da capital, trazia um dos temas mais populares no Brasil: o futebol. Porém, não era o futebol dos grandes gramados e campeonatos que estava em cena:

A mesma conversa. Em todo esse tempo jogando no interior, andando de clube em clube, nunca vi um time tão pipoqueiro. Só tem boleiro cansado. O mais novo tá com 29 anos no registro no nascimento. De cidade em cidade, sem descanso, as crianças perdendo aulas e a gente correndo o risco de por a perna numa dividida ou nas mãos do massagista. [...] duas operações na perna esquerda, aquela fratura e outra na clavícula. São ossos do ofício, como diz o doutor Sérgio, que ressuscita qualquer craque do passado com a farmácia que carrega na pasta. (CAMPANA, Fábio. *Ossos do ofício*. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.20).

Incluindo o futebol como elemento da narração, Fábio Campana contava a estória de um dos muitos brasileiros que não via outra expectativa a não ser a dos campos para ascender na vida. Através do personagem Dedé, jogador que por conta de uma fratura não pode adentrar os grandes times, o autor elucida uma realidade muito conhecida dentre “os de baixo”, aqui no Brasil:

Eu fui bom. Comecei cedo, frequentei mais o campinho do que a escola. Minha mãe preferia as aulas. Futebol não é profissão, ela dizia. Quem ficou naquela escola não tem dinheiro pra chegar na geral. tirando a malandragem, só boleiro chegou a alguma coisa. O resto ficou pra trabalhar na fábrica. Eu não quis morrer devagar como o meu pai. Todo dia perdendo a calma, fraquejando até ser despedido. Rondando os portões, esperando um bico, uma empreitada. Acabou limpando jardim, comendo resto em lata de goiabada que nem cachorro. Futebol é carreira melhor. Não fosse eu ter quebrado a perna e estava escalado pro resto da vida na cabeça e nos álbuns de tudo quanto é torcedor. Estava rico. Que eu ia ter cabeça pra aplicar o dinheiro. Nada de gastar tudo com mulher, bebida e jogo e acabar porteiro de zona. (CAMPANA, Fábio. Ossos do ofício. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.20).

Novamente presente, neste conto, a descrição de um cenário tipicamente brasileiro e uma crítica social que passa pela realidade da periferia e do futebol como único meio possível para mudar de vida.

Em junho de 1977, a seção *Cultura* trazia um texto que comparava dois festivais de cinema, um bastante conhecido o *Festival de Cannes* e outro que muito se distanciava das opções cinematográficas e políticas de *Cannes*: “O 30º Festival Internacional do Filme” (BIANCARELLI, Aureliano. Onde o povo é o ator. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.18).

Também ocorrido na cidade de Cannes, este outro festival representava a divisão entre dois mundos do cinema. Para *Movimento*:

A divisão desses dois mundos de Cannes é formal e temática. Na Grande Sala do Palácio do Festival, a plateia comportada de smokings e longos, que assiste aos filmes da seleção oficial, costuma encerrar a sessão com aplausos. Nas salas menores, onde são mostrados os filmes das realizações paralelas, um público descontraído costuma terminar as sessões num debate informal com os realizadores. (BIANCARELLI, Aureliano. Onde o povo é o ator. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.18).

O *Festival Internacional do Filme* representava, segundo o jornal, um espaço de debate de ideias e temas acima dos orçamentos dos filmes que eram exibidos. Trazia consigo a concepção de um “[...] cinema que escape aos circuitos comerciais e que não se limite a refletir a realidade: tenta interferir nela, agindo como instrumento.” (BIANCARELLI, Aureliano. Onde o povo é o ator. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.18).

Na mesma seção, *Movimento* comentava também o cinema nacional. O texto tratava do lançamento de um novo filme do cineasta brasileiro Orlando Senna. Segundo o jornal:

Orlando Senna prepara-se para lançar um novo filme – Diamante Bruto, uma história de amor na Chapada Diamantina, inspirado no romance Bugrinha de Afrânio Peixoto. Diamante Bruto exhibe um cinema onde nada é passado a limpo, onde ficção e realidade se misturam e os erros de linguagem, o medo de tropeçar nas palavras, as hesitações dos personagens estão registrados sem corte, como no dia-a-dia de qualquer um de nós. (COELHO, Tânia. Diamante Bruto. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.21).

O roteirista Orlando Senna foi responsável também pelo lançamento de outros dois filmes – Iracema e Gitirana – que à época tiveram êxito total em suas exibições pela Europa ocidental e, no entanto, foram censurados pelo regime militar brasileiro. O premiado cineasta baiano havia sido censurado no Brasil em todas as suas grandes produções e, não por um acaso, o texto de *Movimento* sobre seu novo filme também fora “picotado” pela censura. Percebe-se pelo exemplo retirado do jornal:

Iracema, realizado em 1975, está há nove semanas nos cinemas de Roma e entre os muitos prêmios que recebeu incluem-se os maiores da França, Itália, Alemanha Ocidental e Portugal. Gitirana ***Leia, assinie e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores.*** (COELHO, Tânia. Diamante Bruto. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.21, ***Grifos nossos***).

Como era de costume em *Movimento*, as partes dos textos censuradas pelo regime militar eram substituídas pelos dizeres assinalados no exemplo acima.

Em *Estórias brasileiras*, um conto do jornalista e romancista Silvio Fiorani Jr, narra um estranho acontecimento na cidade fictícia de Buritipã:

A garrafa ficou à vista de todos, com o líquido borbulhante aprisionado. A princípio ninguém ousou tocá-la. Não que houvesse o temor de alguma surpresa, isso não. Por uma razão inexplicável, misteriosa mesmo, a garrafa continuou sobre o balcão, intocada. [...] O prefeito, que a esse tempo já o doutor Venceslau Barreto, não atinava, por mais esforço que fizesse, com qualquer idéia que equacionasse a questão. Estava a meia distância do objeto do impasse, entalado na multidão que acorrera ao bar. Quando pareceu que ia dizer alguma coisa, o delegado Honorino de Freitas atalhou prontamente. Antes não tivesse atalhado, pois ao dizer ao cabo, “cabo abre a bicha”, o cabo apanhou um abridor, destampou a garrafa e a espuma amarronzada começou a jorrar pelo gargalo. Era uma espuma consistente. Esparramou-se pelo balcão, caiu no ladrilho, cruzou a porta, ganhou a sarjeta e espalhou-se pela cidade. (FIORANI, Silvio. Só pra provar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.24).

Ao que parece, o autor enfatiza a questão da autoridade enquanto narra os fatos absurdos. As figuras que aparecem, o prefeito, o delegado, o padre, por estarem em postos de poder e autoridade, sempre são chamados por nome e sobrenome, ou são tratados

simplesmente por “doutor”. Já o cabo, mesmo sendo o responsável direto pelo ato heroico de “matar” a garrafa do líquido estranho que tomava a cidade, é mais apenas mais um – o “joão ninguém”. Como se percebe na publicação de *Movimento*:

Pelo feito heróico, o cabo só não recebeu dinheiro, pois, de resto, ganhou de tudo um pouco. Entre outras coisas, um santinho de São Jorge filetado de prata, dado pelo padre Aquitânio, uma medalha de bronze conferida pelo doutor Venceslau Barreto, e sua promoção a “sargento honorário”, honraria que, sem consultar qualquer manual, o delegado Honorino de Freitas inventou no mesmo dia. (FIORANI, Silvio. Só pra provar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.24).

O conto revelava, portanto, uma posição de afronta e questionamento da questão da autoridade e das hierarquias, de um modo geral.

Já em 1978, a primeira edição de *Movimento* livre da censura prévia era publicada, em 26 de junho. Como a edição contava com alguns especiais – o primeiro sobre a história dos três anos de censura sobre o jornal e o segundo, já analisado anteriormente, sobre a Teoria dos Três Mundos – o espaço da seção *Cultura* foi subtraído. Assim, constava apenas uma pequena entrevista com a então sexóloga Marta Suplicy e com a educadora sexual Helena Matarazzo sobre a chegada da educação sexual nas escolas.

O ministro da Educação à época, Euro Brandão, discordava plenamente sobre as escolas permitirem em suas grades o “ensino do sexo” (MOVIMENTO. Vamos brincar de “papai-e-mamãe”? *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.22). Em contraposição ao ministro, *Movimento* procurou ouvir as especialistas sobre o assunto, mas não era apenas o jornal e as entrevistadas que discordavam de Euro Brandão. Para *Movimento*:

A opinião do ministro não é compartilhada nem mesmo pela Secretaria da Educação do município de São Paulo, que promete iniciar em agosto, em três escolas da rede municipal, a aplicação do projeto-piloto de educação sexual. Inicialmente, o projeto será basicamente informativo, fornecendo conceitos fundamentais acerca de anatomia e fisiologia sexuais. [...] Segundo seus organizadores, o projeto começou de baixo pra cima. As próprias coordenadoras de ensino, diante de problemas surgidos nas escolas, como gravidez, doenças venéreas, etc, começaram a enviar relatórios reivindicando das autoridades um planejamento. (MOVIMENTO. Vamos brincar de “papai-e-mamãe”? *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.22).

Vê-se, portanto, que desde 1978 se tentava uma quebra de tabu com relação a educação sexual. Mas, até hoje, percebemos uma progressão mínima neste sentido, dentro ou fora das escolas.

Porém, a novidade maior que guardava esta edição de 1978 se colocava na última página: a substituição da sub-seção *Estórias brasileiras* pelas charges e cartuns do *Corta Essa!*.

A substituição se dá justamente como resposta ao fim da censura prévia ao jornal. A brincadeira atacava diretamente os censores, que se utilizavam das tesouras para retirar as partes de matérias, páginas e ilustrações que deveriam estar fora das publicações. Por isso, o *Corta Essa!*, que aparecia aos olhos do público leitor repleto de quadrinhos e diferentes tipos de ilustração, apresentava em toda sua borda um tracejado acompanhado do ícone de um tesoura.

Tornara-se famosa a nova seção também porque os leitores podiam colecionar os desenhos, assinados por vários artistas gráficos já bastante conhecidos, como, Angeli, Luiz Gê, Laerte, Glauco, os irmãos Caruso, entre outros nomes.

Segundo o historiador e jornalista Rozinaldo Antonio Miani, o “discurso chargico” contido nesta sessão de *Movimento* trabalhou, entre seus temas recorrentes, a ideia de democracia. Segundo o pesquisador:

Outro tema recorrente nas charges da sessão “Corta Essa!” foi “democracia”. Ora para defendê-la como bandeira de luta dos movimentos sociais, ora para denunciar as arbitrariedades dos defensores do regime militar, ora ainda para ironizar a concepção de democracia proferida e/ou praticada pelos militares, esse tema foi alvo do “humor cortante” dos chargistas. (MIANI, s/d, p.9).

Na edição de número 156, de junho de 1978, portanto, estavam distribuídas pela última página as charges de Chico Caruso, Luiz Gê e Alcebíades. No canto superior esquerdo, por exemplo, a charge de um bebê que chegava ao mundo e, ainda de ponta cabeça, nas mãos do médico, já berrava: “ANISTIA-LIBERDADE-DE-EXPRESSÃO-HABEAS-CORPUS-DIREITO-DE-GREVE-FIM-DO-AI-5-477-CONTITUINTE”. (CARUSO, Chico. *Corta Essa! Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24).

Logo abaixo, aparecia o desenho de um rapaz acorrentado numa fornalha, na qual um monstro ateava fogo, e o rapaz dizia: “Está bem, está bem: não fui torturado!” (GÊ, Luiz. *Corta Essa! Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24). Do lado direito da página, constava um quadrinho com um jogador da seleção brasileira que reclamava: “Pô, com mordomia, politicagem, a maioria sem voz ativa, um líder fabricado e um autoritário presidente nomeado... não tem time que dê certo.” (ALCEBÍADES. *Corta Essa! Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24).

A partir de outubro de 1978, as edições do *jornal dos jornalistas* apresentam nova concepção estética. Assim, as capas que antes eram feitas em duas cores, agora passam a ser editadas em preto e branco e, mais importante, as seções e sub-seções do jornal ganham uma organização mais cuidadosa, sendo melhor diagramadas no interior das páginas de *Movimento*.

A edição 186, de janeiro de 1979, já apresentava, portanto, a seção *Cultura* de forma mais inteligível. Separada entre os tópicos “história”; “discos”; “cinema”, trazia textos menores e uma zelosa diagramação, com fontes um pouco maiores do que se acostumava ver até então.

No tópico “história” aparece novamente uma resenha bibliográfica sobre um livro de Décio Freitas, *Os Guerrilheiros do Imperador*, que, segundo *Movimento*: “[...] a publicação de **Os Guerrilheiros do Imperador**, de Décio Freitas, vem somar dados novos à questão rural brasileira e ao papel dos camponeses no processo histórico de superação das estruturas sociais dominantes.” (SILVA, José Roberto da. Antídoto para amnésia histórica. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23).

O livro tratava da Cabanada, um levante popular armado que para o resenhista fora deixado de lado pela memória e história brasileiras:

Polêmica e comprometida, a obra de Décio Freitas, realizada sob as duras condições do exílio, oferece, mesmo assim ou talvez por isso mesmo, a afiada precisão de um quadro teórico, indispensável para curar a amnésia da história social brasileira. Ou, no caso desta obra, entender o anseio de índios, negros e “lavradores”, reunidos na república rural dos cabanos. (SILVA, José Roberto da. Antídoto para amnésia histórica. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23).

O texto cita e critica o exílio do autor, pois além do já comentado fim da censura prévia, o mês de janeiro de 1979 é o primeiro depois dos dez anos de trevas propiciados pelo AI-5. A ditadura militar já dava então passos mais largos para seu fim, mas ainda se tratava de um passo, como se sabe.

Em “discos”, um breve texto anunciava o lançamento da cantora baiana Diana Pequeno. O jornal criticava, a um só tempo, a indústria fonográfica e a mídia massiva, e colocava a nova cantora como uma boa surpresa:

[...] diante dos viciados esquemas de divulgação através dos meios de comunicação (principalmente via rádio e tv) e frente ao avassalador ataque do movimento discoteque, esses novos trabalhos continuam literalmente inéditos. Cabe então à parcela do público avessa à massificação o trabalhoso garimpo de encontrá-los [NCS: novos trabalhos da música brasileira] nas lojas de discos. Um dos mais surpreendentes destes novos trabalhos é o apresentado pela cantora baiana Diana Pequeno, em seu disco rico de múltiplos e variados contornos. (RIBEIRO, Mathias. Antídoto para discoteque. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23).

As críticas aos movimentos musicais e demais influências estadunidenses – feito o “discoteque”, como diz o texto se referindo a *disco music* que tomou o Brasil de assalto, a partir de 1975, e que influenciou inclusive grandes compositores e intérpretes brasileiros como Sebastião Maia, o Tim Maia – eram apreciadas pelos ensaístas e repórteres da seção de

cultura do jornal. Se pensarmos junto à política editorial do mesmo, era uma forma de combate ideológico que se travava contra o imperialismo, que tinha como maior expoente o Tio Sam. Era também uma forma de valorizar a cultura brasileira.

Em seguida, no tópico “cinema”, *Movimento* comentava rapidamente um filme recém-lançado que reivindicava o gênero, muito conhecido na conjuntura, da pornochanchada. O filme *Ilha dos Prazeres Proibidos* teve o mérito de ultrapassar as barreiras da controversa pornochanchada e, segundo o jornal: “É perfeitamente possível obter-se variações inteligentes e criativas sobre os mesmos temas recorrentes na pornochanchada – é o que este filme se propõe e consegue até certo ponto.” (POLES, Cláudio. Uma sátira do que nunca foi sério. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23).

Na última página da mesma edição, mais um *Corta Essa!*. Um primeiro desenho com três crianças brincando, e um deles, dando as regras do jogo, afirma que ele será o patrão e o outro o povo. E o menino, cansado, interroga impaciente: “de novo?” (MOVIMENTO. *Corta Essa!* *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.28). Ao lado, uma charge de um palhaço assistindo o telejornal durante o pronunciamento do “novo” ministério. E, tomando quase toda a página, o desenho de vários ministros numa grande festa e, em cima do desenho, os dizeres “Mordomia, aqui me tens de regresso...” (MOVIMENTO. *Corta Essa!* *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.28), fazendo um intertexto com a conhecida canção *A Volta do Boêmio*, de Nelson Gonçalves.

A sub-seção *Livros*, que não era editada em todos os números do jornal, passa a chamar *Leituras*, mas continua com proposta parecida, exceto por trazer junto das resenhas uma pequena coluna com lançamento de diversas editoras e com breves comentários para cada.

A edição semanal 255, por exemplo, trazia comentários sobre o lançamento do livro *Carta aos Comunistas*, de autoria do líder do PCB, Luís Carlos Prestes, e, também, o novo livro de Paul Singer, chamado *Economia Política do Trabalho*. Ao lado, uma resenha sobre um livro escrito por autores brasileiros que analisava o governo militar e as condições de vida do povo em El Salvador. Para *Movimento*:

Os autores procuram retratar as duras condições de vida do povo salvadorenho, além de caracterizar os pontos programáticos dos diversos partidos e organizações políticas que se colocam em oposição ao regime militar. Para isso, tiveram o cuidado de retomar a história de El Salvador desde o período colonial, com o intuito não só de mostrar as raízes da situação de ebulição revolucionária que o país vive, mas também de buscar nas diversas formas de ação do imperialismo norte-americano as razões da queda do ditador Romero e a sua substituição por uma junta “progressista” de governo. (MOVIMENTO. Povo sem fé no governo. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p. 21).

Tratava-se do livro-reportagem *El Salvador – um fuzil para Ana Guadalupe*, de Hélio Golsztein e Omar Barros Filho.

Ainda na página seguinte, mais uma discussão sobre a própria imprensa alternativa. O *jornal dos jornalistas* costumava fazer levantamentos e publicar opiniões e matérias em geral sobre a imprensa convencional – como é o caso da publicação sobre o *Notícias Populares*, que já fora aqui analisado – e, também, sobre a própria imprensa da qual fazia parte. Segundo o jornal:

Acusados por Narciso Kalili e Hamilton Almeida Filho (fundadores dos jornais “Ex” e “Bondinho”) de fazerem “uma imprensa marrom de esquerda” e de “se dedicarem a uma área da realidade brasileira que não interessa muito” (masturbação, bacanal no carnaval, etc), os editores do jornal “Repórter” dão o troco: “área da realidade que não interessa é a do forno e do fogão” – numa crítica direta a Kalili, hoje editor da revista “Doçura”. (MOVIMENTO. Sexo como marketing. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.22).

Assim, o *jornal dos jornalistas* colocava o debate entre editores e jornalistas de diferentes partes da imprensa alternativa. Para *Movimento*, era necessário esclarecer a discussão acerca de toda “imprensa nanica”, por assim dizer, e também tentar compreender porque as temáticas do jornal *Repórter* – com uma quantidade grande de matérias sobre sexo – suscitavam maior interesse do público leitor. Sendo que o *Repórter* vendia “cerca de 60 mil exemplares” (MOVIMENTO. Sexo como marketing. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.22), número de vendas este que nunca foi alcançado por muitos jornais da imprensa alternativa, incluindo *Movimento*.

O *Corta Essa!* da edição 255 não trazia charges ou quadrinhos, mas um teste irônico que perguntava ao público o significado de vários conceitos, mas trazia nas respostas apenas piadas e chacotas. Por exemplo:

Aparato de Estado. () estilo de corte de cabelo compulsório para funcionários públicos italianos, criado por Mussolini na famosa Carta del Lavoro; () forma teoricamente ilegal de recebimento de propinas para aprovação de projetos em empresas estatais, que consiste em aparar arestas em concorrências no item qualificação e preço e sua substituição pelo item grau de parentesco e familiaridade com altos funcionários da República; () estilo de ação repressiva do Estado caracterizada pelo uso de helicópteros. Na sua forma mais radical os helicópteros são de procedência americana e caem sobre os manifestantes aparando cabeças; () Também chamado de “Aparelho de Estado”, pode ser colorida ou preto e branco. Geringonça eletrônica sob monopólio da Rede Globo que contamina o proletariado e setores democráticos, que é expulsa das assembleias aos gritos de “tira a Globo”. (MOVIMENTO. Corta Essa!. Teste. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.24).

Mesmo na ausência das charges e demais ilustrações, o *Corta Essa!* mantinha sua característica irônica e bem-humorada.

O ano de 1981 é marcado por várias crises financeiras no jornal, e também políticas. Estas questões refletem nas publicações. Uma das principais editorias de *Movimento* era a responsável pela seção de cultura, que, por quase todo o tempo, contou com uma equipe de jornalistas, conselheiros e ensaístas de primeira.

Numa edição de março de 1981, pudemos observar este reflexo das crises se abaterem nos conteúdos do jornal. Neste número não está presente a seção *Cultura*. Somente constava a seção *Corta Essa!*, que com o mesmo humor de sempre, zombava do general-presidente Figueiredo. Conforme o jornal:

O recado foi captado primeiro pela seção “Radar”, da Veja: o general-presidente não gosta de se ver caricaturado. De radar em radar o recado se espalhou, isso é, passou a ser dado nos ouvidos dos chargistas pelos editores da grande imprensa: “Vê se manera!”. Não maneiramos, não! Se o homem não está gostando é sinal que estamos acertando, por isso lutaremos até a última gota de tinta nanquim pelo direito de caricaturizá-lo. Neste CORTA-ESSA ESPECIAL lançamos nosso grito de guerra: pela caricatura ampla, geral e irrestrita! (MOVIMENTO. *Corta Essa!*. *Movimento*, de 23 a 19 de março de 1981, p.20).

Logo após os dizeres acima citados, várias charges e caricaturas de Figueiredo, assinadas por Jota, Chico Caruso, Reinaldo e Paulo Caruso, tomavam toda a última página de *Movimento*.

Neste segundo capítulo analisamos o programa político (2.1) e o editorial de movimento (2.2), na tentativa de compreender o jornal *Movimento* em sua estrutura organizativa e funcionamento. Passamos também pela análise dos artigos deste jornal sobre as esquerdas, suas organizações e lutas (2.3), almejando traçar qual o posicionamento do jornal em relação às esquerdas no Brasil da conjuntura da transição política. Tal análise possibilitou a verificação do jornal como expressão da esquerda brasileira. A leitura dos artigos contidos na seção internacional (2.4) de *Movimento* reforçou a caracterização deste como uma organização de esquerda, interessada em reportar as lutas populares não só no seu país, mas também ao redor do mundo, tentamos apresentar aqui as convergências entre o trabalho de *Movimento* com seus correspondentes externos e o que propunha Antonio Gramsci em notas sobre os “tipos de revista”. Muito reconhecida no cenário da imprensa brasileira da época, a editoria de cultura do *jornal dos jornalistas* brindava seus leitores semanalmente com a seção *Cultura* (2.5), cuja análise possibilitou demonstrar também algumas aproximações do jornal com as denominadas revistas-tipo gramscianas, assunto explanado no capítulo posterior.



CAPÍTULO 3

REGIME MILITAR E LUTA DE CLASSES: A CRISE DA DITADURA NO BRASIL SOB ENFOQUE MONOGRÁFICO NO *JORNAL DOS JORNALISTAS*

A partir dos conteúdos abordados anteriormente nesta pesquisa sobre o contexto em que se insere *Movimento* na história social e política do país e, é claro, das análises utilizando as fontes documentais, pudemos pensar o *jornal dos jornalistas* como um periódico que associava competências *técnicas* e competências *dirigentes*, de forma que, era possibilitado seu trabalho como um organizador de lutas de resistência contra o regime militar em tempos de crise política.

Algumas considerações sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil, questão suscitada no primeiro capítulo da presente dissertação, devem ser esclarecidas com relação à própria forma de desenvolvimento do capitalismo no país que – não automaticamente – desemboca em uma série de características particulares a nossa realidade enquanto sociedade. A primeira delas, talvez a mais importante, recai sobre a formação do Estado burguês nacional com características, indiscutivelmente, autocráticas⁴⁰.

Pensar o processo da revolução burguesa no Brasil de forma a considerar suas especificidades histórico-concretas foi uma tarefa cumprida por alguns pensadores de peso, dentre eles Caio Prado Jr (1987), que se preocupou e se ocupou em desvendar os limites das acepções sobre a revolução atípica brasileira, visto que estas influenciaram também na proposição de estratégias revolucionárias dos comunistas brasileiros. Criticando o PCB, partido ao qual era filiado, Caio Prado Jr afirmava:

Infelizmente, contudo, nem mesmo esse desajustamento entre a teoria e a prática, tantas vezes verificado, foi suficiente para abrir os olhos dos dirigentes comunistas brasileiros, e em geral dos pensadores marxistas ou inspirados consciente ou inconscientemente no marxismo. [...] Lembramos essas circunstâncias para explicar a estranha e inabalável resistência, através de tão largo espaço de tempo, da inadequada teoria original da revolução brasileira, e que, velha embora de quase meio século, se perpetuou no fundamental e essencial, com mínimos retoques e acréscimos secundários que não lhe alteram a substância. Continuou-se e ainda se continua a falar, respeitando o velho esquema original traçado na base da experiência europeia, e sem mais indagação erigido em lei geral da moderna fase evolutiva de todas e quaisquer sociedades humanas, continuou-se a falar no Brasil naquela revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais” supostamente presentes em nosso país. (PRADO JR, 1987, p.39).

⁴⁰ “Uma autocracia é sempre um Governo absoluto, no sentido de que detém um poder ilimitado sobre os súditos. Além disso, a autocracia permite que o chefe do Governo seja de fato independente, não somente dos seus súditos, mas também de outros governantes que lhe estejam rigorosamente submetidos. O chefe de um Governo absoluto é um autocrata sempre que suas decisões não possam ser eficazmente freadas pelas forças intra-governativas. Sob este aspecto, o monarca absoluto pode ser um autocrata, mas pode também não ser, quando divide o poder com alguns colaboradores que tenham condições de limitar sua vontade. As Ditaduras são, por vezes, regimes autocráticos, que se concentram na figura de um chefe e podem levar muito adiante a personalização do poder. Existem, porém, Ditaduras não-autocráticas, nas quais o poder está nas mãos de um pequeno grupo de chefes, que dependem reciprocamente um do outro. Em seu significado geral, autocracia tem sido usada por alguns teóricos da política e do direito, nomeadamente por Hans Kelsen, Ferdinand A. Hermens e Carl J. Friedrich, como o termo mais apropriado para designar toda classe dos regimes antidemocráticos ou não-democráticos. Nesta acepção geral, porém, a palavra não obteve sucesso, nem na linguagem ordinária, nem na linguagem técnica da ciência política. Em todo caso, mesmo que tivesse vingado, não poderia substituir Ditadura em seu sentido moderno, já que a classe dos regimes políticos indicados por autocracia seria, de qualquer modo, mais vasta que aquela a que se refere a palavra Ditadura.” (STOPPINO, Mario. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 372).

A proposta da revolução por etapas, que ecoou por tanto tempo nas esquerdas brasileiras, como já apontamos, toma por pressuposto um processo clássico de transformações capitalistas que, assim como no caso francês ou inglês, transitam do Antigo Regime e do modo de produção feudal à formação da sociedade moderna capitalista. Uma das principais especificidades do caso brasileiro reside no fato da não-existência de formas de produção tipicamente feudais no Brasil. O ponto chave está em pensar a formação social colonial brasileira como particularidade histórica no processo de constituição do capitalismo nacional.

A intenção de suscitar a relevância do processo atípico da revolução burguesa reside justamente em proporcionar um pensamento que acompanhe e justifique, de certa forma, as origens da democracia restrita e do funcionamento autocrático da sociedade brasileira – o que nos dá os limites necessários para compreender a atuação política das esquerdas, especificamente, a atuação do jornal analisado.

A forma específica, que conjuga o colonialismo e as demais fases de acumulação do capital e desenvolvimento industrial concretizados “pelo alto”, pela qual o Estado capitalista é articulado no Brasil, tende a reconhecer as massas populares como uma ameaça constante aos interesses da classe dominante.

Segundo Ruy Mauro Marini:

Em lugar de uma revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e, claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro; este não vacilou, sobretudo na primeira fase do processo, em se aliar aos setores mais reacionários do país, impondo sua hegemonia. E não poderia ser diferente: a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário. (MARINI, 2013, p.28-29).

A modernização mesma do Brasil não deixa de lado as heranças coloniais que envolvem nossa organização da produção. A debilidade da burguesia brasileira se dá economicamente, porém, seu poder político continua garantido pelo Estado classista, ou ainda, autocrático.

O conceito gramsciano de *revolução passiva* nos auxilia na compreensão das particularidades das formações sociais que atravessaram um processo atípico de revolução burguesa. Para Gramsci:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (GRAMSCI, 2013, p.293).

O processo histórico que Antonio Gramsci primeiro analisa através deste conceito é a formação do Estado moderno burguês na Itália, processo este que ocorre sem uma revolução política do tipo clássico, como o francês.

Para Gramsci, a questão da revolução passiva reflete a formação de um Estado de tipo capitalista que é peculiar no caso italiano, pois a ausência de um processo de transformação radical da realidade italiana permitiu uma reunião de elementos de restauração e de revolução que constituem este Estado.

Segundo Álvaro Bianchi,

As razões desse “fenômeno curioso” remetiam para Gramsci à formação da própria burguesia italiana e a sua organização em partidos. A ausência de verdadeiros partidos nacionais da burguesia, a falta de um programa que sintetizasse o interesse geral dessa classe permitia a proliferação de interesses particularistas. A inexistência de partidos nacionais correspondia à inexistência de uma “burguesia nacional”, com interesses comuns, ausência já evidenciada no *Risorgimento*. (BIANCHI, 2008, p.264).

A hegemonia burguesa na Itália tinha, desde o *Risorgimento* – processo que marca a unificação da Itália, muito remetido nos *Cadernos do cárcere* –, adquirindo um caráter limitado. Assim, diferentemente do caso francês, a expansão da burguesia italiana, dotada de hegemonia limitada, fez-se mediante o atraso cultural e econômico desta classe, o que impede a incorporação das classes subalternas na própria base do Estado, sendo este, marcado por elementos de autocracia, ou ainda, de democracia restrita às classes possuidoras. Além disso, a hegemonia limitada desta burguesia fez com que esta classe, além de rechaçar o povo de qualquer função dirigente, confiasse à aristocracia algumas importantes funções de direção.

Novamente Bianchi, referindo-se às condições objetivas e subjetivas do processo de formação do Estado moderno italiano:

Um contexto nacional no qual predominavam condições objetivas ainda não plenamente desenvolvidas e condições subjetivas nas quais as antigas classes dominantes ainda não haviam esgotado todas as suas potencialidades criava a possibilidade de uma persistência das antigas formas sociais e políticas no interior de um renovado invólucro. A “velha” formação social dispunha ainda de energias históricas suficientes que lhe permitiriam persistir. (BIANCHI, 2008, p.270).

Justamente por contar com uma hegemonia limitada, a burguesia se aliou, em termos de direção política, à velha aristocracia italiana, processo este que resultou numa exploração ainda maior e mais violenta por parte destas classes dominantes sobre os “de baixo”. Caso muito parecido também com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Devemos, é claro, tomar cuidado com a transposição mecânica de conceitos pensados em outras realidades que não a brasileira quando temos em mente a preocupação com as particularidades histórico-políticas desta formação social.

Em suas considerações sobre a revolução passiva brasileira, Luiz Werneck Vianna atesta que:

Se as revoluções passivas europeias têm sua origem no rastro do ciclo revolucionário de 1789 a 1848, tal como no estudo clássico de Garmsci sobre o *Risorgimento* italiano, a mesma raiz está presente na formação do Estado-nação no Brasil – a transmigração da família real portuguesa para a Colônia é devida a um movimento defensivo quanto à irradiação, sob Napoleão, da influência da Revolução Francesa. Mas esse movimento defensivo era, por natureza, ambivalente: o que significava *conservação* na metrópole importaria *conservação-mudança* na Colônia. Nesse sentido, embora consistindo em um processo desferido na periferia do mundo e sem alcance universal, é marca da revolução passiva no Brasil a sua precocidade, o que certamente dotou, mais tarde, suas elites políticas de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções europeias de 1848, se disseminou pelo Ocidente. (VIANNA, 2004, p.44).

O que reforça o caráter autocrático do Estado brasileiro é, como afirma Florestan Fernandes (2006), a “tradição brasileira’ de democracia restrita [...]” (FERNANDES, 2006, p.403). Para o autor: “A democracia não só é dissociada da auto-afirmação burguesa, como ela seria um obstáculo ao tipo de autoprivilegiamento que as classes burguesas se reservam, para poderem enfrentar a industrialização intensiva e a transição para o capitalismo monopolista.” (FERNANDES, 2006, p.404).

Sendo assim, o processo de transição para um novo padrão de acúmulo do capitalismo só pôde ser aqui consolidado através da contrarrevolução, de forma que, para dar conta do ritmo acelerado das transformações capitalistas que estava em curso, o Estado necessitava conter pela força as massas trabalhadoras que, agora mais do que nunca, estavam sob condições de superexploração.

A noção de *Estado de contra-insurgência*, contribuição de Ruy Mauro Marini, nos traz uma caracterização interessante e complementar à ideia acima anunciada. Para Marini:

Em síntese, o Estado de contra-insurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas, independentemente da forma que assume este Estado, ou ainda, independentemente do regime político vigente. Esse Estado apresenta semelhanças formais com o Estado fascista, assim como com outros tipos de Estado capitalista, mas sua especificidade está na sua essência corporativa peculiar e na estrutura e funcionamento que ali foram gerados. (MARINI, 1978, s/p, Tradução livre).

Complementa ainda Marini:

Para que se compreenda, é necessário ir mais além da mera expressão formal do Estado, sendo que, sempre que encontrarmos certas estruturas, funcionamento e parceria entre Forças Armadas e capital monopolista, estaremos diante de um Estado de contra-insurgência, tenha este ou não a forma de uma ditadura militar. (MARINI, 1978, s/p, Tradução livre).

Podemos dizer do Estado brasileiro, no período da ditadura militar, que possuía formas e funcionamento tal qual Estado de contra-insurgência. Com a categoria de *autocracia*, queremos evidenciar aqui o caráter centralizador do regime de Estado e também seus aspectos excludentes quanto à participação política democrática popular.

Por autocracia burguesa, segundo Florestan Fernandes, entendemos:

Só assim se pode colocar em evidência como e porque a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história. [...] o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; [...] uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. (FERNANDES, 2006, p.340).

Podemos pensar, portanto, que, na realidade brasileira conjugada pelo capitalismo dependente, como já afirmamos, confundem-se avanços capitalistas e democracia, de forma pronta e acabada. Isso é perceptível quando observamos os discursos ditatoriais que, absurdamente, se utilizam retoricamente do aspecto da democracia para justificar sua existência e sua “necessidade” para que se faça valer a ordem.

Mesmo sendo colocada em ação sob o domínio de grupos militares, a ditadura consistiu em um momento de brutal desenvolvimento das forças produtivas de tipo capitalista no Brasil, e isso apenas foi possível a partir da contenção, pela força, das massas populares que estavam sendo duramente exploradas naquele momento. Tal desenvolvimento do capital e a superexploração das massas populares são exemplos que denunciam a ditadura militar brasileira como sistema político autocrático, demonstrando seu caráter de classe.

A respeito da crise das ditaduras em Portugal, Grécia e Espanha, a partir de 1974, as observações de Nicos Poulantzas (1976) sobre a relação do Estado e a luta de classes – pressupondo o Estado como uma relação – são passíveis de algumas aproximações com o caso brasileiro, já em fase de transição para a democracia burguesa. Muitas são as semelhanças, mas, é claro, não são casos idênticos.

Tentaremos ponderar as proximidades e os distanciamentos entre eles, porém é clara a relevância dos escritos de Poulantzas sobre o assunto para este trabalho, tendo em vista que nosso recorte histórico trata especificamente da distensão política, ou ainda, da transição que, no Brasil, tem início quase que simultâneo com a derrocada das ditaduras na Europa.

Para Poulantzas,

No caso destes países, a dominação e a dependência ao capital imperialista estrangeiro a que eles se submetem e seguem, numa larga medida, uma via nova: esta via atravessa o próprio processo do capital industrial-produtivo e os processos de trabalho que a ele se articulam em escala internacional. É este o fenômeno da industrialização dependente, que se constata, por outro lado, em alguns outros países dependentes, principalmente na América Latina:

- acantonamento destes países em formas de indústria com tecnologia “inferior”;
- produtividade do trabalho mantida num nível fraco, comandada pela integração dos processos de trabalho destes países a uma socialização das forças produtivas (produção integrada) que, na tendência bipolar qualificação/desqualificação, própria ao capitalismo monopolista, transfere, nas relações internacionais, o aspecto de desqualificação do trabalho para os países dominados, reservando a reprodução do trabalho altamente qualificado para os países dominantes;
- elevado grau de expatriação dos lucros diretamente obtidos pela produção de mais-valia por parte do trabalho dos países dominados etc. (POULANTZAS, 1976, p.14).

O novo padrão monopolista de acúmulo do capital está imbricado ao fenômeno do imperialismo, como já apontado no primeiro capítulo, e está ligado com o processo de industrialização dependente em vários países periféricos, dentre eles o Brasil.

Durante a ditadura militar, com o Estado corporativista de contra-insurgência, tivemos, além do maior crescimento do setor industrial já visto, um aumento espetacular da produtividade do trabalho. Poulantzas aponta para um aumento da produtividade baseada na extração da mais-valia relativa nos países europeus sob regimes ditatoriais, mas, aqui no Brasil, o aumento de produtividade contava com uma articulação entre mais-valia relativa e absoluta, pois além da intensificação causada pela chegada de novas tecnologias para o trabalho, havia também o arrocho salarial, fato apontado no segundo capítulo desta

dissertação nas análises documentais sobre o movimento operário, abordados no jornal *Movimento*.

O desenvolvimento do setor industrial proporcionou, obviamente, um aumento do operariado que, superexplorado, encontrava-se bastante insatisfeito. Poulantzas (1976) aponta para duas questões possivelmente envolvidas na derrocada das ditaduras em Portugal, Grécia e Espanha que podem ser pensadas junto à realidade brasileira: i) as contradições internas no próprio Estado, ou melhor, nos aparelhos de Estado, que reflete como crise política e tanto modifica as relações de força dentro do bloco no poder – ou seja, dentre as frações da classe dominante –, quanto altera as relações de força entre classe e frações dominantes e classes dominadas.

Para o autor:

[...] estes regimes de ditadura são incapazes de se auto-reformar, quer dizer, de apresentar uma evolução interna contínua e linear para uma forma de regime “democrático-parlamentar” que substituiria o precedente pela “sucessão” controlada. [...] Assim como uma forma de Estado de Exceção (fascismo, ditadura, bonapartismo) não pode surgir de um Estado democrático-parlamentar por via contínua e linear, por etapas sucessivas e de certa forma imperceptíveis, um Estado democrático-parlamentar não pode também surgir de uma forma de Estado de Exceção. (POULANTZAS, 1976, p.71).

Portanto, os processos de transição entre formas de Estado não são tranquilos e imperceptíveis, mas momentos de crise política que refletem desde “cima” até a base das relações em sociedade. As características rígidas dos Estados de Exceção são, ao mesmo tempo, seu poder e sua fraqueza. Tamanha rigidez faz com que a mínima necessidade de reorganização deste Estado atinja sua totalidade. A divisão do aparelho repressivo (exército) em “clãs e facções” (POULANTZAS, 1976, p.74) dificultam as tentativas de evoluir o próprio regime.

Uma das principais contradições internas das ditaduras se dá dentro mesmo das Forças Armadas, como afirma Poulantzas: “[...] a autonomização relativa particular, sobre uma base de potência própria, das diversas facções e clãs, alguns dos quais defendendo seus privilégios, podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de ‘normalizar’ e ‘fazer evoluir’ o regime” (POULANTZAS, 1976, p.74). Mas as resistências dos setores da esquerda e das massas populares também contribuíram na desestabilização dos Estados de Exceção.

No Brasil, temos, primeiramente, uma guinada da luta armada que pretendia o confronto frontal com o Estado de Exceção. No entanto, no momento de crise do regime militar, aqui considerado a partir do anúncio da distensão política, uma mudança de estratégia por parte da esquerda envolvida com a luta armada foi necessária. Estas organizações que

atuavam na clandestinidade, a partir da brecha aberta pela distensão e num momento pós-autocrítica – como já mencionado –, passam a ocupar espaços legais de atuação política para organizar sua luta contra o próprio regime.

Neste contexto, o tipo de luta dos jornais-frente está ligado à estratégia possível sob a ditadura militar, ou seja, uma “guerra de posição” (GRAMSCI, 2011, p.261) num momento em que se fazia impossível a “guerra manobrada ou frontal” (idem). O processo de abertura, no caso brasileiro, também permite uma ampliação da estratégia das classes subalternas que multiplica as táticas possíveis para formas mais diretas de luta como as greves, as mobilizações e ocupações de terra – considerando que o início das ocupações de terras pelo MST se dá no ano de 1979.

Segundo Poulantzas, “toda abertura no sentido de uma ‘liberalização controlada’ da parte do Estado torna-se rapidamente uma brecha aberta em que se engolfa o movimento popular.” (POULANTZAS, 1976, p.74). As ditaduras marcam um afastamento maior das classes dominadas (subalternas) do Estado. Para as classes trabalhadoras, esses regimes são a marca da exploração acentuada e da repressão mais violenta, como já apontado, mas, nem só de força vive a dominação do Estado. A fraqueza ideológica das ditaduras, melhor dizendo, a falta de “aparelhos especialmente destinados à dominação político-ideológica da classe operária e das massas populares” (POULANTZAS, 1976, p.65) é também um dos fatores de sua crise.

Pelo grande afastamento das classes dominadas do Estado, por não ocuparem nele lugar algum, as massas “*estão por toda parte*” (POULANTZAS, 1976, p.66, *Grifos do autor*). Por isso, “estes regimes não podem, a longo prazo, solucionar coisa alguma em face de um inimigo de classe onipresente, irrecuperável e propriamente incompreensível e imprevisível.” (POULANTZAS, 1976, p.66).

Em meados de 1970, no Brasil, os movimentos sociais, revistas e jornais alternativos, partidos revolucionários clandestinos sobreviventes da luta armada, dentre outras organizações e formas de militância passam a rumar para a luta de resistência e combate ao regime por “vias democráticas”, propagando-se *por toda a parte*. Porém, reforçamos aqui a ideia da especificidade da nossa formação social que se fez por vias passivas. Para Vianna:

[...] a forma de resistência à ditadura que abriu caminho para a transição à democracia foi a das rupturas moleculares, tendo como inspiração principal os temas da democracia política, os quais, sobretudo a partir de meados dos anos 70, foram crescentemente vinculados aos da agenda da democratização social. Foi deste binômio democracia política-democratização social [...] que se extraiu uma política de erosão – e não de enfrentamento direto – das bases de legitimação do poder autoritário, combinando-se a eficácia nas disputas eleitorais – então heterodoxamente convertidas em “formas superiores de luta” – com a defesa dos interesses do sindicalismo e a explicitação de uma nova pauta de direitos a serem conquistados pelos setores subalternos. (VIANNA, 2004, p.52-53).

Mesmo considerando as lutas políticas, por “vias democráticas”, como importantes para todo um cenário de combate ao regime militar que se formou em meados dos anos 1970, devemos atentar para o fato de que, infelizmente, não foram essas lutas que colocaram fim à ditadura. O que tentamos defender aqui é que existiram lutas, e estas são imprescindíveis para o desenvolvimento da consciência e das possibilidades de organização dos setores populares ou subalternos.

Contudo, a realidade histórica, política e social brasileira está estigmatizada pela via passiva de transformação. Ou seja, a revolução passiva brasileira, assim como em outros casos que atravessaram o mesmo processo de revolução burguesa “pelo alto”, faz com que os momentos de grande crescimento do capital sejam acompanhados de grande repressão e, no que se refere às reações e às lutas advindas das classes subalternas, estas acontecem de maneira isolada e esporádica e, ainda, apresentam processos de cooptação das lideranças populares – o que Gramsci denomina “transformismo”. (GRAMSCI, 2013, p.321).

Se pensarmos a realidade brasileira neste contexto a partir das análises de Poulantzas podemos dizer que: dentre as contradições internas, um dos fatores que tencionam ainda mais as contradições nas relações de força dentro da própria classe dominante, no caso brasileiro, é a própria oposição consentida representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dentre outros motivos, por este partido ganhar cada vez mais votos em eleições e, também, por contar com alguns parlamentares comunistas – que se articulavam em torno do grupo denominado “autênticos do MDB” – pressionavam “de dentro para fora” o fim do regime militar. A oposição consentida, durante a transição política, tornara-se uma oposição autêntica, por assim dizer. Podemos aproximar esta ideia com a afirmação de Poulantzas:

De um lado as massas populares e a resistência podem tirar partido das contradições internas dos aparelhos sem integrá-los fisicamente; de outro lado, dadas as contradições internas destes regimes – que, repito, estão longe de constituir blocos monolíticos sem fissuras – a presença paralela das massas e dos militantes da resistência em seus aparelhos pode ser um meio de reforçar a luta e de influir sobre as contradições. (POULANTZAS, 1976, p.68).

A principal bandeira em torno da qual se formou o grupo dos “autênticos do MDB” era a Constituinte e, um de seus grandes feitos, a corajosa articulação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as multinacionais à época, assim tal grupo começou a se articular antes mesmo de Geisel pronunciar a distensão lenta e gradual, em 1974. Em torno destas lutas, de concepções e de outras bandeiras como, por exemplo, a da anistia, muitos setores da esquerda, como a ala progressista da Igreja Católica, os movimentos sociais ligados às associações de bairro e às pastorais e CEB’s e alguns jornais alternativos, se articularam e passaram a pressionar ainda mais o regime militar.

Apesar do estabelecimento desta pressão “de dentro para fora”, não seria a oposição consentida também um canal de transformismo das forças mais radicais que estavam fora do parlamento brasileiro naquele momento?

Em nota sobre a formação da classe intelectual italiana, Gramsci afirma:

[...] enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta das gerações, os jovens se aproximam do povo, nas crises de mudança, tais jovens retornam à sua classe [...]. No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas. [...] Este fenômeno de “grupos” não terá ocorrido, por certo, somente na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorreram fenômenos análogos [...]. (GRAMSCI, 2010, p.94-95).

Podemos pensar a situação brasileira como análoga à italiana, partindo do pressuposto da já comentada revolução passiva. Sendo assim, nas “crises de mudança” – no nosso caso, a transição política, ou abertura – o fenômeno do transformismo pode ser observado com relação às frentes-jornalísticas, mais especificamente, com relação ao jornal *Movimento* e sua aderência às pautas dos parlamentares emedebistas, ou melhor, sua passagem como grupo, seguida da cooptação de suas lideranças pela oposição consentida.

Como já apontado no capítulo anterior, o jornal *Movimento* se manteve todo tempo ao lado das lutas, ideias e concepções levantadas por este grupo “autêntico do MDB”. Esta é uma pista que nos ajuda a pensar algumas questões sobre este jornal alternativo frentista. Afinal, este *intelectual coletivo* representa que classe ou fração de classe e, junto disso, em que parcela da esquerda brasileira podemos realmente alocar o jornal *Movimento*?

3.1 Jornalismo Integral e Organizador Coletivo: fundamentos teóricos e históricos

Para que se avançasse sobre as questões acerca da caracterização de *Movimento* como uma expressão da esquerda brasileira buscamos pensar o referido jornal como *intelectual coletivo* ou, melhor, “circulo próprio de cultura” (GRAMSCI, 2010, p.34). Visto assim, pudemos trata-lo tal qual órgão central dotado de capacidade técnica e dirigente, algo similar com as qualidades do “intelectual orgânico” (GRAMSCI, 2010, p.53), operando de modo coletivo, em gestão colegiada.

Os objetivos específicos que buscamos cumprir com esta pesquisa foram pensados a partir desta ideia do *jornalismo integral* gramsciano, e, portanto, compreendendo o jornal *Movimento* como uma possível experiência de jornalismo integral tentamos apresentá-lo ao leitor, desde sua estrutura organizativa e modos de funcionamento aos seus temas mais relevantes, seus conteúdos. Uma divisão metodológica que tentou resguardar a relação dialética entre forma e conteúdo neste jornal e, assim, possibilitou-lhe desvendar segundo suas funções técnicas e políticas (dirigente).

O aparecimento e o fim deste tipo de imprensa, ou seja, das frentes-jornalísticas, é aqui pensado conforme a necessidade histórica de rearticulação das correntes e partidos de esquerda desorganizados e jogados na ilegalidade pelo regime ditatorial. A teoria da organização gramsciana nos coloca, mais uma vez, os limites necessários para compreendermos tal experiência. Segundo Gramsci:

Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos”. (GRAMSCI, 2011, p.349-350).

Aproximamos, portanto, a concepção gramsciana de jornal como “partido” desta forma diferenciada de atuação das frentes-jornalísticas – que unia técnica e política – e, em particular, da estrutura organizativa e da dinâmica do nosso objeto, o jornal-frente *Movimento*. É o tipo de trabalho intelectual crítico e coletivo, próprio de um círculo de cultura, que se pode enxergar no jornal *Movimento*. As diferentes formas de atividades cultural/intelectual devem ser unificadas na medida em que se busca uma elevação cultural de determinados

grupos sociais vis-à-vis a uma nova concepção de mundo total (tarefa jornalística) e uma nova civilização (tarefa extra-jornalística).

Partindo da identidade relativa do frente-jornalismo junto a noção operativa de “jornal integral”, ou seja, tal qual círculo de cultura que organizava a luta de grupos sociais diversificados contra a ditadura militar no Brasil, pôde-se definir as frentes-jornalísticas (*Em Tempo, Versus, Opinião, Movimento,...*) como frentes técnico-políticas entre jornalistas/intelectuais e organizações clandestinas de diversas orientações político-ideológicas que, baseados na democracia interna das redações jornalísticas, afastavam-se consideravelmente da forma-jornal convencional, aliás, ultrapassavam seus limites.

Acredita-se que uma das experiências de jornal-frente mais significativa – não só dentre os jornais alternativos, mas dentre todos os jornais do país – foi o jornal *Movimento*. Como já mencionado, a experiência desse jornal foi grandiosa, participando os mais variados elementos da política e do jornalismo brasileiro em uma frente unitária “vendo nele um espaço onde era possível a ação política no plano legal.” (KUCINSKI, 2001, p. 290).

A divisão entre Conselho de redação e Conselho editorial, a independência financeira possibilitada pela formação de uma sociedade anônima – a Edição S.A, como foi exposto no segundo capítulo – que deixava a propriedade jurídica do jornal nas mãos de seus produtores diretos. Ainda, existiam várias sucursais Brasil afora – São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, por exemplo –, além dos colaboradores de todo país e também do exterior organizados em assessorias divididas entre áreas específicas como educação, saúde, política, problemas urbanos e sindicais.

Essa forma de se conduzir o jornal coloca como centralidade duas importantes categorias, *consciência* e *organização*. Assim, as redações do *Movimento* funcionavam como círculos de cultura, nos quais, preservando-se às especialidades de cada membro (estudantes, jornalistas, intelectuais e militantes), exerceu-se o momento crítica de modo colegiado e, para além de suas fronteiras, intencionou-se generalizar modos de sentir, pensar, agir e viver.

Essa forma de se organizar é próxima das experiências retratadas nas notas sobre as *revistas-típicas* (GRAMSCI, 2010, p.200), presentes no *Caderno 24* da obra de Gramsci, e tal aproximação foi uma tentativa de rever esse momento importante para a imprensa no Brasil que nos mostrou que, em momentos de crise de hegemonia, a função integral do jornal foi ampliada e assumiu aspectos organizativos que se assemelham às funções de partido e, em particular, o partido revolucionário. O jornalismo alternativo que se colocou para além dos limites de sua competência técnica, ampliou seus horizontes e desenvolveu suas funções conforme uma consciência mediata dos fins político-editoriais.

Para elucidar esta noção de jornal como “partido”, podemos levar em consideração alguns outros exemplos de jornalismo integral vindos de outro espaço-tempo. Em sua rica elaboração sobre a função *intelectual* junto ao embate *hegemônico*, Gramsci logra atestar que, em momentos de crise, determinados órgãos *podem* assumir funções de um “*partido político*”, na proposição de uma *reforma intelectual e moral* que colocaria em curso, simultaneamente, a desconstrução da *velha civilização* e, a um só tempo, a construção de uma nova.

Segundo o sardo: “Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos.” (GRAMSCI, 2010, p.218). Nesse sentido os jornais cumprem duas funções fundamentais: formação e direção política.

No caso específico da frente-jornalística *Movimento*, na fase da transição política, o jornal pode ser visto como via legal de articulação de lutas contra o regime militar para a qual migraram, por exemplo, muitos militantes que se viam até então forçados a atuar na ilegalidade. Esta é uma das pistas a que recorreremos para se fazer a analogia entre jornal e partido a partir da experiência jornalística de *Movimento*. Seria então a referida frente-jornalística o “Estado-Maior” (GRAMSCI, 2011, p.350) de um conjunto de partidos e tendências de esquerda.

Concordamos com a pesquisadora em história Juliana Sartori, em seus apontamento sobre o jornal *Movimento* como “partido”:

Ao agir como uma frente ampla e democrática, quando a defendia em suas páginas, ou quando transformava o seu processo de produção num exemplo de frente, Movimento agia como um partido. Por essas posições assumidas pelo jornal e, então, me refiro àquilo que permaneceu como consenso dentro de seu programa, entendo que ele assumiu um papel semelhante ao de um partido. Também a forma metódica como as questões internas eram registradas e resolvidas me ajudaram a compor essa imagem de partido, e evidentemente, pelo espaço político de debate que permitiu o sentido de local de sociabilidade para a oposição. (SARTORI, 2006, p.127).

Reafirmando as concepções do comunista italiano, os jornais *podem* cumprir a função de um “meio para organizar e difundir determinados tipos de cultura” articulados – de forma orgânica – com determinado grupamento, “*mais ou menos homogêneo* – de um *certo* tipo – e, particularmente, *com uma certa orientação geral*” (GRAMSCI, 2010, p. 197).

Na Itália do entreguerras, junto ao contexto europeu-ocidental, Gramsci conferia ao menos duas funções para tais órgãos: a i) *direção política geral* e a ii) *função de cultura política* – literária, artística, científica –, a qual *não teria o seu respectivo órgão difundido*.

São estes órgãos que – na ausência de partidos organizados e centralizados – têm sua função *ampliada*. Mas, de que maneira poderíamos conceber o jornal como um “partido”? E,

de que modo isso se traduziria em um *recurso heurístico* ou *procedimento metodológico*? A constituição do jornal alternativo de frente, com inspiração nas revistas-típicas, em “partido-consciência” – uma partido em acepção ampla (*lato sensu*), serviu-nos, aí, como *hipótese diretiva* para certa elaboração teórica.

Na análise de Marx e Engels sobre a forma-partido o pressuposto presente é de que esta seria a *tradução* do objetivo socialista primordial, qual seja, a constituição do proletariado *enquanto classe*. Sua constituição *enquanto classe* leva à *necessidade* da forma-partido correspondente ou, enfim, *o partido revolucionário*: no *Manifesto do Partido Comunista* – ao calor, mesmo, das revoluções sociais *quarentottescas* – Marx e Engels atribuem, a “partido”, um *duplo sentido*. O ente-de-classe, tal qual Comitês de Correspondência, Círculos de Liga, Associações Operárias, jornais e revistas – *o movimento da classe* – e, ainda, *a classe em movimento*. Étienne Balibar (1978) designa a esta *duplicidade* como o “partido-organização” e o “partido-consciência”.

A *transformação* do proletariado em sujeito, social e político, auto-consciente e auto-organizado, entende-se como *premissa* para a construção de uma nova civilização. A partir daí, podemos ponderar, junto à uma concepção ampliada de partido – ou partido *lato sensu* – a perspectiva do jornal e sua redação enquanto um tipo de “*partido-consciência*”.

Também, de forma complementar à noção de *Jornalismo integral*, e no sentido de pensar a comunicação como estratégia de organização, Vladimir I. Lenin trata da idéia do *jornal como organizador coletivo*. Lenin via no jornal, assim como Gramsci, uma forma de criação de um órgão central de propaganda, agitação e organização que funcionasse como um verdadeiro intelectual coletivo que poderia criar as condições favoráveis a uma prática política revolucionária. O autor demonstra nessa proposta um modo de superar os economicismo e primitivismo existentes entre alguns social-democratas do país.

O quinto capítulo de sua obra *Que fazer?* trata justamente de um plano de um jornal político para toda a Rússia: “Não há outro meio para educar pessoas para formar organizações políticas fortes senão um jornal para toda a Rússia” (LENIN, 2010, p.237). O papel educativo do jornal é importante na formação de novos dirigentes, oriundos tanto das massas e das classes subalternas quanto dos próprios intelectuais. A questão é formá-los para que possam ser iniciados no pensamento sistemático junto aos aspectos cotidianos da vida.

Para Lenin, o jornal não deve ser visto como fim, mas como meio de organização para um todo, ou melhor, para algo maior que seria a luta revolucionária até a conquista da hegemonia pela classe operária e camponesa de sua época e, *a posteriori*, a edificação de uma

sociabilidade sem Estado e sem exploração/opressão. Seu plano de um jornal de circulação nacional propõe uma forma prática de mobilização a favor da luta revolucionária de massas.

Em 1902 a Rússia possuía um movimento revolucionário fragmentado e muito preso a “luta do cotidiano” – arraigada nos valores marxistas economicistas dos líderes da social-democracia russa. Além da crítica ao economicismo, existe, na proposta leninista, uma preocupação em mudar as formas de atuação pensando, primeiramente, na organização e concentração dos revolucionários. Tal preocupação é bem retratada nessas palavras do autor:

Vemos que Nadejdine tergiversou quando não nota que apenas um exército já organizado e concentrado pode preparar manifestações (que até agora, na grande maioria dos casos, têm se expressado espontaneamente); e o que não sabemos fazer é justamente o trabalho de organização e de concentração. (LENIN, 2010, p.244).

Segundo Lenin, uma organização em nível nacional deve ser pensada, e os comitês do partido social-democrata de sua época agiam sempre em direção à fragmentação, com propostas de jornais apenas locais e preparação de manifestações. Apenas a simples difusão do jornal já seria uma forma de ligação entre o movimento revolucionário, porém, mais importante do que isso, seriam as trocas de materiais e experiências entre as partes. O fornecimento de dados, debates, denúncias políticas e econômicas agiriam de modo a elevar a atuação das massas e da classe operária por todo o país.

No contexto em que atuou e, principalmente, na conjuntura em que escreveu o plano para o jornal político para toda a Rússia, ou seja, às vésperas da Revolução de 1905, seu país passava por um momento político bastante conturbado. O que Lenin contestava era a ideia de estruturação do partido pautada apenas na reformadora “marcha progressiva da luta do cotidiano”. Via importância na luta política diária, mas sabia da necessidade de um organismo permanente e unitário de organização que atingisse todo o território russo. Assim, afirma

[...] a própria revolução não pode ser imaginada como um ato único (como parece imaginar Nadejdine), mas como uma sucessão rápida de explosões mais ou menos violentas, alternadas com fases de calma mais ou menos profunda. Por isso, o conteúdo central das atividades de organização do nosso partido, o seu foco, deve consistir num trabalho possível de se realizar e necessário tanto nos períodos de mais violenta explosão quanto nos da calma mais completa, a saber: um trabalho de agitação política unificada em toda a Rússia, que lance luzes sobre todos os aspectos da vida e se dirija às mais amplas massas. Tal trabalho é inconcebível na Rússia atual sem um jornal para todo o país e que saia com muita frequência. (LENIN, 2010, p.255).

Na metáfora de Lenin, ao comparar os andaimes para a construção de um prédio à função do jornal, consegue-se enxergar a amplitude que o jornal político pode atingir em processos de disputa hegemônica:

A missão do jornal não se resume, no entanto, a difundir idéias, a educar politicamente e a conquistar aliados políticos. O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. *Ele é, também, um organizador coletivo.* Neste último sentido pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, que assinala seus contornos, facilitam as relações entre os diferentes pedreiros, ajudam-lhes a distribuírem as tarefas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado. (LENIN, 2010, p. 17).

Portanto, o jornal não é só um agitador, não é só um propagandista, não é só um organizador. Ele tem o privilégio de concentrar essas três categorias em um só instrumento/meio. Sua obra *Que fazer?* critica extensamente o economicismo presente na social-democracia russa de seu tempo. Os economicistas destacavam unicamente a “luta do cotidiano”. O caráter revolucionário de um movimento não se define unicamente pela sua ação imediata ou por métodos de luta, mas sim sobre o eixo teoria-movimento. Tanto o jornal político, no nosso caso específico, as frentes-jornalísticas, quanto o partido político revolucionário detém estas características, mesmo que apenas apareçam como potencialidades.

Para compreender a natureza e os limites da experiência histórica do jornalismo integral a imprensa bolchevique na Rússia dos Soviets será rapidamente anunciada para dar passo às assim-chamadas *frentes-jornalísticas* no Brasil, com um olhar específico sobre a experiência do jornal *Movimento* durante a transição política brasileira. Álvaro Bianchi apresenta, a exemplo de imprensa político-partidária, o caso jornalístico bolchevique,

A imprensa dos bolcheviques passou por diferentes fases e nem sempre sua motivação principal era a organização partidária *stricto sensu*. Grosso modo podemos distinguir cinco períodos da imprensa bolchevique, todos eles demarcados pela situação concreta da luta de classes e da organização do partido: 1) o momento da organização, até 1904, quando é criado o Vperiod; 2) o momento da agitação, até a derrotada revolução em 1907; 3) o momento da propaganda, até 1912, quando é lançado o Pravda; 4) o momento da agitação política, que durará até a revolução de 1917; e 5) o período posterior, no qual a ênfase recai na construção do socialismo. (BIANCHI, 2010, p.2).

O ano de 1903 representou o período de unificação dos círculos social-democratas, sendo que, o jornal era justamente o meio pelo qual os círculos se unificavam e seu público era basicamente o dos militantes. Foi, também este, o período do *Iskra*. Lenin persistiu muito na ideia do jornal como organizador político da social-democracia.

Pós-1903, nasceu uma nova fase da imprensa bolchevique: a agitação. O objetivo nesse período era a tomada do poder, por isso o papel central da imprensa não era a organização do partido, mas a agitação política de massas. Por conta da derrota sofrida inaugura-se uma nova etapa da imprensa do partido bolchevique, a fase da propaganda estrita,

que não deve ser considerada como uma retomada às táticas dos anos anteriores a 1903, pois, o partido bolchevique já tinha audiência garantida entre a classe operária. Agora a imprensa já não contava apenas com um público interno e militante.

O movimento social operário russo ganha novamente forças em 1910; Lenin, que se opora a idéia de um jornal de massas em 1904, agora reconhecia que a conjuntura era propícia ao desenvolvimento deste. Os jornais passaram a ter maior publicização, e foram de semanais para uma saída de três exemplares por semana, em 1912 – no caso do *Svesdá*, com redação composta por bolcheviques e também por mencheviques. Ainda nesse ano os bolcheviques lançaram o *Pravda*, o primeiro jornal diário do partido. Porém, este jornal durou apenas 40 dias, tendo sido proibida sua circulação. Com rápida articulação dos bolcheviques, ele reapareceu com o nome de *Rabotchaia Pravda*, que com 17 edições também foi proibido. Assim, sucessivamente iam nascendo novos jornais que eram fechados e reabertos com outros nomes, a exemplo: *Svernaïa Pravda*, durou 31 números; *Pravda Truda*, 20 edições; *Za Pravku*, 51; *Proletarskaïa Pravda*, 16 números; e *Put Pravdy*, que saiu 91 vezes antes de ser mais uma vez censurado pela autocracia czarista.

Organizando pouco antes da guerra uma rede de correspondentes operários, que funcionavam como elos no partido e antenas capazes de captar o estado de ânimo da classe, o *Pravda* e os jornais que o sucederam difundiam as experiências da luta operária criando as bases para a formação de uma identidade coletiva. Em um único ano, esses correspondentes publicaram 11.114 “informes” dando vida ao jornal e despertando a repressão das autoridades. De um total de 270 edições, 110 foram objeto de ações judiciais, as multas de 7.800 rublos era um montante duas vezes superior ao recolhido na campanha de lançamento e seus redatores foram condenados a um total de 472 meses de prisão. (BIANCHI, 2010, p.3-4).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e repressão política sobre os bolcheviques intensificou-se, o que limitou o alcance de sua imprensa e desarticulou a vida partidária de seus militantes. Uma crise política instala-se na Rússia por conta de sua participação na guerra, o que abriu espaço para a reorganização dos bolcheviques, estes, por sua vez, retomaram o processo de agitação por meio da imprensa.

Foi essa agitação o que colocou os bolcheviques em uma posição privilegiada na revolução de Fevereiro de 1917. A luta pelo poder e a agitação política ocuparam grande parte das páginas dos jornais das organizações bolcheviques. Lenin assumiu pessoalmente, em 5 de abril de 1917, a direção do novo *Pravda*, dois dias após desembarcar na Estação Finlandesa de Petrogrado. E foi nas páginas desse jornal que Lenin lutou pela reorientação política dos bolcheviques. (BIANCHI, 2010, p.4).

A importância da imprensa bolchevique não foi diminuída com sua chegada ao poder, pelo contrário, agora os jornais tinham um novo objetivo de difusão das ideias socialistas e

organização da classe para a construção de um novo Estado, o Estado operário. Uma das pautas principais era a questão da organização da produção sob as bases da Nova Política Econômica. Além disso, uma das classes mais importantes para o processo revolucionário de 1917, a classe camponesa, ganhou órgão próprio de comunicação unindo temas da política nacional e internacional, melhor período do ano para o plantio e artigos técnicos aconselhando formas de aumentar a produção.

Do breve histórico aqui apresentado sobre a imprensa bolchevique, o maior aprendizado é perceber como nas diferentes circunstâncias tal imprensa soube se adaptar à situação vivenciada. Nunca os jornais foram exclusivamente de propaganda, agitação ou organização, sempre estas características foram simultaneamente articuladas, sendo enfatizada cada uma delas conforme a situação vivenciada pela classe operária e o seu partido. A concepção leninista de imprensa, portanto, não deve ser resumida pela *forma-jornal* como organizador coletivo, ele o é, mas nunca deixa de ter como características igualmente importantes a condição de agitador e propagandista, e isso sempre dependerá de sua função em dada conjuntura específica.

Imprescindível mencionar que existia, dentro da flexibilidade da imprensa bolchevique, um caráter invariável, a relação entre ela, o partido e a classe. O que estreitava tal relação era o trabalho dos *correspondentes operários*. Segundo Lenin, os correspondentes eram determinantes no desenvolvimento da imprensa partidária, para ele não deveriam existir apenas escritores, para que as publicações tivessem viabilidade e valor ele dizia que cada cinco jornalistas deviam ter a colaboração de pelo menos 500 ou até 5 mil correspondentes advindos da classe trabalhadora. Essa ideia fundamental de Lenin seria retomada pelas resoluções do IIIº Congresso da Internacional Comunista.

Era com base na prática dos correspondentes e em suas informações que o jornal do partido tornava-se parte do próprio movimento de massas exercendo sua dupla função educativa. Internamente, educava os militantes do partido nas tarefas de agitação, propaganda e organização. Externamente, apresentava-se como elemento constitutivo de uma nova concepção de mundo que tomava como ponto de partida a particularidade da vida operária para generalizá-la sob a forma de luta de classes. (BIANCHI, 2010, p.5).

3.2 Jornalismo Integral, Organizador Coletivo como fundamento categorial para pensar o *jornal dos jornalistas*

Numa comparação de casos, pode-se citar o exemplo brasileiro de imprensa alternativa, especificamente, nesta dissertação, quando nos debruçamos sobre o jornal *Movimento*. Antes é necessário localizar este jornal no contexto das chamadas *frentes-*

jornalísticas, sendo estas uma forma particular de organização dos jornais na fase da transição política que contavam com jornalistas e militantes pertencentes a diversas organizações políticas da conjuntura. Através de amplas discussões, decidiam-se as pautas para o jornal e, para além dos jornais, organizava-se, sobretudo, a luta contra o regime militar e também se divulgava a necessidade de generalização de uma concepção socialista.

Se reparmos, no capítulo anterior, na análise documental acerca da sessão *Ensaios Populares*, coluna considerada como o editorial de *Movimento*, observou-se um esforço por parte do jornal *Movimento* em ressaltar concepções políticas ligadas ao socialismo e ao marxismo. As principais concepções – amplamente divulgadas – são: o *etapismo* e o *aliancismo*. Fica bastante claro, ao se analisar o jornal em questão, o aparecimento destas noções não só abordadas teoricamente nos conteúdos publicados em suas páginas, mas também na sua forma de atuação política, principalmente enquanto articulador, em parceria com o “grupo autêntico do MDB” e outros movimentos sociais como o Movimento Custo de Vida (MCV), da chamada *Frente Democrático-Popular*.

Como vimos, *Movimento* acompanha e publiciza amplamente a campanha pela Constituinte e pela Anistia. Além disso, por alguns anos se manteve afastado do movimento operário e das greves, como apontado no segundo capítulo. Sua inserção maior no âmbito dos movimentos sociais se deu junto ao MCV – que depois passou a chamar Movimento Contra a Carestia – e, tanto em sua coluna editorial, quanto em diversas outras matérias, se preocupou em discutir a questão do aumento do custo de vida e da inflação e seus reflexos imediatos na vida da classe trabalhadora “arrochada”.

Quando do fim do bipartidarismo oficial, em meados de 1979, o jornal se colocou ao lado dos “autênticos do MDB”, do PCB, Pcdob e outros setores da esquerda progressiva na tentativa da formação da *Frente Democrático-Popular* – e também na tentativa, que não se realizou, da formação do *Partido Popular*. Tal parcela da esquerda enxergava no *movimento pró-PT* uma forma de dividir as forças para a luta contra o regime. Nas análises sobre a formação dos novos partidos, o jornal se posiciona quase sempre com certo receio e incredibilidade sobre as lideranças sindicais, grupos da esquerda revolucionária e intelectuais de esquerda que se propuseram a forma o Partido dos Trabalhadores.

A proposta dos “autênticos” não vingou, nem dentro do próprio MDB e muito menos dentre as massas populares. O grupo conseguiu alguns intentos enquanto oposição consentida, porém, com o fim do MDB acabaram sem rumo nenhum. A ideia por trás desta noção frentista demarca o aliancismo presente em todos estes setores envolvidos. Os “autênticos”

podem ser pensados neste processo como representantes de frações burguesas, interessados em garantir o retorno das instituições democráticas no país.

PCB, PCdoB e o jornal *Movimento*, dentre outros grupos, mais uma vez, apostavam na aliança com esta fração burguesa, acredita-se, que, não só para a redemocratização do Brasil, mas também por pensarem ser esta a primeira etapa de um processo de transformação com vistas ao socialismo.

Movimento pode ser pensado neste processo como representante de uma pequena burguesia que, no período da transição política, passa a se articular tanto com as massas populares quanto com os setores médios da burguesia. Sua própria conformação como sociedade anônima nos esclarece neste sentido. Os acionistas que financiaram este projeto editorial desde o começo eram, em sua maioria jornalistas que atuavam em grandes revistas ou jornais e viam em *Movimento* uma aposta na luta contra a censura prévia e também contra os patrões e editores gerais – que impediam muitos de publicar suas ideias. Dentre os acionistas também eram vistos alguns pequenos e médios empresários, como já citamos no começo do capítulo anterior.

Para facilitar, o próprio editor-chefe de *Movimento*, Raimundo Rodrigues Pereira explicita qual a formação de classe por traz das frentes-jornalísticas:

[...] nesse espaço propiciado pelo fim do terror político em 1975 e nos anos seguintes é que surgem vários projetos de imprensa democrático-popular, organizados a partir de frentes de correntes de opinião oposicionistas e sob controle popular, sistematicamente de grupos da pequena burguesia. *Movimento*, surgido dos jornalistas do *Opinião*, em 1975, é o projeto político mais destacado; em torno dele unem-se cerca de 500 pessoas, 300 jornalistas, organizados de forma efetivamente *alternativa*, com uma sociedade de trabalhadores do jornal, um Conselho de Redação e um Conselho de personalidades políticas. Une várias correntes de esquerda, majoritárias nos órgãos de direção executiva, além de empresários nacionalistas em pequeno número e personalidades democráticas liberais, nos conselhos representativos. (PEREIRA, 1987, p.64).

A crítica que aqui se faz não reflete sobre as possíveis alianças feitas pelo jornal no intuito de combater a ditadura. Porém, o aliancismo unido ao etapismo como estratégia revolucionária, ou seja, como caminho para se alcançar o socialismo não pode ser pensado, nem colocado em prática.

Como já mencionamos, esta é uma concepção “importada” dos congressos do PC soviético, que, primeiramente, deixa de lado uma caracterização e uma teorização precisa da realidade particular do Brasil como país de formação capitalista dependente que seguiu como via de transformação a *revolução passiva*. Em segundo lugar, o etapismo na construção da União Soviética desembocou na experiência do “socialismo real”, com todas suas formas

buracráticas, hierárquicas, autoritárias de se conduzir as transformações que lá estavam em curso e sem dizer das atrocidades e abusos violentos que tiveram como instância máxima de sua ilegitimidade os campos de trabalho forçado. Por estas razões, não podemos conceber como estratégia o etapismo, concepção herdada do stalinismo. Não mais.

Tratando da derrocada das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia, Poulantzas observa nestes países uma aproximação da pequena burguesia com as massas populares:

O fato a ser sublinhado nestes últimos anos é, portanto, a participação direta nestas lutas de uma parte importante da *nova pequena burguesia urbana* [...]. Tal fenômeno faz parte de um movimento mais geral, constatado na totalidade do continente europeu, que tende a uma aproximação das posições de classe tanto dos assalariados urbanos como da classe operária, resultado tardio das notáveis transformações, na fase atual, da determinação e da situação de classe destes assalariados. Embora tal aproximação não seja isenta de ambiguidades, nestes países ela se deu essencialmente sobre a base do *nacionalismo*. Foram diversos os movimentos regionalistas e nacionalistas na Espanha, pronunciado antiamericanismo na Grécia – além de ter este nacionalismo, no último período, um caráter evidentemente *progressista*. Ele testemunha, de uma lado, as reais aspirações de independência nacional – cruciais na fase atual do imperialismo –, que rompem com o nacionalismo reacionário oficial dos regimes, e de outro lado demonstra o protesto cultural e ideológico claramente *populista* desta nova pequena burguesia, particularmente intelectual [...] caminho pelo qual ela vive sua aproximação com as massas populares. (POULANTZAS, 1976, p.57-58, *Grifos do autor*).

Esta aproximação retratada por Poulantzas, nos casos europeus, entre uma nova pequena burguesia urbana e as massas populares é, com limites e algumas divergências, passível de comparação com o ocorrido no momento de crise da ditadura militar no Brasil, pelo menos, se nos pautarmos empiricamente no objeto desta pesquisa, ou seja, na análise documental feita com o *jornal dos jornalistas*.

É claro que por se tratar de um jornal de frente, muitos setores da esquerda se engajaram neste projeto editorial o que promoveu uma conciliação de classes e frações de classe em um só espaço de articulação da luta de resistência contra o regime. Porém, o grupo de jornalistas saídos do jornal *Opinião*, responsáveis pela concretização de *Movimento* e que, por todo o período de funcionamento do jornal ocuparam postos de relevância junto às suas instâncias deliberativas – os já citados Conselhos e editorias – são fruto de uma pequena burguesia altamente intelectualizada que, podemos assim colocar, são os *intelectuais orgânicos da pequena burguesia urbana*, identificados em suas aspirações e atuações, por vezes, com uma esquerda progressista, reformista e aliancista que buscava conciliar a luta das massas populares e da classe operária recém formada nos centros urbanos com alguns setores da média burguesia, por exemplo, os “autênticos do MDB”.

Para Gramsci, o a função do *intelectual* é aquela que:

[...] numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista+político). (GRAMSCI, 2010, p.53).

Esta união tão cara a Gramsci entre capacidade técnica e dirigente, ou especialista e política, é o que define o agir e o ser do “intelectual orgânico” (GRAMSCI, 2010, p.15). Estes jornalistas que deram passo à realização de *Movimento* detinham, naquele momento de crise das lutas e de crise da própria esquerda em geral, capacidade técnica e tecnológica para rodar um jornal e, além disso, agregavam à especialidade do fazer-jornal o fazer-político, ou seja, uma capacidade dirigente.

Detinham, para além das técnicas necessárias para se produzir um jornal impresso, o conhecimento de formas organizativas e de funcionamento que extrapolavam a formatação convencional de um jornal. Construíram não só um meio para publicizar informações e fatos jornalísticos, mas sim um instrumento de organização para a luta, munido de concepção de mundo próprio e além de todos os artefatos técnicos que possuía.

O nivelamento intelectual e moral, proposto por Gramsci, que faz com que se integre em um só momento conhecimento científico e mais elaborado com a prática política e a instância do mundo do trabalho, também pode ser observado no ambiente interno promovido pelo jornal *Movimento*.

Ali, naquele jornal, conviviam todos os tipos de intelectuais. Aqueles que detinham os métodos e metodologias mais bem elaborados da ciência, por exemplo, compartilhavam da mesma função daqueles que nem sequer passaram pela formação superior, mas que, ao mesmo tempo, estavam diretamente ligados à instância prática da luta política e do mundo da produção.

Assim, nivelava-se: no sentido de trazer para a luta e para prática política os intelectuais profissionais e, também, possibilitar o conhecimento mais sistematizado e científico para os militantes que ainda não o possuíam. Visto como intelectual coletivo, podemos dizer que a atuação de *Movimento* previa algo de praxiológico, permitindo, de forma coletiva, que fossem aproximadas as instâncias da prática e da teoria.

O que, mais uma vez, afirma o caráter desta experiência como símile às revistas-tipo gramsciana, ou ainda, como *um ensaio de jornalismo integral na transição política brasileira*.

Uma mais completa descrição das revistas-tipo, comentadas no *Caderno 24 da magna opera* gramsciana, pode reforçar a tese de que a experiência jornalística vivida em *Movimento* é, em muitos elementos, similar ao que Gramsci chamou *jornalismo integral*. Gramsci pensa a formação de um organismo unitário/coerente de cultura, e, assim, propõe três tipos fundamentais de revista: o primeiro, teórico, no qual constariam elementos diretos e especializados; o segundo, seria o crítico-histórico-bibliográfico; e, o terceiro, uma espécie de combinação entre o segundo com um tipo de semanário, sendo assim, de cultura geral.

Cada um destes tipos deveria ser caracterizado por uma orientação intelectual muito unitária e não antológica, isto é, deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores principais devem escrever o corpo essencial de cada número. A orientação redacional deve ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo, apesar da necessária variedade do estilo e das personalidades literárias; a redação deve ter um estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria as improvisações, os conflitos, as contradições (por exemplo, o conteúdo de cada número deve ser aprovado pela maioria da redação antes de ser publicado). (GRAMSCI, 2010, p.201).

O “tipo crítico-histórico-bibliográfico” (GRAMSCI, 2010, p.201) traz ao leitor obras científicas em forma de ensaios, porém, levando em consideração a periodicidade da revista, cada autor deve expor todo o processo analítico e não só os resultados concluídos, dando noções metodológicas no seu texto. Isso serve para que o leitor entre em contato com o hábito científico, assimilando pelo menos o sentido desse tipo de trabalho intelectual que, geralmente, é restrito à pequenas parcelas ou grupos minoritários da sociedade capitalista.

A este tipo de revista acompanha também rubricas como um “dicionário político-científico-filosófico” (GRAMSCI, 2010, p.202) – esclarece conceitos que o leitor desconhece ou não compreende de fato; das biografias dos autores e dos nomes citados nas revistas; das autobiografias – que sugerem uma orientação intelectual e moral aos leitores e são documentos do desenvolvimento intelectual de determinadas épocas; dos exames crítico-histórico-bibliográficos regionais ou locais; ainda rubricas bibliográficas, crítico-bibliográficas e de resenhas de livros diversos.

O objetivo – para Gramsci – quando se fala de jornalismo (ou comunicação) é, portanto, formar um organismo unitário de cultura que oferece, além das revistas supracitadas, livros/jornais/panfletos/anuários e afins, em um processo que ocorra de forma orgânica com a finalidade de elevar político-intelectualmente certa massa de público para fazer refletir e transformar, passando do senso comum à formas de pensar mais consistentes e sistemáticas.

A referência principal para a estratégia organizativa que apresenta Gramsci seriam justamente as revistas-tipo, ou melhor, a atividade editorial como um todo, seja quanto à

organização das publicações como a atuação na sociedade para esclarecer e difundir idéias e um modo unitário de pensar com vistas ao alcance de uma nova civilização. Unindo teoria e prática se apresentam as revistas-tipo (ou típicas) como exemplos para a organização da cultura. Não é só uma questão de política cultural, mas da necessidade de se dispor de meios materiais (técnica) para se desenvolver uma cultura política.

O *jornal dos jornalistas* não atende, obviamente, todos estes quesitos levantados pelo sardo comunista quando da caracterização das revistas-tipo. Mas, em muitos momentos, e, principalmente, quando se olha para o conjunto das 334 edições deste jornal alternativo, pode-se evidenciar alguns pontos de contato interessantes com as revistas gramscianas. O autor dos *Cadernos do cárcere* está preocupado em construir um organismo unitário e coerente de cultura que deverá mapear a produção editorial e cultural existente e, também, elevar o nível intelectual e moral de seu público – devendo ampliá-lo. Não podemos comparar o jornal *Movimento* com este organismo unitário.

Gramsci pensa a necessidade de um órgão como este, justamente preocupado com as lutas de hegemonia e a organização da cultura com vistas a uma nova hegemonia, a que vem “de baixo”, das classe subalternas. Este não era o objetivo de *Movimento*. Se nos atentarmos para a análise de seu programa político, presente no item 2.1 do segundo capítulo, sua ambição era outra. Existia sim uma vontade geral que buscava a transformação da sociedade brasileira, mas, como já apontado, não havia mais do que um flerte com os ideais socialistas ou comunistas – ao contrário do que propunha o marxista italiano. Esclarecidamente, o objetivo de *Movimento* era o da redemocratização do Brasil. Observando sua atuação, não se pôde constatar mais do que uma grandiosa experiência em termos de jornalismo – não só dentre as atividades editoriais alternativas, mas num aspecto geral – e uma atuação política que pretendia, pura e simplesmente, acabar com o regime militar no país.

Nas edições de *Movimento* se encontra uma variedade de resenhas de livros científicos e de literatura, indicações de leituras, ensaios, contos populares, seções inteiramente voltadas para a discussão da realidade nacional e, além disso, era um espaço procurado por muitos escritores para a publicação de peças literárias. Acredita-se que este jornal caminhou num rumo interessante se pensarmos na elevação intelectual e moral do seu público a partir destes esforços supracitados. Um exemplo é a sub-seção *Livros*.

Segundo Gramsci:

O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito “científico”, que só adquire com o trabalho especializado: por isso, deve ser ajudado a assimilar pelo menos o “sentido” deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta fornecer-lhe conceitos já elaborados e fixados em sua expressão “definitiva”; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações. (GRAMSCI, 2010, p.202).

A sub-seção *Livros*, presente em várias edições de *Movimento*, que fora analisada no capítulo anterior, teve como foco manter informados os leitores comuns dos livros que, principalmente, abordavam aspectos históricos e políticos do Brasil e também apreendiam de modo crítico a questão da ditadura militar. A tentativa era de mediar os conceitos e teorias que estavam dispostos em cada obra resenhada para o leitor médio, o que permitiu, de certa forma e com alguns limites, é claro, “fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático.” (GRAMSCI, 2010, p.201).

LIVROS



HISTÓRIA DO BRASIL

Da escravidão à luta armada, com posições

Uma síntese da formação social brasileira

PEQUENA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA — Manoel Maurício de Albuquerque, Editora Graal, Rio, 1981 — 728 p.

Comçam a aparecer boas surpresas na área de História. Pelo menos é o caso desta síntese da formação social brasileira que, no rastro das análises pioneiras de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, cobre um longo período para chegar até os governos militares atuais. Com o capítulo "Autoritarismo e Resistência", o professor Manoel Maurício, falecido há pouco, introduz temas — como a representação política recente — até aqui raros em obras deste tipo.

Dividido em três fases a evolução histórica brasileira — Ésta escravidão subordinada à política mercantilista, Ésta escravidão subordinada ao capitalismo mundial e Ésta capitalista — o estudo tenta mostrar os níveis econômico, jurídico-político e ideológico.

Preocupado em criticar as visões idealizadas dominantes, o autor não deixa de apontar outros aspectos, dá mais um empurrão no mito do "caráter pacífico" do povo brasileiro. Formou um quadro interessante de resistência escrava, das agitações republicanas e da representação dos movimentos populares na República. Nesta última fase, ao lado do

surgimento da classe operária, aparecem levantados pouco conhecidos como os de sargentos e soldados em 1915.

No parte mais atual e mais polêmica — relativa aos anos posteriores à queda do Estado Novo — aparecem algumas das maiores frequências e também os relatos mais vivos do livro. A descoberta de evolução econômica e os fatos políticos dos governos populistas, o autor não consegue avançar numa definição mais clara do que foi o próprio "esquema populista", como forma de eliminação de classe, com seus limites e contradições.

No período pós-64, embora incorporando as últimas análises do "desenvolvimento capitalista associado", o citando a "militarização do poder" e o papel dos militares como "classe reinante", o estudo não consegue lançar luz sobre as transformações que passaram a ocorrer a nível do poder.

Seu retrato da conjuntura política, é, no entanto, interessante. A evolução da situação da Igreja, os caminhos da esquerda e a situação da subversão à esquerda responde que "eram os próprios setores da representação dos movimentos de destruição da base legal da República".

João Roberto Martins.

PSICOLOGIA

Limitações da mulher abstrata

TRÊS ESTILOS DE MULHER — A DOMÉSTICA, A SENSUAL E A COMBATIVA — Suzana Praatz, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, 144 p.

A inesgotável mitologia prega através das figuras de Hera, Afrodite e Atena inspirou a psicóloga argentina Suzana Praatz, três estilos de mulher, em que ela agrupou o material clínico e o trabalho de campo realizado em Lima, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires.

Cada um dos estilos, composto por uma ideia do que é ser mulher e de uma tarefa centralizadora, organiza-se de maneira diferente diante do permitido e do proibido, de como lidar com a vida e com a morte, de como se relacionar com o homem e com os desempenhos individuais e sociais.

A partir das figuras paradigmáticas das deusas, nas três cidades, verificou a possibilidade de aproximar as entrevistas das mulheres a partir da Mulher Doméstica, as das carceiras, as da Mulher Sensual; e as das mulheres, as da Mulher Combativa.

É inegável o desdobramento de aspectos do trabalho de tais modelos. Porém é possível que a redução dos sistemas de definição de uma condição da mulher ao plano psicológico e as generalizações sejam responsáveis pelas dúvidas desperdiçadas por este livro. M. M. L.

COMUNICAÇÃO

Paulo Freire, de corpo inteiro

COMUNICAÇÃO E CULTURA — AS IDÉIAS DE PAULO O. FREIRE, Venício Azevedo de Lima, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981. Tradução de Paulo Kramer.

O livro deriva de um trabalho originalmente destinado à tese de doutoramento do autor, em Comunicação, na Universidade de Illinois, 1979.

Trata-se de uma obra que interessa não só aos estudiosos de Comunicação mas também a pedagogos, psicólogos e a todos aqueles que se dedicam às ciências humanas e ao conhecimento do Homem.

As ideias de Paulo Freire — espalhadas em tantos artigos e trabalhos diversos — são reunidas neste livro, e seus conceitos de comunicação e cultura são apresentados de forma clara e acessível, com o cuidado de não reduzir sua teoria a umas poucas frases básicas.

Como esclarece na introdução, o autor considerava da visão de Freire de que os estudos de comunicação devem estar comprometidos com a libertação dos oprimidos.

O livro compreende de quatro capítulos. No primeiro é traçado um breve esboço da situação histórico-política do Nordeste nos anos 50 e início de 60, período básico na gênese do seu pensamento.

Apresenta o conceito de comunicação de Freire em seus três níveis: o antropológico, o epistemológico e o sócio-político, com ênfase em sua dimensão político-qualitativa. Em seguida, introduz o conceito de cultura (e suas raízes intelectuais e históricas) e aplicações, e suas três expressões: "ave" e cultura do silêncio, o conceito antropológico de cultura e a ação cultural. E, por último, dedica-se a uma análise e avaliação dos trabalhos de Freire para os estudos de comunicação, procurando demonstrar que nele os conceitos de comunicação e cultura se complementam.

O livro apresenta ao final dois apêndices. O primeiro relaciona os escritos de Freire, enquanto o segundo apresenta uma análise crítica das principais teses verificadas nas aulas acadêmicas elaboradas sobre o pensamento do estudioso pernambucano em outras disciplinas.

Silvia Clara Franco.

POLÍTICA

Os militares brasileiros, em francês

LES PARTIS MILITAIRES AU BRÉSIL, Organizado por Alain Rouquié, editado pela Fondation Nationale Des Sciences Politiques, Paris, 1980, 139 p.

Trata-se de um conjunto de cinco ensaios, teóricos e históricos, sobre a ação política dos militares no Brasil, da Primeira República até os nossos dias, reunidos pelo cientista político francês Alain Rouquié. Um dos ensaios é de sua autoria e os demais foram escritos por três pesquisadores brasileiros.

No ensaio introdutório, Rouquié critica as concepções que buscam a identificação dos interesses da classe favorecida pela intervenção política dos militares. Ele sustenta que as posições políticas dos militares têm em geral uma origem corporativa, e chama a atenção para a diversidade de posições políticas encontradas no seno das Forças Armadas brasileiras em cada fase histórica. Por sua vez, Antonio Carlos Pereira sustenta, num artigo teórico, que o fenômeno militar é, "em geral", "o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global [...] com um certo número de traços e características institucionais [...] e trata dos processos de convergência, cooptação e aliança entre militares e civis.

Em artigo de cunho histórico, já Manoel Domingos trata do momento de modernização do Exército brasileiro na década de 1910, bem como do interesse das grandes potências (França, Alemanha) em conduzir o processo.

Este artigo traz informações novas e interessantes, mas é em parte prejudicado pela sua tese mais geral: a de que o movimento modernizador dos "jovens turcos" brasileiros teria sido politicamente mais importante que o movimento tenentista dos anos vinte. Fazer tal afirmação num pequeno artigo que não reverte sequer um parágrafo à análise do movimento tenentista, revela levandismo e sensacionalismo.

Próximo volta mais adiante com interessante artigo sobre as lutas entre oficiais nacionalistas e oficiais estrangeiros no Clube Militar (1945-1964) e Elzidor Rizzo de Oliveira fecha a coletânea com um artigo sobre o governo Getal, os novos conflitos no seno das Forças Armadas e o reflexo desses conflitos no encaminhamento da questão da sucessão presidencial.

Os ensaios da coletânea não se filiam a uma única perspectiva teórica. Próximo e Oliveira, ao contrário de Roubieu e Domingos Neto, preocupam-se com o conteúdo de ação política dos militares. Procurar esse conteúdo, sem descurar das particularidades do modo específico de atuar de áreas de certos interesses de classe parece-me constituir uma orientação teórica correta. É a que se encontra nas melhores análises de ação política dos militares, como as de Nelson Prodanoff em A elite das ditaduras, e de Abdel-Malek em Egípcia, sociedade militar e a de Mahanoud Hussein em La lutte de classe en Égypte (estes dois últimos também à espera de uma tradução brasileira).

Decio Sene

PEQUENA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A presença do medo feminino



ESPELHO DE VÊNUS: identidade social e lugar de mulher — Grupo Celes, prefácio de Carmen da Silva, Brasiliense, São Paulo, 1981 — 383 p.

No produção cultural crescente a respeito da mulher, o Espelho de Vênus ocupa um lugar importante, com o objetivo de fazer a mulher ler a sua vida, as autoras escreveram a sua história e abriram em quase 180 graus a área das indagações a respeito da condição feminina.

Havia uma proposta, aparentemente simples, em mente, ou seja, entrevistar 53 mulheres de diferentes níveis sócio-econômicos e faixas etárias diversas, residentes na área do Grande Rio e extrair das representações de sexualidade, a fundamentação de elementos e dúvidas sobre a condição feminina. Embora suas principais autoras tenham formação universitária em diferentes áreas (Sociologia, História, Direito, Psicologia e Psicanálise), houve uma deliberação tentativa de evitar aqueles já jargões teóricos, e em sua condição declarada de feministas, conseguiram não se limitar ao reforço de algumas das reafirmações reducionistas, que por vezes desmerecem as percepções a respeito da mulher.

A partir do mosaico de experiências, que aparece nos depoimentos, compõe-se uma imagem feminina, cuja identidade biológica, aliterária e cruzada às diferenças sociais, deixando-se mais abertas. No plano individual e no plano coletivo, esse trabalho possibilita que se avance a voz e a consciência de parte da população que se identifica exatamente por um processo ativo ou passivo de autodesconhecimento.

A análise das entrevistas aprofunda o

desenvolvimento da condição feminina, apresentando um quadro surpreendente da força de permanência de relações caricaterísticas da mulher com o pai, com o homem, com os filhos, com o trabalho, ainda quando vividas em situações atípicas e aparentemente novas.

As estratégias de passividade e desconhecimento, "que a mulher utiliza como forma de sobrevivência", e que vão agir como obstáculo à violência, lesam igualmente tanto à morte biológica quanto à morte psíquica.

Além de suas trintenas e oitenta e três páginas, mais três de apresentação das cinco autoras principais (Branca Moreira Alves, Jacqueline Hanjov de Fournet, Lélia de Andrade Linares Barstad, Maria Rita Ribeiro e Sandra Maria Azevedo Escóti), é constante a oscilação entre a procura dos eixos coletivos e o resumo às especificidades individuais. A abordagem antropológico-analítica com a transcrição integral de 23 histórias de vida, correspondendo também a essa focalização oscilante, que às vezes desperta dúvidas quanto ao grau de validade e de precisão do quadro apresentado. Não é por acaso que foram utilizados termos estatísticos para identificar uma preocupação acadêmica com abordagens quantitativas, que pouco fazem aqui a contribuir.

Talvez a oscilação entre o individual e o coletivo consista na inação deste espelho de prismas, em que a transformação das relações femininas transparece em seus momentos de avanço e recuo, com frequência e amplitude diversas. Nesse espelho, as imagens complexas de superposições de diversas gerações, e de soluções individuais que parecem passíveis de uma infinita variabilidade.

Miriam L. Moreira Leite.

MOVIMENTO — 18 a 24/5/81

17

Imagem 9 - Livros. Movimento, de 18 a 24 de maio de 1981, p.17.

A seção *Cultura* do jornal *Movimento* também cumpriu papel importante no sentido da busca pela elevação moral e intelectual de seu leitor médio. A editoria de cultura de *Movimento* era composta por uma equipe muito bem preparada que debatia em seus ensaios e reportagens vários temas como a pornochanchada brasileira⁴¹, a música engajada de Mercedes Sosa⁴², os pequenos festivais de teatro amador⁴³, o cinema francês⁴⁴, a literatura brasileira⁴⁵.

Quanto a literatura brasileira, podemos dizer ainda que, não só o jornal *Movimento*, como os outros jornais alternativos da época eram um espaço propício para a publicação de contos ou trechos de romances que não conseguiam espaço nas editoras ou não queriam

41 POLES, Cláudio. Uma sátira do que nunca foi sério. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23.

42 MOVIMENTO. O Canto do Continente. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.15.

43 MOVIMENTO. Para o público ou para os festivais? *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16.

44 BIANCARELLI, Aureliano. Onde o povo é o ator. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.18.

45 CAMPANA, Fábio. Ossos do ofício. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.20.

passar pelo crivo da censura vigente. Moacyr Scliar⁴⁶, por exemplo, fora lançado como contista na sub-seção *Estórias brasileiras* do jornal *Movimento*⁴⁷.

Com relação às questões organizativas, mencionadas por Gramsci nas notas sobre as revista típicas, e da importância de se obter “um estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria as improvisações, os conflitos, as contradições” (GRAMSCI, 2010, p.201), pode-se afirmar que o *jornal dos jornalistas* não contava com um estatuto escrito, mas se baseava no programa político – que chega a ser revisado depois da saída de vários colaboradores da redação – que fora publicado na edição *zero* e, já reformulado, também na última edição. Ambos os materiais analisados no capítulo anterior, servem para uma direção conteudística e de concepção de mundo, exprimindo objetivos do jornal como um todo. Porém, não cumprem o mesmo papel de um estatuto.

Quanto a necessidade de um estatuto apontada por Gramsci, que nunca fora concretizado em *Movimento*, acreditamos que o episódio do *racha de abril de 1977* seja ilustrativo para entendermos sua importância.

Como mencionamos, por divergências políticas entre alguns colaboradores do jornal, alguns de seus colaboradores começam a questionar o editorial do jornal e também a atuação do editor Raimundo Pereira. O *racha* se deu, em 1977, formando uma dissidência que comporia a redação do jornal *Em Tempo*. A retirada mesmo destes colaboradores, através de uma carta de demissão coletiva, aconteceu só um ano depois, portanto, conflitos continuaram a assombrar aquela redação e o jornal como um todo – com reflexo também nas sucursais – porque não tiveram uma resolução racional e imediata.

Mas, conflitos a parte, gostaríamos de suscitar um ponto interessante, mesmo cientes da ausência de um estatuto escrito para o jornal: quando começaram as divergências dentro do jornal, a acusação dos dissidentes ultrapassava o limite do não-acordo com a política editorial. A acusação era de aparelhamento daquele meio pelo PCdoB. As análises sobre a forma organizativa e sobre a coluna editorial são fundamentais para responder a esta acusação, que, pelo visto, nunca foi atentamente observada.

A alegação de aparelhamento é muito comum em várias instâncias da política, mas, de prontidão, pensamos que essa forma de colocar as questões está arraigada num grande senso

⁴⁶ SCLIAR, Moacyr. Carta de Navegação. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.24.

⁴⁷ Tânia Pellegrini, no capítulo de *A Imagem e a Letra* em que discute o mercado editorial, trata das mudanças sofridas por este durante o regime militar. Segundo a autora, os editores, atingidos pelo clima de medo e pela ausência de estímulos, acabam por investir em autores nacionais de nomes já consagrados e na disseminação dos best-sellers estrangeiros: “No começo dos anos 70, sem estímulo ou amedrontados ante os recentes fatos políticos e a ação da censura, os editores preferem aguardar prudentemente antes de investir em novos autores nacionais, preenchendo o quadro com os já atuantes em décadas anteriores, que tinham um público cativo [...]. Um balanço mais acurado demonstra que o mercado está repleto de publicações estrangeiras, em especial as de gênero erótico, tudo com condimentos leves e digestivos”. (PELLEGRINI, Tânia. *A Imagem e a Letra*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 160).

comum sobre os partidos, e, é claro, em especial, os partidos de esquerda que reivindicam o socialismo ou comunismo.

Pois bem, no caso particular aos acontecimentos do racha no jornal de frente *Movimento*, no que se pôde observar, a direção levou a divergência para uma ampla discussão, numa reunião que durou praticamente 12 horas, na qual foram expostos ambos os lados do conflito e, levantadas as propostas, a resolução deste foi dada mediante votação democrática. Pela maioria convergir politicamente com as ideias e concepções de frente ampla, porposta defendida por Raimundo Pereira, foi acordado que, em *Movimento*, se manteriam as mais amplas bandeiras que visavam a redemocratização do país.

Não foi o PCdoB quem fez a proposta, e, em momento algum, se percebeu algum tipo de tomada da redação por este partido – que, nesta conjuntura, se encontrava desmantelado e enfraquecido no retorno da luta armada. É fato que, em muitos momentos, se percebeu uma aproximação nos ideais e nas estratégias entre o jornal e o PCdoB, mas isto não consiste em evidência para a acusação de aparelhamento, não objetivamente. Por outro lado, é compreensível que a dissidência do jornal tenha se retirado, afinal este ajuste de concepções com o PCdoB stalinista realmente não é de fácil digestão.

Para Bernardo Kucinski (2001), em *Jornalistas e Revolucionários*, é este “aparelhamento” que marca o começo do fim de *Movimento*. E, o autor e jornalista vai mais além, ele afirma categoricamente que as frentes-jornalísticas tiveram fim marcado por processos deste tipo, por exemplo, o jornal *Versus* teria sido aparelhado pelo militantes da corrente trotskista *Convergência Socialista*, também o jornal *Em Tempo* teria se tornado um órgão dos trotskistas do *Democracia Socialista*.

O caso é que Kucinski (2001) faz um tipo de história geral destes jornais de frente e, por mais que tenha participado como jornalista da época de algumas destas experiências, retrata de forma homogeneizante e mecânica as realidades de cada um deles. O pesquisador tem uma tese e faz com que a história da imprensa alternativa se encaixe nela. Mais importante, todas – as poucas – pesquisas sobre a imprensa alternativa na ditadura militar tomam prontamente esta tese como verdade – muito provavelmente pela autoridade de Kucinski sobre o assunto, que é inegável, mas tem seus limites.

O primeiro limite é com relação a esta série de “aparelhamentos” apresentada por Kucinski. O segundo, e bastante importante, é a ausência de uma conceituação mais precisa e ampliada de *imprensa alternativa*. O autor, a partir do momento que as frentes vão se tornando órgãos de partidos – ou minguem como o próprio *Movimento* – este seria o “fim do ciclo alternativo” no Brasil:

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. desde os grandes alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais. (KUCINSKI, 2001, p.94).

Assim, trata Kucinski, da “extinção de uma espécie”, como ele mesmo afirma. Discordamos da afirmação que coloca como única experiência alternativa a imprensa de combate à ditadura militar. Pode-se afirmar o fim do jornais de frente com estes processos de aderência à siglas ou partidos de esquerda, porém, os próprios jornais que tiveram continuidade como órgãos centrais destes partidos ou grupos políticos também não seriam uma outra forma histórica de imprensa alternativa?

Se pensarmos os conceitos de “jornalismo integral” e “organizador coletivo” como complementares à noção de imprensa alternativa, podemos ampliar esta conceitualização e incluir no bojo deste tipo de imprensa, para além das diferenças de conteúdo, estéticas e de horizontalidade com relação a imprensa comercial (grande imprensa, para quem preferir assim nomeá-la), uma ruptura formal com outros jornais, baseados na atuação destes como meios não só de informação, mas de formação/educação política do seu público com vistas a destruição de uma velha civilização e, a um só tempo, construção de uma nova.

A indicação é que não se engesse o conceito próprio de imprensa alternativa em um só tempo-espço. E que, evidentemente, o aproxime de uma tradição de pensamento marxista que o preencha dialeticamente, enxergando, nas suas diferentes manifestações ao longo da história, processos de superação-conservação dentre as formas que incorpora historicamente.

E, em terceiro lugar, retomando os limites da tese de Kucinski, para além do funcionamento e desenvolvimento da imprensa alternativa a que se reporta Kucinski, imperava também um desentendimento por parte de alguns membros da esquerda na conjuntura do regime militar que, por uma questão de divulgações tendenciosas das obras e teorias políticas passou a deixar de lado o legado leninista – que por muito tempo foi confusamente atrelado ao stalinismo – considerando-o por ultrapassado e demasiadamente centralizador, e tomou a obra de Gramsci como alternativa, numa tentativa de atualização daquela esquerda enfraquecida, a partir da “teoria da cultura” gramsciana, determinadas concepções políticas.

Como fora anteriormente salientado, com relação a complementariedade das visões destes autores marxistas sobre a questão do jornalismo, tanto Lenin quanto Gramsci não devem ser interpretados apenas por fragmentos de suas obras. Deve-se considerar

primeiramente que estes dois teóricos – e revolucionários – eram contemporâneos e participaram de experiências reais na busca pela transformação do mundo. Portanto, entre os dois havia uma relação e um debate vivo entre ideias e experiências socialistas nos mais variados temas. Os dois participaram e contribuíram para o desenrolar da III Internacional, e ainda puderam mostrar ao mundo ricas experiências partidárias, jornalísticas e revolucionárias, histórico-concretas.

Atribuir a Gramsci uma obra que diga respeito apenas ao aspecto da cultura é descaracterizar todo um legado que – apesar de se mostrar (*a priori*) fragmentado pela forma como foi estruturado e principalmente pela forma como foi divulgado pelos partidos comunistas ao redor do mundo – assume como ponto vista social a totalidade e a historicidade. Os escritos de Gramsci sobre a organização da cultura, presentes no *Caderno 12* do marxista italiano, de forma alguma colocam ênfase no terreno das superestruturas como via única de transformação. Muito atento às questões metodológicas da filosofia da práxis, Gramsci não pensa a superestrutura como um primado, mas sim, em uma relação dialética com a estrutura.

Isto é perceptível, por exemplo, no próprio desenvolvimento de alguns conceitos do sardo, como o já citado conceito de “bloco histórico”, ou ainda, o próprio conceito de “Estado integral”, dentre vários. Enfim, para quem faz uma leitura atenta dos Cadernos, percebe o cuidado de Gramsci com as questões teórico-metodológicas já previstas no famoso *Prefácio de 1859*, de Karl Marx. Assim, sobre o desenvolvimento dialético explorado por Gramsci em sua obra, explica Álvaro Bianchi:

A filosofia da práxis, em vez de destacar a estrutura das superestruturas, reconhecia o desenvolvimento histórico das mesmas como intimamente conexo e necessariamente recíproco. A questão da superestruturas também recebia em Gramsci um extenso tratamento. A atenção dedicada ao tema não permite, entretanto, reduzir seu pensamento a uma “teoria das superestruturas”, como procurou fazer Norberto Bobbio [...]. Também na análise das superestruturas Gramsci destacava o nexos que elas mantinham com as estruturas, com base no “Prefácio de 1859”. (BIANCHI, 2008, p.133).

Leituras e interpretações como a de Norberto Bobbio sobre Gramsci tiram o sardo da importante posição que ele ocupa dentro da tradição marxista, pois negam seu caráter dialético e, mais importante, negam sua orientação revolucionária. Bobbio acaba mistificando a obra de Gramsci e este passa a ser considerado, por vezes, como um reformista, um teórico das superestruturas, dotado de uma obra fragmentária de difícil entendimento e etc.

Podemos pensar Gramsci como um teórico da hegemonia, dotado de uma metodologia marxista e que, suas considerações sobre o jornalismo – as atividades editoriais, em geral –

são próximas as considerações de Lenin sobre o jornal como organizador coletivo. Portanto, são desenvolvimentos dialéticos de um conceito e de uma prática política que visa a revolução.

Retomando a experiência do *jornal dos jornalistas*, conseguimos avançar no seu entendimento em alguns pontos: uma manifestação político-ideológica pequeno burguesa, que, num momento de crise política da ditadura militar, passa a se organizar feito “jornal-partido-frente”, e busca alianças tanto com setores médios da burguesia quanto com as massas populares para combater o regime. Neste sentido, diverge das propostas de imprensa política e revolucionária de Gramsci e Lenin.

A partir da análise do Estado integral é que Gramsci apresenta a possibilidade de se travar uma luta revolucionária desde as superestruturas complexas. Daí a importância da atividade editorial (ou comunicação em geral) como um elemento imprescindível aos processos políticos – contra-hegemônicos e/ou alternativos –, é preciso reorganizar esta atividade de forma a criar condições reais e efetivas de elevação cultural-política das classes subalternas.

É exatamente o que fez Antonio Gramsci ao expor o *Jornalismo Integral* que foi vastamente praticado em suas experiências. Para ele, trata-se do “jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.”(GRAMSCI, 2001, p.161).

O objetivo quando se fala de jornalismo integral é, portanto, formar um organismo unitário de cultura que ofereça, além das revistas supracitadas, livros, jornais, panfletos, anuários e afins, em um processo que ocorra de forma orgânica com a finalidade de elevar político-intelectualmente certa massa de público para fazer refletir e transformar, passando do senso comum a formas de pensar mais consistentes e sistemáticas.

Tanto Lenin quanto Gramsci viam o jornal como uma forma de criação de um órgão central de propaganda, agitação e organização que funcionasse feito um verdadeiro intelectual coletivo que pudesse criar as condições favoráveis a uma *prática política revolucionária*.

A concepção que marca esta trajetória de *Movimento* é velha conhecida das esquerdas em vários lugares diferentes: a ideia do etapismo e do aliancismo marcou as esquerdas em quase todos – ou todos – os países de capitalismo dependente. Se, por exemplo, olharmos para as esquerdas dos países da América Latina, em diferentes conjunturas, assim como no Brasil, aparecerão também estes ideais dentre certas correntes e partidos de esquerda.

No programa político-editorial de *Movimento* desde sua proposição primeira, que está disposta na edição preliminar de número zero, e na sua reafirmação publicada na última edição do jornal, percebe-se um fio condutor político ideológico que cerca os objetivos deste jornal como frente democrática-popular que pretende se organizar, em torno do número máximo de bandeiras progressistas e democráticas possíveis, na busca pela redemocratização do Brasil.

O jornal-frente *Movimento* apresentava em sua atuação e nas suas publicações ligações com o socialismo de modo geral. Muitos de seus colaboradores vinham de correntes e partidos da esquerda revolucionária. Porém, evidencia-se, através das análises documentais que compuseram esta investigação, que seus esforços políticos rumavam para a democracia e não para o socialismo.

Este é um fator importante e decisivo quando tentamos aproximar, como categorias fundamentais para se pensar o *Movimento*, os conceitos de jornalismo integral e o de organizador coletivo.

É preciso dar devida atenção ao fato do contexto político e histórico em que foi concebida principalmente a obra *Que fazer?*, pois é sobre esta obra que nos debruçamos para desvendar algumas importantes pistas lenineanas, tanto para os limites e a natureza da forma-partido de tipo novo como para o pensamento duma concepção de jornal como organizador coletivo.

A Rússia czarista da época de Lenin e *Que fazer?* era marcada pela grande repressão de todo e qualquer opositor do regime, tendo como conseqüências exílios na Sibéria, prisões e também a execução de intelectuais e militantes. Por isso toda ação política de oposição de esquerda era marcada pelo caráter clandestino, conspirativo e ilegal.

Era necessário construir um instrumento político adequado para destruir a autocracia, atrasada e antidemocrática, na Rússia. Os partidos e sindicatos eram proibidos pelo grande czar. Não havia liberdade de expressão: a censura à imprensa era total e derrubar tal autocracia era tarefa imediata para a social-democracia russa, no interior de qualquer projeto histórico alternativo.

Para Lenin, a superação da autocracia czarista e o caminho necessário para a concepção de um novo projeto societário para a Rússia era a *organização*. Assim, se desenvolveu a noção de um instrumento político-prático capaz de atuar eficazmente em um meio profundamente atrasado.

A tese central do primeiro capítulo de *Que fazer?* é justamente a idéia de que sem teoria revolucionária não pode haver prática revolucionária. As tarefas primeiras de um partido revolucionário seriam a divulgação e a educação para a teoria revolucionária.

É justamente a esse respeito que versa Gramsci quando diz da preocupação em elevar moral e intelectualmente às massas, para que as classes subalternas estejam em equilíbrio para governar, ou seja, para que à maioria seja reservada não só a condição de dirigido como também a condição de dirigente. A *reforma intelectual e moral* é pré-requisito para a unidade entre teoria e prática revolucionária que se faz desde a práxis.

Tal “reforma” pode ser colocada em prática através de diferentes tipos de instrumentos de organização das massa populares. Aqui, trataremos em específico do partido revolucionário e do jornal político de tipo integral.

Ao partido político, para Gramsci (2011), reserva-se, primeiramente, a tarefa de criar e definir uma vontade coletiva nacional-popular. Para viabilizar tal definição, deve-se aprofundar sobre uma análise histórica e econômica da estrutura social de um país. Gramsci (2011) acrescenta também, nos escritos sobre o partido, uma parte dedicada ao jacobinismo como exemplo de uma experiência conceitual e histórica. O jacobinismo é um exemplo de como se formou uma vontade coletiva concreta e atuante, que fundou novos Estados, ou melhor, os Estados modernos, sob a força de uma forma de organização nacional-popular que acompanha em sentido integral essa experiência histórica moderna de modo compreensivo e totalizante.

Existem condições específicas para a organização desta vontade coletiva, se baseiam na relação entre tais condições e as forças que a ela se opõe. Gramsci cita para o caso da Itália a principal força oponente às massas, a “burguesia rural” ou aristocracia latifundiária e, no contraponto, como uma condição positiva, a existência de grupos sociais urbanos, formados por indivíduos nascidos no seio da indústria, que haviam alcançado um nível de formação e cultura histórico-política mais afinado.

No combate às forças oponentes tradicionais surge a necessidade de elevação intelectual e moral, uma reforma intelectual moral de uma concepção do mundo. O partido para Gramsci:

[...] deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2011, p.18).

A estrutura do trabalho de um partido político é a formação de uma vontade coletiva e a reforma intelectual e moral. Sendo assim, o partido (ou *moderno Príncipe*) é a expressão ativa e atuante desse movimento tendo o relevante papel de um eficiente organizador coletivo.

Quanto ao seu funcionamento, Gramsci nos atenta:

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático, que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências [...]. (GRAMSCI, 2011, p.91).

O autor explicita que esta é uma forma de centralismo em movimento que sempre deve adequar a organização ao movimento do real. É uma forma de impulsionar as bases com o conduzir da sua consciência pela direção do partido – que é responsável por dar continuidade e acumular as experiências dessa organização em processo.

Também sobre a questão do centralismo democrático convergem o pensamento de Gramsci e Lenin. O centralismo democrático é uma forma (e não propriamente uma fórmula) para que a centralização do partido político e sua democracia interna convivam *simultaneamente* – nas distintas conjunturas e situações a que está submetido tal partido – como um meio para a realização de uma estratégia partidária de modo dinâmico e flexível às situações políticas e sociais as mais diversas.

Para Álvaro Bianchi “centralização” e “democracia” mantêm entre si um nexo de unidade-distinção que não pode ser confundido com um jogo de soma zero entre estes pólos:

Assumir o nexo de unidade-distinção entre a centralização e a democracia partidária implica reconhecer que a democracia é a condição da centralização, ao mesmo tempo em que esta é a condição da democracia. A relação entre ambos os termos não é aquela característica de um jogo de soma zero, no qual o incremento de uma implica na necessária diminuição da outra, ganhando uma o que a outra perde. O que garante que a vontade da base partidária seja respeitada é a unidade do partido em torno da vontade de sua maioria. O que permite a unidade do partido, por outro lado, é a participação ativa da base partidária no processo de discussão e deliberação a respeito da estratégia e tática do partido. (BIANCHI, 2010, p.3).

O centralismo democrático foi proposto e discutido por Lenin durante sua experiência com o Partido da Social-Democracia Russa nas ocasiões da Revolução de 1905 e as de 1917. Grosso modo, o centralismo democrático é uma forma não-fossilizada de assegurar o intenso e extenso debate das estratégias e táticas do partido com toda a militância, ou seja, da base às direções e das direções à base, e proporcionar a definição de uma política unitária para ser aplicada pelo partido.

A aproximação das formas de funcionamento do jornal-frente *Movimento* com o centralismo democrático também é possível, revelando o caráter deste jornal preocupado com a organização das lutas de resistências e na tentativa de combater o regime vigente. Suas amplas discussões que perpassavam a avaliação – de modo colegiado, como apontamos – das publicações e chegavam aos embates sobre estratégias e táticas de luta com todos seus colaboradores através de reuniões, assembléias e dos conselhos. Esta forma de democracia interna adotada pelo jornal e seu caráter permanente e contínuo como instrumento de organização é um dos aspectos que nos permite pensar tal jornal-frente como um “partido”, em sentido lato.

As questões teóricas de Lenin sobre o partido foram por muito tempo deixadas ao esquecimento pela falsa interpretação que ganharam no desenvolvimento do stalinismo e também, no passar do tempo, por serem consideradas por militantes e intelectuais como ultrapassadas – no que tange à questão do centralismo democrático, que diziam ser muito centralizador e pouco democrático, reservando um espaço social e político de atuação maior para as vanguardas em detrimento das massas.

Deve-se prezar pelo que há de universal na teoria leninista de partido e, junto disso, coloca-se o conjunto da situação histórica do capital e sua ordem; as características particulares à classe burguesa e suas formas de dominação; a produção capitalista desta dada época e o caráter de classe do operariado em questão.

Lenin, quando diz da formação da consciência de classe proletária, está embasado na distinção clássica entre *classe em si* e *classe para si*. Daí decorre o conceito de existência objetiva das classes sociais – e isso independe do nível de consciência em que se encontram as classes –, e o conceito de luta de classes objetiva – o que também depende de como a classe se compreende diante de sua posição histórica como tal.

Chega-se, portanto, a outra distinção teórica fundamental, a de luta de classes elementar como um resultado necessário das contradições de classes trazidas pelo capital, e a luta de classes revolucionária que depende do nível de consciência e organização da classe proletária para transformar a luta de classes elementar em uma derrota do Estado burguês e da economia política estabelecida pela realidade mesma do modo de produção capitalista em seu todo.

Assim contribui Emir Sader, quando explicita que,

Como resultado da construção consciente de uma sociedade sem exploração, sem dominação, sem discriminação e sem alienação, o socialismo não pode ser o resultado automático da luta de classes na sociedade capitalista. O socialismo só pode ser resultado de uma organização consciente dos trabalhadores, e assim o nível de consciência deles determinará, em grande medida, as possibilidades de sucesso dessa construção. A teoria comunista de organização contesta ligações automáticas e espontâneas entre a luta de classes elementar e a luta de classes revolucionária, pois tem consciência de que a segunda não derivará imediatamente da primeira, mas por meio da consciência das condições de exploração e alienação produzidas pelo capitalismo e que envolvem toda a sociedade. (SADER, 2004, p. 24).

É necessário que a classe proletária reflita sobre sua experiência e se organize formulando pragmaticamente e estrategicamente sua luta, para que se dê um passo da luta de classes elementar, com a *classe em si*, para chegar à luta de classes revolucionária na qual se tem a *classe para si*.

Daí retornamos ao argumento de que, apesar dos pontos convergentes já evidenciados entre partido revolucionário e jornal integral, e a experiência histórico-concreta do jornal *Movimento*, por ter sua estratégia centralizada na questão da democracia, este, não pode ser confundido prontamente com as conceitualizações de Gramsci e Lenin a respeito do partido revolucionário e do jornal como organizador coletivo.

Uma estratégia socialista deve prever uma adequada organização política e as condições históricas concretas é que definem qual forma organizativa deve ser utilizada, ou seja, deve-se considerar o movimento dialético da história. *Movimento* organizou e agitou lutas que, no mais, pretendiam o retorno da democracia e, se tratando do Brasil, entretanto, o retorno seria então de uma democracia restrita.

Essa opção estava claramente baseada na concepção etapista que permanece com esta frente democrática e popular, como se autodenominavam, por toda sua existência. Pensavam, portanto, em alcançar primeiramente a democracia burguesa, pois ainda estava em foco a questão do aliancismo e da necessidade de se desenvolver as forças produtivas do capitalismo, no Brasil, antes que se pudesse caminhar para uma transformação radical desta sociedade. Trocando em miúdos: *Movimento* foi um instrumento de organização de lutas e resistências, mas não apresentava um programa revolucionário, com vistas ao socialismo.

Gramsci e Lenin participaram ativamente da imprensa dos partidos dos quais fizeram parte, questão esta que se comprova pelo fato da obra pré-carcerária de Gramsci ter sido publicada quase que exclusivamente por jornais do Partido Socialista Italiano e depois pelos jornais do Partido Comunista Italiano. Também Lenin constituiu quase que por toda sua trajetória revolucionária parte da imprensa russa e estrangeira, ao começar pelo clandestino

Iskra e, depois, pelos vários jornais em que contribuiu junto ao partido bolchevique e comunista.

Para ambos os autores a consciência socialista não nasce espontaneamente nas massas ou nas lutas sociais diretas das massas. O espontaneísmo não foi marca apenas de lutas do passado russo ou europeu-ocidental, a vigência dessa problemática se faz presente nas lutas de hoje, inclusive se nos depararmos com as lutas travadas no Brasil, nos mais vários momentos de sua história.

É uma questão de elevação da consciência política já esboçada com a luta econômica, mas que ainda deve ser aprimorada para um entendimento da condição das massas face à ordem do capital.

A movimentação social das massas tem importância incalculável no que diz respeito à paixão, entusiasmo e sede de mudança. Porém seu despreparo face às estruturas de poder pode causar efeitos destrutivos para todo o movimento, podendo inclusive ter conseqüências que fortaleçam o próprio sistema capitalista em seu todo, após uma derrota histórico-política.

Por mais que as contradições do capital possam criar condições para a tomada de consciência, a ideologia burguesa impõe limites a ela e também à própria ação. A superação destes limites impostos à classe trabalhadora é possível pela mediação do partido político ou do jornal integral, pois estes sintetizam em-si a consciência socialista através da organização e experiência do seio da classe trabalhadora para além de suas divisões em gênero, etnia/nacionalidade, gerações, etc.

A partir daí – e posto à prova do laboratório implacável da história – poderá aspirar ao privilégio de organizá-la, e dirigi-la, nas lutas ideológicas, econômicas e políticas. Estes instrumentos, porém, não devem ser concebidos de uma forma cristalizada, desde um modelo universal e único. As condições históricas são essenciais para repensar inovadora e criativamente a formação de um partido ou jornal-partido operário e socialista de combate, ainda por construir no século XXI .

No mais das vezes o socialismo é concebido como a introdução – “de fora” – de uma organizada vanguarda a qual deve alcançar as classes subalternas (operários, camponeses, intelectuais, pequena-burguesia etc.) – “de dentro” – para, e na condição de agitadores, propagandistas e organizadores, difundir entre a população as ideias socialistas. Ou seja, se faz uma rígida oposição entre o movimento espontâneo e sua prática e a direção consciente e sua teoria, em tendências artificialmente contrapostas.

Na verdade, tratam-se de movimentos complementares, níveis conscientes (ou de consciência) que devem corresponder a níveis organizativos (ou de organização) como um nexos uno e diverso.

Não se pode deixar de considerar que tais obras foram uma resposta a um momento específico do movimento da história. Por isso, para compreender a genialidade da obra desses dois marxistas é necessário acompanhar por extenso suas teorias – sabendo que dialogavam criticamente com seus pares e adversários à época, tanto na Rússia quanto na Europa Ocidental – pois assim é que se revela a profundidade e extensão por eles atendida tanto na questão do método dialético quanto na práxis revolucionária de intelectuais coletivos.

Pudemos acompanhar, pelas páginas de *Movimento*, alguns aspectos e momentos das esquerdas durante a transição política. Mas, o principal objetivo desta pesquisa foi pensar o jornal *Movimento* como expressão da imprensa alternativa de esquerda. A análise documental guiou esta pesquisa no sentido de nos possibilitar o conhecimento deste jornal em sua forma – estrutura organizativa e funcionamento – e em seu conteúdo – seus temas mais relevantes e formas de abordagem escolhidas pelo jornal.

Para que este caminho fosse possível, o estudo de aspectos das esquerdas, da ditadura militar na transição e da imprensa alternativa, no Brasil da década de 1970, consistiram em eixos temático-teóricos que fundamentaram e historicizaram nosso trabalho.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Movimento*, no dia 23 de novembro de 1981, lança sua última edição. Trata-se de um número especial que retoma seu programa político se afirmando como uma frente ampla com múltiplas bandeiras democráticas e, também, traz um índice, separado por temáticas como operários, Constituinte, capital estrangeiro, militares, dentre outras, das reportagens do jornal ao longo de seus seis anos e meio de duração.

NOSSO ÍNDICE

Dívida externa

Extensa cobertura, com matérias profundas e didáticas sobre a dívida e suas conseqüências



1979

O CASTIGO DA DÍVIDA QUE CRESCE SOZINHA. Alfredo Pereira. Em 5 meses a taxa Ibor (taxa interbancária de Londres), uma taxa de juros flutuante, aumentou de 8,3% para 10,3%, significando um aumento de 500 milhões de juros extras na dívida externa brasileira. 12/11, nº 175, p. 17.

OUTRO MEIO BILHÃO DE DÓLARES A MAIS. Alfredo Pereira. Continuação da matéria anterior. 20/11, nº 176, p. 2.

PARA QUE ESTE EMPRÉSTIMO BILIONÁRIO? Marcos Gomes. O ministro Karlus Rischbieter, em via sacra aos banqueiros internacionais, conseguiu um bilhão de dólares. 15/10, nº 224, p. 15.

O PAÍS COM A CORDA NO PESCOÇO. Duarte Pereira, Lia Strauss e Paulo Araújo. A dívida chegou a 50 bilhões de dólares e seu serviço consome 70% do valor das exportações. 29/10, nº 226, p. 12 e 14.

OS BANQUEIROS SÃO GENEROSOS? Ricardo Bueno. As reservas externas estão em níveis baixos, e se prevê um déficit comercial de 3 bilhões de dólares no final do ano. 27/10, nº 278, p. 7.

UMA ESTRATÉGIA QUE NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS A CURTO PRAZO E AGRAVA OS PROBLEMAS DE FUNDO. Duarte Pereira. Delfim concluiu viagem a Nova Iorque, Washington, Paris, Londres, Tquio para buscar novos empréstimos. 9/11, nº 279, p. 14.

NA PRÁTICA, O BRASIL JÁ ESTÁ NAS MÃOS DO FMI. Ricardo Bueno. (boxes de Sérgio Silva e Antonio Carlos Queiroz). David Rockefeller no Brasil dá seu recado: o Brasil deve crescer menos. 17/11, nº 281, pp. 8 e 9.

BRASIL PRESTA CONTAS AO FMI. Ricardo Bueno. Brasil diz que não vai recorrer ao FMI, não pensa em renegociar a dívida. 15/12, nº 285, p. 11.

1980

OS BANQUEIROS QUEREM MAIS. Ricardo Bueno, box de Duarte Pereira. Delfim poderá conseguir os dólares que precisa para cobrir os rombos no balanço de pagamentos, apesar de muito elevados. 25/7, nº 243, p. 3.

POR QUE QUEIMAR AS RESERVAS? Ricardo Bueno, box de Duarte Pereira. O fato do Brasil precisar "queimar" 2 bilhões de dólares de reservas cambiais mostra que os banqueiros internacionais não cedem tanto assim ao país. 16/3, nº 245, p. 8.

MIS BRAÇOS DO FMI? Ricardo Bueno. A economia deteriora-se tanto que já se fala em intervenção do FMI. 2/6, nº 257, p. 14.

ESTA CHEGANDO A HORA DA VERDADE? Raimundo Rodrigues Pereira. A dívida externa cresce e Delfim Neto e os grandes banqueiros internacionais trocam visitas com maior freqüência. 6/10, nº 275, p. 2.

1981

A FARSA DE DELFIM CONTRA O DRAGÃO IMPERIALISTA. Ricardo Bueno. Delfim queimado com os banqueiros internacionais, que não agüentam mais a manipulação dos números das contas externas. 19/1, nº 280, p. 16.

AS CONTAS EXTERNAS DE 1980 FORAM MANIPULADAS. Duarte Pereira. A dívida externa, que segundo Delfim Neto atingiu 54,4 bilhões de dólares em 1980, atinge na verdade 61,4 bilhões. 9/2, nº 293, p. 15.

O RABO ESTÁ BALANÇANDO O CACHORRO. Marcos Paiva e Antonio Carlos Queiroz. As autoridades brasileiras perderam o controle sobre a economia do país, num momento em que a dívida atinge 60 bilhões de dólares, e seus juros chegam a 8,5 bilhões de dólares. 31/8, nº 322, p. 3.

A FARRA ACABOU. Álvaro Caropreso. A dívida externa cresce sem qualquer controle, frustrando todas as expectativas oficiais. (Há um debate sobre a crise da economia brasileira, por Álvaro Caropreso, e uma proposta para sair da crise, por Marcos Gomes). 7/9, nº 323, pp. 7 e 9.

VEJA COMO VOCE PAGA A DÍVIDA. Ricardo Bueno. A dívida da dívida externa no seu cotidiano e 12 maneiras pelas quais ela piora a sua vida e avança o seu bolso. 5/10, nº 327, pp. 11 e 14.

1975

US\$ 21.500.000.000. Marcos Gomes. A mudança qualitativa nas relações do Brasil com o exterior pode ser medida pelo fato da dívida externa equivale a um quarto do Produto Interno Bruto. 1/9, nº 9, p. 12 e 13.

A DONA DE CASA E A DÍVIDA EXTERNA. Susan Beauford. O café e o açúcar sobem de preço para sobressair para exportação — e obtenção de recursos para pagar a dívida externa. 15/9, nº 11, p. 14.

UM BEBÊ DA DÍVIDA EXTERNA. Bernardo Kucinski. Uma explicação didática do mecanismo da dívida externa. 27/10, nº 17, p. 14.

AUMENTADO A MANGUEIRA, O DÉBITO E A AJUDÁCIA. Marcos Gomes. Uma análise do tamanho da dívida, seu esquema de pagamento, aumento das exportações e dos juros, com base em dados do Banco Central. 3/11, nº 18, p. 5.

O MODELO NO DESVIO. Bernardo Kucinski. O governo decide cortar as importações, aumentar as exportações e reduzir pela metade as reservas externas, para pagar a dívida. 8/12, nº 23, p. 4 e 5.

1976

MISTÉRIOS DA DÍVIDA EXTERNA. Bernardo Kucinski. Como previam os banqueiros internacionais, a dívida externa chegou, em 1975, a 22 bilhões de dólares. 26/1, nº 30, p. 7.

A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA E A DÍVIDA EXTERNA. Guido Mantega. Boa parte do dinheiro investido em operações financeiras é proveniente de empréstimos externos, engrandecendo o endividamento externo. 1/3, nº 35, p. 9.

OS NOVOS PASSOS PARA TENTAR PAGAR-LA. O equilíbrio do comércio exterior não é suficiente para resolver a questão da dívida externa. 3/1/5, nº 48, pp. 8 e 9.

TIRANDO AS DÍVIDAS DA DÍVIDA. Bernardo Kucinski. Em setembro de 1975 a dívida atingiu, no total, 30 bilhões de dólares — um número muito maior do que os 21,25 bilhões admitidos oficialmente. 26/7, nº 56, p. 9.

1977

A DÍVIDA, OS CREDORES E OS PAGADORES. Marcos Gomes. Os primeiros a pagar pela política de "desaquecimento da economia" são os trabalhadores. 20/6, nº 103, p. 8.

QUANTO CUSTAM OS ELOGIOS. Marcos Gomes. A dívida atingirá 30,5 bilhões de dólares no final do ano, e o Brasil pagava taxas de risco, (spread) maiores que muitos países pobres e endividados. 14/10, nº 124, p. 12.

1978

TERRÍVEL HERANÇA DO REGIME MILITAR. Marcos Gomes. A dívida externa atinge 40 bilhões de dólares, um recorde; seu serviço (prestações mais juros) consumiu 7,3 bilhões de dólares, outro recorde. 21/8, nº 164, pp. 11 e 14.

Imagem 10 - Nosso Índice. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.10.

O poeta popular Crispiniano Neto, na ocasião, fez sua homenagem ao jornal: “Acorda Brasil e junta/ Teus cacós de Anistia/ que o jornal *Movimento*/ Fechou sua editoria/ E nós temos que lutar/ Pr’o capital não calar/ A voz da Democracia” (NETO *apud* PEREIRA, 1987, p.76). Muitos foram os que sentiram pelo fim do jornal. *Movimento* teve peso no quadro geral da imprensa da época, não só a alternativa, e sua importância é inegável enquanto instrumento de articulação das lutas de resistência que se travaram contra o regime militar.

Apesar de alguns acreditarem que o fim deste jornal está ligado ao seu “aparelhamento” pelo PCdoB, apontamos para outra interpretação. A crise financeira, a saída dos dissidentes e o começo de atentados à bombas em bancas de jornal por grupos terroristas que não queriam o fim do regime militar, foram fatores reais que levaram ao fechamento do jornal.

Em 1980, inúmeras matérias tratavam a questão do terrorismo de grupos paramilitares, que, preocupados com o processo de abertura e o controle maior da repressão por parte do Estado neste período, pretendiam continuar a lógica do terrorismo mesmo fora dos DOI-CODI. Segundo *Movimento*:

Longos meses se passaram desde que se iniciou a escalada de atentados no país. A princípio pareciam fatos desconexos, acontecidos em meio a uma situação social potencialmente explosiva – como a até agora não esclarecida, misteriosa viagem que o jurista Dalmo Dallari realizou, direto do ABC em greve para as dependências do DEOPS. Mas, posteriormente, começaram as ameaças às entidades democráticas, o incêndio das bancas de jornal, e, o que parece ter sido o ponto máximo da escalada, a morte de Dona Lyda Monteiro, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, e a terrível explosão que mutilou o secretário do vereador Antonio Carlos de Carvalho – ambas ocorridas no Rio de Janeiro. Que não se tratava de fatos ocasionais a realidade mesmo tratou de desmentir. Os incêndios nas bancas de jornais foram quase simultâneos – de Londrina a São Paulo, passando pelo Rio de Janeiro e Brasília – sugerindo uma coordenação nacional e objetivos únicos. (MOVIMENTO. Terrorismo. A Pista do Mackenzie. *Movimento*, de 24 a 30 de novembro de 1980, p.3).

Nesse tempo, o PCdoB já havia começado seu jornal próprio, o *Tribuna da Luta Operária*, que teve sua primeira publicação em outubro de 1979, mais um fato que reafirma o erro da acusação do golpe à redação de *Movimento* por este partido.

A questão maior, e menos objetiva, é a necessidade que fora criada pelos próprios jornais de frente de rearticulação das organizações de esquerda que estavam desmanteladas pela intensa repressão que os abatera, principalmente, com o AI-5. O momento de se organizar em frentes que buscavam uma luta legal acabou com o fim do bipartidarismo oficial. A partir do momento que outros instrumentos legais de luta foram possíveis, e o processo de redemocratização caminhava, a forma jornal-frente e suas múltiplas bandeiras

democráticas já haviam cumprido o papel que propuseram desde o início: atuar como “Estado-Maior intelectual” (GRAMSCI, 2011, p.350) de um conjunto de organizações e partidos de esquerda, num momento em que estes se encontravam desorganizados.

A formação dos novos partidos fez com que muitos migrassem para os jornais próprios destes partidos. Mas esta é uma realidade que os jornais de frente ampla ajudaram a construir. Eles foram o momento de reunião dos mais variados setores das esquerdas, que, se rearticularam e buscaram outras formas e outros instrumentos de luta que não podiam mais ser pensados em dentro de um espaço a lá jornal-frente. A luta se transformou e seus instrumentos e formas também acompanharam esta mudança.

Os partidos comunistas, PCB e PCdoB, não puderam se legalizar neste momento. É apenas depois de 1985 que estes retomam seu funcionamento como partidos legais. Por isso, os últimos anos do jornal *Movimento* foram marcados por uma aproximação ainda maior com os militantes ainda clandestinos do PCdoB, e, com a formação do jornal próprio deste partido, mais pessoas se afastam do *jornal dos jornalistas*. Sua crise se agrava ainda mais, por falta mesmo de redatores, militantes e colaboradores em geral.

As vendas em banca, por conta dos atentados, caíram muito e o número de assinaturas e de acionistas também diminuiu drasticamente. Enfim, a crise era grande e abateu *Movimento* de várias maneiras.

Sua última edição também contava com uma reportagem sobre a história do jornal, suas dificuldades e vitórias e sobre o como se deu sua última convenção que decidiu pelo fechamento do mesmo:

O jornal movimento está fechado. No ar, uns restos nervosos de palmas misturam-se ao choro impossível de disfarçar. A barulhenta sala de aula do Politécnico, onde os delegados à Convenção de *Movimento* estão reunidos há dois dias ficou de repente em silêncio. São quase dez horas da noite. O domingo fora um dia muito difícil. Desde a manhã, redatores, vendedores, repórteres, colaboradores de *Movimento* buscavam um jeito de mantê-lo vivo. Ninguém realmente acreditava que não houvesse nenhuma saída. Mas agora, ali, na sala densa dos cigarros fumados o dia inteiro, havia um nó entalado no peito de cada um: o jornal *Movimento* estava fechado. (MOVIMENTO. A Última Convenção. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.16).

Quem comemorava eram os dirigentes e apoiadores do regime militar, mas toda a esquerda brasileira, mesmo os setores que discordavam em alguns aspectos com o *jornal dos jornalistas*, via uma das mais fortes experiências jornalísticas e políticas da conjuntura da transição minguar. Assim, muitos foram os que sentiram pelo *Movimento*.

O jornalismo feito por *Movimento* era de caráter político, mas ultrapassava o “panfletarismo”. Em muitos aspectos podemos pensar este jornal como um formador e educador político. Muitos militantes que o compunham tinham naquele jornal sua única forma de atuação política. Sendo que, a forma organizativa, que visava acima de tudo a democracia interna na redação, foi base para o desenvolvimento de muitos outros jornais que vieram depois de *Movimento*.

Seu alcance nacional foi enorme, contou com sucursais por quase todas as regiões do Brasil. Sua regularidade nas publicações também despontou como um diferencial, tendo em vista que os jornais da imprensa alternativa desta conjuntura tinham como marca justamente o oposto, a falta de periodicidade.

Desde o começo enfrentou a censura prévia, e isto não é fácil. Não se trata apenas da impedição de alguns temas, palavras, ou então do jornal aparecer ao público todo retalhado, cortado. Tratava-se, ainda mais, do que consistia o lidar com esta censura, trabalho árduo. São noites sem dormir, tentando fechar edições modificadas pelos agentes do governo, que muitas vezes ficavam horríveis. É que *Movimento* se confortou na “estética do feio”. E ainda, por exemplo, as charges e ilustrações, muitas vezes, tinham que ser reelaboradas às pressas, para que o editor pudesse rodar o jornal na gráfica a tempo.

Durante seus seis anos e meio de publicações semanais, o *jornal dos jornalistas* acompanhou uma parte importante da história das esquerdas brasileiras. Debateu assuntos como o aumento do custo de vida⁴⁸, a necessidade da Constituinte, o processo da Anistia⁴⁹, o imperialismo estadunidense⁵⁰, o comunismo⁵¹, as experiências socialistas⁵² como Cuba e China⁵³, a cena brasileira e a gente brasileira, a cidade, o campo, as guerrilhas⁵⁴, os novos partidos⁵⁵, os militares⁵⁶, a distensão política⁵⁷, a literatura brasileira⁵⁸, a cultura brasileira, as manifestações populares, os operários⁵⁹, dentre outros temas, constituindo assim, solo fértil para pesquisas em variadas áreas do conhecimento.

A análise documental sobre algumas de suas edições contribuiu para que se aprofundassem os conhecimentos acerca desta experiência histórica de jornal político no

⁴⁸ MOVIMENTO. Por que os preços sobem pelo elevador e os salários sobem pela escada? *Movimento*, n.142, 20 de março de 1978, p.4.

⁴⁹ MOVIMENTO. Anistia. *Movimento*, de 20 de fevereiro de 1978, p.3.

⁵⁰ MOVIMENTO. Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo. *Movimento*, n.46, 17 de maio de 1976, p.9.

⁵¹ MOVIMENTO. Comunistas: a batalha da legalidade. *Movimento*, n.223, de 8 a 14 de outubro de 1979, p.8-9.

⁵² MOVIMENTO. Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.20-21.

⁵³ MOVIMENTO. China: a longa revolução. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p.15.

⁵⁴ MOVIMENTO. “Aprende-se a Nadar, Nadando”. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p. 20-21.

⁵⁵ MOVIMENTO. Começam a correr os prazos dos novos partidos. *Movimento*, n. 236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.5.

⁵⁶ MOVIMENTO. Expurgo e Volta dos Militares Democratas. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p.11.

⁵⁷ MOVIMENTO. O que está aí é ainda uma ditadura disfarçada. *Movimento*, n.215, de 13 a 19 de agosto de 1979, p.12.

⁵⁸ BORBA FILHO, Hermilo. Marvano. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.23.

⁵⁹ MOVIMENTO. As multinacionais e os operários. *Movimento*, n. 95, 25 de abril de 1977, p.8.

Brasil. A partir desta é que conseguimos compreender o intelectual coletivo *Movimento*, em seu funcionamento e estrutura organizativa, e, ainda, levantar quais eram seus temas mais relevantes e como eram tratados por este jornal-frente.

Se constituir como frente política, no momento da transição, era uma forma de reorganizar vários setores das esquerdas – progressistas, cristãos, revolucionários – para que fosse possível um primeiro passo em direção a redemocratização no país. O combate ao regime militar foi travado, em *Movimento*, com muito afinco e foi a este fim que a experiência *extra-jornalística* de *Movimento* serviu.

Quanto ao extra-jornalismo, nos referimos às atividades editoriais que ultrapassam seus próprios limites, sendo assim, além de meio de informação dos fatos e acontecimentos relevantes de dada conjuntura, também está preocupado em transformar a realidade a sua volta. Preocupa-se em formar/educar politicamente “os de baixo”, elevando-os ao nível moral e intelectual dos “de cima”, possibilitando a construção de uma nova hegemonia.

Movimento não alcançou todos os quesitos de um jornal de tipo integral: apontamos, ao longo desta investigação, quais os pontos de convergência e divergência entre o caso específico do *jornal dos jornalistas* e as revistas-típicas gramscianas, a fim de esclarecer quais os limites desta experiência. Por isso, consideramos aqui dada experiência como *um ensaio de jornalismo integral na transição política brasileira*. Portanto, tal jornal nos trouxe apenas elementos para se pensar esta forma de imprensa alternativa de combate à ditadura militar.

Sua opção programática pela democracia e não pelo socialismo, porém, é fundamental para colocar tal experiência apenas como um ensaio, uma tentativa de Jornalismo Integral. Consideramos, portanto, a experiência de *Movimento* apenas aproximada, em alguns elementos, mas não igual, ao que propõe Antonio Gramsci (2010) com o Jornalismo Integral.

O programa político de *Movimento* fora cumprido. Ao que parece, o jornal sempre se afirmou como uma frente pluralista interessada em levantar o máximo de bandeiras possíveis que reivindicassem o reestabelecimento da democracia no país. Alguns autores e pesquisadores que estudaram este jornal apontam para uma possível hegemonia do PCdoB nesta frente.

Muitas questões se levantam quando nos deparamos com a seção editorial *Ensaio Populares*. Realmente a polêmica causada por esta coluna no jornal foi decisiva na história desta frente. No entanto, tentamos buscar qual a raiz deste problema que ocasionou o “racha de 1977” em *Movimento*: não pensamos em termos de aparelhamento pelo PCdoB, mas de profunda compatibilidade política entre as duas organizações.

A raiz desta compatibilidade entre concepções e estratégias, neste caso, deu-se pelo envolvimento de importantes quadros do jornal, no passado, com a Ação Popular (AP), que depois se tornaria Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Uma fração da juventude cristã da esquerda que aderira aos ideais stalinistas.

Desde sua formação, *Movimento* sempre se colocou como representante de uma esquerda progressista, reformista e nacionalista que, através de uma concepção de frente democrática e popular, pretendia lutar legalmente pelo reestabelecimento das instituições democráticas no país. Em seu programa político e nas colunas editoriais analisadas neste trabalho a estratégia da revolução por etapas é apresentada e comentada diversas vezes.

Pensamos ser esta concepção o fator que liga, quase umbilicalmente, o jornal com o PCdoB e, também, ao tão mencionado “grupo dos autênticos do MDB”. Mas, não houve aparelhamento.

As considerações de Florestan Fernandes (2006), Caio Prado Jr (1987) e Ruy Mauro Marini (2013) sobre a revolução burguesa aqui inconclusa nos guiaram para uma maior compreensão da questão da ditadura militar como um processo de desenvolvimento brutal das forças produtivas capitalistas no país através da força, da repressão violenta, do terrorismo de Estado e da superexploração do trabalho. Sendo assim, a ditadura pode ser considerada como uma fase importante do processo desta revolução burguesa inacabada no Brasil. O que contribuiu imensamente para uma agudização da dependência do país em relação às nações hegemônicas do capital. Pensando o Estado capitalista como uma autocracia burguesa, a ditadura militar brasileira poderia ser considerada também como mais uma forma de manifestação desta autocracia.

Seguindo também as indicações de um dos teóricos da dependência, Ruy Mauro Marini (1978), tentamos definir o Estado do período como *Estado de contra-insurgência*, que agrega capital monopolista e Forças Armadas em dado momento histórico em que é necessário reprimir as forças populares e as tendências comunistas e também fazer avançar as forças produtivas capitalistas, ao mesmo tempo.

Junto das considerações de Marini sobre o Estado, nos apoiamos em Nicos Poulantzas (1976) para levantar aspectos sobre a crise das ditaduras. Em alguns momentos pudemos aproximar os casos europeus estudados por Poulantzas à realidade brasileira. O Brasil da transição era o país de um regime em crise política que apresentava contradições internas e externas ao seu Estado de Contra-insurgência que pressionaram para o seu enfraquecimento. Dentre os fatores internos que pudemos levantar, ficamos com o exemplo do MDB, que de

oposição consentida passou a pressionar dentro mesmo do Congresso um processo de redemocratização.

Além disto, é claro, um dos fatores que contribuiu para a desestabilização da ditadura militar foram as pressões das massas populares e o crescimento de movimentos sociais pelo país. Deve-se considerar as pressões populares circunscritas ao capitalismo tardio, que está atravessado por um processo de revolução burguesa pelo alto, questão qualificada aqui a partir do conceito de *revolução passiva*, cenário no qual costumeiramente se enxerga uma forte repressão dos setores populares que reagem, geralmente, de maneira isolada e esporádica.

O caso mais notório foi amplamente divulgado nas páginas de *Movimento*: o movimento operário e grevista que tomara a cena, a partir de 1978, principalmente. O protagonismo do recém-formado operariado brasileiro é inegável, se acompanharmos o desenvolvimento de suas lutas e reivindicações que ultrapassavam, e muito, o nível do econômico-corporativo.

Movimento fora aqui concebido como “partido”, e, no mais, representava uma parcela da pequena burguesia que, na conjuntura da crise política já mencionada, se aproximou das massas populares e nunca se desligou dos setores médios da burguesia. A manifestação ideológica do nacionalismo, acreditamos, é o que consistiu no elo entre as diferentes partes. Mas trata-se aqui de um nacionalismo que pensava a necessidade da emancipação do Brasil com relação ao capital estrangeiro e ao imperialismo, nada próximo a concepções chauvinistas da direita reacionária.

O *jornal dos jornalistas* cumpriu função de organizar a luta legal contra o regime militar; propagandeou concepções e ideologias nacionalistas, progressistas e etapistas; e, ainda, agitou diversas manifestações populares a favor das bandeiras democráticas no país. Por isso, pode ser pensado como órgão com limites ampliados, que, em momentos de crise política assumiu funções de partido político (*lato sensu*).

O jornalismo integral trazido por Antonio Gramsci (2010) é, a nosso ver, uma forma de se colocar a possibilidade de pensar novas formas de direção das lutas populares, novas ferramentas para a construção de novas hegemonias, ou seja, novas formas de partido político – formas ampliadas de partido político.

Reunimos, nesta pesquisa acadêmica, questões políticas, históricas, culturais, econômicas e sociais na tentativa de compreender o período proposto em nosso recorte histórico, e, particularmente, a experiência do jornal *Movimento* como expressão das esquerdas brasileiras, numa perspectiva totalizante. Assim, foram tratados aqui, aspectos

organizativos, técnicos e temáticos do que pensamos ser uma forma experimental e aproximada de se fazer jornalismo integral.

No ano em que se completam os *50 anos do Golpe Militar de 1964*, um esforço de reinterpretação de alguns elementos e aspectos desses 20 anos de regime militar no Brasil está sendo levado a cabo por muitos pesquisadores, professores, juristas, vítimas e familiares de vítimas do terror de Estado, dentre outros. As atividades que tiveram início em maio de 2012, com a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), já trouxeram alguns resultados, abertura de arquivos e esclarecimentos sobre fatos que se obscureceram durante e depois do regime.

Nosso estudo sobre a imprensa alternativa de esquerda no Brasil é parte deste esforço de trazer novas interpretações acerca dos vinte anos em que o Brasil esteve nas trevas. A imprensa alternativa de esquerda da época – e, em nosso caso particular, o jornal *Movimento* – cumpriram papel importante ao dar voz para os “de baixo” e documentar parte da história dos grupos subalternos e suas lutas, portanto, sua análise trouxe à luz elementos e aspectos da história não oficial do Brasil da transição política.

FONTES DOCUMENTAIS

ACERVO completo do jornal Movimento digitalizado e indexado. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011. 1 DVD.

ALCEBÍADES. Corta Essa! *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24.

BIANCARELLI, Aureliano. Onde o povo é o ator. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.18.

BORBA FILHO, Hermilo. Marvano. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.23.

CAMPANA, Fábio. Ossos do ofício. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.20.

CARUSO, Chico. Corta Essa! *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24.

CARVALHO, Flávio; DIAS, Lia. A Direita Clandestina Ataca. *Movimento*, de 21 a 27 de julho de 1980, p.12.

COELHO, Tânia. Diamante Bruto. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.21.

DIEGUEZ, Flávio. Os palestinos em busca de um Estado Nacional. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.15-17.

FIORANI, Silvio. Só pra provar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.24.

GÊ, Luiz. Corta Essa! *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.24.

MOVIMENTO. A Batalha do ABC: 41 dias na cidade sitiada. *Movimento*, n. 255, de 19 a 25 de maio de 1980, p.12-13.

_____. A fusão está muito difícil. *Movimento*, n.256, de 26 de maio a 1 de junho de 1980, p.6.

_____. A Imprensa do Diabo. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p17.

_____. A luta pela democracia na fábrica. *Movimento*, n.157, 3 de julho de 1978, p, 11.

_____. A Oposição não está no Governo. *Movimento*, n.7, 18 de agosto de 1975, p.8.

_____. A palavra dos operários. *Movimento*, n.154, 12 de junho de 1978, p.6.

_____. A sombra de um pacote autoritário. *Movimento*, n.287, de 29 de dezembro de 1980 a 4 de janeiro de 1981, p.5.

_____. A última Convenção. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.16.

_____. A unificação do PT no Rio. *Movimento*, n.255, de 5 a 25 de maio de 1980, p. 5.

_____. Anúncio. *Movimento*, de 8 de maio de 1978, p.5.

_____. Apertando o cinto - de quem? *Movimento*, n.113, 29 de agosto de 1977, p.2.

- _____. Arraes acende as esperanças. *Movimento*, n. 220, de 17 a 23 de setembro de 1979, p.6.
- _____. As criaturas vão se voltar contra o criador?. *Movimento*, n. 206, de 11 a 17 de junho de 1979, p.8-9.
- _____. As greves frente à repressão. *Movimento*, n.223 de 8 a 14 de outubro de 1979, p.10.
- _____. As multinacionais e os operários. *Movimento*, n. 95, 25 de abril de 1977, p.8.
- _____. Até que ponto mudou a política externa no Brasil?. *Movimento*, n.28, 12 de janeiro de 1976, p.2.
- _____. Chile. 800 prisões no primeiro de maio. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.20.
- _____. Colômbia caça o M-19. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17.
- _____. Começam a correr os prazos dos novos partidos. *Movimento*, n. 236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.5.
- _____. Comissão Nacional custa mas sai. *Movimento*, n.234, de 24 a 30 de dezembro de 1979, p.3.
- _____. Comunistas: a batalha da legalidade. *Movimento*, n.223, de 8 a 14 de outubro de 1979, p.8-9.
- _____. Coréia do Sul. Blindados na universidade. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.20.
- _____. Corta Essa! *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.28.
- _____. Corta Essa!. *Movimento*, de 23 a 19 de março de 1981, p.20.
- _____. Corta Essa!. Teste. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.24.
- _____. Cultura. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.17.
- _____. Dez anos de ocupação militar. *Movimento*, 13 de junho de 1977, p.15.
- _____. Direitos Humanos e Soberania Nacional. *Movimento*, n. 92, 4 de Abril de 1977, p.2-3.
- _____. Esperando a Revolução. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.13-14.
- _____. Estados Unidos. Com Ronald Reagan CIA volta a ter poderes absolutos. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17.
- _____. GREVE GREVE GREVE. *Movimento*, n.151, 22 de maio de 1978, p.3.

- _____. Kissinger e Simon: a lógica do imperialismo. *Movimento*, n.46, 17 de maio de 1976, p.9.
- _____. Livros. *Movimento*, de 18 a 24 de maio de 1981, p.17.
- _____. Livros. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.19.
- _____. Medindo a indústria do Brasil. *Movimento*, n.38, 22 de março de 1976, p.2.
- _____. “Movimento morreu. Viva Movimento!”. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.3.
- _____. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.21.
- _____. Muitos Lulas. *Movimento*, n. 202, de 14 a 20 de maio de 1979, p.10.
- _____. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4-6.
- _____. Nos bastidores renasce o PTB? *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.5.
- _____. Nosso Índice. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.10.
- _____. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24.
- _____. Novas divergências do mundo comunista. *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.20-21.
- _____. O acordo e o desacordo dentro da oposição. *Movimento*, n. 86, 21 de fevereiro de 1977, p.2.
- _____. O Canto do Continente. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.15.
- _____. O Declínio da Influência da Social-Democracia e da Ultra-esquerda dentro do PT. *Movimento*, n.256, de 26 de maio a 1 de junho de 1980, p.15.
- _____. O cerco a Isabelita?. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.14-15.
- _____. O Encontro em São Paulo. *Movimento*, n. 319, de 10 a 16 de agosto de 1981, p.5.
- _____. O grande confronto. *Movimento*, n.194, de 18 a 25 de março de 1979, p.7-10.
- _____. O PT vai ser um partido legal. *Movimento*, n.233, de 17 a 23 de dezembro de 1979, p.8.
- _____. O que está aí é ainda uma ditadura disfarçada. *Movimento*, n.215, de 13 a 19 de agosto de 1979, p.12.
- _____. O Trabalhismo reacionário e o Socialismo pueril. *Movimento*, n. 187, de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1979, p.11.
- _____. O xá fora do Irã. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro, 1979, p.19.

_____. Os fatos de 80. *Movimento*, n.287, de 29 de dezembro de 1979 a 04 de janeiro de 1980, p.4.

_____. Os filhos devem pagar pelos pais?. *Movimento*, n.7, 18 de agosto de 1975, p.7-8.

_____. Para o público ou para os festivais? *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16.

_____. Partidos, frente e conciliação. *Movimento*, n.230, de 26 de novembro a 02 de dezembro de 1979, p.6.

_____. Por que o marido?. *Movimento*, n.1, 1975, p.2.

_____. Por que os preços sobem pelo elevador e os salários sobem pela escada? *Movimento*, n.142, 20 de março de 1978, p.4.

_____. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7.

_____. Povo sem fé no governo. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p. 21

_____. PT inicia construção legal. *Movimento*, n.236, de 14 a 20 de janeiro de 1980, p.4.

_____. Que partidos? E para quem? *Movimento*, n. 141, 13 de março de 1978, p.9.

_____. Quem ganha e quem perde com a inflação. *Movimento*, n.143, 27 de março de 1978, p.12.

_____. Recessão na Europa. *Movimento*, de 23 a 29 de março de 1981, p.17.

_____. Resposta da direção de Movimento aos que se afastam. *Movimento*, n.288, de 12 a 18 de janeiro de 1981, p.20.

_____. Sair para que lado?. *Movimento*, n.28, 12 de Janeiro de 1976, p.2-3.

_____. Sexo como marketing. *Movimento*, de 19 a 25 de maio de 1980, p.22.

_____. Sobre democracias “falsas” e “verdadeiras”. *Movimento*, n.32, 9 de Fevereiro de 1976, p.2.

_____. Terrorismo. A Pista do Mackenzie. *Movimento*, de 24 a 30 de novembro de 1980, p.3.

_____. Trégua no ABC. *Movimento*, n.196, de 2 a 8 de abril de 1979, p.4.

_____. Um é pouco, dois é bom, três é demais?. *Movimento*, n.137, 13 de fevereiro de 1978, p.4.

_____. Uma arma que voltará a ser usada. *Movimento*, nº172, 16 a 22 de outubro de 1978, p.13.

_____. Vamos brincar de “papai-e-mamã”? *Movimento*, 26 de junho de 1978, p.22.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Nascimento de um Regime. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.19.

POLES, Cláudio. Uma sátira do que nunca foi sério. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23.

RIBEIRO, Mathias. Antídoto para discoteque. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23.

SCLIAR, Moacyr. Carta de Navegação. *Movimento*, 07 de julho de 1975, p.24.

SILVA, José Roberto da. Antídoto para amnésia histórica. *Movimento*, de 22 a 28 de janeiro de 1979, p.23.

WISNIK, José Miguel. “Meu samba é uma corrente”. *Movimento*, de 06 de novembro de 1976, p.16.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.
- BALIBAR, Etienne. Marx, Engels y el partido revolucionário. *Cuadernos Políticos*, N.º 18, México, D.F., Editorial Era, Oct./Dic. 1978, pp. 35-46.
- BIANCHI, Álvaro. *Lenin e o jornal do partido*. (2010). Disponível em: www.pstu.org.br. Acesso em: 04 de fevereiro de 2011.
- _____. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.
- CHASIN, José. *A Miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- DIAS, Rodrigo. *Imprensa Revolucionária dos Anos Oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira*. 2011. 275f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERRAZ, Francisco César Alves. Doutrina de Segurança Nacional. SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, pp.137-138.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FREDERICO, Celso. *A Imprensa de Esquerda e o Movimento Operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACEDO, Michelle Reis. *Recusa do Passado, disputa do presente – Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira*. 2012. 184f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

_____. *El Estado de Contrainsurgencia* (1978). Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/016_contrainsurgencia_es.htm. Data de acesso: 02 de dezembro de 2013.

_____. *El desarrollo des capitalismo mundial y su impacto em América Latina*. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/024_capitalismo_mundial_es.htm. Data de acesso: 01 de outubro de 2013.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A luta pela redemocratização no Brasil através da charge no jornal Movimento. Disponível em: http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/alternativa/r_miani.doc. Acesso em 31 de julho de 2014.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a Imprensa Alternativa. Viva a Imprensa Alternativa!... In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

POULANTZAS, Nicos. *A Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SADER, Emir. A Teoria Leninista da Organização. *Margem Esquerda*, N.º 4, São Paulo: 2004, p. 24-27.

SAES, Décio. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”*: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981). 148f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Ditadura. SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita*: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, pp.127-133.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, M.A. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. 1994. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 457-459.
- BIANCHI, Álvaro. Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira. *Marxismo Vivo*, São Paulo, dez./2001. p.106-116.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da . Uma leitura da obra de Nelson Werneck Sodré. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, v. 33, p. 25-37, 2000.
- _____. Esquerda Militar no Brasil: uma problematização necessária. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 58, p. REA-58, 2006.
- _____. Comunismo e Forças Armadas: uma relação dialeticamente conflituosa. *Mouro*, v. 05, p. 105-116, 2011.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GHETTI, Pablo. Estado de Exceção. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Org). *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS; Rio de Janeiro: RENOVAR, 2009, pp.292-295.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GUAZELLI, Cesar. A Revolução Chilena e a Ditadura Militar. In: WASSERMAN, Claudia; BARCELOS, Cesar (org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Limites a Chávez* (2009). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2014.
- LUKÁCS, G. *Prolegómenos a uma estética marxista*. Barcelona-México: Ediciones Grijalbo, 1969.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso: 06 de março de 2014.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *O Capital*. Livro I. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MOVIMENTO. Anistia. *Movimento*, de 20 de fevereiro de 1978, p.3.

_____. “Aprende-se a Nadar, Nadando”. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p. 20-21.

_____. China: a longa revolução. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p.15.

_____. Expurgo e Volta dos Militares Democratas. *Movimento*, de 1 a 7 de outubro de 1979, p.11.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o Golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASTORE, Bruna. *O complexo IPES/IBAD e a grande imprensa como legitimadores da ditadura militar brasileira*. 2010. 117f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

PELLEGRINI, Tânia. *A Imagem e a Letra*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 160.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e Classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Resolução política da Conferência de Reorganização do PCB. Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=category&id=11&layout=blog. Acesso em: 05 de março de 2014.

SEVES, Natalia Cabau. “*Por uma Concepção Ampliada de Comunicação*”: comunicação, política e história – passado e presente. 2011. 90 páginas. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011 .

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Ditadura e Violência. SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p.135.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STOPPINO, Mario. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 372.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ANEXO

ANEXO A

O PROGRAMA POLÍTICO DO JORNAL MOVIMENTO

NOSSO
PROGRAMA

Por um jornal democrático e popular independente e pluralista

As pessoas se reuniram em torno de **Movimento** para produzir um jornal. Este é o objetivo que as reúnem: servir ao movimento popular e democrático, divulgando informações, análises e opiniões. Portanto, o objetivo básico de **Movimento**, como dizia seu programa inicial, é "apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais" do país e do mundo e "descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira".

Fiel a esse compromisso, o jornal deve partir dos fatos tais como eles são, deve retratá-los na maneira mais fiel possível, não pode omitir nenhum fato relevante, não deve ter medo de enfrentar nenhum tema que seja colocado em relevância pelos processos econômico, político ou cultural. O jornal deve partir da realidade e não de seus desejos ou pontos de vista. Esta é a melhor maneira de ajudar o povo a compreender o mundo em que vive para que participe da vida cultural e da luta política e se empenhe na solução de seus problemas.

No entanto, para selecionar os assuntos a cobrir e as opiniões a publicar, para escolher os aspectos relevantes de cada cobertura, **Movimento** tem que partir, como qualquer outro jornal, de uma visão de conjunto dos acontecimentos e dos interesses de determinadas classes e camadas sociais. Conforme dizia seu programa de fundação, **Movimento** sempre se propôs, não só a descrever a realidade, mas também a "acompanhar as lutas dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população, contra a exploração do país por interesses estrangeiros, pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade, pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo".

Reafirmamos esse programa político-editorial. Ao mesmo tempo, julgamos conveniente destacar também nosso compromisso de investigar, denunciar e combater as manifestações de corrupção administrativa que chegaram a nosso conhecimento.

Movimento tem pela frente quatro tarefas básicas: 1— A ditadura militar persiste e, portanto, persiste a necessidade de formar contra ela uma vigorosa **frente democrática e popular**; é preciso então que o jornal cubra com destaque as ações comuns contra a ditadura militar; 2— Ao mesmo tempo, forçada pela crise econômica, pelas **pressões** internacionais e sobretudo pelo avanço do movimento democrático e popular, a ditadura não se mantém como antes; ao contrário, vem realizando modificações em seus métodos de governo, faz concessões efetivas a determinados setores e com isso promove realinhamentos entre as diversas forças sociais e políticas e espalha ilusões em certos setores oposicionistas; é preciso então combinar a luta contra a ditadura militar com o combate a todas as tentativas de conciliar com ela e facilitar suas manobras; 3— Embora determinados setores da oposição conservadora e reformista, vacilem, as concessões feitas pelo regime militar não resolvem quaisquer dos graves problemas do país e do povo; e, por esse motivo, a tendência não é de o regime aproximar-se do povo e consolidar-se, mas sim de isolar-se dele e, por ter feito concessões, facilitar o avanço popular. Ora, se o movimento popular, especialmente o movimento operário, avança, é preciso dar mais atenção à sua cobertura, aprofundar seu conhecimento, debater seus impasses, difundir suas experiências positivas e inovadoras; 4— Quanto à situação internacional; persiste um quadro de crise. De um lado, os imperialistas americanos

manobram politicamente para recuperar-se de suas graves derrotas na década passada e a economia dos EUA, Europa Ocidental e Japão está atolada numa situação de crescimento lento, desemprego aberto e inflação elevada. Enquanto isso, o antigo campo socialista também enfrenta problemas sociais, dissidências profundas e guerras. Nesse contexto, é preciso que o jornal combata todas as agressões imperialistas e defenda com firmeza a autodeterminação de todos os povos; ao mesmo tempo, deve difundir informações e análises sobre todas as experiências ou tentativas de construção do socialismo, sem assumir uma posição precipitada ou apologética em relação a nenhuma delas.

Compreendemos que a luta por liberdades democráticas significa, hoje, a defesa da anistia ampla, geral e irrestrita; o fim de todos os atos, emendas e leis de exceção, a dissolução dos órgãos de **repressão política**; a exigência de uma efetiva liberdade de organização sindical e partidária; e a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita, convocada por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas; uma Assembléia Constituinte com essas características jamais poderá ser convocada pelo governo ditatorial do general Figueiredo ou por qualquer outro semelhante.

A luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores expressa-se hoje no movimento contra a nova política salarial e contra a alta do custo de vida, pelo direito à terra para quem nela trabalha e pelo combate à ideia de qualquer "pacto social" ou qualquer trégua nos movimentos reivindicatórios que facilitem ao regime descarregar o peso da crise econômica sobre os trabalhadores.

A Convenção que decidiu fechar o jornal Movimento decidiu, ao mesmo tempo, reafirmar este programa editorial e político que aprovava em julho de 1980: um jornal que parta dos fatos como ele são e sirva ao movimento democrático e popular.

Em relação à independência do país, entendemos que são as massas trabalhadoras que mais sofrem com a espoliação imperialista; no entanto, o jornal deve assumir também a denúncia da situação das pequenas e médias empresas, que sofrem as consequências tanto da dependência do país como da monopolização do capital. Ainda quanto à independência nacional, o jornal deve combater qualquer avelamento de uma nação a outra — grande, média ou pequena. Ora, o princípio que conta é o de que cada povo deve libertar-se por si mesmo, longe de pressões, ameaças, boicotes e invasões.

Reafirmando e atualizando essa orientação político-editorial, deixamos claro que, para nós, **Movimento** deve continuar sendo, como sempre, um **jornal de frente**, sem vinculação partidária, que tem como aspecto principal o combate ao regime ditatorial-militar e a defesa de um programa democratizador de acordo com os interesses populares; mas que tem também, como aspecto subordinado, o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular com o sentido de contribuir para a superação de suas debilidades.

Não entendemos, portanto, que um **jornal de frente** deva tratar apenas das questões consensuais. Lutamos por um jornal que: 1º) apresente, analise e comente os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo; 2º) defenda as posições unitárias do movimento democrático e popular; e 3º) divulgue todas as opiniões democráticas e populares relevantes sobre os temas em debate. Assim deve ser, em nossa opinião, um jornal democrático-popular, independente e pluralista.